



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

FABIANA SALA

**Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca Escolar no Brasil:
das iniciativas federais à implementação municipal**

Presidente Prudente

2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

FABIANA SALA

**Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca Escolar no Brasil:
das iniciativas federais à implementação municipal**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. Silvio César Nunes Militão

Linha de Pesquisa:
Formação dos Profissionais da Educação, Políticas Educativas e Escola Pública

Presidente Prudente

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

S153p Sala, Fabiana.
Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil : das iniciativas federais à implementação municipal / Fabiana Sala. - 2018
258 f. : il.

Orientador: Silvio César Nunes Militão
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Biblioteca escolar. 3. Políticas educacionais. I. Militão, Silvio César Nunes. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Alessandra Kuba Oshiro Assunção
CRB-8/9013



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

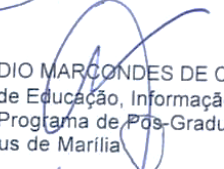
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: DAS INICIATIVAS FEDERAIS À IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

AUTORA: FABIANA SALA

ORIENTADOR: SILVIO CESAR NUNES MILITÃO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. SILVIO CESAR NUNES MILITÃO
Departamento de Didática / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/ Campus de Marília e Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/Campus de Presidente Prudente


Prof. Dr. CLAUDIO MARCONDES DE CASTRO FILHO
Departamento de Educação, Informação e Comunicação/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/ Campus de Marília


Profa. Dra. ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES
Departamento de Administração e Supervisão Escolar / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília

Presidente Prudente, 11 de abril de 2018

A Deus e à minha família!

AGRADECIMENTOS

Neste momento de grande emoção e alegria, quero deixar registrado os meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado ao longo dessa trajetória, de modo muito especial:

- Ao Professor Doutor Silvio César Nunes Militão por orientar este trabalho com paciência e seriedade;
- Aos professores Claudio Marcondes de Castro Filho e Elianeth Dias Kanthack Hernandes, os quais fizeram parte da Banca de Qualificação e Defesa deste trabalho pelo olhar cuidadoso e contribuições generosas à minha pesquisa;
- Aos membros do “Grupo de Pesquisa de Formação de Professores, Políticas Públicas e Espaço Escolar” por colaborarem para a execução deste trabalho promovendo reflexões valiosas ao longo das reuniões e demais atividades realizadas pelo grupo;
- A todos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp, em especial aos que partilharam comigo desde o início intensos momentos de angústias, incertezas, risos e felicidades: Iza, Gu e Fabi;
- Aos profissionais responsáveis pela elaboração e implementação do PMLLL do Município de Anhumas por me receberem sempre com muito carinho e atenção;
- E, é claro, à minha família: Pai, Mãe, Tati, Day e Heron pelo incentivo e apoio incondicional.

SALA, Fabiana. **Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca Escolar no Brasil**: das iniciativas federais à implementação municipal. 2018. 266 p. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

RESUMO

Este texto dissertativo desenvolveu-se no interior da linha de pesquisa “Formação dos Profissionais da Educação, Políticas Educativas e Escola Pública”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Campus de Presidente Prudente. Instituir políticas de leitura e biblioteca é fundamental para democratizar o acesso às fontes de informação, fomentar a leitura e contribuir para a formação de leitores competentes por meio de um processo dinâmico, permanente e contínuo. Inserir a biblioteca no processo de ensino é ofertar aos alunos a possibilidade de ampliar o conhecimento por meio dos diversos recursos e materiais disponíveis neste ambiente educacional. Para isto, é necessária a implementação de políticas públicas de formação de leitores, o que acreditamos ser a disposição de profissionais capacitados, criação de espaços apropriados ao trabalho, ampliação e manutenção dos acervos, não bastando apenas programas de compra e distribuição de livros. O atual Plano Nacional de Educação (PNE/2014) reconhece a importância das ações da biblioteca escolar e a sua relação com a qualidade da educação básica, considerando a biblioteca como importante equipamento de educação e cultura no ambiente escolar e recomenda a implementação das ações estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL/2014). O PNLL propõe eixos e ações a serem atingidos a curto, médio e longo prazo pelos estados e municípios. Tais eixos e ações estão relacionados a criação de espaços e condições à execução de políticas públicas continuadas com vistas à garantia de acesso às formas mais verticais de informação pela sociedade para a promoção do conhecimento. Em atendimento a esta recomendação o município de Anhumas, localizado no interior do estado de São Paulo, elaborou o seu Plano Municipal do Livro e Leitura, sendo este um dos três municípios dos seiscentos e quarenta e cinco levantados em uma análise preliminar. Este estudo tem por objetivo analisar o processo de formulação e implementação do Plano Municipal do Livro Leitura e Literatura (PMLLL) do município de Anhumas-SP e assim contribuir às discussões sobre a formulação de políticas públicas locais de biblioteca escolar. Para tanto, a partir da abordagem qualitativa realizamos um estudo de caso em que nos dispomos da revisão bibliográfica sobre a temática em estudo, entrevista semiestruturada (com 8 sujeitos que participaram da elaboração/implementação do PMLLL), observação e análise de documentos. Afinal, a biblioteca escolar é um ambiente transdisciplinar, considerada por diversos autores como um instrumento pedagógico capaz de promover a construção de conhecimentos que serão utilizados de forma racional nas decisões que os alunos virão a tomar ao longo da vida.

Palavras-chave: Políticas públicas; Biblioteca escolar; Políticas educacionais; Política do livro e da leitura; Políticas culturais.

SALA, Fabiana. **Public policies of the book, reading and School Library in Brazil: the federal initiatives to municipal implemente.** 2018. 266 p. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

ABSTRACT

This study was developed in the interior of the line of research "training of education professionals, educational policies and Public School", the Graduate Program in Education at the Faculty of Sciences and Technology of UNESP/Campus of Presidente Prudente. Establish policies for reading and library is fundamental to democratize access to sources of information, to promote the reading and contributing to the formation of readers authorities by means of a dynamic process, permanent and continuous. Enter the library in the process of teaching is to offer students the opportunity to expand the knowledge by means of the various resources and materials available in this educational environment. For this, it is necessary to implement public policies of formation of readers, what we believe to be the provision of skilled professionals, creation of appropriate spaces to work, expansion and maintenance of collections, not just programs for the purchase and distribution of books. The current National Education Plan (PNE/2014) recognizes the importance of the actions of the school library and its relationship with the quality of basic education, whereas the library as important equipment for education and culture in the school environment and recommends the implementation of the actions established by the National Plan of books and reading (PNLL/2014). The Pnll proposes priorities and actions to be achieved in the short, medium and long term by states and municipalities. Such priorities and actions are related to the creation of spaces and conditions the implementation of public policies continued with a view to ensuring access to forms more vertical information from the Society for the promotion of knowledge. n response to this recommendation the municipality of Anhumas, located in the interior of São Paulo state, drew up its Municipal Plan of books and reading, this being one of the three municipalities of six hundred and forty-five raised in a preliminary analysis. The objective of this study is to analyze the process of formulation and implementation of the Municipal Plan of the book reading and literature (PMLLL) of the municipality of Anhumas-SP and thereby contribute to the discussions on the formulation of local public policies of school library. For both, from the qualitative approach we conducted a case study in which we have the literature review on the topic in study, a semistructured interview (with 8 subjects who participated in the preparation/implementation of PMLLL), observation and analysis of documents. After all, the school library is a transdisciplinary environment, considered by many authors as a pedagogical tool capable of promoting the construction of knowledge which will be used in a rational way in decisions that students will take throughout life.

Keywords: Public policies; School Library; Educational Policies; Policy on books and reading; cultural policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

BE - Biblioteca Escolar

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CERLAC - Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe

CF - Constituição Federal

CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia

COC - Colégio “Osvaldo Cruz”

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

EaD - Educação à Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FNB - Fundação Biblioteca Nacional

FNPL - Fundação Nacional Pró-Leitura

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GEBE - Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

INL - Instituto Nacional do Livro

IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

NAME - Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino

OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos

PAR - Plano de Ações Articuladas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PDLL – Plano Distrital do Livro e Leitura

PELL – Plano Estadual do Livro e Leitura

PLL – Plano do Livro e Leitura

PME – Plano Municipal de Educação

PMLL – Plano Municipal do Livro e Leitura

PMLLB – Plano Municipal do livro, Leitura e Biblioteca

PMLLL – Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLE – Política Nacional de Leitura e Escrita

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura

PPA - Plano Plurianual

PP - Projeto Pedagógico

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

PSD - Partido Social Democrático

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RA/PP - Região Administrativa de Presidente Prudente

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEESP - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SISEB - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

SNB - Serviço Nacional de Bibliotecas

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFS - Universidade São Francisco

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UMESP - Universidade Metodista de São Paulo

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição Anual das Teses e Dissertações	27
Tabela 2 - Distribuição das Instituições onde Foram Defendidas as Teses e as Dissertações	28
Tabela 3 - Distribuição dos Níveis dos Trabalhos.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental.....	85
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e Dissertações Encontradas em Programas de Educação	29
Quadro 2 - Dissertações encontradas em Programas de Ciência da Informação	31
Quadro 3 - Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/2014) que envolvem explicitamente a biblioteca e o bibliotecário	69
Quadro 4 - Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/2014) que envolvem implicitamente a biblioteca e o bibliotecário.....	70
Quadro 5 - Características da Região Administrativa de Presidente Prudente - SP	80
Quadro 6 - Matrículas no Ensino Fundamental em Anhumas: 1996 - 2015.....	84
Quadro 7 - Principais Instituições, Iniciativas do Governo Federal na Área do Livro, Leitura e Biblioteca no Brasil.....	97
Quadro 8 - Eixos e Linhas de Ação do PNLL	108
Quadro 9 - Planos Estaduais do Livro e Leitura no Brasil.....	115
Quadro 10 - Planos Municipais do Livro e Leitura no Brasil	116
Quadro 11 - EIXO 1 - Democratização do Acesso, Diretrizes e Princípios	120
Quadro 12 - EIXO 2 - Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores	121
Quadro 13 - EIXO 3 - Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico .	122
Quadro 14 - EIXO 4 - Desenvolvimento da Economia do Livro	122
Quadro 15 - Rotina de Visitas no Cantinho da Leitura.....	130
Quadro 16 - Rotina de Visitas na Sala de Leitura.....	132
Quadro 17 - Cronograma de Atividades e Festas	133
Quadro 18 - Rotina de Visitas na Biblioteca: Período da manhã.....	134
Quadro 19 - Rotina de Visitas na Biblioteca: Período da tarde	135
Quadro 20 – Indicadores.....	178
Quadro 21 - Instrumento de avaliação e planejamento.....	179

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente	79
Mapa 2 - Município de Anhumas - Localização na RA/PP	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cantinho da Leitura	129
Figura 2 - Sala de Leitura.....	131
Figura 3 - Biblioteca Escolar.....	134
Figura 4 - Conferência do PMLLL	143
Figura 5 - Gelatotecas	143
Figura 6 - Divulgação do Dia Municipal da Leitura de Anhumas	144
Figura 7 - Caminhada Literária	145
Figura 8 - Varal Literário	146
Figura 9 - Divulgação do Salão do Livro.....	151
Figura 10 - Contação de Histórias com Rubia Konstantyni.....	152
Figura 11 - Abertura do Projeto "Família na escola, uma parceria que dá sucesso"	162
Figura 12 - Feira de troca de livros	163
Figura 13 - Leitura das mães para os bebês	164
Figura 14 - Bate papo com Escritores	173
Figura 15 - Meus avós fizeram história.....	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1.1 Estado do Conhecimento	26
1.2 Procedimentos Metodológicos	42
1.3.1 Instrumento de Coleta de Dados	45
1.3.2 Procedimentos de Análise de Dados	49
BIBLIOTECA ESCOLAR: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO NACIONAL	51
2.1 Bibliotecas Escolares no Brasil: origem, trajetória histórica e panorama atual	51
2.2 A Biblioteca Escolar na Legislação Nacional Educacional Brasileira	58
AUTONOMIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	74
3.1 Educação Municipal e Autonomia Política	74
3. 2 Região Administrativa de Presidente Prudente e Caracterização Geral do Município de Anhumas	78
3.2.1 A Municipalização do Ensino Fundamental em Anhumas: contextualização, processo e tendências	83
3.2.2 Caracterização da Rede Escolar do Município de Anhumas.....	89
POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR.....	95
4.1 Políticas Públicas Culturais: a atuação do Estado brasileiro na área do livro, leitura e biblioteca	95
4.2 Política Nacional e Práticas Locais: biblioteca escolar na legislação municipal de Anhumas	113
4.2.1 A Presença da Biblioteca no Projeto Pedagógico da Rede Escolar do Município de Anhumas	124
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	137
5.1 A Voz dos Sujeitos da Pesquisa	137
5.1.1 Categoria 1 - Processo de elaboração/implementação do PMLLL	138
5.1.2 Categoria 2 - Expectativas sobre o PMLLL.....	148
5.1.3 Categoria 3 - Condições atuais das bibliotecas escolares do município.....	154
5.1.4 Categoria 4 - Importância/contribuição da biblioteca escolar no processo de aprendizagem	160
5.1.5 Categoria 5 - Contribuições do PMLLL para as bibliotecas escolares do município	168
5.1.6 Categoria 6 - Articulação da gestão municipal para o alcance das metas	171
5.1.7 Categoria 7 - Organização do município para o cumprimento da Lei n. 12.244/2010.....	176
5.1.8 Categoria 8 - Observação na Biblioteca da EMEF.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186

REFERÊNCIAS	192
APÊNDICES	205
Roteiro de Entrevista I.....	206
Roteiro de Entrevista II	207
Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	208
Roteiro de Observação.....	211
ANEXOS	216
Entrevista com Dirigente Municipal de Educação.....	224
Entrevista com Profissional Responsável pela Biblioteca da Escola Estadual	227
Entrevista com a Diretora da Creche Municipal	231
Entrevista com a Coordenadora da Creche Municipal	235
Entrevista com a Diretora da EMEI	239
Entrevista com a Diretora da EMEF.....	241
Entrevista com a Profissional Responsável pela Biblioteca da EMEFF	244
Portaria n. 169/2016 – Nomeação dos Participantes da Comissão de Elaboração do PMLLL	249
Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas.....	250

INTRODUÇÃO

A Biblioteca escolar constitui-se em um espaço de aprendizagem por excelência quando desenvolvidas ações que devem estar em consonância com os objetivos delineados pela escola. As ações consideradas por Campello (2003) como relevantes para a formação do aluno são aquelas voltadas para o incentivo à leitura e para o letramento informacional. Essas ações aliadas ao desenvolvimento do senso ético e cidadão, são efetivamente as que possuem cunho de ação pedagógica na biblioteca escolar, visto que possibilitam ao aluno o desenvolvimento e/ou a ampliação do interesse pela leitura, a capacidade de compreensão da necessidade de localização, seleção e interpretação da informação de forma crítica e responsável, bem como a formação do senso ético e cidadão.

Para que ocorra a valorização da biblioteca escolar são necessários envolvimento político e articulação entre o governo federal, estadual, municipal e a sociedade civil, a fim de instituir políticas públicas e programas que resgatem o papel da biblioteca escolar na formação social e cultural.

Falar sobre políticas públicas é entender o papel do Estado e os seus deveres e garantias com a sociedade. As políticas públicas de incentivo à leitura têm por finalidade inserir os alunos de escolas públicas no universo da cultura letrada durante o processo de formação escolar, por meio de uma proposta que visa à reversão histórica e social de restrição do acesso aos bens e serviços culturais que são limitados a parcelas privilegiadas da população. Conforme afirma Silva (1986, p.11):

qualquer retrospectiva histórica voltada à análise da presença da leitura em nossa sociedade vai sempre redundar em aspectos de privilégio de classe e, portanto, em injustiça social. Quero dizer com isso que o acesso aos livros e à leitura nunca conseguiu ser democratizado em nosso meio. A tão propalada ‘crise da leitura’ não é uma doença destas últimas décadas e nem desse século: ela vem sendo reproduzida desde o período colonial, juntamente com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro.

Instituir políticas para a formação de leitores é extremamente necessário para democratizar o acesso a fontes de informação, fomentar a leitura e garantir a formação de leitores competentes por meio de um processo dinâmico, permanente e contínuo. Assim como inserir a biblioteca no processo de ensino é fundamental para proporcionar à comunidade escolar a possibilidade de ampliação do conhecimento com vistas à formação crítica, social e cultural.

Para tanto, é necessário instituir políticas públicas de formação de leitores que estejam além de programas de compra e distribuição de livros, mas que proporcionem às bibliotecas: profissionais capacitados, criação de espaços apropriados e recursos para ampliação e manutenção dos acervos, assim como “conhecer essas políticas faz-se importante no que tange à obtenção de recursos para variados fins, como a ampliação do acervo, projetos culturais e capacitações da equipe” (RASTELI, 2013, p. 68).

As bibliotecas são espaços políticos e de promoção de debates que possibilitam à comunidade escolar o acesso à informação e ao conhecimento por meio dos diferentes recursos e dos materiais disponíveis. Ações como “Clubes de leitura”, nos quais um grupo de pessoas se reúne para comentar e debater sobre um mesmo livro que fora lido por todos os membros; “Encontros com escritores”, em que o autor promove uma aproximação com os leitores ao apresentar sua obra e relatar suas experiências; “Feiras de troca de livros”, que democratizam o acesso aos livros por meio da troca, criando um espaço de interação entre os leitores. Esses são exemplos de como a biblioteca escolar pode se tornar um ambiente de diálogo e de exercício da cidadania, na medida em que promove o convívio e o compartilhamento de interpretações e emoções proporcionadas pela leitura a partir da troca de experiências entre os participantes.

A questão passa efetivamente pela formação do sujeito leitor, leitor não apenas de livros, mas leitor de imagens, leitor de várias linguagens, leitor da política, leitor da administração pública, leitor de fato comprometido com o seu olhar crítico na discussão dos caminhos que a sociedade precisa tomar para alcançar um equilíbrio entre a produção, o lazer, o bem-estar e a criatividade, entre ética, estética e funcionalidade (YUNES, 2014, p. 54).

De fato, promover políticas públicas para a construção e para a manutenção de bibliotecas escolares é um caminho apontado para que a população possa ter espaços de informação e leitura capazes de promover a apropriação do conhecimento, pois, somente por meio de mudança política, discursiva e institucional que se faz possível uma transformação bem-sucedida no cenário das bibliotecas escolares dos municípios brasileiros.

Com a intenção de caminhar nesse sentido, a Lei n. 13.005/2014, que aprova o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e norteia os planos estaduais e municipais em âmbito nacional, mantém algumas diretrizes que abordam a questão das bibliotecas nas instituições de ensino básico, estabelecendo um prazo de 10 (dez) anos para o cumprimento das estratégias e das metas propostas.

No que se refere, especificamente, às metas e às estratégias que abordam a questão da biblioteca e/ou do bibliotecário escolar, o PNE reconhece a importância das ações da biblioteca escolar e a sua relação com a qualidade da educação básica, considerando-a como importante equipamento de educação e cultura no ambiente escolar. O PNE destaca-se pela a estratégia que orienta a implementação das ações estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL):

Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (BRASIL, 2014).

O PNLL foi instituído pela portaria n. 1.442/2006 dos ministérios da Cultura e da Educação e regulamentado por meio do Decreto n. 7.559/2011.

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL, 2011).

O PNLL foi instituído com a intenção de tornar-se uma Política de Estado, de natureza abrangente, com a finalidade de nortear políticas e ações desenvolvidas no âmbito dos ministérios da Cultura e da Educação, governos estaduais e municipais, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil, com o objetivo central de:

assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente (BRASIL, 2014, p. 23).

No PNLL são estabelecidos eixos e ações que devem ser atingidos a curto, médio e longo prazos, orientando estados e municípios a elaborarem seus próprios planos a fim de criar as condições necessárias para a execução de políticas públicas continuadas, garantindo assim, que a sociedade exerça seus direitos, “melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça outras culturas, valores e

modos de pensar de outras pessoas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento” (BRASIL, 2014, p. 23).

No ano de 2015, como forma de incentivar e orientar estados e municípios brasileiros a elaborarem os seus planos, foi lançado o Guia de Elaboração e Implementação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura. De acordo com o Guia, “o Plano Nacional do Livro e Leitura somente ganhará ressonância e efetividade se estados e municípios abraçarem as mesmas preocupações criando as condições para que a política do livro e leitura se implemente efetivamente em âmbito nacional” (GUIA, 2015, p. 6). No entanto, ainda hoje são poucos os estados e municípios que têm seus planos elaborados conforme orientação nacional.

Apesar de a legislação nacional propor que estados e municípios instituem programas próprios para a criação e valorização da biblioteca escolar por todo o país, a fim de desenvolver ações que fortaleçam a comunidade local e possibilitem maior integração entre os objetivos da escola e a função da biblioteca para capacitar os profissionais que nela atuam, além de acompanhar e avaliar os resultados alcançados, o estado de São Paulo, até a presente data, não tem seu Plano Estadual construído e, no âmbito de seus municípios, ainda são raras as iniciativas de elaboração.

Em levantamento realizado junto às prefeituras que fazem parte da Região Administrativa de Presidente Prudente, composta por 53 municípios e localizada a extremo Oeste do Estado de São Paulo, constatou-se que, até o presente momento, apenas o município de Anhumas possui o Plano Municipal do Livro e Leitura elaborado.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar as razões locais e as motivações para formulação e implementação de políticas públicas próprias de biblioteca escolar no município de Anhumas-SP, a fim de investigar de que maneira a elaboração e a implantação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLLL¹) beneficia a questão da biblioteca escolar na rede de ensino fundamental do município de Anhumas – SP.

Considerando que, a partir do processo de municipalização do ensino fundamental, deflagrado em âmbito nacional após a instituição do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e reforçado pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

¹ O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNL) orienta que estados e municípios elaborem seus respectivos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura (PELL/PMLL) de acordo com as necessidades e especificidades locais. Sendo assim, o município de Anhumas, dotado da sua autonomia municipal e seguindo o exemplo das cidades de São Paulo e Ribeirão Preto, que alteraram a nomenclatura dos seus Planos para “Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca” (PMLLLB) e “Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca” (PMLLB), também optou por utilizar uma denominação mais abrangente para o seu Plano e acrescentou a palavra Literatura. Com isso, o plano de Anhumas foi denominado como “Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura” (PMLLL).

Valorização dos Profissionais da Educação) atualmente em vigor, os municípios vêm desempenhando relevante papel na educação brasileira e responsabilizando-se cada vez mais pela prestação de serviço educacional, notadamente dos anos iniciais de tal nível escolar, faz-se necessário investigar como essa esfera de poder vem tratando a questão da biblioteca escolar na sua rede de ensino.

Não se pode desconsiderar, contudo, “a pluralidade e assimetria dos municípios que carecem de estruturas materiais, físicas, humanas, financeiras, administrativas e pedagógicas para implantar políticas educacionais e dar continuidade a elas” (OLIVEIRA et. al., 2006, p. 40).

Afinal, ao propor políticas direcionadas, é necessário levar em consideração a existência da enorme quantidade e diversidade dos municípios brasileiros, bem como suas características peculiares. Criar e expandir as redes municipais de ensino requer a organização de uma série de fatores que possibilitem uma gestão que seja capaz de manter e assegurar o bom funcionamento das escolas, além de direcionar ações que garantam a qualidade do ensino, aliadas a propostas federais, estaduais e, por fim, ao que for definido pelo município (OLIVEIRA et. al., 2006, p. 19).

No entanto, ao considerar todo esse cenário, em um contexto de extremada e contínua municipalização do ensino fundamental, surgem alguns questionamentos: Como se deu o processo de elaboração e de implementação do PMLLL em Anhumas-SP e quais as motivações dos atores envolvidos na sua construção? Quais os benefícios que a elaboração e a implantação do PMLLL geraram para as bibliotecas escolares da rede municipal? Qual a possível contribuição do PMLLL para a construção de uma política pública local de biblioteca escolar? Como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas? De que forma o município está se organizando para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país? Qual a situação atual do município em relação ao atendimento dessa Lei?

Em face dessas questões, sobretudo tendo em vista que se trata de uma pesquisadora com formação em biblioteconomia, profissional ligada diretamente à área da Ciência da Informação, conhecedora da importância da biblioteca escolar para formação e sucesso do indivíduo, preocupada com a questão da instituição/implementação de políticas públicas locais de promoção/valorização da biblioteca escolar, surge o interesse e a necessidade de pesquisar tal temática.

Assim, diante de todo o exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de formulação e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura e

Literatura (PMLLL) no município de Anhumas-SP e decorrentes contribuições em relação à construção de uma política pública local de biblioteca escolar.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

1. Analisar as políticas públicas e as legislações nacionais concernentes à temática em questão;
2. Verificar quais as políticas públicas municipais que contribuem para a implementação do PMLLL no município de Anhumas;
3. Investigar o processo de elaboração e as motivações para a criação do Plano Municipal do Livro e Leitura no município de Anhumas-SP;
4. Compreender como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL;
5. Investigar quais são as ações direcionadas às bibliotecas da rede municipal de Anhumas;
6. Verificar como o município está se organizando para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país e verificar qual a situação atual do município em relação ao atendimento dessa Lei.

Uma vez que, de acordo com Antunes (1998) a biblioteca escolar é considerada como o centro dinâmico de informação e democratização do conhecimento na escola, para que haja o desenvolvimento pleno dos indivíduos no ambiente escolar, é imprescindível a inserção de uma biblioteca atualizada e dinâmica, que conte com uma equipe de profissionais especializados e com apoio político.

Assim, como proposta de organização da Dissertação, os capítulos estão estruturados da seguinte forma:

O **Capítulo I** apresenta a construção do objeto de investigação que compreende o levantamento de trabalhos acadêmicos desenvolvidos com a temática e os procedimentos metodológicos traçados pelo pesquisador para a produção dos resultados.

O **Capítulo II** expõe um panorama geral sobre o histórico e a legislação nacional da biblioteca escolar, retratando aspectos sobre a origem, a trajetória histórica e o panorama atual. O capítulo explora, ainda, como a questão da biblioteca escolar está contemplada nas principais legislações nacionais educacionais, uma vez que a biblioteca escolar é considerada por excelência como um ambiente educacional e de construção do conhecimento.

O **Capítulo III** analisa o papel dos municípios brasileiros na educação e a sua autonomia para criar políticas locais. É realizada uma breve contextualização da Região Administrativa de Presidente Prudente (que contempla o município em estudo) e uma

caracterização da cidade de Anhumas, bem como o seu processo de municipalização do Ensino Fundamental. Por fim, são apresentadas as especificidades da Rede Escolar do Município, a fim de traçar um diagnóstico que permita compreender a relação entre a autonomia política do município e o processo de elaboração do PMLLL.

O **Capítulo IV** discorre sobre as principais políticas públicas do livro, da leitura e da biblioteca escolar no Brasil, abordando a questão das políticas públicas culturais e da atuação do estado brasileiro na área. Em seguida, realiza-se um panorama no âmbito das políticas nacionais e das práticas locais, a fim de analisar como a biblioteca escolar está sendo contemplada na legislação municipal de Anhumas-SP, bem como constatar a sua presença ou ausência nos Projetos Pedagógicos das escolas da Rede Municipal.

O **Capítulo V**, por sua vez, tem por função explanar sobre a análise dos dados coletados e trazer à tona a voz dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, conforme a proposta metodológica do estudo, a análise é realizada por meio da elaboração de categorias, a saber: 1- Processo de elaboração/implementação do PMLLL; 2- Expectativas sobre o PMLLL; 3- Condições atuais das bibliotecas escolares do município; 4- Importância/contribuição da biblioteca escolar no processo de aprendizagem; 5- Contribuições do PMLLL para as bibliotecas escolares do município; 6- Articulação da gestão municipal para o alcance das metas; 7- Organização do município para o cumprimento da Lei 12.244/2010; 8- Observação na Biblioteca da EMEF.

Por fim, a dissertação apresenta suas considerações finais, na perspectiva de propor caminhos e apontar os desafios na elaboração e na materialização de políticas públicas locais de promoção e valorização da biblioteca escolar nos municípios brasileiros.

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Este capítulo tem por finalidade apresentar a construção do objeto de pesquisa. Para tanto, apresenta a realização do estado do conhecimento acerca da biblioteca escolar, que consiste no levantamento de trabalhos acadêmicos que foram desenvolvidos e possuem relação com a temática em estudo. O capítulo I apresenta, ainda, o percurso metodológico traçado pelo pesquisador, com o intuito de alcançar os objetivos propostos, bem como de expor o processo realizado para a obtenção dos resultados.

1.1 Estado do Conhecimento

Com o propósito de fundamentar o estudo e fazer uma análise qualitativa acerca da temática pesquisada, realizamos um levantamento de dados em bancos de Teses e Dissertações de programas de Pós-Graduação em Educação e Ciência da Informação no Brasil.

Esse levantamento ocorreu entre os meses de Outubro a Dezembro de 2016 em banco de teses e dissertações de universidades que são reconhecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em Programas de Pós-graduação em Educação e Ciência da Informação com conceitos 4, 5, 6 e 7, compreendendo 72 Universidades com programas de Pós-graduação em Educação (CUML, FUFPI, FUFSE, FURB, FURG, PUC/CAMP, PUC/GOIÁS, PUC/MG, PUC/PR, PUC/RJ, PUC/RS, PUC/SP, UCB, UCDB, UCP/RJ, UCS, UDESC, UECE, UEL, UEM, UEPG, UERJ, UFAL, UFAM, UFBA, UFC, UFES, UFF, UFG, UFGD, UFJF, UFMG, UFMS, UFMT, UFPA, UFPB/JP, UFPE, UFPEL, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRRJ, UFSC, UFSCAR, UFSM, UFU, ULBRA, UMESP, UNB, UNEB, UNESA, UNESP/ARA, UNESP/MAR, UNESP/PP, UNESP/RC, UNICAMP, UNICID, UNIJUÍ, UNILASALLE, UNIMEP, UNINOVE, UNIRIO, UNISANTOS, UNISINOS, UNISO, UNIT/SE, UNIVALI, UPF, USF, USP, UTP) e 10 Universidades com Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFBA, UFF, UFMG, UFPB, UFPE, UFRJ, UFSC, UNB, UNESP/MAR, USP). Os programas foram selecionados por conceitos, de acordo com os dados obtidos na Plataforma Sucupira.

Os descritores utilizados na busca pelas produções acadêmicas foram: “Biblioteca Escolar”; “Política Pública de Biblioteca”, “Política Pública de Leitura” e “Política Cultural”, bem como seus respectivos termos no plural. Inicialmente, a pesquisa foi realizada por meio da leitura de títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos disponíveis nos bancos

de teses e dissertações dos programas de Pós-graduação selecionados. Ao todo foram consultadas 101 publicações, entre dissertações e teses.

Após essa primeira análise, selecionamos 29 produções que demonstraram maior relevância para o estudo, uma vez que abordam especificamente a questão das políticas públicas de leitura e/ou biblioteca escolar. São elas, 14 dissertações e 04 teses de Programas de Pós-graduação em Educação e 11 dissertações em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Dentre os trabalhos selecionados, não houve nenhuma ocorrência de tese em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação.

Ao selecionar os 29 trabalhos, o levantamento não considerou os trabalhos cujo acesso ao texto não estava disponível no momento da pesquisa. A pesquisa também não delimitou um período específico para seleção dos trabalhos. Assim, todas as produções localizadas foram consideradas, independentemente do ano de publicação.

No entanto, conforme pode ser observado na tabela 1, apesar do levantamento bibliográfico não delimitar período, nota-se que os trabalhos selecionados são recentes, pois os mais antigos datam de 2005.

Tabela 1 - Distribuição Anual das Teses e Dissertações

ANO	FREQUÊNCIA
2005	2
2006	3
2007	2
2008	4
2009	0
2010	2
2011	1
2012	2
2013	2
2014	3
2015	4
2016	4
TOTAL	29

Fonte: Organizada pela autora.

Observa-se, nesta tabela, que o número de produções acadêmicas que envolvem a temática em estudo ainda é bastante limitado. Destaca-se que, no ano de 2009, não houve nenhum trabalho defendido e a maior frequência identificada foi de apenas 4 trabalhos nos anos de 2008, 2015 e 2016. Números ainda muito modestos, mas que podem ser bastante significativos ao constataremos que no ano de 2014 foram 3 trabalhos (um a mais que os anos anteriores) e que 2015 e 2016 também tiveram um aumento de interesse.

Fato que pode estar relacionado ao advento da Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010 que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” e dá o prazo de 10 (dez) anos para que as instituições públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país se adequem para que a universalização das bibliotecas escolares seja efetivadas. Considerando que o prazo está se esgotando, supõe-se que cresce o interesse em investigar como os sistemas de ensino estão se organizando para o cumprimento e para a efetivação da lei.

A tabela 2 apresenta a distribuição das Instituições em que foram defendidas as teses e as dissertações, totalizando 13 ocorrências.

Tabela 2 - Distribuição das Instituições onde Foram Defendidas as Teses e as Dissertações

INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
UNB	7
PUC/SP	3
UNESP/MAR	3
UNICAMP	3
USP	3
UFSC	2
UNESP/PP	2
PUC/CAMP	1
UFMT	1
UFPR	1
UMESP	1
UNIRIO	1
USF	1
TOTAL	29

Fonte: Organizada pela autora.

Observa-se que, apesar de terem sido selecionadas para a pesquisa um total de 72 Instituições com programas de Pós-graduação em Educação e 10 Instituições com programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, apenas 13 Instituições apresentaram produções acadêmicas de interesse para o estudo, de acordo com os descritores selecionados.

A maior concentração de pesquisas está na UNB, com 7 trabalhos, em seguida está a PUC/SP, UNESP/MAR, UNICAMP e a USP com 3, a UFSC e UNESP/PP com 2 e, a maioria das Instituições (6 de 13), PUC/CAMP, UFMT, UFPR, UMESSP, UNIRIO, USF com apenas 1 trabalho.

A maior parte dos trabalhos são de Universidades localizadas na região Sudeste (15 dissertações e 03 teses), seguida pela região Centro-Oeste (08 dissertações) e, por fim, está a região Sul (02 dissertações e 01 tese).

A próxima tabela apresenta o resultado da investigação quanto ao nível (tese/dissertação) dos trabalhos defendidos nos programas de Pós-graduação selecionados.

Tabela 3 - Distribuição dos Níveis dos Trabalhos

NÍVEL	FREQUÊNCIA
MESTRADO	25
DOUTORADO	4
TOTAL	29

Fonte: Organizada pela autora.

Os dados da tabela 3 apontam um desequilíbrio na distribuição dos trabalhos por nível (tese/dissertação). Identifica-se que há uma preferência nos programas de Pós-graduação por desenvolver pesquisas sobre a temática abordada no âmbito do mestrado, em detrimento as pesquisas que são realizadas no doutorado que somam apenas 4 em um total de 29 pesquisas, conforme segue: 2005 (02 dissertações); 2006 (01 dissertação e 02 teses); 2007 (02 dissertações); 2008 (04 dissertações); 2009 (00); 2010 (02 dissertações); 2011 (01 dissertação); 2012 (02 dissertações); 2013 (02 dissertações); 2014 (01 dissertação e 02 teses); 2015 (04 dissertações) e 2016 (04 dissertações).

Para detalhamento das produções, organizamos os seguintes quadros com suas principais informações. Separamos os quadros por programas (Educação e Ciência da Informação).

Quadro 1 - Teses e Dissertações Encontradas em Programas de Educação

ANO	NÍVEL	IES	TÍTULO	AUTOR	LINHA DE PESQUISA
2005	Mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Informação pública e consciência crítica para cidadania: políticas públicas de informação em Blumenau	SILVA, Sandra Cristina da	Ensino e Formação de Professores
2006	Doutorado	Pontifícia universidade Católica (PUC/SP)	Sala de leitura nas escolas da rede municipal de ensino de São Paulo: uma inovação que resiste às discontinuidades políticas	MENDES, Mônica Fátima Valenzi	Educação: história, política e sociedade
2006	Doutorado	Universidade Estadual Paulista (UNESP/MAR)	O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina: formação e atuação	SILVA, Rovilson José da	Teoria e Práticas Pedagógicas

2006	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros	KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira	Estado, Políticas Públicas e Educação
2007	Mestrado	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Biblioteca escolar: espaço cultural que pode contribuir para o processo de letramento	GARCIA, Lígia Vieira	Movimentos Sociais, Política e Educação Popular
2007	Mestrado	Universidade de São Paulo (USP)	Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola	ALONSO, Claudia Maria Rodrigues	
2008	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP)	O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura	GOMES, Denise Pedroso	Educação: história, política e sociedade
2008	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Políticas públicas voltadas para a formação do leitor: o projeto hora da leitura	MENEGHET, Marinês Lopes Fernandes	Políticas e Gestão Educacionais
2010	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa	MORAIS, Lucimara Gomes Oliveira de	Políticas Públicas e Gestão da Educação
2010	Mestrado	Universidade Estadual Paulista (UNESP/PP)	Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livro a espaço de saber e leitura	GUIMARÃES Janaína	Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores
2011	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo	CARVALHO, Valdirene Rodrigues de	Estado, Políticas Públicas e Educação
2012	Mestrado	Universidade São Francisco (USF)	O Poder da biblioteca nos processos de (in)visibilidade do saber: um estudo de caso sobre a EJA	LIMA, Maria Aparecida Ferreira de	Educação, linguagens e processos interativos
2013	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	Política de leitura: a coleção "literatura para todos" e o letramento literário de jovens e adultos	OGLIARI, Monalisa	Políticas Públicas e Gestão da Educação
2013	Mestrado	Universidade Estadual de	A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre	ALIAGA, Renata	Estado, Políticas Públicas e Educação

		Campinas (UNICAMP)	leitura: movimentos, diálogos, aproximações		
2014	Doutorado	Universidade Estadual Paulista (UNESP/PP)	Bibliotecas Escolares de Rio Verde-GO: uma possível política municipal de leitura	LOPES, Leonardo Montes	Processos formativos, Ensino e Aprendizagem
2014	Doutorado	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Contribuições da práxis para a constituição da biblioteca escolar do trabalho a partir da educação do campo	GEHRKE, Marcos	Cultura, Escola e Ensino
2015	Mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: acervos para os anos iniciais do ensino fundamental	SOUZA, Ingobert Vargas de	Ensino e Formação de Professores
2016	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP)	Da biblioteca escolar à sala de leitura nas escolas estaduais de Ensino Fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes	LIMA, Maria Cecília Rizzi	Educação: história, política e sociedade

Fonte: Organizada pela autora.

Quadro 2 - Dissertações encontradas em Programas de Ciência da Informação

ANO	NÍVEL	IES	TÍTULO	AUTOR	LINHA DE PESQUISA
2005	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica (PUC/CAMP)	A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período 1937-2004	CALDAS, Elaine Formentini	Produção e Disseminação da Informação
2008	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando: estudo de caso	AMARAL, Renilda Gonçalves do	Gestão da Informação
2008	Mestrado	Universidade de São Paulo (USP)	Leitura mediada na biblioteca escolar: uma experiência em escola pública	FERRAZ, Marta Maria Pinto	Acesso à Informação
2012	Mestrado	Universidade Estadual Paulista (UNESP/MAR)	Apropriação das tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas escolares em busca de um espaço dinâmico	LANZI, Lucirene Andrea Catini	Informação e Tecnologia

2014	Mestrado	Universidade de São Paulo (USP)	Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades	VIANA, Lilian	Acesso à Informação
2015	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	As representações sociais no ensino médio do Distrito Federal: a biblioteca escolar pública sob o olhar do estudante	DUARTE, Yaciara Mendes	Gestão da Informação
2015	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	A biblioteca escolar nos projetos de leitura nas escolas que obtiveram os melhores resultados do Enem	SILVESTRE ESTELA, Flor de María	Gestão da Informação
2015	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura	MACHADO, Frederico Borges	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional
2016	Mestrado	Universidade de Brasília (UNB)	Desenvolvimento e políticas públicas: análise da 'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-2017)	QUARESMA NETO, João Rodrigues	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional
2016	Mestrado	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	A aplicação da Lei nº 12.244/2010 na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Niterói: situação e perspectivas das bibliotecas escolares	COSTA, Valéria Souza da	Biblioteconomia, Cultura e Sociedade
2016	Mestrado	Universidade Estadual Paulista (UNESP/MAR)	O profissional da informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)	MARSULO, Thabyta Girdell	Informação e Tecnologia

Fonte: Organizada pela autora.

Para uma análise mais criteriosa, as pesquisas foram divididas em dois grupos, de acordo com a similaridade e o enfoque dado ao objeto de análise de cada trabalho estudado.

No primeiro grupo, selecionamos os trabalhos que abordam as políticas e os programas de incentivo à leitura e de promoção da biblioteca escolar. Neste grupo encontra-se um total de 17 pesquisas que se assemelham por darem ênfase ao estudo de elaboração e/ou implementação de políticas e programas governamentais sobre leitura e biblioteca escolar, são eles: “Informação pública e consciência crítica para cidadania: políticas públicas de informação

em Blumenau” (SILVA, 2005); “A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período 1937-2004” (CALDAS, 2005); “Sala de leitura nas escolas da rede municipal de ensino de São Paulo: uma inovação que resiste às descontinuidades políticas” (MENDES, 2006); “O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura” (GOMES, 2008); “Políticas públicas voltadas para a formação do leitor: o projeto hora da leitura” (MENEGUET, 2008); “Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa” (MORAIS, 2010); “Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livro a espaço de saber e leitura” (GUIMARAES, 2010); “A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo” (CARVALHO, 2011); “Política de leitura: a coleção "literatura para todos" e o letramento literário de jovens e adultos” (OGLIARI, 2013); “Bibliotecas Escolares de Rio Verde-GO: uma possível política municipal de leitura” (LOPES, 2014); “Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades” (VIANA, 2014); “Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: acervos para os anos iniciais do ensino fundamental” (SOUZA, 2015); “Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura” (MACHADO, 2015); “Da biblioteca escolar à sala de leitura nas escolas estaduais de Ensino Fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes” (LIMA, 2016); “Desenvolvimento e políticas públicas: análise da 'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-2017)” (QUARESMA NETO, 2016); “A aplicação da Lei nº 12.244/2010 na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Niterói: situação e perspectivas das bibliotecas escolares” (COSTA, 2016) e, “O profissional da informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)” (MARSULO, 2016). Desses 17 trabalhos, 11 fazem parte de Programas de Pós-Graduação em Educação e 06 fazem parte de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Esses estudos estão preocupados em abordar a questão da relação existente entre leitura e cidadania, conforme destaca Oliveira e Prados (2015, p. 103): “A leitura permite que o cidadão desenvolva uma consciência crítica a respeito de si e da sociedade [...] a leitura é um direito humano que proporciona o exercício pleno da democracia [...] quando lemos questionamos o mundo e a nós mesmos”.

O segundo grupo compreende os trabalhos que abordam o papel da biblioteca escolar e suas ações na formação do leitor e da sociedade. Neste grupo encontra-se um total de 12 trabalhos que se assemelham por dar enfoque ao papel da biblioteca escolar e à importância das atividades de mediação na formação do aluno/leitor, são eles: “O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina: formação e atuação” (SILVA,

2006); “Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros” (KLEBIS, 2006); “Biblioteca escolar: espaço cultural que pode contribuir para o processo de letramento” (GARCIA, 2007); “Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola” (ALONSO, 2007); “A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando: estudo de caso” (AMARAL, 2008); “Leitura mediada na biblioteca escolar: uma experiência em escola pública” (FERRAZ, 2008); “Apropriação das tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas escolares em busca de um espaço dinâmico” (LANZI, 2012); “O Poder da biblioteca nos processos de (in)visibilidade do saber: um estudo de caso sobre a EJA” (LIMA, 2012); “A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre leitura: movimentos, diálogos, aproximações” (ALIAGA, 2013); “Contribuições da práxis para a constituição da biblioteca escolar do trabalho a partir da educação do campo” (GEHRKE, 2014); “As representações sociais no ensino médio do Distrito Federal: a biblioteca escolar pública sob o olhar do estudante” (DUARTE, 2015) e, “A biblioteca escolar nos projetos de leitura nas escolas que obtiveram os melhores resultados do Enem” (SILVESTRE ESTELA, 2015). Desses 12 trabalhos, 07 fazem parte de Programas de Pós-Graduação em Educação e 05 fazem parte de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Esses estudos estão preocupados em demonstrar que, a inserção da biblioteca no processo de ensino e a contratação de profissionais habilitados para atuar nesse ambiente educacional possibilita aos alunos a ampliação do conhecimento, conforme afirma Campello, (2010, p. 26):

a biblioteca da escola é o espaço, por excelência, para o desenvolvimento de atividades de produção do conhecimento, que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. Uma das mudanças mais significativas que o professor interessado em desenvolver esse tipo de atividade vai enfrentar é o trabalho em colaboração. O bibliotecário da escola pode ser um parceiro nesse processo por estar acostumado a ver a boa biblioteca como um espaço de construção do conhecimento.

Assim, além de ambiente adequado e de recursos informacionais, é fundamental que a biblioteca escolar conte também com profissionais especializados para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que incentivem os alunos a utilizarem a biblioteca não apenas para os fins de pesquisa, mas como um instrumento pedagógico e formativo.

1.1.1 Breve abordagem das pesquisas selecionadas

Iniciamos a análise pelo primeiro grupo, por ordem cronológica, conforme apresentado anteriormente.

Silva (2005) tem como foco em seu estudo a Informação para a Cidadania (O potencial educativo da informação e das políticas públicas informacionais). O objetivo do trabalho é verificar as atividades e os serviços de informação disponíveis para acesso público, bem como saber o que a administração municipal prevê na legislação como informações fundamentais para socialização. Os resultados revelam que a legislação na área da informação pública é precária e não estabelece nenhuma política pública de informação para o município. As atividades e os serviços de informação com conteúdo educativo não são socializados e usufruídos pela população. A pesquisa revela ainda que a informação pública é utilizada como estratégia tanto por parte das organizações (Sociedade Civil de Blumenau) para a garantia de direitos sociais e cidadania, quanto por parte do Estado (Governo Municipal) para exercício do poder.

Caldas (2005) apresenta em seu trabalho a trajetória dos programas de leitura e da biblioteca pública no Brasil, por meio de leis e decretos que os instituíram, abrangendo o período de 1937 (menção ao Primeiro Instituto Nacional do Livro) a 2004 (o Brasil se insere no processo de globalização e o domínio da leitura e escrita se tornam essenciais). O estudo elaborou um quadro histórico no qual relaciona as datas em que foram postulados leis e decretos com o regime do governo vigente, observando a trajetória dos programas nacionais de leitura e a importância dada à biblioteca pública frente à população.

A pesquisa de Mendes (2006) aborda o processo pelo qual o Projeto Sala de Leitura da Rede Municipal de São Paulo foi implementado, instituído e como se mantém. Com os resultados, foi possível verificar que o Projeto se constitui em uma inovação e permanece mesmo com as discontinuidades políticas de diversas gestões, tensões, conflitos e com a configuração de um novo professor (habilitado para atender às funções específicas demandadas pela Sala de Leitura).

O trabalho de Gomes (2008) tem natureza histórica e analisa as políticas públicas de implementação de bibliotecas (do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo) entre os anos de 1935 e 1938, período em que Mário de Andrade foi responsável pelo Departamento e instituiu o programa de expansão de bibliotecas. Buscou-se compreender o que as políticas públicas de criação de bibliotecas representam na democratização da leitura e da

formação do leitor e como a Biblioteca Infantil se constituiu no espaço de materialização das práticas de leitura idealizadas pelo Departamento de Cultura.

A partir de uma abordagem político-educacional, Meneguet (2008) analisa os elementos teórico metodológicos do projeto Hora de Leitura, considerando e articulando os estudos de Bakhtin, Geraldi e Isabel Solé, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries com a legislação própria referente ao projeto, bem como as condições pedagógicas/administrativas de concretização nas escolas. Os principais resultados revelam a ineficiência do projeto em sanar o problema da “incompetência leitora”, em razão da superficialidade e das condições em que são operacionalizados os elementos teóricos metodológicos nas escolas públicas do estado.

O estudo de Moraes (2010) teve como objetivo analisar as políticas de leitura desenvolvidas em espaços escolares sob a perspectiva da gestão escolar e do direito social do aluno, mais especificamente do programa Literatura em Minha Casa e das ações do estado sobre a leitura. Assim como revelam os estudos anteriores, esta pesquisa sinaliza que, apesar de aporte legal sobre o direito à leitura, existem desarticulações nas relações de promoções de políticas de leitura e existem poucas vivências dos estudantes das escolas públicas com a leitura, pois a acessibilidade ao livro ainda é escassa.

A pesquisa de Guimaraes (2010) teve como objetivo investigar se as políticas públicas de promoção à leitura (especificamente o PNBE) têm contribuído com o acesso à leitura, à formação de leitores e à dinamização da biblioteca escolar (estrutura, acervo e acessibilidade). Foi realizado um estudo de caso em uma biblioteca da rede de ensino municipal que demonstrou condições precárias do espaço físico, baixa qualidade do acervo, bem como desqualificação e falta de formação específica para atuação e realização de atividades de incentivo à leitura de profissionais.

Carvalho (2011) realiza um estudo exploratório sobre políticas públicas de leitura e biblioteca escolar, tendo como foco o Manifesto IFLA/1999 em prol da biblioteca escolar e o PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura /2006). A análise demonstra a existência de políticas públicas exclusivas para ampliação e aquisição de acervo bibliográfico, que não contemplam a biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem.

O estudo de Ogliari (2013) buscou analisar se as obras da coleção Literatura para Todos são adequadas para o letramento de jovens e adultos, grupos aos quais se destinam; se dialogam com seu universo cultural e se fomentam a leitura literária. Foi possível constatar que essa ação do Ministério da Educação (como parte de uma política pública de leitura) vem

de fato contribuindo como uma possibilidade para as demandas educacionais desses alunos e promovendo a formação de comunidades leitoras.

A tese de Lopes (2014) aponta as políticas públicas de investimento e as atividades de leitura realizadas nas bibliotecas escolares da rede municipal de Rio Verde - GO em comparação à bibliotecas laureadas pelo prêmio Viva Leitura da rede Municipal de Londrina - PR. Os resultados do estudo indicam que as bibliotecas escolares do município de Rio Verde necessitam de maior investimento nos ambientes estruturais e na qualificação dos profissionais, além de maior envolvimento da comunidade e do poder público para o fortalecimento de projetos e de políticas eficazes que visem à implementação de bibliotecas escolares em toda a rede municipal como garantia de acesso à leitura e à informação.

Viana (2014) faz um estudo partindo da atual situação da biblioteca escolar brasileira, com base na Lei Federal n. 12.244/10, que determina a criação de bibliotecas nas instituições de ensino no país. Com objetivo de sistematizar as categorias implicadas na instituição de políticas públicas de biblioteca escolar, foi analisada a implementação da política pública municipal da cidade de São Bernardo do Campo - SP, que deu origem à REBI (Rede Escolar de Bibliotecas Interativas). O resultado aponta a sistematização de categorias que devem ser consideradas em políticas públicas voltadas para a criação, ressignificação e consolidação de biblioteca escolar no Brasil.

A pesquisa de Souza (2015) teve como objetivo analisar o Acervo Complementar do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e os livros para crianças do PNAIC (Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), distribuídos pelo Governo Federal às salas de alfabetização da rede pública, e suas implicações quanto à formação de leitores literários infantis. Tendo como base os estudos de políticas públicas (HOFLING), livro e leitura (PAIVA), literatura infantil (ZILBERMAN, DEBUS, LAJOLO), letramento literário (PAULINO, SOARES, COSSON, LLUCH) e literalidade (AZEVEDO, MIAL & KUIKEN), a análise documental proporcionou categorizar os acervos entre livros infantis e de literatura infantil.

O trabalho de Machado (2015) busca compreender a relação das políticas com seu modelo de atuação. Para tanto, analisa o Plano Distrital do Livro e da Leitura, elucidando como as políticas influenciam o desenvolvimento do modelo de biblioteca dissociado das orientações teóricas a fim de identificar as variáveis e os impactos resultantes. A análise mostrou que a ausência de especialistas (bibliotecários) e abstenção das universidades na elaboração das políticas permitem equívocos e distorções conceituais da função social da biblioteca.

A pesquisa de Lima (2016) apresenta o percurso das bibliotecas escolares na Rede Estadual de Ensino Fundamental de São Paulo, tendo como referência a Lei Federal n. 12.244/10 (que universaliza a biblioteca escolar nas instituições de ensino do país) e o Manifesto da UNESCO/2005 (que indica Diretrizes para as bibliotecas escolares). Foram localizados dispositivos legais, normas regulamentares e ordinárias publicados no Diário Oficial e na Secretaria da Educação do Estado, com a finalidade de refazer a trajetória da biblioteca escolar e de identificar como a Sala de Leitura foi introduzida nas escolas paulistas. Os resultados revelam que o silêncio das bibliotecas escolares nas escolas paulistas é consequência da ausência de profissionais especializados para o exercício das atividades e da constante instituição de políticas públicas voltadas apenas à distribuição de materiais (que não se ocupam da disseminação e uso) e, da admissão do professor readaptado como responsável pela Sala de Leitura (a partir da Resolução SEE n. 15 de out. de 2009, reafirmada pela Resolução SEE n. 14 de 29 de jan. de 2016).

Quaresma Neto (2016) propõe-se a analisar como a diretriz da Formação Cidadã (no âmbito do PNLD) vem contribuindo para fomentar o respeito à diversidade de gênero através dos livros didáticos de história do Ensino Médio (2015-2017). Os resultados demonstram os alcances e os limites dessa prática analisada.

Costa (2016) examina o cumprimento da Lei n. 12.244/10 na organização das escolas públicas de ensino básico de Niterói - RJ. Verifica-se que 93% das escolas não têm biblioteca em suas unidades, uma vez que a maioria das escolas possui salas de leitura (espaço inadequado, sem tratamento do acervo e com atividades de leitura insuficientes) que não atendem ao cumprimento da lei. O pesquisador sugere parâmetros mais adequados à realidade do município.

O trabalho de Marsulo (2016) teve como objetivo destacar as habilidades particulares dos profissionais da informação no que se refere ao ciclo de vida e ao desenvolvimento de políticas públicas que visam alavancar as transformações advindas das tecnologias da informação e comunicação. A posição social do bibliotecário (profissional da informação) fica evidenciada na análise crítica do histórico das iniciativas do governo brasileiro sobre políticas de informação (1990 – 2012), no âmbito do livro, da leitura e das bibliotecas (Plano Nacional do Livro e da Leitura).

Finalizada a análise dos trabalhos que compreendem o primeiro grupo, passamos agora aos trabalhos que compõem o segundo grupo.

A tese de Silva (2006) apresenta uma proposta para formação do mediador de leitura (profissional responsável pela biblioteca escolar). Para tanto, foi realizada a coleta de

dados em bibliotecas da rede Municipal de Ensino de Londrina (no período de 2002/2004) e Barcelona (no período de 2005/2004), a fim de estabelecer uma correlação entre esse processo. Silva também entrevistou especialistas na área de formação do leitor, de leitura e de biblioteca (Brasil e Espanha). Os resultados voltam-se para a necessidade de a prática do professor mediador ser fundamentada em conteúdos direcionados à concepção da leitura e à sua relação com o ato de ler na biblioteca escolar.

Klebis (2006) propõe-se a entender as circunstâncias por meio das quais são construídos os vínculos entre os sujeitos e os livros durante o processo escolar e a formação do leitor, investigando as práticas das atividades de leitura e os contextos em que se produzem a relação entre sujeito e texto. O pesquisador ressalta como resultado a necessidade de investir no desenvolvimento objetivo das competências e habilidades fundamentais à leitura e no envolvimento subjetivo entre leitor e livro.

O trabalho de Garcia (2007) teve como objetivo discutir o papel da biblioteca escolar como mediadora no processo de interlocução entre leitor-autor na formação do aluno-leitor. Foi realizado um estudo de caso no município de São José dos Quatro Marcos - MT. Os resultados apontam para a constatação geral de que a biblioteca escolar é agente de transformação do ensino e de que os educadores estão preocupados com a formação do aluno-leitor. No entanto, os próprios educadores admitem que não leem com frequência, que o acervo da biblioteca há anos não é atualizado e que não existe política de gestão voltada para os alunos.

A dissertação de Alonso (2007) coloca em pauta questões relativas ao papel da biblioteca escolar e as atividades de leitura na formação do leitor literário e da preparação do professor da atualidade frente a essas atividades. Buscou-se resgatar exemplos de sucesso de planos educacionais de outros países (Portugal e França) e suas políticas direcionadas a esse espaço pedagógico. Os resultados da pesquisa alertam para a necessidade de buscar estratégias de aproximação do professor ao espaço da biblioteca, para que, conhecendo esse espaço, possa propor práticas diferenciadas de utilização da biblioteca escolar como ambiente pedagógico.

O estudo de Amaral (2008) abordou o significado da biblioteca escolar e verificou as diversas conotações desses significado na formação intelectual de alunos, professores, servidores e da comunidade, com o objetivo de analisar o modo como a biblioteca escolar do Centro de Ensino Fundamental 03 de Brasília se configura como mediadora entre professor e aluno e entre ensino e aprendizagem. O estudo revela que o maior desafio da biblioteca do CEF 03 de Brasília é promover a integração entre o aluno e o ambiente de estudo, já que a metodologia desenvolvida em sala de aula (baseada no livro didático) mostra-se

inoperante e desqualificada. Professor e biblioteca devem, portanto, trabalhar em sintonia rumo à aprendizagem significativa.

A pesquisa de Ferraz (2008) tem como objetivo desenvolver e analisar as práticas de leitura mediada. Foram analisados encontros de leitura mediada com duas turmas de 4ª série e realizados em bibliotecas de escola pública. O resultado comprovou que a leitura mediada permite sensibilizar o aluno para a realização da leitura autônoma e para a utilização da biblioteca escolar, pois se constatou que: o conhecimento prévio dos alunos foi ampliado, o texto fundador (necessário para novas leituras) foi construído e a relação do aluno com o livro foi estabelecida de forma significativa.

Lanzi (2012) parte do pressuposto de que o bibliotecário, além de mediador da informação, é também um educador que precisa utilizar recursos pedagógicos para facilitar a assimilação cognitiva dos alunos. O estudo tem como objetivo apresentar as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) na rotina da biblioteca escolar como aliada no processo de aquisição do conhecimento acadêmico e cultural. Trata-se de uma pesquisa-ação na qual diversos recursos tecnológicos foram inseridos para construção colaborativa em ambientes digitais, além de ter sido promovida uma “Confraria da Biblioteca” em que os alunos foram estimulados a trocar informações sobre Tecnologia. Esse processo resultou em maior interesse e motivação dos alunos por pesquisas e por novas leituras. A biblioteca escolar, por seu turno, passou a ser utilizada como personagem ativa no trabalho educacional da escola.

A investigação de Lima (2012) discute as práticas presentes no fazer do bibliotecário como a classificação e a organização do material do acervo, bem como os saberes que são nelas mobilizados. Para problematização e discussão da pesquisa, foi investigada a visibilidades do conceito da Educação de Jovens e Adultos no Banco de Teses da Capes.

A pesquisa de Aliaga (2013) teve como objetivo inventariar a produção acadêmica da década de 2000-2010 e se dedicou a pesquisar as relações entre leitura e biblioteca, buscando construir uma pesquisa do tipo “Estado da Arte”, por meio do mapeamento e da sistematização de investigações que abordam o tema leitura e biblioteca. A sistematização dos dados revelou uma produção com características bem diversas que se concentra majoritariamente em programas de Pós-Graduação em Educação e permitiu discutir como a biblioteca escolar se configura nas produções acadêmicas, suas ênfases, seus diálogos e seus desafios com esse campo.

Gehrke (2014) analisa a Biblioteca Escolar da Rede Estadual de Ensino do Campo - PR na conjuntura do Movimento “Educação do Campo” e argumenta que a produção do acervo ordenado na “Biblioteca da Educação do Campo” e a contribuição dos movimentos

sociais promovem contribuições consideráveis na práxis da escrita coletiva (sujeitos em luta), nos processos de sistematização das experiências e na publicação/circulação dos documentos produzidos.

O trabalho de Duarte (2015) teve como objetivo identificar as representações sociais dos alunos do ensino médio sobre a biblioteca escolar, a fim de alinhar as necessidades culturais e informacionais deste grupo com o papel da biblioteca escolar. Os resultados mostram a visão dos alunos sobre a biblioteca: a busca por um espaço informacional de interação, uma atmosfera alegre e dinâmica.

Por fim, a pesquisa de Silvestre Estela (2015) analisa a contribuição de projetos de leitura de bibliotecas das escolas que conquistaram as primeiras posições no ranking do ENEM/2013, no Distrito Federal. A pesquisa abrangeu três escolas privadas e três públicas e os resultados indicaram que os projetos de incentivo à leitura vinculados às disciplinas dos docentes pesquisados geralmente são desenvolvidos sem a participação da biblioteca escolar. No entanto, os docentes relatam que a biblioteca escolar contribui significativamente para os resultados do ENEM em outros aspectos, como: acesso à informação, recursos humanos especializados e horário de atendimento adequado.

Após breve explanação dos principais objetivos e resultados das pesquisas selecionadas nos bancos de dados dos programas de Pós-Graduação analisados (Educação e Ciência da Informação com nota igual ou superior a 4, de acordo com dados retirados da Plataforma Sucupira), pode-se constatar que as pesquisas que têm como foco de estudo a biblioteca escolar e as políticas públicas de leitura e informação ainda são escassas e recentes.

Das 29 teses e dissertações analisadas a data de conclusão mais antiga é do ano de 2005, conforme apresentado anteriormente na Tabela 1 – Distribuição anual das teses e dissertações. Desse modo, além da contribuição e da relevância que os resultados dessas pesquisas atestam, esse levantamento bibliográfico demonstra também que essa área de estudo ainda tem muito para ser explorada, uma vez que criar e promover bibliotecas escolares por meio de investimento público é o caminho apontado para que a população possa ter, de fato, espaços de informação e leitura capazes de proporcionar a aquisição do conhecimento, com foco no direito fundamental à informação, pois somente por meio de mudança política, discursiva e institucional será possível uma transformação bem-sucedida no cenário da biblioteca escolar no Brasil.

Dessa forma, nos propusemos a realizar um estudo de caso que envolve Anhumas, o único município da Região Administrativa de Presidente Prudente (até o momento da pesquisa) que se propôs a elaborar e implementar uma política pública própria que aborda a

questão do livro, leitura, literatura e biblioteca com a finalidade de abranger diversos aspectos relacionados ao processo de valorização da leitura e da biblioteca e não apenas ao aspecto da distribuição de livros _ como pode ser constatado no resultado da maior parte dos estudos analisados anteriormente que não contribuem para a formação do leitor.

Assim, essa pesquisa pretende ocupar-se de uma lacuna teórica que esses 29 trabalhos não atingiram, uma vez que pretendemos desvelar as motivações que levaram um município de pequeno porte a implementar tal política, revelar as contribuições da aplicação da mesma para a área, além de apresentar todo o processo de elaboração e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura no município (seus desafios e perspectivas). O estudo, desse modo, tem como premissa contribuir como um instrumento de incentivo e/ou inspiração para que outros municípios possam vir aplicar a Lei.

1.2 Procedimentos Metodológicos

O lócus da pesquisa é o município de Anhumas, cidade localizada no interior do estado de São Paulo, que possui população estimada em aproximadamente 4 mil habitantes. Cumpre destacar que o município selecionado é o único dentre os 53 que fazem parte da Região Administrativa de Presidente Prudente, cidade sede de onde está instalada a Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP — que, até o momento da pesquisa, tem elaborado o seu Plano Municipal do Livro e Leitura, conforme recomendação Nacional do PNLL.

Em relação aos procedimentos metodológicos visando à coleta e à análise de dados, optou-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita melhor focar o significado do comportamento de um indivíduo ou de uma organização. “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.11).

O uso de dados qualitativos nessa pesquisa justifica-se por permitir a compreensão das múltiplas dimensões dos fenômenos em sua expressão natural. Auxilia, também, na identificação de diferentes significados das experiências vivenciadas pelos atores envolvidos no processo de elaboração e implementação do PMLLL de Anhumas, de forma a contribuir para a compreensão das relações existentes entre o indivíduo, o contexto em que ele está inserido e as ações que o influenciam.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Para Ludke e André (1986, p. 18), “o estudo qualitativo desenvolve-se numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

A pesquisa com abordagem qualitativa aproveita as formas habituais que usamos para descrever e interpretar os fatos, os eventos, as situações e os fenômenos que acontecem no nosso cotidiano e dos quais fazemos parte (ARAÚJO-OLIVEIRA, 2010).

Por meio dessa pesquisa, procuramos descobrir, apreender e compreender a realidade, ou uma parcela dela, a partir dos significados e dos sentidos que os próprios sujeitos pesquisados atribuem a seus comportamentos, ao que eles vivem, acreditam e pensam sobre o vivido. Para tanto, esta investigação se propôs, dentro da perspectiva qualitativa, utilizar diferentes técnicas de pesquisa, a saber:

1. Pesquisa bibliográfica: fazer uso dessa técnica teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico de autores e obras que tratam do tema em estudo.

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). A fim de subsidiar a construção e definição do referencial teórico da dissertação, a pesquisa bibliográfica nos permitiu realizar a investigação e a análise de livros, capítulos, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros documentos que tratam sobre a temática em estudo, possibilitando, assim, a ampliação da cobertura dos fenômenos.

Trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, e que isso exige vigilância epistemológica (LIMA; MIOTO, 2007, p. 37).

Conforme orienta Salvador (1986), então, a leitura é a principal técnica utilizada na pesquisa bibliográfica. Por isso, foram realizadas sucessivas leituras do material selecionado, o que nos permitiu identificar as informações nele contidas, bem como nos possibilitou analisar a sua consistência e a relação existente entre eles.

Para melhor sistematização, o processo de leitura foi realizado de acordo com o que aconselha Salvador (1986):

- Leitura de reconhecimento do material bibliográfico: localização e seleção de obras relacionadas à temática em estudo;
- Leitura exploratória: verificar se o material selecionado realmente interessa ao estudo;
- Leitura seletiva: identificação e seleção das informações relevantes para o objetivo do estudo e descarte das obras secundárias;
- Leitura reflexiva ou crítica: estudo crítico, que tem por finalidade responder aos objetivos da investigação;
- Leitura interpretativa: momento complexo, que tem como objetivo estabelecer relação entre as ideias que estão expressas nos textos com a problemática do estudo.

A análise das soluções presentes nas obras selecionadas por meio da pesquisa bibliográfica nos permitiu ainda a construção de um instrumento de produção de informações que possibilitou a extração de conceitos, temas e considerações destas pesquisas que foram essenciais para a compreensão e para a clareza do objeto de estudo.

2. Estudo de caso: a técnica de estudo de caso foi utilizada por possuir como característica a utilização de um conjunto de métodos de pesquisa com o objetivo comum de dar ênfase a uma mesma instância. Isso se aplicou perfeitamente neste estudo, uma vez que, conforme relatado anteriormente, o município de Anhumas é o único entre os 53 da Região Administrativa de Presidente Prudente que, até o presente momento, tem elaborado e implementado o PMLLL, conforme recomenda o PNLL.

De acordo com André (1984), o estudo de caso deve ser entendido como a investigação sistemática de evento, grupo, pessoa ou instituição específica, que deve ser tratado como único e singular.

“Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20).

A característica mais particular do estudo de caso é a ênfase que é aplicada na singularidade do particular. “Isso implica que o objeto de estudo seja examinado como único, uma representação singular da realidade, realidade esta multidimensional e historicamente situada” (ANDRÉ, 1984, p. 52).

Segundo Gil (2002, p. 54), o estudo de caso "é aquele que consiste do estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento".

Conforme as recomendações de Ludke e André (1986) para as pesquisas que se utilizam do estudo de caso, Este trabalho desenvolveu, necessariamente, três fases: a primeira que é caracterizada como exploratória por abranger o levantamento bibliográfico da temática investigada; a segunda que é o momento da coleta de dados e que foi realizada por meio das entrevistas semiestruturadas, da observação e da análise de documentos; por fim, a terceira fase que é a análise sistemática dos dados produzidos e a elaboração do relatório, no qual foram reunidas as informações provenientes do estudo realizado.

Conforme relata Yin (2005, p. 26), “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. O autor destaca ainda que o poder diferenciador do estudo de caso está na sua capacidade de trabalhar com diversas evidências (documentos, artefatos, observação direta e entrevistas).

Todavia, cabe ressaltar que a utilização do estudo de caso como procedimento metodológico desta pesquisa justifica-se pelo fato de a elaboração do PMLLL pelo município de Anhumas ser ainda um caso isolado na Região, fato que, de acordo com os autores estudados, garante ao estudo as características fundamentais ao se aplicar um estudo de caso: singularidade e particularidade.

Dessa forma, surge o interesse em investigar quais são as motivações que levaram um município de aproximadamente quatro mil habitantes a elaborar o seu PMLLL, enquanto a maior parte dos municípios e o próprio Estado de São Paulo ainda não se organizaram para cumprir tal recomendação.

1.3.1 Instrumento de Coleta de Dados

Como instrumentos de coleta de dados foi utilizada a entrevista do tipo semiestruturada, a Observação e a Análise de documentos.

A aplicação das entrevistas foi realizada junto aos dirigentes municipais de educação e cultura e outros atores que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLLL) de Anhumas – SP (ROTEIRO I²) e com os gestores, professores e funcionários responsáveis pelas bibliotecas das escolas do referido município (ROTEIRO II), tendo em vista que a biblioteca escolar é considerada um forte instrumento educacional e cultural e deve ter ações desenvolvidas em conjunto com estado e

² Os Roteiros de entrevistas I e II estão presentes nos Apêndices do estudo e podem ser consultados no final do trabalho.

sociedade. Assim, a participação de ambas as secretarias e dos atores envolvidos nesse processo é de fundamental importância para o estudo.

Desse modo, a entrevista semiestruturada possibilitou a produção de informações necessárias para alcançar os objetivos propostos.

A entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. Daí porque podem ser definidos diferentes tipos de entrevista, em função de seu nível de estruturação. As entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação (GIL, 2008, p. 111).

A entrevista como instrumento de coleta de dados foi aplicada nesse estudo por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual se apresentou como uma alternativa na investigação dos tópicos complexos e subjetivos que teriam grande dificuldade de serem explorados por meio de instrumentos fechados. Assim, conforme recomendação de Belei, et. al. (2008, p. 189), ela foi direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto por questões abertas.

Por permitir uma organização mais flexível e possibilitar a expansão dos questionamentos de acordo com as informações que são fornecidas pelo entrevistado, a entrevista semiestruturada é um dos modelos mais utilizados pelos pesquisadores.

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 2015).

A utilização da entrevista semiestruturada permitiu-nos o aprofundamento de questões que necessitavam de maior investigação, além de ter possibilitado a geração de diferentes visões, orientações e hipóteses que contribuíram de forma essencial para o processo de investigação.

A observação, por sua vez, foi realizada na biblioteca da EMEF Adhemar Palmiro (que atende crianças de 6 a 10 anos, no Ensino Fundamental I e adultos da EJA), devido ao fato de a escola ser a única (no total de três escolas municipais) a contemplar um ambiente próprio para a biblioteca escolar, ao passo que outras instituições da cidade, quais sejam a

Creche Municipal “Professora Clotildes Lopes Trevisan” e a EMEI Ursinhos Carinhosos, contam apenas com Cantinhos e/ou Salas de Leitura.

A EMEF Adhemar Palmiro iniciou suas atividades no ano de 2008, por meio de um convênio de parceria realizado entre o estado e o município. Já no ano de 2009 houve a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. No entanto, como o espaço físico não era suficiente, o primeiro ano passou a funcionar temporariamente no prédio da Educação Infantil. Em 2014 foi realizada a construção de uma nova sede com a quantidade de salas necessárias para o atendimento de todas as séries que a EMEF deve atender, além de um ambiente adequado para a instalação da biblioteca escolar. Atualmente, a escola acolhe cerca de 370 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com a construção do novo prédio a escola recebeu também um espaço físico adequado para a instalação da biblioteca escolar que possui 74,55 m² e conta com um número aproximado de 3 mil exemplares de livros em seu acervo. No ano de 2015, a secretaria de educação designou um professor específico para gerenciar a biblioteca escolar da EMEF e para realizar ações de leitura.

De acordo com Reyna (1997), as condições de observação são o contexto natural e/ou artificial no qual o fenômeno social está manifesto ou se reproduz. São as circunstâncias por meio das quais essas condições se realizam. “Diz-se que uma observação é fidedigna quando o observador é preciso e seus registros são confiáveis. Não basta apenas colocar-se próximo ao objeto de estudo e olhá-lo. Deve-se olhar e registrar” (BELEI, et. al., 2008, p.191-192).

A observação foi realizada a fim de investigar as condições e os usos que são feitos deste ambiente educacional na escola. Para tanto, foi utilizado como base de análise o documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que atendeu à solicitação do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e elaborou parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares, tornando-se “um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares do país” (GEBE, 2010, p. 7).

Durante a observação também foram registrados aspectos visuais que são de interesse da pesquisa. De acordo com Danna e Matos (2006), as anotações podem ser feitas por meio de registro cursivo, uso de códigos, palavras-chave e check list que devem ser transcritos posteriormente.

Nesse caso, a utilização dos parâmetros elaborado pelo GEBE contribuiu de forma significativa com o processo de observação, uma vez que o documento é composto por duas partes que auxiliam a avaliação da biblioteca escolar, conforme segue:

- **Parte 1-** Conjunto de indicadores (relativos a espaço físico, serviços e atividades, acervo, computadores, acesso à Internet e pessoal) “que representam o nível básico em que uma biblioteca deve funcionar, e aponta o nível exemplar, isto é, um horizonte a ser alcançado” (GEBE, 2010, p. 10);
- **Parte 2-** Instrumento de planejamento e avaliação “que amplia os indicadores acima mencionados, permitindo que a escola analise e avalie detalhadamente sua biblioteca, e trace metas e prazos para seu aperfeiçoamento” (GEBE, 2010, p. 10).

Assim, a investigação foi realizada de forma controlada e sistêmica, a fim de se constituir em um instrumento de avaliação científica fidedigno, concretizando-se com o processo de planejamento e preparação prévia do pesquisador/observador, conforme orienta Ludke e André (1986).

Contudo, para que possa ser capaz de realizar uma observação, não basta apenas que o observador detenha parâmetros e/ou instrumentos que os oriente no processo. É necessário também que ele possua conhecimento, olhar clínico e familiaridade com o problema, condições naturalmente atendidas, porque se trata de um profissional bibliotecário, com formação específica e habilidades para desempenhar tal procedimento.

Por fim, como forma de construção de dados, o estudo abrangeu ainda a pesquisa documental, que foi realizada por meio da seleção e da análise de documentos que possibilitaram a compreensão de como se deu o processo de elaboração e implementação do PMLLL na cidade de Anhumas.

“A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). A Pesquisa documental advém das fontes primárias de dados que são coletados e analisados pelo autor, como leis, decretos, cartas, contratos, relatos, fotografias, gravações, etc.

É um procedimento utilizado a fim de que o pesquisador possa levantar dados e informações a respeito da realidade, acontecimentos ou fenômenos daquilo que se propôs a estudar sendo ela a primeira fonte de auxílio para uma investigação. Este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo emprego de documentos como fonte de coleta de dados podendo ser escritos ou não (ZUIN, ZUIN, 2010, p. 66).

Para Lüdke e André (1986, p. 38), “são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento

humano”. Dessa maneira a análise documental busca identificar informações, a partir de questões ou hipóteses de interesse e pode se constituir em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema de pesquisa. Requer tempo e atenção do pesquisador para selecionar e analisar os documentos.

Ao analisar os documentos e as legislações, nosso estudo se propôs observar de forma criteriosa não apenas a letra da lei, mas também seu texto e sua linha, pois, de acordo com Saviani (2000), esses são fatores condicionantes que não podem ser deixados de fora. O pesquisador explica ainda que:

- A letra pode ser considerada como o espírito da lei e ajuda a ter a clareza de qual é a sua proposta;
- O texto permite a construção de consciência crítica, é o contexto (época, conjuntura política e social a quem se destina o documento). O que e por que condiciona a criticidade possibilitam compreender a lei dentro de um contexto;
- A linha, por sua vez, é entendida por ele como a entrelinha, o momento histórico em que foi motivado/inspirado para dar início aos debates até a promulgação da legislação, ou seja, o caminho percorrido até a sua aprovação.

Dessa forma, esta pesquisa realizou a consulta e a análise de documentos oficiais sobre a temática em estudo. Entre os documentos analisados, destacam-se: Leis Nacionais, Estaduais e Municipais no âmbito do livro, leitura e biblioteca; Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação; Lei Orgânica do Município de Anhumas; Planos Nacional, Estadual e Municipal do Livro e Leitura, bem como o Projeto Pedagógico das escolas municipais de Anhumas.

Contudo, ao utilizar documentos como fontes de coletas de dados, a análise tornou possível a realização da triangulação das fontes (entrevista, observação e documentos), garantindo, assim, uma perspectiva mais abrangente à pesquisa.

1.3.2 Procedimentos de Análise de Dados

Como procedimento de interpretação de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo. Bardin (2006, p. 31) destaca que a análise de conteúdo consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Sendo assim, a análise de conteúdo constituiu-se como uma técnica que nos permitiu trabalhar os dados coletados, com o objetivo de identificar o envolvimento e a participação dos sujeitos no processo de elaboração do PMLLL em Anhumas, a fim de descodificar o que foi comunicado por meio das entrevistas e da observação.

Para Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

A análise de conteúdo demanda que as manifestações tenham relevância teórica e impliquem comparações contextuais. “O ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (FRANCO, 2008, p. 12).

Desse modo, com base na mensagem, a análise de conteúdo possibilitou-nos a realização de inferências sobre os elementos de comunicação coletados. Afinal, toda análise de conteúdo implica comparação. Um dado e/ou informação específica da mensagem não tem sentido até que ele seja relacionado a outros dados e/ou informações para que possam ser comparados, o que vai diretamente ao encontro do propósito do nosso estudo.

BIBLIOTECA ESCOLAR: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO NACIONAL

Após discorrer a respeito dos caminhos metodológicos percorridos pelo pesquisador com a finalidade de alcançar os objetivos propostos no estudo, o presente capítulo tem como foco principal apresentar um panorama geral do histórico e da legislação que abrange a biblioteca escolar no país. Para tanto, procurou-se retratar aspectos sobre a sua origem, a trajetória histórica e o panorama atual. O capítulo explora ainda, como a questão da biblioteca escolar está contemplada nas principais legislações nacionais voltadas para educação, uma vez que a biblioteca escolar é considerada por excelência como um ambiente educacional e de construção do conhecimento. Assim, procurou-se compreender que atenção vem sendo dedicada à questão das bibliotecas escolares no âmbito da legislação educacional no país.

2.1 Bibliotecas Escolares no Brasil: origem, trajetória histórica e panorama atual

Relatar os caminhos percorridos pela biblioteca escolar no Brasil não é um ofício de simples conclusão para os pesquisadores brasileiros. A ausência de tradição em explanar os episódios culturais e educacionais dificulta o resgate histórico do surgimento das bibliotecas escolares no país (RAZOUK JUNIOR, 2017). No entanto, compreender o panorama da biblioteca escolar no Brasil exige uma reflexão histórica, por isso faz-se necessário esse resgate.

Uma das maiores contribuições sobre a temática foi apresentada pelo escritor Rubens Borba de Moraes, em *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Segundo o autor, a constituição das bibliotecas escolares deu-se no Brasil Colonial com a vinda dos primeiros religiosos, nos colégios dos jesuítas, instalados na Bahia, em meados do século XVI, chefiados por Manoel da Nóbrega com o objetivo de catequizar os índios e de educar os colonos (MORAES, 2006).

Com a instalação do Governo-Geral em 1549, em Salvador, Bahia, inaugurou-se oficialmente a vida administrativa, econômica e política no país, criando as condições necessárias para o início da formação dos primeiros colégios. Assim, a cultura e o saber começam a se desenvolver nos conventos dos padres franciscanos, carmelitas e beneditinos, e em especial na Companhia de Jesus, responsável pela inauguração dos primeiros Colégios Jesuítas na Bahia e em outras capitânicas (RAZOUK JUNIOR, 2017, p. 1).

No período Colonial, os livros eram restritos aos conventos. A biblioteca escolar estava relacionada diretamente à igreja, servia a ordens religiosas e seu acesso pela

sociedade brasileira surgiu nessa época. Milanesi (1986) destaca que as bibliotecas eram privadas e totalmente voltadas ao ensino, mantidas com uma direção severa que era dirigida ao ensino da catequese e à formação do espírito missionário.

Em 1549 chegam à Bahia os primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, nove anos depois da fundação da Companhia de Jesus. Vinham catequizar os índios e instruir os colonos. [...] traziam livros, mas não na quantidade necessária para suprir os colégios que fundaram logo em seguida em diversas partes da colônia. [...] Foram chegando, de diversos gêneros, não só para a instrução dos meninos, mas também para a edificação e aperfeiçoamento dos mestres. Fato é que os jesuítas, no fim do século XVI, já tinham em Salvador uma biblioteca instalada em sala especial do seu colégio. Nas suas casas do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo o mesmo acontecia, embora em menor escala (MORAES, 2006, p. 7).

Relatos de escritores revelam que as primeiras instituições de bibliotecas, assim como o conhecimento em geral, sempre tiveram uma relação estreita com a representação de poder e de prestígio na sociedade brasileira. A maior biblioteca escolar do período, a do Colégio de Salvador, foi instituída para receber as obras que eram trazidas pelo padre Manuel da Nóbrega e era retratada como luxuosa e requintada.

A mais rica de todas estava em Salvador. O teto da suntuosa sala é ‘uma das joias da pintura brasileira’. O painel central é incontestavelmente, uma das belas representações da pintura barroca no Brasil. Não há dúvida que lembra as esplêndidas salas que os reis e príncipes europeus mandavam construir e decorar para instalar seus livros e seus *cabinet de curiosités* (MORAES, 2006, p. 8).

De acordo com os historiadores, o Colégio de Salvador sempre teve bons bibliotecários. Antônio da Costa, nascido em Lion — França — foi o responsável por organizar o primeiro catálogo contendo todos os livros e classificando-os por autor e disciplina. Assim, foi considerado o primeiro bibliotecário, não somente um guardião de livros (LEITE, 1950). Em 1759, quando Pombal expulsa os jesuítas do país, a coleção da biblioteca somava aproximadamente 15.000 volumes (ARANHA, 1996).

As bibliotecas dos colégios jesuítas, situadas a princípio na Bahia e em seguida nas outras capitânicas, serviam às atividades didáticas e foram também responsáveis pela formação intelectual brasileira da primeira metade do século XVIII. Desse modo, “As bibliotecas conventuais foram, até a segunda metade do século XVIII, os centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros que iam completar seus estudos em Portugal” (MORAES, 2006, p. 24).

Essas bibliotecas persistiram até 1759, quando Pombal expulsou os padres do Brasil e desmantelou toda a rede de ensino jesuítico (MILANESI, 1986). A decadência dos

colégios religiosos resultou em abandono às coleções das bibliotecas escolares, gerando perda e destruição de grande parte dos acervos dos conventos. Os materiais foram armazenados em locais inapropriados, expostos à umidade e a insetos, sem o auxílio de pessoal qualificado para tratamento das obras (CARVALHO SILVA, 2010). Diante de tal abandono, a maior parte do acervo foi roubada, dilapidada ou vendida como papel de embrulho (MORAES, 2006, p. 10).

Esse estado de abandono permaneceu por um longo período da história nacional, até que, por volta de 1808, com a chegada da família real portuguesa, ocorreram importantes transformações culturais que resultaram na instalação de museus, bibliotecas, imprensa e academias. Assim, a condição lastimável que marca a educação passa a ser alvo de diversas ações que interferem também na relação com o livro e com as bibliotecas. Houve iniciativas no campo da cultura e da educação com a implantação de cursos de medicina (Rio de Janeiro 1809, Bahia 1812) e de agricultura (Bahia 1812, Rio de Janeiro 1814), com a organização do gabinete de química na Corte (1812), com a instituição da Imprensa Régia (1808) e com a inauguração da Biblioteca Real (1811) e do Museu Real (1808) (ASSIS, 2010).

No entanto, apesar dos avanços, revelava-se novamente o caráter elitista da educação e da cultura, em que perpetuavam as desigualdades sociais que restringiam o acesso aos bens culturais somente ao poder aquisitivo das grandes capitais. Não havia estabelecimentos comuns destinados à educação das crianças. Além disso, as instituições de ensino eram destinadas aos membros da elite, enquanto a maior parte da população era excluída. Cabe também à biblioteca esse papel excludente, uma vez que se tornava acessível apenas aos indivíduos capazes de ler e de escrever (HAIDAR, TANURI, 1998).

Um destaque especial era destinado aos colégios privados (católicos ou protestantes), que atendiam à elite brasileira e contavam com bibliotecas com ampla infraestrutura e com coleções atualizadas de acesso restrito às ordens religiosas. Apesar disso, somente a partir da década de 1870 do século XIX, a biblioteca escolar passa a ter coleções mais abrangentes, como é observado no formato atual.

Fernando de Azevedo foi um dos pioneiros no país a relacionar biblioteca e escola, assim que assumiu a Instrução Pública do Distrito Federal em 1927. Dentre as diversas modificações que Fernando de Azevedo fez no sistema de ensino, aquela que merece maior destaque foi a instituição de bibliotecas para usufruto de alunos e professores de escolas primárias (VIDAL, 2004).

Na década de 1930, a biblioteca conquista um novo espaço. Os educadores Anísio Teixeira, Manuel Lourenço Filho e Fernando de Azevedo comandaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha o princípio de instituir uma escola laica (sem influência

e orientação religiosa), universal, pública, gratuita e coeducativa, devendo a educação ser para todos. “No âmbito Nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935) legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino” (EGGERT-STEINDEL; FONSECA, 2010, p. 2).

Durante sua atuação na direção da Instrução Pública do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira criou a Biblioteca Central de Educação (cujo objetivo principal era incentivar o intercâmbio das obras e coordenar as atividades relacionadas às bibliotecas escolares) e a Biblioteca infantil, o que mostrava sua preocupação com a formação do professor e o com desenvolvimento do aluno, motivando, assim, a criação de bibliotecas para auxiliar os dois segmentos.

A proposta presente na criação das bibliotecas, naquele momento, era familiarizar os alunos e professores com o ambiente da biblioteca escolar por meio de atividades que estimulassem sua utilização e, ao mesmo tempo, facilitar o aprendizado do aluno contribuindo para sua formação cidadã. Além de trazer benefícios para o aprendizado, o ideário de biblioteca na escola era oferecer à comunidade escolar um local de incentivo à cultura e à produção de conhecimento a partir da leitura e da pesquisa escolar (LE MOS, 2015, p. 19).

Alguns acontecimentos históricos marcaram esse período, como: a instituição do Ministério dos Negócios de Educação e Saúde Pública, em 1930; a Promulgação da Constituição em 1934; a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário (passando o ensino religioso a ser facultativo); a reforma proposta por Francisco Campos (então Ministro da Educação e Saúde), que vinculava a educação superior à administração federal e regulamentava o ensino comercial médio profissionalizante (ROMANELLI, 2010).

As reformas pedagógicas fundamentadas no Movimento da Escola Nova legitimaram a biblioteca escolar no sistema educacional. Entre as décadas de 1930 e 1940, os ginásios estaduais começaram a criar suas bibliotecas escolares, que foram surgindo de forma tímida sem a priorização do potencial informacional e educativo, como se pode notar em diversas escolas públicas até a atualidade. “A Biblioteca escolar permanece um espaço qualquer com livros de qualquer natureza, dentro da escola” (CARVALHO SILVA, 2010, p. 495). Por parte dos governantes, não havia valorização das bibliotecas no ambiente escolar, nem o reconhecimento de sua contribuição para a educação.

Durante a década de 1940, buscou-se aprimorar a política nacional de educação. O processo de reforma educacional das décadas de 1930 e 1940 incluía a biblioteca escolar como uma tentativa de instrumentalizar a sociedade para a condição de cidadão, conquistando espaço no cenário nacional.

Lourenço Filho (1944) revelava a necessidade de a sociedade compreender a relação existente entre ensino e biblioteca, essenciais para uma escola completa. O educador ressaltava os benefícios da leitura para o indivíduo e entendia a biblioteca escolar como um ambiente favorável à formação do cidadão, uma vez que possibilita o contato com diversas fontes de informação.

Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 4).

Lourenço Filho (1944) também apontava caminhos para que a biblioteca escolar deixasse seu formato de depósito de livros e assumisse a característica de instrumento cultural, a fim de se tornar um ambiente dinâmico a favor do progresso da sociedade.

Nesse sentido, é possível notar que as preocupações de educadores como Anísio Teixeira e Lourenço Filho em relação à biblioteca fazem parte da história da biblioteca escolar, uma vez que relacionavam o livro e a biblioteca como elementos indispensáveis ao ensino, ao processo de aprendizagem e à formação cultural.

A aproximação da biblioteca escolar com o ensino e as exigências políticas para a instalação de bibliotecas, nas décadas de 1940 e 1950 criaram a necessidade de organizar o acervo e de envolver a participação da comunidade no ambiente escolar.

Ao constatar a necessidade de ter uma biblioteca no processo educacional, a comunidade escolar, constituída pelas associações de pais e mestres, passou a criar campanhas com a finalidade de adquirir materiais que pudessem contribuir para a criação de bibliotecas em escolas primárias que não possuíam recursos.

De acordo com Vidal (2004), para organizar as bibliotecas das escolas, era necessário que professores e diretores contassem com a cooperação de livrarias e editoras, com o apoio da associação de pais e mestres e com a organização de eventos, a fim de adquirirem recursos para as bibliotecas. Mesmo com condições precárias e recursos escassos, os esforços da sociedade envolvidos em torno da criação e da manutenção das bibliotecas escolares, marcaram a década de 1950 como referência à instalação de bibliotecas escolares no país.

No entanto, a década de 1960 foi marcada por movimentos contrários à escola e a biblioteca escolar novamente perde espaço. A escola passa a ser vista como reprodutora de desigualdade social, que atende a uma ideologia dominante e promove a divisão das classes sociais.

Esta concepção, na qual várias teorias educacionais se apoiam, contribuiu para que a BE fosse apenas um depósito de livros; a figura do professor e do livro didático eram os únicos transmissores do conhecimento; então, a presença da biblioteca não fazia muita diferença e, aos poucos foi relegada ao ostracismo, ao pleno abandono e à falta de legitimação por parte das autoridades governamentais (RUSSO; SOUZA, 2016, p. 5).

Durante todo esse período e, até a década de 1980, é possível observar a inexistência de políticas nacionais direcionadas às bibliotecas, com a finalidade de integrar os diversos modelos de bibliotecas que foram perdendo força gradativamente devido à falta de incentivo ou de política governamental continuada.

A partir da década de 1990 começam a ser observadas algumas políticas de desenvolvimento voltadas para as bibliotecas escolares. A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997) contempla o discurso de biblioteca escolar como um ambiente de aprendizado e de incentivo à leitura e ressalta a relevância da valorização e da preservação da cultura para a “formação de um cidadão consciente da importância dos diversos acervos culturais (museus, galerias de artes, bibliotecas e arquivos) e da necessidade de frequentá-los” (CAMPELLO, 2008, p. 18).

Em 1997 o Governo Fernando Henrique Cardoso cria o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) que consiste restritivamente à distribuição de livros. “Nascido com a finalidade de semear livros, o PNBE tem desempenhado sua função anualmente, no entanto, a dúvida que segue é até que ponto tem mandado o povo pensar” (IGUMA; FERNANDES 2010, p. 6).

Nas últimas décadas do século XX, bem como início do século XXI, a socialização da biblioteca escolar vem ocorrendo de forma aleatória e em caráter privado, com ínfima valorização do setor público. Os profissionais que atuam nas bibliotecas escolares, com esporádicas exceções, geralmente são compostos por indivíduos em final de carreira, com pouco conhecimento ou com problemas de saúde. Faltam, portanto, política de gestão e contratação de profissionais especializados (bibliotecários) para exercer as funções organizacionais (SIMÃO; SCHERCHER; NEVES, 1993).

Historicamente, por ser tratada como um ambiente acessível somente às minorias, sem uma política e gestão bem definidas, a biblioteca escolar não conseguiu promover na sociedade uma ideia real da importância de sua atuação em âmbito nacional, porque “As características físicas, humanas e funcionais das bibliotecas das várias épocas determinaram o conceito das mesmas, ao longo da história” (TARGINO, 1984, p.52).

Desse modo, para que haja uma transformação bem-sucedida no cenário da biblioteca escolar, é necessário modificar também sua identidade por meio de discursos e ações, conforme destaca Lemos (2015, p. 101-102),

nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Para que a almejada mudança de discurso e ações associadas à biblioteca escolar aconteça, dessa forma, é necessário refletir ainda acerca da sua concepção. Além de acervo e de suportes documentais, as bibliotecas escolares devem atender à intencionalidade social e política, representadas na disponibilidade de serviços, recursos informacionais e profissionais capazes de elaborar estratégias de intervenção que transformem a biblioteca em um espaço dinâmico, potencializando a aprendizagem e a formação humana. “A biblioteca escolar é, sem dúvida, o espaço por excelência para promover experiências criativas de uso de informação” (CAMPELLO, 2008, p. 11).

Cumprir ainda à biblioteca escolar o exercício da função de incentivo à leitura, o aprimoramento e o uso da informação em diferentes suportes, a organização de atividades de valorização social e cultural e o apoio a atividades do projeto da escola. Nesse sentido, para que a mudança aconteça, é necessário que haja a elaboração e a implementação de políticas e serviços, a seleção e a aquisição de recursos, o provimento de acesso intelectual e físico às fontes de informação, o fornecimento de instalações direcionadas à instrução e a contratação de pessoal qualificado (UNESCO, 1999).

No entanto, o empecilho que mais interfere na transformação do entendimento sobre a biblioteca escolar não está relacionado às propostas e ao conteúdo. Conforme já relatado, existe um conjunto de esforços por parte dos estudiosos que recomendam novas perspectivas para modificar a realidade da biblioteca escolar, o que nos leva a acreditar que o maior empecilho é de cunho político. Portanto, “A popularização do acesso à leitura e a valorização social da biblioteca, no Brasil, são conquistas a serem obtidas pelos atores sociais organizados e comprometidos com a democratização plena da sociedade brasileira” (SILVA, 2003, p. 33).

Desta maneira, é possível constatar a necessidade de maior mobilização política por órgãos da biblioteconomia e áreas afins, com a finalidade de concretizar propostas e ações que visem à promoção da biblioteca escolar em âmbito nacional.

Como exemplo de ações de mobilização que necessitam ser continuadas, podemos citar a aprovação da Lei 12.244/10 que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” (BRASIL, 2016). A referida lei vem atender a uma ação antiga da classe de bibliotecários e de movimentos educacionais, por isso deve ser monitorada, a fim de que possa ser efetivada pelos órgãos responsáveis para, de fato, ser efetivada. Assim, só é possível acreditar em uma mudança positiva e transformadora no cenário das bibliotecas escolares do Brasil se houver conversão política, discursiva e institucional.

2.2 A Biblioteca Escolar na Legislação Nacional Educacional Brasileira

No Brasil, as bibliotecas nascem junto com a escola, conforme relata Moraes (2006) na mais consistente obra sobre a história da biblioteca escolar do país. Conforme exposto anteriormente, a criação das primeiras bibliotecas deu-se no Brasil Colonial com a chegada dos jesuítas que se instalaram no país com o objetivo de catequizar os índios e de educar os colonos.

Desde o período Colonial até os dias atuais, a trajetória educacional tem sido marcada por fortes acontecimentos que determinaram a história da educação nacional e conseqüentemente a história da biblioteca escolar, uma vez que, em nosso país, a história da biblioteca se confunde com a história da educação.

Nesse sentido, a fim de destacar a trajetória da biblioteca escolar na legislação nacional educacional brasileira e de conferir a importância que é dada a esta instituição, abordaremos a seguir o que as principais legislações educacionais nacionais trazem explicitamente sobre a questão, destacando seus silêncios e/ou omissões sobre a biblioteca escolar.

Durante o século XX, a partir de algumas reformas educacionais, a biblioteca escolar passa a conquistar um novo espaço no cenário nacional. A década de 1930 tornou-se crucial para as ações no campo da biblioteca escolar. “No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935) legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino” (EGGERT-STEINDEL; FONSECA, 2010, p. 2).

As mudanças efetuadas no campo mais amplo da Biblioteconomia combinavam-se a iniciativas de natureza mais propriamente educacional de grande visibilidade. No Rio de Janeiro, surgiram, em 1932, a Biblioteca Central de Educação (chefiada por Armando de Campos); e, em 1934, da Biblioteca Infantil (dirigida por Cecília Meireles); ambas durante a reforma educacional de Anísio Teixeira. Em São Paulo foram inauguradas, em 1931, a Biblioteca Pedagógica Central (sob responsabilidade de Achilles Raspantini); e, em 1936, a Biblioteca Infantil Municipal (a partir de 1955, denominada Biblioteca Infantil Monteiro Lobato), gerida por Lenyra Fraccaroli até sua aposentadoria em 1961. A primeira foi normatizada pela reforma Lourenço Filho; a segunda pela administração Mario de Andrade do Departamento de Cultura (VIDAL, 2014, p. 500).

A década de 1940 procurou aperfeiçoar a política nacional de educação e a obrigatoriedade escolar passa a ser apresentada novamente na Constituição de 1946.

Em janeiro de 1946 foram instituídas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Ambas pertencem a um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946 que ficaram conhecidas como Reforma Capanema. Com essas Reformas, toda a estrutura educacional brasileira foi reorganizada na tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país (BEIRITH, 2009, p. 157).

A biblioteca escolar também foi contemplada durante o período de reforma educacional que envolveu as décadas de 1930 e 1940, passando a ser compreendida como uma forma de impulsionar o processo de ensino-aprendizagem e estimular o gosto pela leitura. Já a década de 1950 foi extremamente positiva para o campo das bibliotecas e passou a ser considerada como o marco para a criação das bibliotecas escolares no país (EGGERT-STEINDEL; FONSECA, 2010).

Apesar dos consideráveis avanços conquistados durante as décadas de 1930 a 1950, com a valorização e o aumento do número de bibliotecas escolares instaladas pelo país, durante o período de 1930 e 1980, observa-se, de modo geral, a ausência de uma política nacional que contemple a biblioteca escolar de forma mais específica. O que se constata são apenas ações locais isoladas que, ao longo do tempo, acabam por perder forças, devido à falta de incentivo ou devido a ações governamentais descontinuadas.

Essa ausência pode ser observada na Lei n. 4.024/1961 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1ª LDB) e na Lei n. 5.692/1971 que institui as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus que são reconhecidas como dois grandes momentos na construção da história da educação nacional e nas quais as palavras livro, leitura e biblioteca sequer são mencionadas, revelando a falta de compreensão e/ou a pequena importância dada a esta instituição por parte dos legisladores educacionais.

Esse desconhecimento persiste ao longo dos anos, afinal, após mais de três décadas da primeira LDB (1961), ainda é possível observar a ausência da biblioteca escolar em

políticas públicas educacionais. A promulgação da Lei n. 9.394/1996 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2ª e atual LDB), apesar de se dispor a disciplinar a educação escolar e de reconhecer que ela “se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais”, também não aborda em seu texto a questão da biblioteca escolar.

Somente no final da década de 1990 começam a ser observadas algumas políticas educacionais em âmbito nacional que passam a apresentar, mesmo que de forma tímida, alguns parâmetros para o desenvolvimento da biblioteca escolar do país.

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) contemplam a biblioteca escolar como um ambiente de aprendizado e de incentivo à leitura. Isso gera a valorização e a preservação da cultura, bem como a formação cidadã de sujeitos críticos e conscientes da importância de apreciar e frequentar acervos culturais, como: museus, galerias de arte, bibliotecas e arquivos.

Os PCN, entregue aos educadores em 1997, teve por finalidade estabelecer o caminho para a renovação da organização curricular nas escolas brasileiras ao oferecer à comunidade educacional brasileira um referencial com a finalidade de auxiliá-los no esforço "de fazer com que as crianças dominem conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade." (BRASIL, 1997, v. 1, p. 5).

Tendo em vista que o compromisso com o exercício da cidadania exige que a escola forneça as condições necessárias para o uso da linguagem, a proposta de aprendizagem estabelecida pelos PCN declara estar fundamentada na diversidade textual, partindo do princípio de que “um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 54). Os PCN reforçam ainda a importância do uso da informação ao incluir como objetivo do ensino fundamental que o aluno “saiba utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (BRASIL, 1997, v. 1, p. 108).

Assim, ao longo dos dez volumes dos PCN, a biblioteca escolar vai sendo mencionada explicitamente ou de modo mais discreto, afirmando seu papel na escola e colaborando de forma fundamental para a formação de bons leitores. Com isso, a biblioteca escolar passa a ser vista, pelos PCN

como um espaço de aprendizagem, uma continuidade da sala de aula, que propicia não só o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso eficaz da informação, mas também de atitudes referentes a aspectos de socialização e compartilhamento, e de padrões de gosto pessoal (CAMPELLO, SILVA, 2000, p. 62).

No volume correspondente à Língua Portuguesa, a biblioteca escolar é destacada como um ambiente composto por diversos materiais que contribuem para a aprendizagem da leitura, abrigando:

textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros (BRASIL, 1997, v. 2, p. 92).

Ao longo do documento, são propostas várias atividades que mencionam a biblioteca como local de compartilhamento de livros. Um exemplo é a roda de leitores, em que os alunos

tomam emprestado um livro (do acervo de classe ou da biblioteca da escola) para ler em casa. No dia combinado, uma parte deles relata suas impressões, comenta o que gostou ou não, o que pensou, sugere outros títulos do mesmo autor ou conta uma pequena parte da história para ‘vender’ o livro que o entusiasmou aos colegas (BRASIL, 1997, v. 2, p. 63).

Os PCN demonstram ainda grande preocupação com relação à qualidade das obras que devem compor o acervo da biblioteca escolar e estabelecem critérios para a seleção dos materiais, uma vez que “O papel da escola (e principalmente do professor) é fundamental, tanto no que se refere à biblioteca escolar quanto à de classe, para a organização de critérios de seleção de material impresso de qualidade” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 92).

Diversos volumes dos PCN mencionam a biblioteca como um ambiente de aprendizagem permanente, aos quais alunos e professores vão recorrer ao longo da vida. Assim, os PCN também enfatizam a necessidade de:

orientação dos alunos para a aprendizagem de procedimentos de utilização de bibliotecas (empréstimo, seleção de repertório, utilização de índices, consulta a diferentes fontes de informação, seleção de textos adequados às suas necessidades, etc.) (BRASIL, 1997, v. 2, p. 62).

E destacam, ainda, que “mais do que um espaço cuja organização e funcionamento precisam ser entendidos, a biblioteca é um espaço que precisa ser apreciado”. Assim,

a organização do espaço físico [da biblioteca] - iluminação, estantes e disposição dos livros, agrupamento dos livros no espaço disponível, mobiliário, etc. - deve garantir que todos os alunos tenham acesso ao material disponível. Mais que isso: deve possibilitar ao aluno o gosto por frequentar aquele espaço e, dessa forma, o gosto pela leitura (BRASIL, 1997, v. 2, p. 92).

Nos PCN, a biblioteca é também reconhecida como um ambiente educacional onde o aluno tem a chance de desenvolver práticas de cuidado e de dedicação ao espaço coletivo, para desenvolver valores relacionados ao "cuidado com os livros e demais materiais escritos" (BRASIL, 1997, v. 2, p. 92).

A busca por informações em acervos organizados, por seu turno, como as bibliotecas, aparece nos PCN como um dos objetivos de Artes para o Ensino Fundamental, a fim de que os alunos sejam capazes de:

buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas) (BRASIL, 1997, v. 6, p. 54).

A valorização e a preservação da cultura que envolvem diversas instituições como as bibliotecas também podem ser observadas no texto dos PCN, quando sugerem que o aluno seja avaliado com relação ao seu comportamento diante desses ambientes de preservação cultural. Assim, o aluno deve:

valorizar as fontes de documentação, preservação e acervo da produção artística. Com esse critério pretende-se avaliar se o aluno valoriza, respeita e reconhece o direito à preservação da própria cultura e das demais e se percebe a necessidade da existência e a importância da frequência às fontes de documentação, espaços de cuidados e acervos de trabalhos e objetos artísticos em diferentes ambientes (museus, galerias, oficinas de produtores de arte, bibliotecas, midiatecas, videotecas) (BRASIL, 1997, v. 6, p. 96 e 97).

Conforme apresentado, é inegável a relevância dada à biblioteca escolar na perspectiva dos PCN. Entretanto, “a opção da escola por um projeto educativo, conforme proposto no documento, vai exigir investimentos na biblioteca, de forma que ela não constitua um órgão sem vida dentro do organismo escolar, mas seja colocada no centro da ação pedagógica” (CAMPELLO, SILVA, 2000, p. 67).

A administração dessa estrutura exige, ainda, a presença de profissionais qualificados, que dominem os processos de organização, dinamização e mediação entre a

informação e o usuário. “Só assim a biblioteca se tornará um espaço democrático, onde interajam alunos, professores e informação” (CAMPELLO, SILVA, 2000, p. 67).

O ano de 1997 destaca-se mais uma vez pela criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Uma política governamental que tem como finalidade, a distribuição de obras literárias e didáticas para as bibliotecas, os alunos e os professores das escolas públicas.

No entanto, por não abranger uma política mais ampla de biblioteca, os livros distribuídos pelo PNBE, muitas vezes,

acabam sumindo pela falta de local apropriado (biblioteca), pela falta de tratamento adequado (carência de profissional bibliotecário) e pela falta de dinamização de leituras, reflexo da pouca parceria ou da pouca aproximação entre bibliotecários e professores (GARCEZ, 2007, p. 28).

Seguindo a legislação nacional educacional brasileira, no início do século XXI é sancionada a Lei n. 10.172/2001 que Aprova o Plano Nacional de Educação (1º PNE) para uma vigência de dez anos. O PNE é dividido por níveis e modalidades de ensino, magistério da educação básica e acompanhamento e avaliação do plano. O Documento completo prevê diversos objetivos e metas que se apresentam em separado, especificamente por nível e/ou modalidade de ensino. Apesar disso, a biblioteca escolar está presente apenas em alguns dos níveis e/ou modalidades, conforme segue:

O item 4 de Objetivos e Metas do Ensino Fundamental “Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infraestrutura para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais”, contempla de forma geral a biblioteca escolar em suas linhas c), quando se refere aos “espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar” e e), que diz respeito especificamente a “atualização e ampliação do acervo das bibliotecas” (BRASIL, 2001).

Com relação ao nível do Ensino Médio, o item 6 de Objetivos e Metas “Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de “infra-estrutura” para o ensino médio, compatíveis com as realidades regionais” também inclui a biblioteca escolar em duas linhas, a d) “espaço para a biblioteca” e h) “atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos” (BRASIL, 2001).

Esse nível de ensino apresenta ainda no item 9 de Objetivos e Metas o compromisso de “Assegurar que, em cinco anos, todas as escolas estejam equipadas, pelo menos, com biblioteca, telefone e reproduutor de textos” (BRASIL, 2001).

Os objetivos destacados revelam a importância atribuída à biblioteca escolar e a preocupação em instalar bibliotecas com espaços e coleções adequados para a realização das atividades nesses níveis de ensino.

O nível superior de ensino, por sua vez, também aborda a questão da biblioteca escolar, mesmo que de forma superficial. Em uma de suas diretrizes, mostra a intenção de garantir o direito à educação em condições igualitárias para todos.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, **bibliotecas** e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos (BRASIL, 2001).

O item 14 de Objetivos e Metas da educação superior recomenda ainda que se atenda aos quesitos estabelecidos pelos órgãos externos de avaliação,

a partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o recredenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos (BRASIL, 2001).

A Educação de Jovens e Adultos também apresenta uma diretriz que versa acerca da questão da biblioteca escolar, ressaltando sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem e para a formação da sociedade.

Embora o financiamento das ações pelos poderes públicos seja decisivo na formulação e condução de estratégias necessárias para enfrentar o problema dos déficits educacionais, é importante ressaltar que, sem uma efetiva contribuição da sociedade civil, dificilmente o analfabetismo será erradicado e, muito menos, lograr-se-á universalizar uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental. Universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização. Dada a importância de criar oportunidades de convivência com um ambiente cultural enriquecedor, há que se buscar parcerias com os equipamentos culturais públicos, tais como museus e bibliotecas e privados, como cinemas e teatros. Assim, as metas que se seguem, imprescindíveis à construção da cidadania no País, requerem um esforço nacional, com responsabilidade partilhada entre a União, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade organizada (BRASIL, 2001).

A modalidade de ensino de Educação Tecnológica e Formação Profissional apresenta a biblioteca escolar apenas em seu diagnóstico, desvelando as desigualdades

presentes nos diferentes níveis de ensino e a persistente dualidade propedêutico-profissional que oferece a essa modalidade condições precárias de funcionamento e realização.

Funcionando em escolas onde há carências e improvisações generalizadas, a Educação Profissional tem reafirmado a dualidade propedêutico-profissional existente na maioria dos países ocidentais. Funcionou sempre como mecanismo de exclusão fortemente associado à origem social do estudante. Embora não existam estatísticas detalhadas a respeito, sabe-se que a maioria das habilitações de baixo custo e prestígio encontra-se em instituições noturnas estaduais ou municipais. Em apenas 15% delas há bibliotecas, menos de 5% oferecem ambiente adequado para estudo das ciências e nem 2% possuem laboratório de informática – indicadores da baixa qualidade do ensino que oferecem às camadas mais desassistidas da população (BRASIL, 2001).

A Educação Indígena é a última modalidade de ensino nomeada no PNE/2001 e alude à biblioteca escolar em seus Objetivos e Metas números 10 e 11, conforme seguem:

10. Estabelecer um programa nacional de colaboração entre a União e os Estados para, dentro de cinco anos, equipar as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo **bibliotecas**, videotecas e outros materiais de apoio.

11. Adaptar programas do Ministério da Educação de auxílio ao desenvolvimento da educação, já existentes, como transporte escolar, livro didático, **biblioteca escolar**, merenda escolar, TV Escola, de forma a contemplar a especificidade da educação indígena, quer em termos do contingente escolar, quer quanto aos seus objetivos e necessidades, assegurando o fornecimento desses benefícios às escolas (BRASIL, 2001).

De acordo com o que foi apresentado, o PNE/2001 não explicita a questão da biblioteca escolar em todos os níveis e/ou modalidades de ensino. Nos itens referentes à Educação Infantil, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Especial, Formação de Professores e Valorização do Magistério e, principalmente, no item Financiamento e Gestão, a biblioteca escolar não é sequer mencionada.

O fato de a biblioteca escolar não estar presente em todos os níveis e/ou modalidades de ensino do Plano Nacional de Educação demonstra que, ainda que seja reconhecida a importância da biblioteca escolar no processo de formação escolar e cidadã, as políticas educacionais nacionais ainda tocam no tema de forma muito tênue.

Assim, mesmo quando a questão da biblioteca escolar aparece como uma proposta de objetivo ou meta dos níveis e/ou modalidades de ensino, ela não traz consigo diretrizes e/ou parâmetros que revelem os caminhos para sua efetiva concretização.

Diante da importância da biblioteca escolar, as políticas públicas devem ter como finalidade a inserção dos alunos de escolas públicas no universo da cultura letrada durante o processo de formação e devem se constituir como uma proposta que visa à reversão, histórica

e social, de restrição do acesso aos bens e serviços culturais que ora são limitados às parcelas privilegiadas da população.

Instituir uma política de leitura e biblioteca escolar é fundamental para democratizar o acesso às fontes de informação, fomentar a leitura e garantir a formação de leitores competentes. A efetivação de políticas públicas direcionadas às bibliotecas escolares, dessa maneira, pode ser vista como um dos mecanismos que representa a garantia do Estado de Direito ao princípio da igualdade, possibilitando a garantia de que os problemas não serão permanentes e iguais aos que sempre existiram (GOLDIN, 2003).

No entanto, na área cultural e educacional, o Brasil ainda está distante da perspectiva de política pública ideal. Mesmo com as discussões a respeito da leitura e da biblioteca escolar, o que se pode perceber é a falta de programas continuados de implantação e valorização permanente da biblioteca escolar.

Refletir acerca da promoção de políticas públicas para biblioteca escolar remete à questão da informação como condição fundamental da democracia. A conjuntura atual das bibliotecas escolares, nesse sentido, aponta caminhos incertos e denuncia a falta de visão dos governantes sobre seu potencial e sobre sua missão junto à sociedade. “Assim, a biblioteca não é vista como mais um dos deveres do poder público para com o cidadão e muito menos é reivindicada como tal” (SILVA, 2003, p. 52).

O Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar, elaborado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em sua Conferência Geral de novembro de 1999, declara que:

a biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública (IFLA, 2000, p. 1).

Com base no Manifesto, fica evidente a necessidade de os organismos da gestão pública, professores, alunos, bibliotecários e a sociedade civil como um todo, perceberem a relevância da biblioteca escolar para o desenvolvimento social, a fim de proporcionar a efetivação de políticas públicas continuadas como uma alternativa para que a biblioteca escolar saia da narrativa e comece a fazer parte da realidade do país.

A biblioteca escolar é essencial a qualquer estratégia a longo prazo nos domínios da literacia, educação, informação e desenvolvimento econômico, social e cultural. Sendo da responsabilidade das autoridades locais, regionais ou nacionais, a biblioteca escolar deve ser apoiada por legislação e políticas específicas. As bibliotecas escolares devem ter meios financeiros suficientes para assegurar a existência de pessoal com formação, documentos, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita (IFLA, 2000, p. 1).

A divulgação do manifesto coincide com o momento em que o país discute estratégias para viabilizar políticas públicas que são encaminhadas por vários setores da sociedade. Nesse período, são diversas as iniciativas desenvolvidas em todo o país que buscam estabelecer práticas de incentivo à leitura e de promoção da biblioteca escolar como um canal de mediação entre a informação e a sociedade.

A principal política de incentivo e de criação de biblioteca escolar foi instituída com a promulgação da Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, tendo como prazo máximo de dez anos para sua efetivação. Compete aos sistemas de ensino, portanto, “desenvolver esforços progressivos” para o seu cumprimento (BRASIL, 2010).

A publicação da Lei n. 12.244/2010 “foi resultado de um esforço da classe bibliotecária que, há longo tempo, vem denunciando a falta de bibliotecas nas escolas e a precariedade das poucas que existem, situação comprovada por diversos estudos” (CAMPELLO et al., 2012, p. 2).

Uma campanha empreendida em prol da biblioteca escolar, iniciada na década de 1990, pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-8), de São Paulo, foi posteriormente liderada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) com o lançamento, em 2008, do Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público (CFB, 2008), que buscava sensibilizar a sociedade e os dirigentes governamentais para a necessidade de se criar bibliotecas em todas as escolas brasileiras, de forma que pudessem contribuir para uma educação de qualidade (VIANA, 2014, p. 41).

O documento revelava a expectativa em relação à elaboração de uma lei capaz de dar suporte à iniciativa. Assim, ao promulgar em 2010 a Lei 12.244/2010, o Governo reconhece que “parte considerável das escolas [do país] não possui bibliotecas de forma efetiva, embora tentem constituir estruturas que configurem uma biblioteca de forma aleatória” (SILVA, 2011, 504).

Em seu Art. 1º, a referida Lei destaca que “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010). E, em seu Art. 2º, define biblioteca escolar como “a coleção de livros,

materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010). Em parágrafo único, afirma:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010).

A Lei estabelece ainda um prazo de dez anos máximos para sua efetivação, respeitando a profissão de bibliotecário e as leis que regulamentam a profissão.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010).

No entanto, “percebe-se que a Lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca como espaço de aprendizagem” (CAMPELLO, et. al., 2016, p. 54).

Desse modo, a Lei não contempla o rico conhecimento produzido pela área da biblioteconomia com relação à biblioteca escolar e a suas peculiaridades. Ignora ainda, os avanços das pesquisas existentes sobre o tema e as diretrizes estabelecidas por instituições já mencionadas, como IFLA, UNESCO e CFB.

Na letra da Lei, pode-se perceber que existe uma preocupação em ressaltar a importância do bibliotecário para garantir que a biblioteca seja efetivamente um espaço de aprendizagem. Desse modo, “a presença do bibliotecário é a esperança de que as bibliotecas implantadas atinjam esse patamar, com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem” (CAMPELLO, et. al., 2016, p. 54).

Fica evidente também que o foco da Lei é o acervo, uma vez que, ela o determina em termos de diversidade e quantidade.

A definição de um título por aluno é positiva, pois significa que a coleção terá maior diversidade de obras, não sendo suficiente que haja muitos exemplares de um mesmo título. Indiretamente isso contribui para reforçar a noção de que o livro didático para uso do aluno não é material do acervo da biblioteca (CAMPELLO, et. al., 2016, p. 54).

Fica determinado que a responsabilidade pela manutenção, preservação, organização e ampliação deverá ser encaminhada para os sistemas locais. Essa responsabilidade, entretanto, não está clara, visto que não estão previstos na Lei os recursos e as punições caso não seja cumprida.

Recentemente, em conformidade com a referida Lei, foi aprovada a Lei n. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (2º PNE), que norteia também os planos estaduais e municipais de todo o país e mantém as diretrizes definidas pelas leis que abordam a questão das bibliotecas nas instituições de educação básica. Portanto, devido à promulgação de legislações e políticas educacionais, percebe-se que existe uma ação política preocupada com essas organizações.

O PNE é um ato legislativo que está previsto na Constituição Federal e tem estabelecida a duração de dez anos. O Plano atual dispõe-se a regular o sistema nacional de educação por meio da proposição de vinte metas. Cada uma dessas metas apresenta diversas estratégias que possibilitam o seu alcance. Porém, no que se refere a metas e estratégias que dissertam a respeito da biblioteca e/ou do bibliotecário, explícita ou implicitamente, é possível identificar apenas duas, a 6 e a 7.

Com a finalidade de apresentar as metas e as estratégias presentes no PNE que mencionam a biblioteca escolar de forma explícita e implícita, Silva e Cunha (2016) elaboraram dois quadros que expõem a questão, conforme segue:

Quadro 3 - Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/2014) que envolvem explicitamente a biblioteca e o bibliotecário

METAS	ESTRATÉGIAS
<p>Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral; • Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

<p>Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir em 2021 as médias nacionais para o IDEB 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5, para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet; • Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
---	---

Fonte: Silva e Cunha, 2016, p. 53.

A partir das metas e das estratégias apresentadas, entende-se que no PNE a biblioteca escolar está relacionada com a qualidade da educação básica, além de ser percebida como importante equipamento de educação e cultura no ambiente escolar.

Na meta 7 fica mais evidente a importância do trabalho colaborativo entre bibliotecários e professores enquanto mediadores da informação. Essa meta é considerada, ainda, forte estratégia para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nessa perspectiva, vislumbra-se uma coerência política com o plano e a legislação em vigor, em especial a Lei Federal 12.244, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Trata-se, portanto, de um espaço necessário na educação básica. Além disso, percebemos que o plano menciona, mesmo que indiretamente, a importância da biblioteca como ambiente de democratização do acesso aos diferentes acervos que são suporte a construção do conhecimento, como é o caso das metas 16 e 19 (SILVA; CUNHA, 2016, p. 54).

Quadro 4 - Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/2014) que envolvem implicitamente a biblioteca e o bibliotecário

METAS	ESTRATÉGIAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os

<p>Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.</p>	<p>professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.
<p>Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

Fonte: Silva e Cunha, 2016, p. 54-55.

Conforme se pode observar, mesmo que de forma implícita, a menção de acervos e gestão escolar no PNE pode ser relacionada à biblioteca e ao bibliotecário escolar. Assim, para que se possa alcançar a meta 16 são necessárias estratégias de ampliação de acervos para contemplar materiais em Braille e Libras. “Já que a biblioteca configura-se como dispositivo informacional responsável pela organização e disseminação de acervos bibliográficos, pode contribuir para a execução da referida estratégia” (SILVA; CUNHA, 2016, p. 55).

Outra meta do Plano é a capacitação de professores que fazem parte do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). O PNLL prevê a criação de bibliotecas escolares e municipais, com coleções que atendam às diretrizes da UNESCO e postula a implantação de espaços de leitura, bibliotecas circulantes em praças e parques.

Por fim, a décima nona meta do PNE busca assegurar condições para a gestão democrática das escolas. Destaca-se nas estratégias implantadas para o alcance de tal meta, o estímulo a participação dos diversos agentes da comunidade escolar na elaboração dos programas político-pedagógicos e currículos de suas respectivas escolas. Mesmo, não havendo menção ao bibliotecário, entendemos que este profissional encontra-se inserido no âmbito da comunidade escolar e é, portanto um agente que deve participar de forma ativa na gestão democrática dos ambientes escolares (SILVA; CUNHA, 2016, p. 55).

Deste modo, o PNE reforça politicamente as diretrizes fixadas pela Lei 12.244/2010, corrobora a universalização da biblioteca escolar no sistema de ensino brasileiro e destaca a importância de inserir a biblioteca e o bibliotecário no sistema educacional, como forma de colaboração para conquistar a qualidade da educação básica.

Apesar disso, o sistema educacional brasileiro ainda precisa caminhar muito para alcançar a qualidade da educação. A promulgação da Lei n. 12.244/2010 pode ser considerada como um forte avanço com relação ao Manifesto IFLA/UNESCO, pois sua edição determina a obrigatoriedade de as bibliotecas escolares terem bibliotecários em todas as instituições de ensino do país.

Porém, ao deixar de contemplar as peculiaridades que determinam o caráter educativo das bibliotecas como ambientes de aprendizagem e não traçar padrões mínimos para a sua concreta efetivação, a Lei 12.244/2010 se torna uma política vulnerável com grande possibilidade de se converter em mais um documento burocrático, sem efetiva contribuição para o campo da biblioteca escolar.

Os pontos críticos, todavia, não recaem tão-somente na inexistência da biblioteca escolar, mas na sua precariedade: ou é “arremedo de biblioteca escolar”, sem organização, confusa, e que não pode servir de modelo para o uso correto da informação, ou não conta com alguém motivado para dinamizar a prestação de serviços bibliotecários. (MACEDO, 2005, p.68).

Todavia, compete aos profissionais bibliotecários e à comunidade escolar cobrar a aplicação da Lei, a fim de evitar que seja postergada ou esquecida em detrimento de novos interesses.

Além de reforçar as diretrizes firmadas pela Lei 12.244/2010, o PNE recomenda ainda a implementação das ações estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e destaca a importância da biblioteca escolar no processo de ensino e de formação cultural.

No entanto, para que sejam implementadas as ações do PNLL são necessárias intensa mobilização social/institucional e ações políticas que pressionem estados e municípios brasileiros a iniciarem o processo de elaboração e concretização de seus planos estaduais e municipais, conforme recomendação nacional.

Considerando que a partir do processo de municipalização do ensino fundamental, deflagrado após a instituição do FUNDEF/FUNDEB, os municípios vêm desempenhando relevante papel na educação brasileira, faz-se necessário investigar como essa esfera do poder vem tratando a questão da biblioteca escolar na sua rede de ensino, compreender

quais ações têm sido direcionadas para estabelecer políticas locais de promoção e valorização da biblioteca escolar, bem como conhecer as características e as particularidades das estruturas (físicas, materiais, humanas, financeiras, administrativas e pedagógicas) que os municípios brasileiros possuem que os capacitam para efetivar políticas públicas próprias e dar continuidade a elas.

Afinal, quando se propõe políticas direcionadas, é preciso levar em consideração a existência da diversidade de municípios que compõem os estados brasileiros, bem como suas características peculiares que podem determinar a aplicação e os direcionamentos das políticas e das ações propostas.

AUTONOMIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO

A elaboração deste capítulo pretende analisar o papel dos municípios brasileiros na educação e a sua autonomia para criar políticas locais. Para tanto, realiza-se uma breve contextualização da Região Administrativa de Presidente Prudente (que contempla o município em estudo) e a caracterização da cidade de Anhumas, bem como o seu processo de municipalização do Ensino Fundamental e as especificidades da sua Rede Escolar Municipal, a fim de compreender como tais características e particularidades podem garantir a efetivação de políticas nacionais em âmbito municipal.

Portanto, a abordagem deste capítulo faz-se necessária, uma vez que se pretende realizar um diagnóstico que possibilite compreender a relação existente entre a autonomia política do município e as suas características e particularidades que o levaram a elaborar e implementar o PMLLL, enquanto a maior parte dos municípios brasileiros sequer iniciaram as discussões a respeito da aplicação da Lei.

3.1 Educação Municipal e Autonomia Política

A partir dos anos 1980 e 1990, os municípios brasileiros passaram a desempenhar importante e crescente papel como protagonistas na área educacional. Apesar do conceito de municipalização no Brasil não ser recente e reportar-se ao início do século XX, até a instituição da Constituição Federal (CF) de 1988, a participação e a responsabilidade dos municípios brasileiros com relação à educação obrigatória era bastante limitada.

Em quase todas as constituições (exceto na carta de 1937) os municípios foram definidos como organizações políticas autônomas. Contudo, somente a Constituição de 1988 atribuiu uma autonomia plena aos municípios, elevando-os de fato ao *status* de ente federativo, com prerrogativas invioláveis por qualquer nível mais abrangente de governo (FAVERO, 2004, p. 39).

A redemocratização, consolidada por meio da CF/88, resultado da forte participação social nos debates da constituinte, colocou o cidadão como um novo ator social no cenário político “e como espaço de exercício de sua cidadania erigiu o Município como ente federado dotado de autonomia e instituiu os sistemas municipais de ensino” (BORDIGNON, 2009, p. 32).

Até o advento da CF/88, os municípios possuíam apenas sistemas administrativos, aos quais não era permitido emitir normas e políticas próprias no âmbito da educação. “É a CF/1988 que eleva o município à condição de ente federado autônomo e, a partir de então, a instância municipal passa a desempenhar relevante e crescente papel na política educacional” (MILITÃO; MILITÃO; PERBONI, 2013, p. 26).

Desse modo, a CF/88 proporcionou aos municípios um papel fundamental na Federação, ao garantir liberdade para organizar seu território e para criar novos municípios, o que intensificou a municipalização. “Em matéria de educação, [a CF/88] ofereceu a possibilidade de criar seu sistema de ensino e a responsabilidade de atender, prioritariamente, a educação infantil e, concorrentemente com os Estados, o ensino fundamental” (WERLE, 2016, p. 155-156).

No seu art. 18, a CF/88, estabelece a autonomia dos entes federado ao declarar que “a organização política-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, art. 18).

Contudo, se nas Constituições anteriores eram referidas as delegações de competências, “a CF/88 declara o regime de colaboração e a liberdade de organização dos sistemas de ensino ao atribuir ao município *status* de menor unidade territorial com governo próprio” (WERLE, 2016, p. 156).

Em seu art. 211, a Constituição Federal (1988) institui também os sistemas de ensino, ao proclamar que: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino”. Ainda o art. 211, nos parágrafos de 1º ao 4º, destaca:

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 1988, art. 211).

Dessa forma, para que possam cumprir suas responsabilidades conferidas pela CF/88, cada ente federado poderá desenvolver suas ações com autonomia, seguindo o regime de colaboração na totalidade da Nação (BORDIGNON, 2009).

Boaventura (1996) destaca que, ao elevar o município a sistema de ensino, a CF/88 proporcionou uma grande inovação que veio ao encontro da política municipalista em vigor. O autor sublinha, ainda, que até o ano de 1998, os municípios possuíam sistemas de ensino de fato mas que, por competir a eles o estabelecimento de normas pedagógicas, esses sistemas não podiam ser considerados de direito.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 colocou o Município como sistema de educação ao lado da União, Estados e Distrito Federal. Incontestavelmente, do ponto de vista educacional, foi uma das maiores inovações políticas à esfera do poder local o estabelecimento de normas pedagógicas.

Assim, possui o Brasil, como Estado Federal, uma organização educacional que acompanha, descentralizadamente, os entes políticos e constitucionais – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com os seus respectivos sistemas de ensino. Temos, portanto, para cada entidade política e administrativa um conjunto de instituições educacionais e de normas que regulam a organização e o funcionamento de redes de escolas (BOAVENTURA, 1996, p. 9).

Reafirmando o dispositivo constitucional, a Lei n. 9.349/96 (LDB/96), prorroga que “os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei”, o que permite aos municípios a criação de seus sistemas municipais próprios de educação.

No entanto, em seu art. 11, parágrafo único, a LDB/96 propõe que “os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”, o que reafirma o caráter de colaboração proposto para os sistemas de ensino que compõem os entes federados (BRASIL, 1996, art. 11, parágrafo único).

Assim, a CF/88 posteriormente ratificada e regulamentada pela LDB/96, viabiliza “a realização do fundamento democrático do exercício da cidadania, dotando o cidadão de poder em seu espaço comunitário de vida, por meio de processos de gestão pública com participação popular” (BORDIGNON, 2009, p. 33).

Em âmbito nacional, o Estado de São Paulo, diferentemente de outros estados da Federação, até o final da década de 1980, destacava-se por ser o estado com “menor índice de municipalização do ensino fundamental do país” (ROSSI, 2009, p. 19). Somente em meados de 1990, durante o governo de Mário Covas, com a definição do Decreto Estadual n. 40.473/1995 que “institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual” e, posteriormente, com a determinação do Decreto Estadual n. 40.673/1996 que “institui o

Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental” é que o estado deu início ao processo de transferência de matrículas do ensino fundamental da rede estadual para os sistemas municipais.

Todavia, apesar das medidas propostas, a municipalização começou a ganhar força no território paulista com a implantação da política de Fundos (FUNDEF/FUNDEB) para a educação brasileira que fez com que os municípios passassem a municipalizar o ensino fundamental e a oferecer cada vez mais matrículas neste nível escolar.

A Emenda Constitucional n. 14/1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentada posteriormente pela Lei n. 9.424/96, induziu os sistemas de ensino a um processo acelerado de municipalização do ensino fundamental.

O fundo tinha como proposta a retenção automática de recursos decorrentes de impostos e transferências constitucionais, que eram redistribuídas aos estados e municípios, de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental. Assim, a proposta era percebida pelos municípios como um grande atrativo, pois estabelecia que “quanto maior a quantidade deste tipo de matrícula na rede de ensino, maior a “recuperação” pelos municípios dos seus recursos capturados pelo FUNDEF” (NASCIMENTO; MILITÃO, 2016, p. 37).

O FUNDEF teve um período de dez anos de vigência (1997 – 2006) e foi substituído, em 2007, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que tem como prazo de vigência final o ano de 2020. Apesar de o FUNDEB contemplar as demais modalidades de ensino da educação básica de financiamento, não beneficiadas anteriormente pelo FUNDEF, “continua a induzir à municipalização do ensino fundamental por também fazer do aluno uma espécie de ‘unidade monetária’ e privilegiar a assunção de matrículas desta etapa escolar pelas administrações municipais para fins de redistribuição dos recursos do FUNDEB” (NASCIMENTO; MILITÃO, 2016, p. 37).

A partir desse processo, os municípios passaram a ter diversas atribuições e responsabilidades na área educacional e começaram a enfrentar desafios consideráveis para gerenciar e manter seus sistemas de ensino, uma vez que, num quadro de extrema e contínua municipalização do ensino fundamental, induzida pelo FUNDEF e reforçada pelo FUNDEB, a esfera municipal tornou-se a maior responsável pela prestação educacional, passando a conquistar autonomia política para projetar seu programa governamental.

Assim, os municípios tiveram que se empenhar e se organizar para criar escolas e bibliotecas capazes de gerir e ofertar uma educação de qualidade para seus alunos da

rede municipal de ensino, algo que no passado era feito pela rede estadual. Deste modo, a organização/gestão da educação em nível municipal adquire amplitude e importância no tempo presente, sendo fundamental para a construção de uma educação pública que seja realmente democrática e de qualidade para todos (BORDGNON; GRACINDO, 2004; GRACINDO, 2001).

Contudo, Martins (2003), ao considerar que o processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo atingiu municípios de pequeno a grande porte, com diferentes níveis de capacidades administrativas, fiscais, políticas e cobertura do ensino fundamental, reconhece que o estado não possui apenas um caso de municipalização vigente, mas sim vários. Nesse contexto, cada município paulista, com suas particularidades, detém um processo de municipalização único e dependente do seu contexto local. Sendo assim, cada caso de municipalização no estado deve ser tratado como único e analisado de forma individual para que se possa melhor compreender as características que determinam sua conduta política e administrativa ao gerenciar seus sistemas de ensino, uma vez que passa a ter a possibilidade de gerenciar suas próprias leis.

3. 2 Região Administrativa de Presidente Prudente e Caracterização Geral do Município de Anhumas

Para melhor compreender o papel do município de Anhumas no sistema educacional e a sua autonomia para elaborar/implementar políticas públicas locais, faz-se necessário realizar uma breve caracterização do município analisado. Para tanto, levantaremos aspectos históricos, geográficos e financeiros de Anhumas, bem como seus aspectos educacionais e a organização da sua rede escolar.

A cidade de Anhumas faz parte da Região Administrativa de Presidente Prudente (RA/PP), que é composta por 53 municípios e localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, no limite do Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Mapa 1 - Municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: SEADE, 2017.

A economia da RA/PP tem base na agricultura, na pecuária e em atividades agroindustriais, por isso, é uma das áreas que mais se destaca no setor rural. O comércio local também possui grande importância na geração de empregos (42,2% da mão-de-obra) e de riqueza (23% do valor adicionado). A região é grande produtora de criação de gado e carne bovina (responsável por 18% da produção total do estado), sendo a maior exportadora nacional desse produto, também é considerada como uma das maiores bacias leiteiras do Brasil. A produção de ovos e de cana-de-açúcar também contribui para formar o perfil agropecuário da região (SEADE, 2017).

A atividade industrial dessa extensão oeste é pouco significativa (corresponde a 0,4% do valor adicionado e 1,1% de pessoal ocupado na indústria estadual). Devido a criação de gado, a fabricação de alimentos e bebidas de derivados é a atividade que mais se destaca, assim como a produção de álcool que tem grande peso na indústria regional em virtude da presença de influentes usinas de cana-de-açúcar. Além desses segmentos, a indústria de confecção de vestuários e acessórios também se sobressai como principal geradora de empregos na região (SEADE, 2017).

Quadro 5 - Características da Região Administrativa de Presidente Prudente - SP

Variáveis	RA/PP	Estado de São Paulo	%
Municípios	53	645	8,22
População (2017)	854.876	43.674.533	1,96
PIB (2014) (Em mil reais correntes)	21.121.998,87	1.858.196.055,52	1,15
PIB (per capita)	24.969,35	43.544,61	-
IPRS - dimensão de riqueza (2012)	35	46	-
IPRS - dimensão de escolaridade (2012)	71	70	-
IPRS - dimensão de longevidade (2012)	55	52	-
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais - Censo Demográfico (Em %) 2010	7	4,33	-
População de 18 a 24 Anos com pelo Menos Ensino Médio Completo - Censo Demográfico (Em %) 2010	59,79	57,89	-

Fonte: SEADE, 2017.

Por fim, a RA/PP apresenta um elevado indicador de escolaridade, podendo contar, entre as principais unidades de ensino e pesquisa, com a presença de três campi da Faculdade de Ciências e Tecnologia “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, localizadas nas cidades de Presidente Prudente, Rosana e Dracena (SEADE, 2017).

Localizada a cerca de 27 km de distância da cidade de Presidente Prudente e aproximadamente 550 km da capital paulista, o município de Anhumas teve sua constituição histórica no século passado, em 1875, quando o desbravador Nayslasky trouxe os trilhos da antiga Estrada de Ferro Sorocabana que compreendia a região entre os rios Anhumas, Aguapeí, Paranapanema e do Peixe e visava o escoamento do café. Nessa época e no início do século XX, vieram para este local muitos imigrantes, entre eles as famílias de Domingos Vieira, Domingos Ferreira de Medeiros e outras famílias provenientes de vários lugares do Estado. Cartas geográficas, que denominam Domingos Ferreira de Medeiros como o maior possuidor de terras da região, confirmam que o vilarejo era formado basicamente pelas fazendas Anhumas e Laranja Doce, totalizando cerca de 30 mil alqueires. O interesse pela região foi grande e chamou a atenção dos imigrantes (Italianos Portugueses e Espanhóis). Em consequência disso, surgiu o povoado de Anhumas, que recebeu esse nome devido à presença de aves que assim também eram denominadas.

Em 6 de dezembro de 1922, com a chegada dos imigrantes, foi construído o primeiro cruzeiro que deu início ao povoado de Anhumas. Nessa época, o comércio era apenas uma venda e uma serralheria. A igreja era uma pequena capela feita de madeira, que também serviu como primeira escola. O transporte era feito de carroça puxada por burro ou carro de boi.

No dia 14 de dezembro de 1928, por meio do Decreto-Lei Estadual n. 2.309, o povoado teve sua elevação à categoria de Distrito e passou a pertencer ao município de Presidente Prudente. Já em 30 de dezembro de 1953, por intermédio do Decreto-Lei Estadual n. 2.456, o Distrito é desmembrado da cidade de Presidente Prudente e também recebe a categoria de município, o qual foi denominado de Anhumas. Dessa forma, sua instituição foi dada em 01 de janeiro de 1954 (SEADE, 2017).

A cidade faz limite com os municípios de Presidente Prudente, Pirapozinho, Narandiba, Taciba e Regente Feijó. O mapa a seguir indica a localização do município de Anhumas dentro da Região Administrativa de Presidente Prudente (SEADE, 2017).

Mapa 2 - Município de Anhumas - Localização na RA/PP



Fonte: (SEADE, 2017).

O município de Anhumas conta com uma área de 320,84 km² e abriga uma população de 3.898 habitantes, resultando numa densidade demográfica de 12,15 hab./km². A taxa de urbanização é de 86,20%, com uma taxa de crescimento anual de 0,61%. Seu IDHM é de 0,741 (SEADE, 2017).

Em relação às dimensões de riqueza, longevidade e escolaridade, Anhumas encontra-se no Grupo 3³ do Índice Paulista de Responsabilidade Social. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,87% da população de 15 anos ou mais, sendo de 66,63% a porcentagem da população de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo (SEADE, 2017).

O município de Anhumas é essencialmente agropecuário e essa atividade é a maior geradora de renda familiar das pessoas que residem no município. O processo de

³ Grupo 3: Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões.

exploração das culturas é totalmente extrativista e não segue orientação técnica de cultivo que permita a manutenção ou melhoria do solo. A consequência disso é a acentuada degradação dos solos da região que resulta em baixas produtividades (SEADE, 2017).

A região era ocupada por florestas nativas, das quais se iniciaram as explorações agrícolas na época com a cultura de algodão, amendoim. Atualmente, são diversas as atividades agrícolas e de grande importância para a produção agropecuária para o município. Porém, a topografia e o tipo de solo, aliados ao uso intensivo dos recursos naturais de forma nem sempre adequada, trouxeram diversos problemas, tais como dificuldade de trânsito nas estradas rurais, diminuição de produtividade e assoreamento de córregos e mananciais. As consequências foram a diminuição de produção e descapitalização e desunião do produtor, causando, com isso, o êxodo rural. No entanto, a cidade ainda conta com várias atividades de agricultura e pecuária, tais como o cultivo de batata doce, milho, cana de açúcar, café, soja, eucalipto, abacaxi e melancia (SEADE, 2017).

No que se refere aos aspectos culturais, o município de Anhumas possui um departamento de cultura que é assessorado pelo Sr. Osvaldo Cavalieri, responsável pela organização de eventos e parcerias com as demais assessorias e departamentos do município. Além disso, existem festas tradicionais em bairros como: o Bairro Vila Maria que realiza todos os anos a Festa do Dia de Nossa Senhora Aparecida, com uma tradicional carreata, missa, quermesse e leilão de gado; o Bairro Noite Negra que realiza tradicionalmente a quermesse no dia do Santo Antônio; a Festa de Santa Luzia, que ocorre na cidade de Anhumas nos meses de dezembro em comemoração à padroeira do município, além da tradicional cavalgada e rodeio show.

O processo de municipalização educacional do município de Anhumas foi iniciado no ano de 2008. Há três estabelecimentos de ensino, a saber: creche municipal “Professora Clotildes Lopes Trevisan” que atende crianças da faixa etária de 0 a 3 anos; EMEI Ursinhos Carinhosos que atende crianças de 4 e 5 anos, na Pré – escola; e EMEF Adhemar Palmiro que atende crianças de 6 a 10 anos, no Ensino Fundamental I.

Além dessas unidades escolares vinculadas ao sistema municipal de ensino, Anhumas conta também com a Escola Estadual Coronel Francisco Whitacker que atende crianças de 11 a 17 anos, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

No presente, a Secretaria de educação está sob a responsabilidade da professora Givanilda Alves Barbosa Obicci e o atual prefeito é o Sr. Genildo Ramineli, do Partido Social Democrático (PSD).

3.2.1 A Municipalização do Ensino Fundamental em Anhumas: contextualização, processo e tendências.

Assim como a extrema maioria dos municípios do Estado de São Paulo, as administrações municipais pertencentes à RA/PP também seguiram a tendência do processo municipalizante do ensino fundamental, induzido pelas políticas e reformas educacionais, tanto em âmbito federal quanto estadual, a partir de meados dos anos 1990.

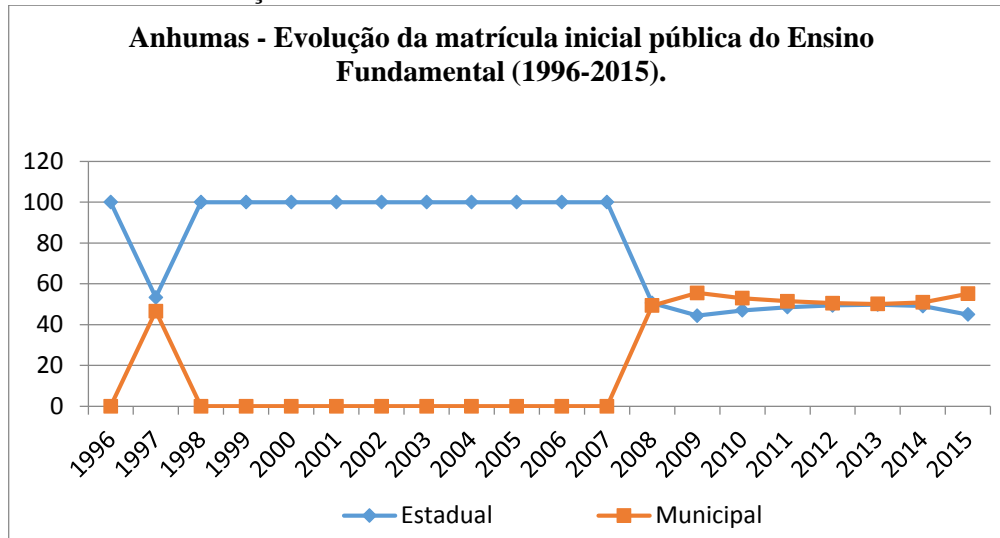
Segundo estudos da Secretaria de Ensino do Estado de São Paulo (SEESP) acerca dos impactos da implementação do FUNDEF, quando tal fundo foi criado a maioria dos 645 municípios pertencentes ao Estado não ofertava diretamente matrículas de ensino fundamental e, se a situação não fosse alterada, os municípios pertencentes a RA/PP deixariam de receber qualquer retorno financeiro proveniente do FUNDEF. Tal política determinou o avanço no processo de municipalização no Estado, pois, com os municípios assumindo a totalidade das matrículas do Ensino Fundamental I ou municipalizando completamente tal etapa escolar, o saldo a receber do Fundo poderia ser positivo.

Assim, conforme constatou Guimarães (1998, p. 91) ao estudar o processo de municipalização do Estado de São Paulo, “a possibilidade de retenção de recursos pelo FUNDEF induziu tanto municípios maiores e ‘ricos’ quanto pequenos e ‘pobres’ a se interessarem pela municipalização”. Nesse contexto, Anhumas, como a maior parte dos municípios pertencentes à RA/PP, também optou por seguir a forte tendência detectada no estado de São Paulo e aderiu ao processo de municipalização do ensino fundamental.

Fica evidente que, semelhante ao que ocorreu na maioria dos municípios paulistas, a decisão pela municipalização do ensino fundamental na região abrangida pela RA/PP também foi motivada pelo enfoque economicista, uma vez que foi tomada pela maior parte dos municípios somente após o advento do FUNDEF.

Assim como a maioria dos municípios do Estado de São Paulo, os municípios pertencentes à RA/PP se encarregaram da oferta da educação infantil e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) até a primeira metade da década de 1990, ficando o atendimento ao ensino fundamental a cargo da rede estadual. No entanto, com o advento do FUNDEF, aliado às medidas educacionais adotadas em domínio estadual paulista, tal quadro sofre considerável alteração no que se refere à cobertura do ensino fundamental por parte dos municípios da RA/PP.

O município de Anhumas, após uma experiência fugaz de municipalização em 1997, partiu decididamente para a municipalização do ensino fundamental no ano de 2008,

Gráfico 1 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental

Fonte: Elaborado com base nos dados dos Censos Escolares INEP (BRASIL, 2017).

Os municípios da RA/PP, majoritariamente, acabaram por seguir uma clara tendência de avançar apenas na municipalização do ciclo I do ensino fundamental, deixando a oferta do seu segmento posterior exclusivamente sob a responsabilidade maciça da rede estadual de ensino.

Para Oliveira (2004, p. 133), a “preferência” pela municipalização de matrículas do ensino fundamental I deve-se à sua proximidade “com a educação infantil, nível que os municípios têm maior familiaridade de atuação, e a menor complexidade de sua gestão”.

Se antes da vigência do FUNDEF Anhumas não contava com matrícula municipal no ensino fundamental, em 1997 o município passa a ter uma participação considerável na cobertura deste nível de ensino e em 2008 assume todo o atendimento das séries/anos iniciais.

O caso dessa cidade permite afirmar que ao invés de frear o processo de municipalização do ensino fundamental, como se imaginou inicialmente, o FUNDEB — apesar da abrangência e da flexibilidade se comparado ao Fundo anterior — também se configura na prática como mecanismo fortemente indutor de tal processo, sobretudo por continuar a fazer do aluno uma espécie de “unidade monetária”. Nesse aspecto, o FUNDEB repete “a experiência do FUNDEF, que também operava segundo princípio ‘mais matrícula, mais dinheiro’” (CALLEGARI, 2010, p. 16).

Porém, além de garantir o acesso ao ensino fundamental, outro desafio crucial que se coloca à educação municipal na atualidade é a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

“Em algumas localidades, a escola é o único equipamento público ao qual a população empobrecida tem acesso. Construí-la com qualidade para todos significa buscar a garantia dos direitos humanos e da consolidação da democracia em nosso país” (GADOTTI, 2009, p. 11).

Azanha (1995) destaca que Anísio Teixeira foi o protagonista nas discussões sobre a municipalização do ensino e que, para Teixeira, o processo de municipalização ofertava vantagens de ordem social e pedagógica ao integrar o professor e adequar o currículo à cultura local.

A descentralização do ensino, por meio de sistemas articulados, na concepção dos Pioneiros, não significava mera transferência de responsabilidades da União para os entes federados. Significava, muito mais, compartilhamento de poder e responsabilidades. A descentralização remete à questão do poder local e de abertura de espaços para o exercício da cidadania, via participação. Por isso, os movimentos pela descentralização acompanharam os movimentos de democratização e de autonomia dos entes federados. Mas, em algum momento de nossa história, a descentralização significou transferência de responsabilidades, omissão e abandono (BORDIGNON, 2009, p. 21).

De acordo com o art. 21 da LDB de 1996, a educação escolar compõe-se de “I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior”.

A Educação Básica apresenta duas categorias: os níveis de ensino e as modalidades de ensino. Por níveis de ensino temos: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Por modalidades de ensino temos: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação a Distância (EaD), Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial e Educação Indígena. A descentralização da Educação apresenta a possibilidade de se formular políticas públicas e ações na área didático-pedagógica mais próxima da realidade dos alunos atendidos pelos municípios e abre caminho para a inserção da gestão democrática no ensino público municipal.

Na organização da Educação nacional, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus respectivos sistemas de ensino (art. 8º), cabendo aos municípios, de acordo com o art. 11:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando

estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (BRASIL, 1988, art. 11).

Assim, os municípios passam a constituir, por meio de ato legal, o seu próprio sistema de ensino, que pela Lei n. 9.394/96 compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil, mantidas pelo poder público municipal;

II – as instituições de educação infantil criada e mantida pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

No ano de 2014 é promulgada a Lei n. 13.5005 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) por um período de dez anos, com vistas a cumprir o disposto no art. 214 da Constituição Federal, a qual determina que:

a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2014).

Por sua vez, o PNE em seu art. 8º dispõe que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei” (BRASIL, 2014).

O Plano Municipal de Educação (PME) é um instrumento que possibilita diagnosticar as reais necessidades da educação local e visa superar os obstáculos no processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de ofertar uma educação de qualidade. Esse esforço requer também a articulação da área da educação juntamente com as áreas da saúde, assistência social e conselho tutelar, buscando o acesso e a permanência do aluno na escola.

As prioridades previstas no PME devem ser acompanhadas anualmente, por meio das ações delineadas nas estratégias das respectivas metas.

O PME contempla a intenção de ofertar uma educação de qualidade para todos, que venha a formar cidadãos conscientes, com valores e atitudes, autônomos, éticos,

solidários e democráticos, de acordo com os indicadores propostos no Plano Estadual e Nacional de Educação.

A valorização dos profissionais da educação também é um desafio a ser enfrentado, não somente pela remuneração, mas também pela formação continuada dos docentes e do apoio escolar, de modo a disponibilizar nas unidades escolares estrutura física adequada, recursos pedagógicos com novas tecnologias educacionais, laboratórios e bibliotecas.

Os objetivos do PME devem considerar a realidade local e manter as bases acordadas das ações requeridas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no Plano Nacional de Educação, no Plano Plurianual (PPA), no Plano de Ações Articuladas (PAR), na Lei Orgânica do Município e nos princípios da democracia e da autonomia, além de buscar ampliar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e promover a democratização da gestão.

Em conformidade com a Lei Federal 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, o Plano Municipal de Educação de Anhumas foi instituído pela Lei n. 530/2015, de 18 de junho de 2015 e tem prazo de duração até dezembro de 2024. Foi elaborado sob a coordenação do Departamento Municipal de Educação, com participação da sociedade, por meio de encontros quinzenais e da Audiência Pública de Educação, de acordo com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais em seu art. 3º que dispõe:

o Plano Municipal de Educação, elaborado em conformidade com o que dispõe o artigo 214 da Constituição Federal e o artigo 241 da Constituição Estadual, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de São Paulo, como também a Lei Orgânica do Município (ANHUMAS, 2015).

O processo de municipalização de Anhumas foi iniciado no ano de 2008, organizando a forma de atuação do Departamento Municipal de Educação, situado à rua João Lucas Mariotto, nº 688, que é responsável pelo acompanhamento das unidades escolares municipais sob jurisdição da Diretoria de Ensino de Presidente Prudente. Possui uma Assessora de Administração, Planejamento e Supervisão Escolar, que é responsável pela educação em termos gerais, uma Assessora de Coordenação Pedagógica, uma Encarregada do Setor de Educação e uma auxiliar de secretaria, complementado temos uma Psicopedagoga que atende às instituições municipais de educação e uma Nutricionista que responde por todas as instituições educacionais.

A Rede Escolar do Município de Anhumas – SP possui quatro estabelecimentos de ensino, sendo três municipais e um estadual.

A primeira escola infantil em Anhumas teve início em 12 de outubro de 1993, por meio de Decreto-Lei Municipal, com o nome de Creche Municipal Bem-Me-Quer, localizada na Rua João Lucas Marioto, 688. O público alvo eram crianças de 0 a 6 anos.

No ano de 1999, devido ao crescimento populacional, aumentou a demanda por vagas. A falta de infraestrutura na Creche Municipal para atender às crianças de 3 a 6 anos gerou a necessidade de o município abrir uma nova unidade escolar, que foi instalada temporariamente na Rua Quatro S/N, conforme Alvará nº 165/99 de 21 de maio de 1999, com o nome de EMEI Ursinhos Carinhosos, que passou a atender somente a pré-escola, faixa etária de 4 a 6 anos e, no ano seguinte, e mudou-se para a Rua Ângelo Sereghetti, 566, que recebeu essa faixa etária até 2008. Em 2009, a EMEI Ursinhos Carinhosos passou a assistir crianças somente de 4 e 5 anos, em razão da ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos, conforme Decreto nº 869/2009.

Em 03 de outubro de 2012, com a inauguração da nova unidade escolar Creche Municipal Professora Clotildes Lopes Trevisan, a unidade escolar Creche Municipal Bem-Me-Quer foi descontinuada e o prédio que ocupava passou a ser utilizado a partir de 2013 pela EMEI Ursinhos Carinhosos.

Em 2008, a Rede Municipal de Ensino de Anhumas municipalizou o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Em 2009, o município implantou o ensino fundamental de 9 anos, passando a atender do 1º ao 5º ano e a funcionar em dois períodos, com instalação na Rua José Lopes Martins, 400.

O ensino fundamental anos finais e ensino médio são atendidos no município de Anhumas pela Secretaria de Estado da Educação, na Escola Estadual Cel. Francisco Whitacker.

3.2.2 Caracterização da Rede Escolar do Município de Anhumas

A Rede Escolar do Município de Anhumas é composta por três unidades escolares, sendo: Creche Municipal Professora Clotildes Lopes Trevisan; EMEI Ursinhos Carinhosos; e EMEF Adhemar Palmiro. A seguir será realizada uma breve caracterização das escolas da rede.

1. **Creche Municipal Professora Clotildes Lopes Trevisan:** localizada na Rua Segundo Manoel Gardin, n. 3255, no município de Anhumas, região do Oeste do Estado de São Paulo e instalada num bairro residencial denominado Jardim Esplanada.

A escola iniciou suas atividades em 12 de outubro de 1993 por meio do alvará de funcionamento aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo então prefeito o senhor José Eugênio Nipotti e teve como nome Creche Municipal Bem-Me-Quer, localizada na Rua João Lucas Marioto, n. 688, no centro da cidade.

A princípio, a creche atendia a crianças de 0 a 6 anos, porém no ano de 1999, devido ao crescimento populacional, a grande demanda e a falta de infraestrutura, as crianças de 4 a 6 anos passaram a ser atendidas em outro prédio, denominado EMEI Ursinhos Carinhosos (Pré-escola), situado à rua Ângelo Sereghetti, n. 566.

No ano de 2008, o município foi contemplado com o projeto da construção de uma nova Creche, por meio do programa Pró-infância. A Creche foi inaugurada no final do ano de 2012 e recebeu uma nova nomenclatura: Creche Professora Clotildes Lopes Trevisan, por meio da Lei n. 454/2012.

A comunidade escolar na Educação Infantil encontra-se na faixa etária de zero até três anos e onze meses. Os alunos provém da zona urbana, em sua maioria, e alguns da zona rural. Atualmente são atendidas 104 (cento e quatro) crianças divididas em agrupamentos por faixa etária, considerando a data de nascimento, que são distribuídos em: Berçário I, Berçário IIA, Berçário IIB, Maternal IA, Maternal IB, Maternal IIA e Maternal IIB.

A creche é mantida pela Prefeitura Municipal de Anhumas, conforme o art. 3 da Lei n. 454/2012, e supervisionada pelo departamento de educação do município. Possui 33 funcionários, sendo: um professor no período da manhã e um no período da tarde para cada sala, 09 auxiliares que ajudam os professores em sala, quatro auxiliares de serviço geral que são responsáveis pela limpeza do prédio, duas cozinheiras, uma coordenadora pedagógica, uma diretora, um estagiário de nutrição e um estagiário de pedagogia.

A equipe é composta por professores da Educação Básica, sendo que: doze têm formação de nível superior, um tem formação de nível médio, 69% possuem pós-graduação na área de educação, onze pertencem ao quadro do magistério efetivo e dois pertencem ao quadro do processo seletivo.

2. **Escola Municipal de Educação Infantil Ursinhos Carinhosos:** localizada no município de Anhumas, região oeste do Estado de São Paulo e se encontra instalada num bairro residencial do município, denominado centro. Iniciou suas atividades em 12 de outubro de 1993 por meio do Decreto-Lei aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo então prefeito o

senhor José Eugênio Nipotti e teve como nome Creche Municipal Bem-Me-Quer, conforme mencionado anteriormente na caracterização da Creche, uma vez que as duas unidades tiveram início de forma conjunta e foram separadas posteriormente devido ao crescimento populacional e aumento da demanda por vagas.

Atualmente, a EMEI Ursinhos Carinhosos está instalada junto ao Departamento Municipal de Educação e conta com: três salas de aulas, uma sala utilizada para TV/Vídeo e Biblioteca, uma cozinha, dois sanitários (Masculino e Feminino para atendimento das crianças), um pátio para refeitório um banheiro destinado aos professores e funcionários e uma sala para Diretoria e Coordenação Pedagógica.

A comunidade escolar na Educação Infantil encontra-se na faixa etária de 4 a 5 anos. Os alunos provêm da zona urbana e rural, atendendo toda a demanda municipal em dois períodos, sendo manhã e tarde.

São atendidas na Pré-Escola em média de 107 crianças divididas por faixa etária, denominadas: Pré I (01 matutino e 02 vespertino) — de 3 anos a completar 4 anos até o dia 30 de junho — totalizando nas salas 60 crianças e 3 professoras; Pré II — (01 matutino e 01 vespertino) — de 4 anos a completar 5 anos até o final do ano — totalizando 2 salas com 46 crianças e 2 professoras — que contam com a ajuda de estagiária. Pelo fato de a escola atender a crianças da zona rural, conta-se com transporte cedido pela Prefeitura Municipal.

A equipe docente é composta por sete professores, sendo 02 efetivos. A maior parte dos professores possui formação superior, pouca experiência profissional e é considerada instável na permanência do cargo devido ao regime do processo seletivo e à ausência de concurso público, o que causa grande desgastes em toda a equipe pelas constantes mudanças. Desses, 01 encontra-se cursando Pedagogia.

Desde o ano de 2008, a Prefeitura de Anhumas estabeleceu uma parceria com o sistema de ensino NAME (Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino) da Editora COC (Colégio “Osvaldo Cruz”). De acordo com a Prefeitura, trata-se de um projeto sistematizado que tem como meta elevar a qualidade da escola pública, oferecendo acompanhamento a todos os alunos da rede municipal.

O NAME faz parte de programas dos Sistemas Apostilados de Ensino, uma forte tendência dos municípios paulistas que buscam apoio no setor privado para auxiliar a prática docente por meio de parcerias com o uso de sistemas apostilados de ensino, estratégia muitas vezes utilizada em face das dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais para a consecução de políticas educacionais (SILVA, 2013).

No entanto, é importante destacar que, ao assumir parceria com um sistema apostilado de ensino, a prefeitura também assume uma concepção de leitor que pode ser totalmente contrária a que o município vem batalhando para organizar com a elaboração e implementação do PMLLL. Além do fato de que

essa compra representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada (ADRIÃO, et. al., 2009, p. 801).

Um mapeamento realizado durante o período de 1990 a 2007, no âmbito da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público-privadas no estado de São Paulo”, revelou que “a empresa responsável pelo maior número de contratos com municípios paulistas é o COC, instituição oriunda de Ribeirão Preto, no interior do estado, seguida pelo Positivo, pelo Objetivo e pelo OPET” (ADRIÃO, et. al., 2009, p. 806).

Adrião et. al. (2009) destacam que, além dos problemas pedagógicos decorrentes da aquisição dos sistemas de ensino apostilado, os contratos entre as prefeituras municipais e a iniciativa privada passam a permitir que as empresas interfiram na gestão do sistema escolar público local.

Cabe salientar que a relação da empresa privada com a educação pública merece atenção destacada, tendo em vista a constatação dos seguintes aspectos: falta de controle social ou técnico, fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços comprados pelos municípios, duplo pagamento pelo mesmo serviço, vinculação do direito à qualidade de ensino submetida à lógica do lucro e padronização/homogeneização de conteúdos e currículos escolares como parâmetro de qualidade (ADRIÃO, et. al., 2009, p. 806-807).

A baixa qualidade do material que as empresas oferecem aos municípios também compromete a formação do leitor ao propor de forma equivocada as atividades de leitura e o uso do texto literário que é realizado por meio de recortes, geralmente fora do contexto.

Contudo, não é objetivo deste trabalho discutir a qualidade do material ou qualquer outro aspecto entre as parcerias que envolvem os municípios paulistas e as empresas privadas da área educacional para a aquisição de sistemas apostilados de ensino, tampouco analisar a concepção de leitura que o sistema adotado pelo município assume.

No entanto, é necessário refletir a respeito do fato de que, ao adquirir um sistema de ensino privado, os municípios deixam de utilizar o material didático disponibilizado por programas executados pelo governo federal (que já envolvem um elevado custo à população) e passam a investir mais verba pública para aquisição do sistema apostilado.

A compra de materiais apostilados é efetuada com percentual dos recursos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que poderiam ser destinados a outros aspectos das atividades pedagógicas para melhoria da educação local (ADRIÃO, et. al., 2009, p. 808-809).

Em outras palavras, além de todas as fragilidades que o município assume ao optar por um sistema de ensino privado, ele ainda compromete uma parte significativa do orçamento que poderia ser destinado a outras ações que contribuiriam para a formação integral dos alunos. No caso de Anhumas, esse recurso poderia ser investido na implementação do PMLLL que, até o momento, não conta com a destinação de qualquer tipo de capital para alcance de suas metas e efetivação de ações propostas.

3. **Escola de Ensino Fundamental Adhemar Palmiro:** localizada no município de Anhumas, região oeste do Estado de São Paulo, encontra-se instalada em um bairro residencial do município denominado centro.

Iniciou suas atividades em treze de fevereiro de 2008, por meio do convênio entre Estado e Município por meio do Decreto-Lei n. 276/2008 aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo então prefeito, o Senhor Edmo Donozete Ricci.

No ano de 2009 houve a implantação do Ensino Fundamental de nove anos e devido ao fato de não haver espaço físico adequado, o primeiro ano passou a funcionar temporariamente no prédio da Educação Infantil, sendo que o acompanhamento pedagógico era feito pela equipe pedagógica desta unidade escolar. Após a municipalização, o nome da unidade permaneceu o mesmo do estado, acrescentando apenas a sigla inicial EMEF Adhemar Palmiro.

Esta Unidade Escolar atende ao público de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental e está estruturada da seguinte forma: no período da manhã funcionam oito salas de aula sendo uma de 1º ano, duas salas de 2º ano, duas salas de 3º ano, duas salas de 4º ano e uma sala de 5º ano, assistindo aproximadamente 174 alunos; no período da tarde funcionam seis salas, sendo uma sala de 1º ano, uma sala de 2º ano, uma sala de 3º ano, uma sala de 4º ano e duas salas de 5º ano, atendendo aproximadamente 139 alunos; e, no período noturno, há duas salas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo uma de 1ª e 2ª série e a outra de 3ª e 4ª série, atendendo aproximadamente 50 alunos frequentes.

A equipe docente é composta por um grupo de dezesseis professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desse total, a escola destinou uma professora para trabalhar especificamente na biblioteca escolar para realizar atividades e ações direcionadas aos alunos e professores em tempo integral.

A maioria dos professores possui formação superior e experiência profissional. Apenas 2 encontram-se cursando Pedagogia e estão iniciando a carreira este ano.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR

A fim de compreender de que maneira os municípios brasileiros podem se valer da sua autonomia política para a criação de políticas públicas próprias que possibilitem a melhoria da qualidade da educação municipal e, conseqüentemente, a valorização da biblioteca escolar tendo como suporte a legislação federal, este capítulo pretende discorrer acerca das principais políticas públicas do livro, da leitura e da biblioteca escolar no Brasil, abordando a questão das políticas públicas culturais e a atuação do estado brasileiro na área. Em seguida, realiza-se um panorama no âmbito das políticas nacionais e das práticas locais, a fim de analisar como a biblioteca escolar está sendo contemplada na legislação municipal de Anhumas-SP, bem como constatar presença e/ou ausência de uma biblioteca nos Projetos Pedagógicos das escolas da Rede Municipal.

4.1 Políticas Públicas Culturais: a atuação do Estado brasileiro na área do livro, leitura e biblioteca

Para que possamos fazer uma análise a respeito das principais instituições, políticas e ações do governo federal no âmbito do livro, da leitura e da biblioteca no Brasil, faz-se necessário discorrer, primeiramente, sobre as principais concepções de políticas públicas consolidadas na literatura, tendo em vista compreender de que maneira as políticas públicas culturais (na área do livro, da leitura e da biblioteca) se configuraram no contexto sociocultural brasileiro.

De acordo com Secchi (2010), os países de língua latina encontram muita dificuldade para distinguir termos essenciais das ciências políticas. “Na língua portuguesa, por exemplo, o termo política pode assumir duas conotações principais, que as comunidades epistêmicas de países de língua inglesa conseguem diferenciar usando os termos *politics* e *policy*.” (SECCHI, 2010, p. 1).

Na percepção de Bobbio (2002), o termo *politics* diz respeito à atividade humana relacionada a obter e manter os meios fundamentais para exercer poder sobre o homem. “Esse sentido de “política” talvez seja o mais presente no imaginário das pessoas de língua portuguesa: o de atividade e competição políticas.” (SECCHI, 2010, p. 1).

A segunda conotação atribuída à palavra política pela língua portuguesa é expressa pelo termo *policy*. “Essa dimensão de “política” é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação.” (SECCHI, 2010, p. 1).

Contudo, ainda de acordo com Secchi (2010, p. 1), o “termo política pública (*public policy*) está vinculado a esse segundo sentido da palavra “política”. Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.”

Nesse sentido, a literatura apresenta diversos autores e destaca suas concepções a respeito das políticas públicas. De acordo com Cunha e Cunha (2002, p. 12), as políticas públicas são definidas como uma “linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em Lei”. Giuliani (2005) destaca que para “cada nível da política pública, há um entendimento diferente, há uma configuração institucional diferente, existem atores e interesses diferentes”. Secchi (2010, p. 2) entende como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Bergue (2011, p. 508), por sua vez, afirma ser um “conjunto coerente de decisões, de opções e de ações que a administração pública leva a efeito, orientada por uma coletividade e balizada pelo interesse público”. Rodrigues (2011, p. 13) compreende políticas públicas como um “processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Höfling (2011, p. 31) define como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Por fim, Chrispino (2016, p. 15) apresenta como o “resultado de inúmeras variáveis e que seu significado será tão distinto quanto os valores, ideologias, contextos, ética, etc. de seu formulador”.

Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010, p. 2).

Dessa forma, as políticas públicas devem responder às demandas sociais, de direito coletivo, não individuais, pois, “quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.” (RODRIGUES, 2011, p. 13). Para tanto, as decisões devem ser direcionadas e compartilhadas com a sociedade, para que possam garantir as exigências educacionais, sociais e culturais. No entanto, o governo é a

única instituição capaz de servir à comunidade e de promover políticas públicas, pois a perspectiva de políticas públicas vai muito além da concepção de políticas governamentais.

A essência conceitual de políticas públicas é o **problema público**. Exatamente por isso, o que define se uma política *é ou não pública* é a sua intenção de responder a um problema público, e não se um tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “pública”. (SECCHI, 2010, p. 4).

Portanto, as políticas públicas emergem das necessidades da sociedade, por meio do Estado, na busca por solucionar um problema público considerado coletivo, seja ele local ou nacional. Essas políticas, entretanto, também podem surgir da própria sociedade, mesmo que esta possua diferentes crenças e valores, desde que adote atitudes compatíveis com os problemas coletivos porque “a política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados.” (SECCHI, 2010, p. 9).

Nesse aspecto e, sob o amparo da Constituição Federal segundo a qual é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional, pretende-se realizar uma conexão entre principais políticas públicas e programas de fomento à leitura e promoção da biblioteca escolar.

Para tanto, será realizado um resgate histórico das instituições políticas fundamentais, dos programas e dos projetos do governo federal no âmbito do livro, da leitura e da biblioteca no Brasil. Contudo, não se trata de um levantamento exaustivo que envolve todas as ações, mas sim uma forma de apresentar uma percepção histórica de como a temática da leitura, do livro e da biblioteca vem sendo abordada pelo Estado.

Assim, para melhor ilustrar esse panorama histórico, elaboramos um quadro que contempla as principais ações do governo federal no âmbito das políticas públicas de leitura e biblioteca, conforme apresentado:

Quadro 7- Principais Instituições, Iniciativas do Governo Federal na Área do Livro, Leitura e Biblioteca no Brasil

Órgão	Período	Vínculo Institucional	Principais Objetivos
Instituto Nacional do Livro	1937-1990	<ul style="list-style-type: none"> • 1937–1953 Ministério da Educação e Saúde; • 1953-1981 MEC; • 1981-1988 Fundação Pró-Memória (MinC); • 1988-1990 Fundação Pró-Leitura (MinC). 	<ul style="list-style-type: none"> • Editar, publicar e distribuir livros; • Implantar bibliotecas; • Formar recursos humanos qualificados para atuar nas bibliotecas (bibliotecários); • Coordenar o sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
Serviço Nacional de Bibliotecas	1961-1969	<ul style="list-style-type: none"> • MEC (foi incorporado pelo INL) 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e promover a integração das bibliotecas públicas.

Fundação Nacional Pró-Leitura	1988-1990	• MinC	• Coordenar as atividades do INL e da Biblioteca Nacional
Fundação Biblioteca Nacional	1990-atual	• Ministério da Educação e Saúde; • MEC; • Fundação Pró-Leitura (MinC); • Secretaria da Cultura da Presidência da República; • MinC.	• Coordenar o depósito legal do patrimônio bibliográfico e documental do país; • Promover o acesso à memória cultural; • Coordenar o PROLER; • Coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
Iniciativas	Período	Vínculo Institucional	Principais Objetivos
Decreto n. 7.247	1879	• Município da Côrte (período Imperial)	• Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império.
Lei n. 7.505	1986	• MinC.	• Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.
Lei n. 8.313	1991	• MinC.	• Restabelece princípios da Lei nº 7.505; • Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.
Pró-Leitura	1992	• MEC	• Acordo de Cooperação Brasil-França; • Instituir uma política nacional de leitura visando à formação continuada.
Programa Nacional de Incentivo à Leitura-PROLER	1992	• MinC; • Fundação Biblioteca Nacional.	• Promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita; • Promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma política nacional de leitura; • Articular ações de incentivo à leitura entre diversos setores da sociedade; • Viabilizar pesquisas sobre livro e escrita.
Projeto Uma Biblioteca em cada Município	1995-2002	• MinC	• Ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais, por meio da distribuição de recursos para a aquisição de livros, equipamentos e mobiliários.
Programa Nacional Biblioteca na Escola	1997	• MEC	• Promover a distribuição de livros de literatura para escolas públicas do país.
Política Nacional do Livro	2003	• Fundo Nacional de Cultura	• Estabelece a Política Nacional do Livro; • Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro.
Programa Arca das Letras	2003	• Ministério do Desenvolvimento Agrário	• Implantar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura.
Programa Fome de Livro	2004	• Fundação Biblioteca Nacional	• Instalar mais de 1000 bibliotecas até 2006; • Zerar o número de cidades brasileiras sem biblioteca pública.
Vivaleitura	2004	• MEC e MinC em parceria com a OEI	• Propor políticas para promoção do livro e da leitura buscando a reversão dos baixos índices de leitura da população.

Plano Nacional do Livro e Leitura	2006	<ul style="list-style-type: none"> • MEC e MinC 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade; • Criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos, e ações por parte do estado e da sociedade civil; • Formar leitores, buscando o aumento do índice nacional de leitura; • Implantar bibliotecas em todos os municípios do país.
Programa Mais Cultura	2007	<ul style="list-style-type: none"> • MinC 	<ul style="list-style-type: none"> • Busca a inclusão dos segmentos sociais; • A valorização do diálogo e da diversidade nos diversos contextos da comunidade; • A integração e cooperação de parcerias com ministérios, bancos, organismos internacionais, governos estaduais, municipais e instituições da sociedade civil.
Lei n. 12.244	2010	<ul style="list-style-type: none"> • MEC; • Sistemas de ensino do País 	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.
Projeto de Lei do Senado	2015	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não sancionada 	<ul style="list-style-type: none"> • Institui a Política Nacional de Bibliotecas.
Projeto de Lei n. 212	2016	<ul style="list-style-type: none"> • MEC e MinC 	<ul style="list-style-type: none"> • Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

Fonte: elaborado pela autora com base nas legislações nacionais.

Como pode ser observado no quadro anterior, as políticas e ações do governo federal que envolvem a área do livro, da leitura e da biblioteca não são recentes. A primeira legislação a regulamentar a área no Brasil, ainda no período imperial, foi o Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, que “Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império” e, em seu art. 7º, determinou que seriam “creadas no diferentes districtos do mesmo município pequenas bibliotecas e museus escolares” (BRASIL, 1879).

Porém, após a legislação imperial, somente no ano de 1937 é que o país passa a contar com a colaboração de uma instituição responsável por administrar as questões relacionadas à área, o Instituto Nacional do Livro (INL).

Criado em 1937, sob o Regime do Estado Novo, o INL tinha a competência de:

organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país (OLIVEIRA, 1994, p. 43).

No ano de 1973 o INL foi reestruturado e suas atribuições passam de editor a promotor de publicações de interesse nacional, educacional, científico e cultural. Durante esse período, porém, o INL beneficiou prioritariamente a iniciativa privada ao transferir a linha editorial às editoras comerciais.

Por essa e outras ações executadas pelo INL com a finalidade de promover a área, mas que acabavam por beneficiar a iniciativa privada, a atuação do INL, quanto ao público, é considerada pelos pesquisadores como bastante polêmica e recebe diversas críticas. Apesar disso, ao considerar o contexto político, cultural e econômico do período, suas ações tiveram grande contribuição para a promoção da biblioteca e para a formação de recursos humanos especializados por meio da criação de cursos de biblioteconomia que possibilitaram a formação de bibliotecários de norte ao sul do país (BRAGANÇA, 2009).

Durante o período de 1946 a 1963, a atuação do governo nessa área se deu por meio da sequência dos trabalhos do INL e da criação do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), que tinha por finalidade coordenar a rede de bibliotecas públicas. No entanto, a criação do SNB durante o período de atuação do INL foi considerada como convergente, uma vez que as instituições realizavam atividades semelhantes e eram mantidas pela mesma fonte de recursos (OLIVEIRA, 1994).

Apesar de o INL já existir e atuar na área por mais de vinte anos, o SNB foi criado sem qualquer alinhamento com o Instituto e só foi incorporado aos serviços do INL oito anos mais tarde (TARAPANOFF e SUAIDEN, 1995).

Apesar de polêmica, a atuação do INL trouxe diversas contribuições e avanços para a área. Mesmo durante o período de regime autoritário e centralizador, o INL deu início a movimentos de descentralização das atividades e criou comissões regionais, “com autonomia para planejar a atividade bibliotecária, de acordo com as necessidades de cada região e até para administrar recursos advindos de diferentes esferas administrativas” (OLIVEIRA, 1994, p. 100).

Contudo, a sociedade não tinha participação efetiva no Conselho Consultivo, pois era formada por um membro da Academia Brasileira de Letras que, segundo Oliveira (1994, p. 79), “representava mais os interesses literários e culturais da tradicional instituição do que propriamente os interesses de leitura e informação da sociedade”, assim os acervos selecionados não correspondiam às necessidades das comunidades.

Ainda assim, houve grande envolvimento dos profissionais da área na elaboração e na formulação de políticas. Após o período da ditadura, na década de 80, foram empreendidas algumas políticas na área cultural. Em 1986, sob a responsabilidade do Ministério

da Cultura, é promulgada a Lei n. 7.505 que “Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico” e, em seu art. 1º, declara:

o contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei (BRASIL, 1986).

A Lei n. 7.505 foi criada em 1986 e posteriormente substituída pela Lei n. 8.313, em 1991 ficando mais conhecida como Lei Rouanet.

A Lei n. 8.313 é a atual legislação nacional responsável por regulamentar a política de incentivo fiscal no país e tem por objetivo principal reestabelecer os princípios da Lei nº 7.505 que a antecedeu, além de instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

O Pronac é responsável por captar recursos e incentivos para projetos culturais, que podem ser concedidos por pessoas físicas e jurídicas, as quais se utilizam de abatimentos do imposto de renda (limite de 6% para pessoa física e 4% para pessoa jurídica).

Muito abrangente em suas disposições, o Pronac trata especificamente sobre projetos na área editorial em seu Cap. III, referindo-se à utilização do “Fundo de Investimento Cultural e Artístico”. No item III aborda a questão da “edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural” e, no Capítulo IV, sobre incentivo a projetos culturais, cita, no parágrafo terceiro, os segmentos a serem beneficiados: no item b, consta “livros de valor artístico, literário ou humanístico” (BRASIL, 1991, p.1).

Em 1988 é criada a Fundação Nacional Pró-Leitura, com a responsabilidade de coordenar as atividades do INL e da Biblioteca Nacional. Ao ser extinta em 1990, as atribuições correspondentes à Fundação Nacional Pró-Leitura são transferidas à Fundação Biblioteca Nacional (FNB).

No ano de 1990, a Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha (do Rio de Janeiro) e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa (de Brasília), passam a constituir a Fundação Biblioteca Nacional. Sob a responsabilidade do então Ministério da Cultura e Saúde (atualmente MinC), a FBN foi criada com os principais objetivos de coordenar o depósito legal do patrimônio bibliográfico e documental do país, promover o acesso à memória cultural, coordenar o PROLER e também o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Visando à formação continuada, em 1992 é criado o Pró-leitura, um projeto que faz parte do Acordo de Cooperação Brasil-França, desenvolvido por iniciativas das Secretarias de Educação com a finalidade de instituir uma política nacional de leitura que buscava aliar a profissionalização do professor, a pesquisa universitária e práticas pedagógicas na área da promoção da leitura na escola.

Atualmente, o papel do Pró-leitura é o de manter a formação de alunos e professores leitores e encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, uma vez que o programa foi extinto.

Ainda no mesmo ano, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura, por meio do Decreto n. 519/1992 foi instituído o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). O PROLER é um projeto de promoção social da leitura vinculado ao Ministério da Cultura e à Fundação Biblioteca Nacional com o objetivo de contribuir para a expansão do direito à leitura e para a promoção das condições de acesso a atividades críticas e criativas de leitura e escrita. No texto do Decreto, está posto que:

a escola e a biblioteca são, nesse processo, instituições imprescindíveis e complementares, mas o aprendizado da leitura transcende a alfabetização. Para constituir uma sociedade leitora, na qual a participação dos cidadãos no processo democrático seja efetiva, é preciso conjugar a leitura da palavra à leitura do mundo (BRASIL, 1992, p. 9).

Um projeto político que tem como meta a formação do leitor cidadão, o PROLER considera fundamental a articulação da leitura com diferentes expressões culturais e tem a intenção de propiciar o acesso a diferentes fontes de informação, a fim de construir espaços de leitura e momentos de mediação à processos educacionais.

O PROLER tem como objetivos a promoção do interesse nacional pela leitura e pela escrita, o fomento de políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura e contribuam para a formulação de uma política nacional de leitura, a articulação de ações de incentivo à leitura entre diversos setores da sociedade e viabilização de pesquisas sobre livro e escrita.

Dando seguimento aos programas de incentivo à leitura, durante o governo Fernando Henrique Cardoso o Ministério da Cultura (MinC) constituiu a Secretaria do Livro e Leitura, encarregada de dar continuidade às atividades do PROLER que, em 1995, criou o projeto “Uma biblioteca em cada município” com o objetivo de ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais. Antes da criação do programa, chegaram a ser contabilizados cerca de

2.300 municípios que não contavam com bibliotecas públicas, sendo que, durante a sua atuação o projeto chegou a contemplar o número de 1.500 novas bibliotecas públicas municipais.

Para implantação dessas bibliotecas eram destinados recursos de R\$40 mil reais, voltados à infraestrutura, ao mobiliário e aos acervos. Já os municípios, por sua vez, ficavam encarregados de disponibilizar o local de atendimento e criar a legislação municipal que instituísse a biblioteca, a fim de inseri-la no orçamento municipal.

O projeto não incluía em sua proposta o desenvolvimento de ações culturais e de incentivo à leitura. Para atender a essa necessidade, o projeto ofereceu um curso a distância, com o propósito de formar os profissionais responsáveis pelas novas bibliotecas, uma vez que, de acordo com o programa, a responsabilidade por desenvolver ações relacionadas à área da cultura ficaria por conta de cada município (MOZER, 2006).

Devido às dificuldades do MinC em fiscalizar as prestações de contas realizadas pelas prefeituras, após dois anos de funcionamento a modalidade de recursos que era repassada aos municípios em dinheiro passou a ser destinada por meio de doações. Com isso, a aquisição de acervos também foi centralizada, fato que, apesar de reduzir os custos com a compra em grandes volumes, não levava em consideração às especificidades locais (MOZER, 2006).

Não obstante, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), instituição responsável por regulamentar a profissão de bibliotecário e as bibliotecas do país, realizou fortes críticas ao projeto. Primeiro, por não exigir a contratação de bibliotecários e, segundo, por contemplar apenas a criação de novas bibliotecas, deixando de lado ações que contribuíssem para manutenção e fortalecimento das bibliotecas existentes (MOZER, 2006).

Na área educacional, o Ministério da Educação realizou ações de distribuição de livros, como a criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Instituído em 1997, o PNBE é uma política governamental que distribui obras literárias e didáticas a bibliotecas, alunos e professores das escolas públicas da rede de ensino Municipal, Estadual e Federal, no âmbito da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da EJA.

O PNBE foi criado com a intenção de superar a carência do fornecimento de recursos informacionais que são destinadas a parcelas privilegiadas da população ao longo do tempo. A sua distribuição movimentou recursos vultosos, atendendo a mais de 400 mil escolas em todo o Brasil (PAIVA; BERENBLUM, 2009).

São distribuídos às escolas por meio do PNBE; PNBE do Professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da

educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor (BRASIL, 1997).

Apesar do grande volume de acervo que é distribuído anualmente para as escolas da rede pública em âmbito nacional, o modelo de intervenção adotado pelo PNBE vem, historicamente, privilegiando um único aspecto que compõe uma política de formação de leitores: a compra e a distribuição de livros. No entanto, para que uma política de formação de leitores possa cumprir seu papel de democratizar as fontes de informação e reverter uma tendência histórica de restrição de acesso ao livro como bem cultural privilegiado, sua atuação deve ser encaminhada para muito além das ações de compra e de distribuição de livros. Assim, devem ser disponibilizados não apenas livros, mas condições mínimas necessárias para o tratamento desse material, tais como infraestrutura física e profissional capacitado.

Em 2003, passou-se a ter em nosso ordenamento jurídico a Lei n. 10.753, que “Estabelece a Política Nacional do Livro” (BRASIL, 2003). Também conhecida como Lei do Livro, a referida lei institui-se como um instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a estabelecer projetos que garantam o acesso ao livro e à leitura.

A Lei 10.753 compreende questões específicas relacionadas à questão do livro, como a instituição de uma política nacional de promoção à leitura e o estabelecimento de normas para editoração, comercialização e distribuição.

A Lei do Livro não é algo novo. Entre 1974 e 1976, um grupo de editores e livreiros representando a CBL e o SNEL preparou um anteprojeto da lei, que, quando concluído, foi encaminhado ao ministro da Educação, Ney Braga, durante o governo do presidente Geisel, que não deu a devida importância ao documento (HALLEWELL, 2005, p. 597).

A Lei do Livro prevê ainda a construção de linhas de crédito pontuais para o financiamento de editoras e distribuidoras, que se tornam disponíveis a partir do ano de 2005 por meio da intervenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passa a estabelecer parâmetros e normativas como condições à liberação de crédito para os produtores de livro.

Ainda no ano de 2003, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado o Programa Arca das Letras, com o objetivo de:

incentivar a leitura no meio rural, por meio da distribuição de acervos adequados às diversas realidades, da implantação de bibliotecas e da formação de Agentes de Leitura em todos os estados do País, respeitando os costumes e desejos de cada

comunidade rural, bem como as singularidades culturais, os modos de produção e as decisões locais (BRASIL, 2003).

O Programa é desenvolvido por meio da inserção de bibliotecas e da formação de agentes de leituras na área rural. Para que a comunidade interessada receba uma Arca, ela deve se organizar e selecionar voluntários para trabalhar no projeto, além de disponibilizar um local para a instalação da biblioteca e informar o perfil desejado para o recebimento das obras. A partir disso, o programa cede o acervo e promove a capacitação dos agentes de leitura (voluntários responsáveis por administrar as bibliotecas, promover a leitura na comunidade, realizar campanhas de doação para ampliação do acervo, promover eventos culturais, controlar os empréstimos e os horários de funcionamento da biblioteca) (BRASIL, 2003).

O acervo inicial é composto por 200 livros de “literatura brasileira e estrangeira para crianças, jovens e adultos, livros didáticos para a pesquisa escolar, além de livros técnicos e especializados nas áreas de interesse da comunidade e que contribuam para desenvolver os projetos produtivos, culturais e de cidadania locais” (BRASIL, 2003). A atuação do Arca das Letras é muito abrangente e conta com mais de dez mil bibliotecas rurais implantadas em cerca de 2.308 municípios por todo o país (BRASIL, 2003).

No ano de 2004, como resultado dos esforços do governo federal na intenção de instituir uma política pública nacional de promoção ao livro, à leitura e à biblioteca no Brasil, é criado o Programa Fome de Livro. Trata-se de um conjunto variado de ações e projetos instituídos por parte de ministérios, governos estaduais e municipais, organizações privadas e estatais e a sociedade civil que atuaram em diferentes segmentos com a finalidade de implementar a política nacional de leitura e biblioteca.

Em 2004 foi lançado no Brasil o Vivaleitura. Coordenado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlac), pela UNESCO e pelos governos dos países participantes, o Vivaleitura foi instaurado com a finalidade de propor políticas para promoção do livro e da leitura nos países envolvidos, buscando a reversão dos baixos índices de leitura da população.

A partir do ano de 2005 foi criado o Prêmio Vivaleitura, buscando fomentar, estimular e reconhecer as ações relacionadas à leitura. A premiação é uma iniciativa dos Ministérios da Cultura e Educação em parceria com a OEI. São premiadas as melhores experiências que desenvolvam trabalhos relacionados à leitura, de acordo com as seguintes categorias: 1- Biblioteca Viva, 2- Escola Promotora de Leitura, 3- Território da Leitura e 4- Cidadão Promotor da Leitura.

Cada categoria vencedora recebe um prêmio em dinheiro. Além dessa premiação, é também realizada uma menção honrosa José Mindlin, que reconhece as ações que se destacarem por impacto e abrangência.

No ano de 2004, o ex-Secretário da Cultura da cidade de Ribeirão Preto – SP, Galeano Amorim, foi convidado a integrar o MinC, onde desenvolveu e coordenou o Programa Fome de Livro, que era vinculado à Biblioteca Nacional e deu início à Política Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca estabelecida pela Lei do livro (AMORIM, 2006). Como Ribeirão Preto foi a primeira cidade brasileira a implementar essa lei, Galeano Amorim pretendia repetir a experiência no território nacional. Desse modo, deu início ao desenvolvimento do Programa Fome de Livro, do qual saíram as bases do atual Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

O PNLL foi criado em 2006 pelos Ministérios da Educação e da Cultura com a finalidade de fomentar e valorizar a leitura, democratizar o acesso e fortalecer o produtor do livro. O PNLL é executado em regime de colaboração entre os governos federal, estaduais e municipais e apresenta diretrizes para a construção de uma política pública direcionada à leitura, ao livro, à biblioteca e, em especial, à formação de mediadores. Essas diretrizes são veiculadas pelo PNLL como instâncias fundamentais para o desenvolvimento social e para a promoção da cidadania e têm como princípio formar o cidadão leitor, como requisito de inclusão social, garantia de acesso a bens, serviços e cultura.

A organização do PNLL é orientada por quatro eixos: 1- Democratização do acesso, 2- Fomento à leitura e à formação de mediadores, 3- Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e 4- Desenvolvimento da economia do livro.

O PNLL pretende garantir uma política nacional de natureza ampla, capaz de nortear políticas, programas, ações e projetos continuados. De acordo com o MinC, a elaboração do PNLL teve como objetivo realizar um planejamento de médio e longo prazo, a fim de se tornar uma política de Estado que não se limitasse à atuação de um único governo. Conforme segue:

pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear e garantir alguma organicidade a políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular o da Cultura e o da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, buscando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX (BRASIL, 2007, p. 12).

Com a elaboração do PNLL, “inicia-se um processo de articulação dos inúmeros projetos, programas, ações e atividades em geral ligados ao livro, à leitura e à biblioteca” (MACHADO, 2008, p. 82), reunindo as ações que, até então, estavam dispersas, sendo objetivo principal do PNLL o de,

assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades (BRASIL, 2014, p. 25).

O PNLL teve sua primeira institucionalização em 2006 pela Portaria Interministerial n. 1.442, editada pelos Ministérios da Cultura e da Educação. Posteriormente, o Plano passou a ser redigido pelo Decreto n. 7.559, de 2011, e traçou objetivos e metas a serem alcançados em curto, médio e longo prazo, conforme segue:

- a) Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substancial aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos;
- b) Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros;
- c) Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação;
- d) Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais;
- e) Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento;
- f) Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições;
- g) Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;
- h) Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a diversidade física, geográfica, arquitetônica e cultural brasileira;
- i) Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área;
- j) Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura;
- k) Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da bibliodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País;
- l) Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País;

- m) Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
- n) Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura;
- o) Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (*copyleft* e *creative commons*), que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita;
- p) Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira;
- q) Incentivar e fomentar a informatização de catálogos *online*, com vistas a dar visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País, fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais;
- r) Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira;
- s) Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira;
- t) Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional.
- u) Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo.
- v) Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem a cadeia produtiva e criativa do livro (BRASIL, 2014, p. 24-27).

“O PNLL traduz o aprendizado e o acúmulo conceitual e prático de experiências históricas no campo do desenvolvimento do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil” (BRASIL, 2016, p. 173). Em seus quatro eixos e linhas de ação, pretende fixar o delineamento e a sistematização das iniciativas, com a finalidade de servir como baliza para instituições e entidades da sociedade que planejam suas ações. Assim, cada eixo se fraciona em uma série de iniciativas a serem desenvolvidas, conforme apresentado no quadro 8.

Quadro 8- Eixos e Linhas de Ação do PNLL

EIXOS	LINHAS DE AÇÃO
EIXO 1: Democratização do Acesso	1.1 Implantação de novas bibliotecas
	1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
	1.3 Conquista de novos espaços de leitura
	1.4 Distribuição de livros gratuitos
	1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura
	1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação
EIXO 2: Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores	2.1 Formação de mediadores de leitura
	2.2 Projetos sociais de leitura
	2.3 Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura
	2.4 Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial

	2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura
EIXO 3: Valorização Institucional da Leitura e o Incremento de seu Valor Simbólico	3.1 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado
	3.2 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura
	3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura
EIXO 4: Desenvolvimento da Economia do Livro como Estímulo à Produção Intelectual e ao Desenvolvimento Nacional	4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro
	4.2 Fomento a distribuição, circulação e consumo de bens de leitura
	4.3 Apoio à cadeia criativa do livro
	4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Fonte: Organizado pela autora com base no PNLL.

De acordo com os Ministérios da Educação e da Cultura, o PNLL representa um pacto social no país, resultado de diversas iniciativas e organizações da sociedade envolvidos na área do livro, leitura e biblioteca, além de contar com diversas contribuições de programas e ações promovidos pelos governos estaduais e municipais.

No front internacional, o PNLL se baseou nos benefícios acordados pelos chefes de Estado Ibero-americanos, que aprovaram em 2003, durante o XIII Cumbre Ibero-americano em Santa Cruz de La Sierra, a proposta apresentada pelo Centro Regional para o Fomento ao Livro e à Leitura (Cerlac/UNESCO) e da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) para que o ano de 2005 se constituísse no Ano Ibero-Americano da Leitura, VIVALEITURA. Os objetivos do VIVALEITURA tinham um eixo comum, que se impôs como meta permanente para todos os seus países: a democratização do acesso à leitura; a construção de uma resposta ativa por parte das nações ibero-americanas ao direito fundamental de ler e escrever. Hoje, o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil compõe a Rede Regional de Responsáveis de Políticas e Planos Nacionais de Leitura – Redplanes, coordenada pela Cerlac/UNESCO (BRASIL, 2016, p. 174).

O principal diferencial do PNLL é a intenção de se criar uma política de Estado e não apenas um programa de governo, constituindo-se como a proposta de maior abrangência realizada no país na área do livro, da leitura e da biblioteca, não tratando apenas de questões de acesso, como diversos programas anteriores, mas reconhecendo a necessidade de promoção da leitura e de formação de mediadores. “Como há muitos anos os especialistas e o movimento social já vêm dizendo, não bastam livros para formar leitores, é preciso formar também recursos humanos para trabalhar com os livros, tanto bibliotecários, como mediadores de leitura e professores de educação básica” (OLIVEIRA, 2011, p. 51).

Em 2009, o Instituto Pró-Livro lançou a primeira edição do “Guia para a elaboração e implementação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura”, com o objetivo de auxiliar os estados e os municípios a construírem seus planos. O Guia inclui conceitos que

orientam a elaboração do documento próprio, os princípios norteadores, os eixos temáticos e as instruções sobre como estipular os objetivos, as metas, as formas de articulação, de comunicação e de avaliação dos processos no âmbito do plano.

Em 2015, por intermédio dos Ministérios da Cultura e Educação, foi lançada uma nova edição do “Guia PELL e PMLL”, com o objetivo de “induzir, auxiliar e incentivar que cada um de nossos estados e municípios tenha seus Planos de Livro e Leitura” (GUIA, 2015), pois, de acordo com o Guia, “somente implantado junto às raízes de cada cidadão e cidadã deste país é que o PNLL fará sentido e se tornará uma forte e eficiente política pública”.

Como forma de reconhecer a cultura como uma necessidade fundamental e direito de todos os cidadãos brasileiros, o Ministério da Cultura lançou em 2007 o programa Mais Cultura. Por meio do programa, o Governo Federal tem a intenção de incorporar a cultura como um veículo essencial no desenvolvimento do país, incluindo-a como uma política estratégica para a redução da desigualdade social.

O Mais Cultura busca a inclusão dos segmentos sociais, a valorização do diálogo e da diversidade nos diversos contextos da comunidade, por meio de integração e cooperação de parcerias com ministérios, bancos, organismos internacionais, governos estaduais, municipais e instituições da sociedade civil.

O programa está articulado em três dimensões: 1. Cultura e Cidadania; 2. Cultura e Cidades e 3. Cultura e Economia.

Podem participar municípios, estados, pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural, como associações, sindicatos, cooperativas, fundações, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e organizações sociais (OS), com atuação comprovada na área cultural há pelo menos dois anos (BRASIL, 2007).

As ações do Programa Mais Cultura aspiram ainda o envolvimento dos poderes públicos e da sociedade civil.

Seguindo esse conjunto de iniciativas, a regulamentação mais recente sobre bibliotecas no país surgiu com a Lei nº 12.244, de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no Brasil. A Lei nº 12.244 determina que todas as instituições de ensino possuam uma biblioteca no prazo de dez anos. Conforme o documento, “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010).

No texto da Lei a biblioteca escolar está definida como: “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010).

No Art. 2º, parágrafo único, é garantida a manutenção do acervo, o bom funcionamento e o desenvolvimento das coleções da biblioteca escolar.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010).

São também assegurados os direitos que competem à profissão do bibliotecário e se estipula o prazo de dez anos para que as instituições de ensino se adequem às exigências da Lei.

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010).

Apesar de definir biblioteca escolar, a lei não se refere às condições materiais que permitem sua estruturação e a realização dos projetos técnicos, tais como ações instrumentais de tratamento, organização e controle das informações, bem como documentos que compõem o ambiente. A lei também não estabelece uma política que contemple práticas sociais de inclusão e de transformação social, assim como não estabelece qualquer tipo de punição a ser aplicada às instituições que não cumprirem as exigências no prazo estipulado.

De acordo com Camillo e Castro Filho (2017, p. 98),

a Lei 12.244/10 pode ser considerada de baixa expressividade conteudística, isso devido aos seus apenas quatro artigos, basicamente, que pobre e insuficientemente se esforçam à contemplação de aspectos-chave à existência de uma unidade de informação nos seus moldes organizacionais, como missão e política, recursos, pessoal, programas e atividades e promoção na biblioteca escolar, ainda afuniláveis e destrincháveis noutros tópicos essenciais.

Nesse conjunto, a regulamentação mais recente sobre leitura e biblioteca no Brasil é a Lei n. 212, de maio de 2016, que estabelece a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) como uma estratégia permanente de promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e de bibliotecas de acesso público no país.

A Política Nacional de Leitura e Escrita deve ser implementada pela União por intermédio dos Ministérios da Cultura e da Educação e tem por objetivo:

I – democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes da leitura por meio de bibliotecas de acesso público, dentre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade; II – fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários, agentes de leitura, dentre outros agentes educativos, culturais e sociais; III – valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e bibliotecas; IV – desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional por meio de ações de incentivo para o mercado editorial, livreiro, feiras de livros e eventos literários, de aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público; V – promover a literatura e as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, dentre outros mecanismos; VI – fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, dentre outras ações; VII – fomentar pesquisas, estudos e indicadores nas áreas do livro, leitura, escrita, literatura, bibliotecas com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor; VIII – promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas; IX – incentivar a criação e implantação de planos estaduais e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao Sistema Nacional de Cultura; e X – incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos (BRASIL, 2016, p. 171-172).

A PNLE tem como orientação garantir uma base institucional para aperfeiçoar e implementar ações, políticas e programas conduzidas pelos diferentes atores, baseando-se na experiência do PNLL para configuração de equipes, orçamentos e unidades gestoras. Enfim, configura “as bases institucionais para superarmos o caráter descontínuo e pulverizado com que as iniciativas de estímulo à leitura têm sido historicamente implementadas em nosso país” (BRASIL, 2016, p. 176). Assim, a Política pretende ser referência para avanços e desafios em busca da universalização do acesso à leitura no país.

No que se refere à área de bibliotecas, há ainda em processo de tramitação, o Projeto de Lei do Senado, n. 28 de 2015, que funda a Política Nacional de Bibliotecas, define e estabelece: 1- a natureza e os deveres das bibliotecas, 2- a organização e as funções das bibliotecas, 3- os deveres dos mantenedores e 4- a composição dos acervos.

O Projeto de Lei pretende instituir uma política nacional para as bibliotecas. Para isso, ampara-se na Constituição Federal, na qual consta que “o Estado garantirá a todos o

pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, art. 215).

Como se pode observar, ações, políticas e programas de incentivo à leitura e à promoção da biblioteca escolar no país têm sido amplamente discutidas, no entanto, elas precisam ser mais objetivas e contínuas, a fim de implementar ações efetivas que possam de fato reverter o quadro atual.

Transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação, no qual novos suportes informacionais direcionam as políticas não apenas para a prática leitora e para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas tecnologias, muitas vezes distante da formação do cidadão leitor e apenas instrumentalizadoras de habilidades primárias que têm como objetivo incluir o cidadão nessa sociedade (ROSA; ODDONE, 2006, p.185).

Atualmente, o PNLL apresenta-se como a iniciativa mais consistente e promissora para a área, por contemplar diferentes eixos de atuação e fornecer caminhos que orientam estados e municípios a elaborar e a executar seus planos de acordo com a realidade e a necessidade local.

Apesar de as transformações referentes à promoção da biblioteca escolar, como recurso complementar à educação, não terem se concretizado em um curto prazo, elas podem ser materializadas se houver incentivo e vontade política para atuar em ações que favoreçam a sua instituição e cumpram seu papel educacional e cultural, para atender às necessidades da sua comunidade.

4.2 Política Nacional e Práticas Locais: biblioteca escolar na legislação municipal de Anhumas

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que elevou os municípios brasileiros à condição de entes federados autônomos, e com a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 —, bem como com o processo de descentralização do ensino deflagrado pelo governo federal e com o incentivo do estadual à municipalização do ensino fundamental, abre-se a possibilidade de organização dos Sistemas Municipais de Ensino, todos com competências próprias e incumbências definidas.

Neste quadro, os municípios passam a ter que gerenciar parte da educação escolar básica, mais especificamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o que leva a um processo de descentralização da Educação, porque os municípios, de certo modo, passam a ter autonomia para formular e implantar políticas públicas na área de Educação.

Na esfera educacional, as principais legislações nacionais que regulamentam o campo da educação no país recomendam que Estados e Municípios elaborem políticas próprias com a finalidade de atender às especificidades locais.

A Lei Orgânica que rege o Município de Anhumas, promulgada em 30 de março de 1990, em seu Capítulo III “Da educação, da cultura, do esporte e lazer”, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes que servem como base para o desenvolvimento no campo da educação, da cultura, do esporte e do lazer do município não aborda a questão da biblioteca escolar como um mecanismo capaz de contribuir para o processo de formação educacional, social cultural e político do educando, tal como estabelece sua missão.

Na sessão que se refere à educação, a biblioteca nem mesmo é mencionada, porque só aparece na sessão referente à cultura em seu art. 124, inciso III, ainda assim, de forma bem genérica, quando determina que,

o Município apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais através de: I - criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção e a apresentação de manifestações culturais e artísticas; II- desenvolvimento de intercâmbio cultural e artístico com os demais municípios, integração de programas culturais e apoio à instalação de casa de cultura; III - **acesso ao acervo das bibliotecas**, museus, arquivos e congêneres; IV - promoção do aperfeiçoamento dos profissionais da cultura (ANHUMAS, 1990, grifo nosso).

Dessa forma, a Lei Orgânica do Município de Anhumas também silencia a questão específica da biblioteca escolar e do seu papel no processo de aprendizagem.

A ausência da biblioteca em legislações educacionais nacionais e municipais e a recorrência em relacioná-la à simples missão de fornecer acesso a livros e materiais disponíveis nos acervos, reflete a falta de conhecimento por parte dos educadores da contribuição que uma biblioteca escolar (bem equipada e que conte com a colaboração de bibliotecários e profissionais especializados) pode proporcionar na formação dos alunos, dos professores e da comunidade local.

A função educativa da biblioteca escolar está diretamente relacionada com o contexto em que ela está inserida. Portanto, ao analisar o papel da biblioteca, é necessário repensar este ambiente como “um espaço de promoção de aprendizagens e formação de

indivíduos críticos/reflexivos capazes de gerenciarem informações de forma autônoma e responsável mediante práticas leitoras e culturais diversas” (ANDRADE; MACHADO, 2014, p. 20).

Apesar de o Plano Nacional de Educação fazer breve referência à biblioteca e ao bibliotecário, destacando as contribuições desse ambiente educacional no processo de ensino, o Plano Municipal de Educação de Anhumas, que se apresenta como sendo elaborado de acordo com as recomendações nacionais estipuladas no PNE, não menciona em nenhuma meta ou ação o termo biblioteca e/ou bibliotecário, silenciando-se sobre essa questão.

Embora a biblioteca escolar não estar contemplada na principais legislações do município (Lei Orgânica e Plano Municipal de Educação), Anhumas é atualmente uma das raras cidades do país que tem elaborado e implementado o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura.

O Plano Nacional do Livro e Leitura lançou, respectivamente nos anos de 2009 e 2015, o “Guia para a elaboração e implementação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura”. No entanto, apesar de ter sua primeira edição divulgada em 2009, até a presente data são poucos os estados e os municípios brasileiros que têm essa política elaborada ou mesmo em processo de construção, conforme pode ser observado nos quadros seguintes.

Quadro 9 - Planos Estaduais do Livro e Leitura no Brasil

PLANO	ESTADO	SITUAÇÃO	ANO
PDLL	Distrito Federal	Aprovado	
PELL	Rio Grande do Sul	Aprovado	2013
PELL	Paraná	Aprovado	2013
PELL	Rio Grande do Norte	Aprovado	
PELL	Bahia	Aprovado	
PELL	Tocantins	Aprovado	
PELL	Mato Grosso do Sul	Aprovado	
PELL	Santa Catarina	Em construção	2015
PELL	Ceará	Em construção	
PELL	Sergipe	Em construção	
PELL	Rio de Janeiro	Em construção	2015
PELL	Minas Gerais	Em construção	2014
PELL	Mato Grosso	Em construção	2017
PELL	Pernambuco	Em construção	2017

Fonte: PINHEIRO, 2016. Atualizado pelo autor em Ago. 2017.

Na esfera estadual, do total de 26 estados mais o Distrito Federal, o país conta, até este momento da pesquisa, com apenas sete (25,92%) dos estados com planos aprovados e cinco (18,51%) em fase de elaboração, cuja soma não atinge sequer 50% da totalidade.

Quadro 10 - Planos Municipais do Livro e Leitura no Brasil

PLANO	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	ANO
PMLL	Salvador – BA	Em construção	
PMLL	Fortaleza – CE	Em construção	
PMLL	Belém – PA	Em construção	
PMLL	Canoas – RS	Aprovado	2010
PMLL	Porto Alegre – RS	Aprovado	2011
PMLL	Joinville – SC	Aprovado	2013
PMLL	Nova Iguaçu – RJ	Aprovado	2014
PMLL	São José do Rio Preto – SP	Em construção	2014
PMLLLB	São Paulo – SP	Aprovado	2015
PMLL	Curitiba – PR	Em construção	2015
PMLL	Campo Grande – MS	Aprovado	2016
PMLL	Peabiru – PR	Aprovado	2016
PMLL	São João Del Rey – MG	Em construção	2016
PMLLL	Anhumas – SP	Aprovado	2016
PMLLB	Ribeirão Preto – SP	Aprovado	2017
PMLL	Presidente Prudente – SP	Em construção	2017

Fonte: PINHEIRO, 2016. Atualizado pelo autor em Ago. 2017.

Em âmbito municipal, dos 5570 municípios brasileiros, somente 9 (ou 0,16%) contam com PMLL aprovado e apenas outros 7 (ou 0,12%) estão com seus PMLL em construção que, somados, representam tão somente 0,28% dos municípios do país.

Na tentativa de localizar um maior número de municípios brasileiros que já tenham elaborado os seus Planos Municipais do Livro e Leitura, bem como traçar um panorama nacional de quantos municípios que possuem o mesmo porte populacional e as mesmas características de Anhumas já elaboram os seus planos, foi realizada uma pesquisa junto às Secretarias Estaduais de Cultura, solicitando informações quanto à elaboração dos planos no âmbito de seus estados e municípios.

A pesquisa ocorreu entre os meses de Dezembro/2017 e Janeiro/2018. No entanto, não foi possível realizar um levantamento preciso do número total de municípios conforme se esperava. Mesmo após diversas tentativas de contato, não obtivemos retorno por parte de algumas Secretarias Estaduais de Cultura e, a maior parte que retornou, afirmou não ter conhecimento sobre o processo de elaboração dos planos municipais. Até mesmo em âmbito estadual, muitas secretarias desconhecem as condições em que estão o processo de elaboração dos PELLs, algumas até afirmam que o Estado ainda não deu início a essa ação.

O Estado de São Paulo é um dos vários da federação que ainda não iniciou o processo de elaboração do seu plano. No âmbito municipal, do total de 645 de seus municípios, apenas três (0,46%) tem seus planos promulgados e somente dois (0,31%) encontram-se em processo de construção. Nesse cenário, Anhumas é um dos raros municípios paulistas que têm seu plano elaborado e implementado.

A construção dessa política pelo município de Anhumas consiste ainda na primeira política própria municipal a contemplar a área do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca de forma consciente e comprometida, o que representa um grande avanço na gestão e uma forte influência da representação cultural do município, uma vez que, passa a empenhar esforços para criar ações e conscientizar a população da importância da biblioteca na formação cidadã e no desenvolvimento local.

O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura da cidade de Anhumas (SP), aprovado em dezembro de 2016, foi elaborado sob a coordenação do Assessor de Comunicação e Cultura, Osvaldo Cavalieri, em colaboração com a Secretária de Educação Givanilda Alves Barbosa Obicci.

A comissão de elaboração do PMLLL contou também com representantes de escolas municipais e membros da sociedade civil, com o objetivo de melhorar os índices de leitura no município e de divulgar as ações realizadas pela Biblioteca Municipal.

Cabe esclarecer que, no documento oficial que constitui o PMLLL de Anhumas, está disposto que o Plano “levará em conta os princípios e eixos presentes no plano Estadual do Livro e Leitura – PELL” (ANHUMAS, 2016, p. 5). No entanto, considera-se que a comissão de elaboração do PMLLL cometeu um grave equívoco ao mencionar tal afirmação em sua legislação municipal, já que o documento ao qual eles apontam como base para a elaboração do PMLLL de Anhumas (PELL de São Paulo) ainda não existe, ou seja, esse documento ainda não foi elaborado pelo estado, dessa forma é impossível que o município de Anhumas leve em consideração para a elaboração de sua política própria, os princípios e os eixos presentes em um documento que sequer existe.

Portanto, acredita-se que o documento para o qual a comissão de elaboração do PMLLL menciona ter se baseado para elaboração do plano municipal diga respeito ao Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca - PMLLB da cidade de São Paulo e não do Estado, uma vez que, até a presente data, o Estado de São Paulo ainda não tem elaborado o seu Plano Estadual do Livro e Leitura.

O fato de a cidade e o estado de São Paulo possuírem a mesma nomenclatura pode ter contribuído para tal confusão por parte da comissão de elaboração do PMLLL. Porém, é necessário destacar que o Guia de Elaboração e Implementação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura orienta diferentes estruturas e criação de eixos e ações que dão suporte à elaboração dos planos por estados e municípios, de acordo com a abrangência e as necessidades locais.

Contudo, a razão da comissão de elaboração do PMLLL ter cometido essa falha não compromete a iniciativa do grupo e a integridade do documento final. Porém, deve servir de alerta para que outros municípios, e até mesmo Anhumas, não cometa tal equívoco ao propor projetos e/ou políticas públicas próprias.

Para a elaboração do PMLLL, inicialmente foi realizada uma pesquisa pelo departamento de Cultura e Turismo em que foram entrevistadas 156 pessoas de diversos segmentos, com a finalidade traçar o perfil de leitores no município. Ao final, a pesquisa realizada constatou que, apesar de as pessoas entrevistadas afirmarem que gostam de ler, o acesso ao livro por meio da biblioteca ainda era insuficiente.

Dessa forma, a efetivação do PMLLL de Anhumas justifica-se pela

necessidade de democratização de acesso ao livro e fomento à leitura como meio de melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômicos do municípios a fim de que as pessoas possam frequentar mais as bibliotecas públicas e com isso elevar os índices de leitores (ANHUMAS, 2016, p. 6).

Dotado da sua autonomia municipal e seguindo o exemplo das cidades de São Paulo e Ribeirão Preto que alteraram a nomenclatura de seus planos para “Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca” (PMLLLB) e “Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca” (PMLLB) respectivamente, o município de Anhumas também optou por utilizar uma denominação mais abrangente, acrescentando a palavra Literatura ao seu plano, o qual passou a ser chamado de “Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura” (PMLLL).

Ao acrescentar o “L” de literatura ao seu plano, o município de Anhumas valoriza um aspecto da leitura no processo de formação do leitor. Essa ênfase dada à literatura reflete a concepção de leitor que o município pretende formar, utilizando a literatura como forma de transformação e de formação de leitores, “adultos ou não, devido ao seu potencial de diálogos, que podem nascer e ser produtivos entre os seus leitores; seus leitores e o escritor; seus leitores e outros interlocutores... e seus leitores e seus próprios pensamentos e sentimentos” (AQUINO, 2012, p. 62).

É a literatura porta de um mundo autônomo que, nascendo com ela, não se desfaz na última página do livro, no último verso do poema, na última fala da representação. Permanece ricocheteando no leitor, incorporado como vivência, erigindo-se em marco do percurso de leitura de cada um (LAJOLO, 1987, p. 42).

De acordo com Lajolo (1987, p. 16), “a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ela só existe enquanto obra nesse intercambio social”. Nesse sentido,

Teatro, música, pintura, escultura, dança, literatura e cinema são as sete linguagens artísticas básicas e podem coexistir. E, especificamente a arte literária, para crianças pode e deve andar juntas. Afinal, uma boa história contada para crianças é a soma destas ou algumas destas linguagens. Isto porque, ao ler ou contar uma história que sai de um livro (literatura), necessita-se da voz e do corpo para representar e ilustrar tanto os personagens quanto as situações, usando o teatro; pode-se aperfeiçoar a leitura ou contação adicionando movimentos e ritmos diversos que vêm da música e dança; pode-se também criar um cenário ou mesmo figurino com pinturas e esculturas. Cabendo única e exclusivamente, ao professor ou leitor/contador utilizar com criatividade para transformar a arte literária em uma situação de prazer (AQUINO, 2012, p. 62).

Sobre o papel da literatura no processo de formação do leitor, o “Guia PELL e PMLL” orienta que

é preciso considerar as funções essenciais da literatura, como o atendimento às necessidades de ficção e fantasia das pessoas e sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira complexa e dialética, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos. E, ainda, seu potencial de oferecer aos leitores um conhecimento profundo do mundo, tal como faz a ciência (GUIA, 2015, p. 18).

Dessa forma, são princípios do PMLLL de Anhumas-SP (ANHUMAS, 2016),

1. Reconhecer a leitura e a produção literária como principais meios de difusão da cultura e conhecimento;
2. Democratizar o acesso ao livro, a leitura e a literatura por meio das bibliotecas e demais espaços destinados à leitura com vistas a formação de uma sociedade leitora no município;
3. Fortalecer as bibliotecas e demais ambientes destinados a promoção do livro, leitura e literatura;
4. Preservar o patrimônio literário, documental e bibliográfico do município;
5. Estimular as atividades de iniciativas públicas ou privadas que tenham por finalidade a criação de livros e/ou artigos do gênero;
6. Valorizar o papel da leitura e compreender seu valor formativo e humanístico no imaginário individual e coletivo.

Assim, o PMLLL visa atender às necessidades dos leitores com respeito à sua dignidade, proporcionando melhor qualidade e gestão de serviços públicos, com o objetivo de:

- I – assegurar e ampliar o acesso ao livro e a leitura toda população Anhumense;
- II - garantir dotação orçamentária adequada e compatível para a implementação no que se refere à aquisição, renovação e manutenção de acervos, bem como para o desenvolvimento das ações, programas e projetos de estímulo a leitura;
- III – aumentar o índice municipal de leitura em todas as faixa-etárias por meio de estímulo, capacitação e qualificação de professores leitores, de mediadores de leitura e de famílias leitoras;
- IV – fomentar núcleos voltados às pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro, por meio de parcerias com universidades próximas, associações e entidades ligadas à área da leitura;
- V – dar ampla divulgação, às atividades programadas pelo PMLLL e Assessoria de Turismo e Cultura;
- VI – promover e estimular a participação dos vários segmentos da sociedade pública ou privada, em programas nacionais, estaduais e municipais de incentivo ao livro, à leitura e à literatura.

Em conformidade com as orientações do Plano Nacional do Livro e Leitura, o PMLLL de Anhumas também determina 4 eixos principais de ação, nos quais são estabelecidas metas que deverão ser cumpridas no período de curto, médio e longo prazo, conforme segue:

Quadro 11 - EIXO 1 - Democratização do Acesso, Diretrizes e Princípios

Metas de Curto Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as bibliotecas nos mais variados meios de comunicação; • Valorizar as bibliotecas das escolas como um ponto de sabedoria e convivência, criando mecanismos de participação de pais e familiares; • Promover, por meio de parcerias, encontros formativos aos funcionários das bibliotecas face às tecnologias atuais e à captação do público; • Garantir que o espaço físico das bibliotecas seja acolhedor, convidativo, e conte com mobiliário confortável, acessível e comunicação visual atraente de modo a adequar-se à concepção contemporânea de biblioteca; • Criar ações para promover a biblioteca em sua comunidade, com redes de leitura, encontro com escritores e oficinas literárias; • Assegurar que as bibliotecas possuam computadores e acesso à Internet para garantir a conectividade como direito do usuário; • Realizar ações de aproximação do livro com outras linguagens (cinema, música, teatro, artes plásticas, etc.), de modo que possa envolver todos os leitores; • Criar ações para aproximar as bibliotecas para divulgar seu acervo e promover o incentivo à leitura, de maneira a promover a integração entre esses espaços;
-----------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver todos os espaços públicos em ações de difusão do livro e da leitura, criando espaços alternativos e iniciativas que possibilitam a oferta de livros e ações de estímulo à leitura, tais como saraus, contação de histórias, clubes, rodas de leitura, trocas de experiências entre as escolas, etc. • Garantir mais espaços que disponibilizem obras literárias; • Criar pequenos espaços de leitura em todos os setores públicos do município; • Recomendar que as bibliotecas escolares atendam à comunidade educativa durante o horário de funcionamento e prover condições para que isso aconteça; • Incluir na formação dos alunos da EJA visitas às bibliotecas; • Utilizar a biblioteca pública como espaço de debate para os adolescentes e jovens, com temáticas de interesse para esse grupo e divulgação de livros que se reportem aos temas discutidos nas escolas.
Metas de Médio Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar programa de compra de livros para distribuição gratuita nas bibliotecas; • Extensão do horário de atendimento da biblioteca.
Metas de Longo Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a acessibilidade plena em todas as suas acepções; • Atingir o número recomendado pela Unesco de 2 livros por habitantes e descentralizar o local da biblioteca; • Aquisição de espaço físico próprio e criação da sala de leitura individual, proporcionando maior conforto ao leitor.

Fonte: ANHUMAS, 2016.

Conforme observado, esse eixo envolve ações que dizem respeito e/ou estão relacionadas às bibliotecas de acesso público, buscando sua promoção e valorização no cenário municipal.

Quadro 12 - EIXO 2 - Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores

Metas de Curto Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Prover espaço formativo que ofereça condição de trabalho adequado em relação à comunidade e nas ações com o livro e leitura; • Incentivar a participação dos mediadores em encontros, seminários, palestras e apresentação de trabalho e relatos de experiência; • Criar e fortalecer programas que estimulem a visita e a participação em bibliotecas e outros ambientes de leitura; • Promover o contato com a mediação da leitura considerando estratégias de aproximação dos espaços para o incentivo à leitura; • Promover eventos em ambientes educacionais relacionados ao livro e a leitura; • Desenvolver e fortalecer espaços de leitura alternativo dentro de uma perspectiva de prática social em parceria com o CRAS; • Estimular e apoiar ações de contação de histórias; • Promover encontros intergeracionais entre crianças e idosos;
-----------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar eventos de troca de livros; • Promover encontro de alunos com pessoas que marcaram a história do município para a troca de experiência.
--	---

Fonte: ANHUMAS, 2016.

O eixo 2 envolve as propostas e as ações que buscam garantir o reconhecimento e a necessidade de formar profissionais mediadores para a conquista e formação de novos leitores.

Quadro 13 - EIXO 3 - Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico

Metas de Curto Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a continuidade dos programas existentes; • Garantir formação continuada e prover meios à participação de pessoas que atuam no setor do livro, leitura, congressos, seminários, etc; • Abrir e incentivar o uso de espaços públicos municipais para o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura; • Criar campanhas publicitárias de incentivo à leitura com cartilhas instrutivas sobre os benefícios da leitura; • Instituir a terceira terça-feira do mês de agosto como o Dia Municipal da Leitura de Anhumas, desenvolvendo ações em parceria com diversos setores; • Incentivar e facilitar a criação de grupos que promovam e discutam o livro e a leitura; • Criar ações e campanhas para introduzir o livro no cotidiano das pessoas; • Promover pesquisas para o diagnóstico das ações de leitura e literatura que ocorram na cidade.
Metas de Médio Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Investir na formação do professor leitor para que este seja capaz de motivar os educandos a se tornarem bons leitores.
Metas de Longo Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos de formação docente para a promoção do livro e da leitura, sem restringir as ações aos professores; • Aquisição de novos computadores para atrair o público jovem.

Fonte: ANHUMAS, 2016.

Nesse terceiro eixo, os elaboradores buscaram envolver propostas de trabalho com a área do livro enquanto instrumento de valor social, cultural e como bem público a ser preservado como direito à cidadania.

Quadro 14 - EIXO 4 - Desenvolvimento da Economia do Livro

Metas de Curto Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar experiências como a biblioteca itinerante; • Realizar oficinas para a descoberta de novos talentos; • Utilizar recursos para o incentivo à leitura;
-----------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os livros, no formato de papel, continuem a ter lugar nas escolas e bibliotecas.
Metas de Médio Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a produção de materiais de comunicação específicos sobre atividades literárias e divulgá-las nas mais distintas formas, como obras impressas, formatos eletrônicos, redes sociais, sites, blogs, livros, jornais e revistas literárias, entre outras; • Assegurar dotação orçamentária específica para a implementação de ações voltadas à leitura; • Realizar ações que resgatem, registrem e promovam a oralidade; • Promover a literatura em todas as faixas etárias; • Desenvolver e fortalecer conteúdos e propostas pedagógicas para ensinar literatura na escola a fim de ampliar o interesse pela leitura; • Garantir o estudo da literatura considerando as várias linguagens de expressão como cinema, música, teatro, declamações, leituras, etc.; • Organizar o salão do livro e outros eventos de literatura, em parceria com os demais setores municipais e estaduais, como um estímulo à qualidade literária.
Metas de Longo Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Informatizar o catálogo do acervo da Biblioteca Municipal.

Fonte: ANHUMAS, 2016.

O último eixo, por sua vez, demonstra a importância de não se separar a leitura de sua base material, o livro, em seus diversos suportes, considerando que essa base deve ser apoiada e defendida.

Ao orientar a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais por todo o país, o PNLL pretende garantir que a sociedade exerça seus direitos, melhore seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça outras culturas, valores e modos de pensar de outras pessoas e, por fim, tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento.

O município de Anhumas faz parte de 0,31% dos municípios do estado que, até o momento da pesquisa, atendeu à recomendação nacional e elaborou o seu Plano Municipal do Livro e Leitura. Em menos de um ano de elaboração e de implementação, o PMLLL de Anhumas já tem conseguido alcançar diversos objetivos e realizado ações que visam a atender às metas de curto prazo estabelecidos, tais como: distribuição de Geladeiras com diversos tipos de obras literárias para consulta pública em setores como a saúde e o esporte; a realização do Dia Municipal da Leitura de Anhumas; atividades de contação de histórias e sessões de cinema para alunos das escolas municipais; encontro com autores; sarais e acampamentos literários; e promoção de encontros intergeracionais entre crianças e idosos, que consistem em aproximar a

troca de experiências e valorizar a história local, uma vez que, por meio desses encontros, os idosos relatam suas experiências e sua história de vida para as crianças.

Assim, a experiência do município de Anhumas em escrever e empreender o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, conforme recomendação nacional, demonstra que criar e promover políticas públicas de leitura e biblioteca é um caminho promissor para que a população possa ter, de fato, informação e leitura capazes de criar debates e de construir conhecimento, com foco no direito fundamental à informação no Brasil.

4.2.1 A Presença da Biblioteca no Projeto Pedagógico da Rede Escolar do Município de Anhumas

A escola, a partir da década de 1980, passou a ser vista como um espaço de efetivação de políticas educativas, sendo reconhecida como um organismo social com identidade e cultura próprias, de acordo com seu contexto local. Assim, torna-se um espaço autônomo que possibilita a construção e a elaboração de um projeto educativo (VASCONCELLOS, 2004, p. 16).

Com isso, de acordo com o que as legislações nacionais passam a determinar e como forma de buscar o estabelecimento da identidade da sua comunidade escolar, surge a necessidade das escolas construírem seus Projetos Pedagógicos (PP), pois, ao implementar seu PP, a instituição afirma sua identidade como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania (BUSSMANN, 2013).

A respeito das expressões Projeto Pedagógico e Projeto Político-Pedagógico, encontramos na literatura as duas formas de uso. Embora diversos autores utilizem a expressão projeto político-pedagógico, para fins desse trabalho, optamos por utilizar o termo Projeto Pedagógico (PP), conforme consta na LDB. De acordo com a literatura, então, não existe um consenso entre os autores sobre o uso das expressões. Alguns autores indagam se o acréscimo da palavra político não traz uma redundância, visto que toda ação pedagógica é necessariamente política pois tem como finalidade a formação do cidadão (VASCONCELLOS, 2004, p. 19).

A construção desse projeto passa pela autonomia da escola e visa conceber sua identidade própria além de estabelecer as ações necessárias para a formação dos cidadãos que ela deseja. Para tanto, são necessários momentos de discussões e de debates fundamentados nas reflexões coletivas.

Para Veiga (2004, p 13), “o projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com compromisso definido coletivamente”. O PP é mais que um simples documento obrigatório ou uma carta de intenções que atenda a disposições burocráticas. Ele é a síntese de todo um processo permanente de reflexão realizado pela instituição e seus atores que apresenta os ideais e a intencionalidade da instituição ao definir suas prioridades e suas metas, ao mesmo tempo em que define os caminhos que deverão ser percorridos para alcançar a qualidade na educação, respeitando às necessidades de sua comunidade acadêmica, concretizando, assim, sua identidade escolar.

Compreendemos que o envolvimento de todos na construção do projeto, ao desencadear uma *reflexão coletiva*, promove a adoção de uma prática educativa na medida em que reflete individual e coletivamente sobre ela. A instituição educativa é, nessa perspectiva, um espaço de ensinar e aprender (VEIGA, 2001, p. 58).

Na visão de Gadotti (2000), o projeto pedagógico da escola é um processo que não se pode concluir, porque é uma fase em direção ao objetivo que se mantém como horizonte da escola. Em virtude disso, quando se propõe a retratar a realidade da instituição, o PP não está pronto e finalizado. Assim, possui um caráter contínuo, de constantes reflexões, rupturas, atualizações e reconstrução.

O trabalho exercido pela escola tem como objetivo principal a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Nesta perspectiva, a biblioteca escolar destaca-se como um importante instrumento pedagógico, capaz de contribuir, significativamente, para o trabalho realizado pelo professor dentro e fora da sala de aula.

Para Libâneo e Pimenta (2002), o fenômeno educacional é um exercício social de desenvolvimento humano que visa inserir o indivíduo em um ambiente organizado culturalmente. Desse modo, o conhecimento compreendido pelos alunos durante sua trajetória educacional é capaz de desenvolver cidadãos críticos e conscientes social e culturalmente.

Por sua vez, a biblioteca escolar compreende as funções educativas e culturais, pois, além de auxiliar os alunos e os professores em atividades cotidianas, também complementa a educação formal ao fornecer diversas possibilidades de atividades relacionadas à pesquisa e ao uso das fontes informacionais, que contribuem para ampliar o conhecimento dos alunos, além de incentivar a leitura a toda a comunidade escolar (FRAGOSO, 2002).

A aquisição do conhecimento não ocorre apenas em sala de aula por intermédio do professor. É necessário reconhecer também o papel da biblioteca escolar no

processo educativo e a sua contribuição para o desenvolvimento da leitura e da escrita, para o acesso à informação e para o aprimoramento cultural, econômico e social.

A biblioteca escolar é um instrumento primordial no processo educacional do cidadão, uma força e um fator impulsor da educação (DAVIES, 1974).

Criar uma biblioteca, alimentá-la frequentemente, nutri-la com obras significativas, tanto nacionais quanto estrangeiras, exercer um controle de qualidade na aquisição desses livros, possibilitar que o estudante tenha sempre ao seu alcance um universo de opções que possa ser lido, compreendido e assimilado, tudo isso representa, em verdade, recriar um país, redescobrir suas potencialidades (MACIEL, 2008, p. 18).

A biblioteca escolar é uma instituição dinâmica, capaz de interagir com a escola e com o meio social em que está inserida. Por isso mesmo, não deve ser vista como um setor isolado no ambiente escolar, visto que seu principal objetivo é contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural das ações do aluno e do professor (STUMPF, 1987).

Acrescenta-se a essa ideia, a concepção de que a biblioteca escolar não é uma instituição independente. Sua atuação, dessa maneira, faz-se de acordo com as diretrizes da escola, por isso é necessário que esteja aliada ao projeto pedagógico para que a escola possa cumprir efetivamente sua função (SILVA, 1997).

Quando bem integrada ao PP da escola, a biblioteca escolar pode patrocinar o desenvolvimento das habilidades dos alunos, proporcionando estudo independente, autoeducação, criatividade, autonomia e consciência crítica para a formação da cidadania, além de fornecer diversos serviços e recursos à comunidade escolar (ASSIS, 2010).

Para Davies (1974):

La biblioteca escolar se convierte en una fuerza que favorece la excelencia educativa cuando funciona como un elemento de apoyo que es parte integrante del programa educativo en su conjunto [...] El programa de la biblioteca y el programa educativo son interdependientes, idénticos e inseparables⁵.

Em 1944, durante a Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, Lourenço Filho destacou a função educativa da biblioteca escolar:

Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular,

⁵ A biblioteca escolar se converte em uma força que favorece a excelência educativa quando funciona como um elemento de apoio que é parte integrante do programa educativo em seu conjunto. [...] O programa da biblioteca e o programa educativo são interdependentes, idênticos e inseparáveis (Tradução do autor).

coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 4).

Desse modo, devem-se empreender esforços para que a biblioteca seja integrada no planejamento da escola, estando presente no projeto pedagógico da instituição educacional, para que sejam desenvolvidas atividades que auxiliem o professor em sua prática pedagógica.

O PP é um elemento essencial no planejamento da escola, uma vez que é um documento institucional que tem por finalidade estruturar a reflexão no sentido de discernir e organizar “os princípios analisados e ao aprofundamento dos estudos sobre a organização do trabalho pedagógico” (VEIGA, 2004, p.12), elaborando a sua percepção sobre os limites e as possibilidades da escola, segundo os interesses da comunidade na qual está inserida.

Assim, a reflexão definida no PP garante a intencionalidade da instituição, o debate, estabelece a prioridade da proposta e os caminhos a serem percorridos para que os objetivos almejados sejam atingidos.

Dessa forma, o projeto pedagógico

é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos a um conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influencia e pode ser por ela influenciado (VEIGA; RESENDE, 1998, p. 11).

A proposta de gestão da instituição não deve resultar de iniciativas individuais, mas da definição de objetivos concretos, elencados e discutidos com o grupo escolar, uma vez que este documento deve evidenciar a missão da escola, sua trajetória histórica, sua intencionalidade, além de subsidiar uma visão dos limites e das possibilidades do contexto escolar.

Pensar o projeto pedagógico de uma escola

é pensar a escola no conjunto e a sua função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas nela envolvidas, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consciente e possível. Portanto, o projeto de uma escola é fruto da projeção arquitetada por todos os envolvidos com o processo educativo, considerando que é na prática que a teoria tem seu nascedouro, sua fonte de desenvolvimento e sua forma de construção, e é na teoria que a prática busca seus fundamentos de existência e reconfiguração (VEIGA, 2001, p. 56).

Nesse sentido, a presença da Biblioteca escolar no projeto pedagógico é imprescindível, já que ela se constitui na estrutura que possibilita o fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem. Desta feita, é fundamental que o bibliotecário também faça parte das discussões e dos planejamentos pedagógicos.

Dentre as diversas atividades educativas que podem ser desenvolvidas pela escola com a colaboração da biblioteca escolar, as relacionadas à leitura são as que mais se destacam. Portanto, ao elaborar o PP da instituição, é fundamental que seja dada maior ênfase aos projetos e às atividades relacionados à prática e ao incentivo à leitura, pois:

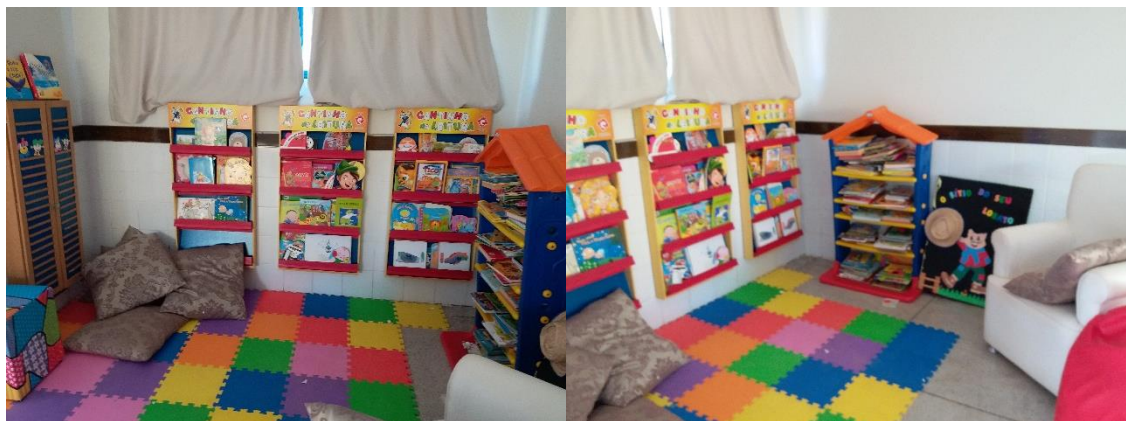
a importância da leitura no projeto político-pedagógico da escola traduz-se na previsão de atividades com os acervos que estão na escola, na biblioteca escolar. Professores, bibliotecários, coordenadores e todos os profissionais do ensino precisam trabalhar em conjunto. Atividades voltadas para auxiliar o ensino e aprendizagem que complementam o conteúdo trabalhado em sala de aula preveem recursos que podem ser oferecidos pela biblioteca. Assim, a equipe pedagógica da escola, sobretudo o professor, precisa trabalhar em conjunto com os profissionais da biblioteca, pois este espaço deve ser entendido e utilizado com um espaço cultural e de formação. A participação ativa e constante do professor fomenta a dinamização da biblioteca escolar, pois são os professores os responsáveis pelo planejamento do ensino. Se o planejamento pedagógico prevê atividades que, tanto vão enriquecer o conteúdo curricular e promover a leitura, o bibliotecário necessariamente deve fazer parte desse planejamento para organizar os acervos e atividades culturais (BRASIL, 2001, p. 21).

De acordo com Válio (1990, p. 11), a biblioteca escolar pode ser compreendida como “uma faceta de toda atividade escolar e o bibliotecário é tanto um professor como os outros como também um apoio e complemento para cada professor. O bibliotecário escolar é um professor cuja disciplina é ensinar a aprender”.

O bibliotecário, profissional habilitado para trabalhar com fontes e recursos informacionais, pode beneficiar o planejamento escolar e conseqüentemente, o trabalho realizado pelos professores. O acesso a esses materiais colabora com o desenvolvimento crítico, social e cultural dos indivíduos. Neste contexto, a biblioteca escolar é um precioso ambiente educacional, no qual alunos e professores podem se utilizar para o desenvolvimento e para a formação pessoal e profissional.

A Creche Municipal “Professora Clotildes Lopes Trevisan” não possui uma biblioteca escolar e tampouco conta com bibliotecário ou qualquer outro profissional para atuar nesse ambiente educacional. No entanto, a Escola detém um espaço específico para a realização das ações e das atividades destinadas ao incentivo à leitura e à participação social da comunidade local. Esse espaço é denominado “Cantinho da Leitura”.

Figura 1 - Cantinho da Leitura



Fonte: Arquivo próprio.

No PP da escola, o “Cantinho da Leitura” está contemplado por meio da apresentação de um projeto de leitura realizado anualmente. O projeto tem como tema “Família e leitura na escola, uma parceria de sucesso” e tem como público alvo os alunos e seus familiares.

Para a Creche, o ato de ler, muitas vezes, inicia-se em casa com os pais que possuem essa prática, por isso, esse conceito pode ser iniciado no seio familiar. A escola tem o papel de instigar as crianças a apreciarem os livros, motivando e incentivando o hábito da leitura, cabendo aos educadores sistematizar tal conceito e torná-lo mais atrativo para o alunado. Segundo os PCN, “uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente” (BRASIL, 1997, p. 43).

Partindo dessa premissa, o projeto da Creche tem como propósito ampliar os laços afetivos no seio familiar, por meio do contato e da leitura de histórias infantis, conscientizando as famílias sobre a importância do ato de ler.

Dessa forma, o objetivo geral do projeto é estabelecer os vínculos familiares e promover o hábito e o gosto pela leitura desde os primeiros anos de vida. A importância da realização do projeto é beneficiar direta e indiretamente os alunos e seus entes, além de melhorar a participação da família na escola, por isso, estabelece como objetivos específicos: promover o intercâmbio entre a comunidade e valorizar o contexto familiar dentro da unidade escolar por meio da contação de histórias; propiciar a troca de obras literárias infantis; levar os alunos a conhecer outras histórias enriquecendo seus conhecimentos; ampliar o vocabulário; e incentivar as famílias a adquirirem a prática da leitura.

Para tanto, o projeto é desenvolvido de forma colaborativa, com a participação da equipe pedagógica, de funcionários e de familiares. Envolve todos os alunos

das diferentes faixas etárias da escola, com a finalidade de despertar o interesse pela leitura e de desenvolver competências e habilidades.

Inicialmente, as famílias são comunicadas por meio de informativos que contêm orientações referentes ao desenvolvimento do projeto e à importância da participação de todos. Após esse primeiro contato, as famílias são convidadas a levarem até a Creche um ou mais exemplares de livros infantis para que possam ser trocados entre os alunos.

No mesmo momento em que é depositado o livro na instituição, é entregue ao membro da família uma ficha de participação. Após o encerramento do prazo para a entrega dos livros, cada família recebe um novo informativo marcando data, local e horário do evento onde serão realizadas as trocas das fichas por novos livros. A troca deve ser feita com acompanhamento dos filhos.

O projeto conta ainda com a participação das famílias na contação de histórias dentro e fora da escola. Nesse caso, os familiares são convidados a se dirigirem à Creche, de acordo com sua disponibilidade e mediante horário previamente agendado para a realização de contação de história na sala dos alunos na qual o filho está matriculado, com a finalidade de estreitar os laços afetivos entre eles. Ao final do projeto, os familiares são novamente convidados a participar de evento específico, no qual são realizadas apresentações culturais e contação de história para todos, além de promover um debate com possibilidade de as famílias relatarem as experiências vivenciadas.

O Cantinho da leitura recebe também a visita diária de professores que levam seus alunos para o desenvolvimento de diferentes ações que contemplam o universo da leitura, seja por meio de leitura de livros, seja por apresentação de fantoches ou construção de máscaras e brinquedos. A visita diária segue o seguinte cronograma:

Quadro 15 - Rotina de Visitas no Cantinho da Leitura

TURMA	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Berçário I			Cantinho da Leitura	Contação de Histórias	
Berçário II A			Contação de Histórias	Cantinho da Leitura	
Berçário II B		Contação de Histórias	Cantinho da Leitura		
Maternal I	Leitura Diária com Roda de Conversas	Leitura Diária com Roda de Conversas	Leitura Diária com Roda de Conversas	Leitura Diária com Roda de Conversas	Leitura Diária com Roda de Conversas
		Contação de Histórias	Cantinho da Leitura		Contação de Histórias
Maternal II A	Leitura Diária - Linguagem Oral	Leitura Diária - Matemática	Leitura Diária - Música	Leitura Diária - Artes Visuais	Leitura Diária - Linguagem Oral

	Contação de Histórias	Contação de Histórias	Contação de Histórias	Cantinho da Leitura	Contação de Histórias
		Natureza e Sociedade – Sala de Leitura	Cantinho da Leitura		
Maternal IIB	Leitura Diária - Linguagem Oral	Leitura Diária - Sala de Brinquedo	Leitura Diária - Matemática	Leitura Diária - Música	Leitura Diária - Parque
	Contação de Histórias	Contação de Histórias	Contação de Histórias	Contação de Histórias	Contação de Histórias
			Cantinho da Leitura		

Fonte: Organizado pela autora, com base no PP da escola.

Desse modo, conforme apresentado no quadro anterior, pode-se constatar que, apesar de a Creche não contar com biblioteca, bibliotecário ou mesmo qualquer outro profissional designado para atuar especificamente neste ambiente educacional, ela tem procurado desempenhar diversas atividades em um projeto específico que contempla a leitura e envolve a comunidade local na participação de debates e promoção da leitura que conta com o envolvimento de todos os membros do corpo pedagógico.

A Escola Municipal de Educação Infantil EMEI Ursinhos Carinhosos também não possui biblioteca e profissional específico para atuar exclusivamente no espaço. Assim como a Creche Municipal, a escola também dispõe de um ambiente específico para desenvolver as atividades relacionadas à leitura e à literatura, o qual é denominado pela equipe como “Sala de Leitura”.

Figura 2 - Sala de Leitura



Fonte: Arquivo próprio.



No PP da EMEI, existe a referência de um projeto de “Leitura e Literatura Infantil”, que é desenvolvido pela Sala de Leitura durante o ano letivo, com o objetivo de

promover e incentivar o gosto e o hábito pela leitura, fazendo com que os alunos percebam o encantamento que há nas histórias, além de trabalhar diversos gêneros textuais.

Para a escola, a leitura representa a possibilidade de ver os fatos do mundo com mais verdade, mais detalhes, mais percepção, sendo assim, com mais encantamento. Encantamento que vem da percepção do poder da linguagem e mais especificamente da palavra em nossa vida.

De acordo com o PP da EMEI, busca-se favorecer a emoção e o prazer da descoberta, sempre renovada a cada nova leitura, de forma sistemática e variada, com os mais diferentes tipos de textos, com a finalidade de possibilitar a formação de alunos leitores para que eles possam se perceber capazes de entrar em um mundo novo, cheio de mistérios a serem desvendados.

Assim, os alunos e as turmas são convidados a participarem semanalmente de atividades que são desenvolvidas pelas professoras e realizadas no espaço da Sala de Leitura. De acordo com a escola, essas atividades são desenvolvidas com a intenção de criar aproximação dos alunos com o universo da leitura, promover debates e reflexões, além de incentivar o hábito de leitura.

Quadro 16 - Rotina de Visitas na Sala de Leitura

TURMA	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Pré IA				Linguagem Oral e Escrita - Hora do Conto	
Pré IB				Linguagem Oral e Escrita - Hora do Conto	
Pré IC				Linguagem Oral e Escrita - Hora do Conto	
Pré IIA				Linguagem Oral e Escrita - Hora do Conto	
Pré IIB					Linguagem Oral e Escrita - Hora do Conto

Fonte: Organizado pela autora, com base no PP da escola.

A escola conta também com uma atividade relacionada à área da Leitura, Literatura e Biblioteca, desenvolvida em Comemoração ao dia de Monteiro Lobato, em dezoito de abril, também conhecido como Dia Nacional do Livro Infantil.

Quadro 17 - Cronograma de Atividades e Festas

Ação	Tarefa	Responsável	Apoio	Resultado Esperado
Comemoração Dia de Monteiro Lobato	Apresentação de histórias com Fantoques	Professores e equipe escolar.	Professora de cada agrupamento	Despertar o interesse pela leitura

Fonte: Organizado pela autora, com base no PP da escola.

A EMEI relata reconhecer o valor da leitura e a importância de ter bons profissionais para atuarem em ambientes educacionais como a biblioteca escolar para a formação educacional e social dos alunos. No entanto, não dispõe de local apropriado para o desenvolvimento dessas atividades e nem mesmo desfruta de um profissional que atue nesse espaço.

Espera-se que, com a implementação do PMLLL e com o compromisso que a Escola firmou com em elaborar ações que promovam a área do livro, leitura, literatura e biblioteca no município, a EMEI possa lutar para conquistar um ambiente mais apropriado para a realização de suas atividades, além de unir forças junto à secretaria de educação que vem se empenhando para promover um concurso público destinado ao provimento da vaga de bibliotecário para o município.

O PP da EMEF está desatualizado e passa por um período de reformulações. O documento atual data do ano de 2009, por isso a biblioteca e os projetos desenvolvidos por ela por meio da contratação de uma professora para atuar especificamente na biblioteca e construção de prédio próprio ainda não estão contemplados, uma vez que foram implantados no ano de 2015.

Figura 3 - Biblioteca Escolar

Fonte: Arquivo próprio.

Desde o ano de 2015, a EMEF conta com uma biblioteca escolar com cerca de 74,55 M² e um profissional designado especificamente para atuar no ambiente. Esse profissional foi designado pela secretaria de educação por se destacar devido ao perfil apresentado e a suas habilidades em elaborar e desenvolver atividades relacionadas à área da leitura e literatura em sala de aula.

A seleção deste profissional reflete o reconhecimento e a valorização da biblioteca escolar no processo educacional, uma vez que, apesar de não contar com bibliotecário, o gestor demonstra um cuidado especial ao selecionar um profissional com perfil adequado ao desenvolvimento das atividades, além da construção de prédio próprio com condições adequadas para abrigar a biblioteca escolar.

Essa conduta quebra, em parte, a cultura fortemente enraizada em nosso país de colocar a biblioteca em lugares improvisados sob a responsabilidade de profissionais readaptados⁶, que não têm mais condições de atuar em suas funções de origem.

A biblioteca da EMEF funciona em período integral e alunos e professores podem realizar consultas e empréstimos a qualquer momento, inclusive nos horários de intervalos, independentemente do período em que estão vinculados.

Quadro 18 - Rotina de Visitas na Biblioteca: Período da manhã

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
07:00 - 07:50					
07:50 - 08:40	1º A	3º A	5º A	2º A	4º A

⁶ Profissional afastado da sala de aula por limitações físicas e/ou mentais que o impedem de continuar exercendo sua função, assumindo assim um novo cargo na instituição. Frequentemente esses profissionais são encontrados à frente das bibliotecas escolares nas escolas públicas do país.

08:40 - 09:30	2° A	4° A	1° A	3° A	5° A
09:30 - 09:50	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
10:00 - 10:20	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
09:50 - 10:40					
10:40 - 11:30					
11:30 - 12:20					

Fonte: Organizado pela autora.

Quadro 19 - Rotina de Visitas na Biblioteca: Período da tarde

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
12:30 - 13:20	1° B	4° B	5° B	2° B	4° B
13:20 - 14:10	2° B	3° B	1° B	3° B	5° B
14:10 - 14:30					
14:30 - 14:50	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:00 - 15:20	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
15:20 - 16:10					
16:10 - 17:00					
17:00 - 17:50					

Fonte: Organizado pela autora, com base no PP da escola.

Conforme pode ser observado anteriormente, diversos autores como Gadotti (2000), Veiga (2004) e Bussmann (2013) relatam a importância de a construção do projeto pedagógico possuir um caráter contínuo, de constantes reflexões, rupturas, atualizações e reconstrução. Desse modo, o PP é um instrumento fundamental, do qual a escola pode se utilizar no processo de implementação das ações do PMLLL, uma vez que deve passar por constantes atualizações, a fim de atender às necessidades da comunidade escolar e firmar sua identidade institucional.

No entanto, apesar de comprovado que o PP da escola é um processo que não se pode concluir e por isso deve ser submetido a constantes atualizações, o PP da EMEF não sofreu alterações desde o ano de 2009. Até a atualidade, a escola já passou por mudanças significativas, as quais não foram previstas e planejadas por meio do PP, como, por exemplo, a mudança de prédio, a construção de um local próprio para a instalação da biblioteca escolar e a designação de um professor específico para atendimento na unidade.

O fato de não reformular o PP demonstra claramente que a EMEF possui duas concepções, sendo uma aquela que considera o PP como um documento, reproduzido em um papel e outra vivenciada de fato pela escola. Contudo, é necessário criar a cultura de construção e presença viva do PP na rotina escolar, uma vez que o sucesso está vinculado à prática do planejado (HENGEMUHLE, 2007), além da prática educativa de sensibilização e de conquista

dos que fazem parte da instituição escolar, na qual a biblioteca, enquanto espaço de formação social e cultural, deve estar necessariamente presente.

Por fim, os projetos pedagógicos das escolas não mencionam de forma explícita o conceito de biblioteca escolar e a sua contribuição para o processo de formação do leitor. Os documentos apresentam apenas seus projetos de leitura e quadros de visitas dos alunos ao local.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

O presente capítulo tem por função explanar a análise dos dados coletados e trazer à tona a voz dos sujeitos da pesquisa. Por isso, as transcrições abaixo referem-se às falas dos sujeitos, conforme expõem seu ponto de vista, sem, portanto, correções gramaticais da pesquisadora.

Para tanto, conforme a proposta metodológica do estudo, a análise foi realizada por meio da elaboração de categorias, a saber: 1- Processo de elaboração/implementação do PMLLL; 2- Expectativas sobre o PMLLL; 3- Condições atuais das bibliotecas escolares do município; 4- Importância/contribuição da biblioteca escolar no processo de aprendizagem; 5- Contribuições do PMLLL para as bibliotecas escolares do município; 6- Articulação da gestão municipal para o alcance das metas; 7- Organização do município para o cumprimento da Lei 12.244/2010; 8- Observação na Biblioteca da EMEF.

5.1 A Voz dos Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa qualitativa proporciona ao pesquisador repensar suas teorias e rever suas certezas, com o intuito de pensar na transformação da realidade.

Esse tipo de pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos, coletados no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfocando mais o processo do que o produto e se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura descobrir, apreender e compreender a realidade, ou parcelas dela, a partir dos significados e dos sentidos que os próprios sujeitos pesquisados atribuem a seus comportamentos, ao que eles vivem, acreditam e pensam sobre o vivido (ARAÚJO-OLIVEIRA, 2010).

Neste capítulo, busca-se demonstrar os resultados desse contínuo movimento em que consiste o processo de apresentação e análise dos dados, à luz dos objetivos e do referencial teórico assumido neste estudo. Assim, propõe-se estruturar a análise dos dados relacionando-os diretamente com o objetivo da pesquisa, analisar o processo de formulação e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLLL) no município de Anhumas-SP e desvelar decorrentes contribuições em relação à construção de uma política pública local de biblioteca escolar.

A composição dos sujeitos da pesquisa foi realizada de forma selecionada e posteriormente separada em dois grupos, a fim de atender aos objetivos da pesquisa.

O primeiro grupo foi formado por dois dirigentes municipais (Assessor Municipal de Turismo e Cultura e Secretária de Educação), por um diretor (Creche municipal) e por um representante da sociedade civil (servidora responsável pela biblioteca da Escola Estadual de Anhumas). Todos os membros foram selecionados por comporem a equipe que participou do processo de elaboração do PMLLL do município.

O segundo grupo foi constituído por dois diretores (EMEI e EMEF), um coordenador pedagógico (Creche Municipal) e um professor (servidora responsável pela biblioteca da EMEF). Os sujeitos desse grupo foram selecionados com a finalidade de identificar como ocorre a participação das escolas municipais no processo de elaboração/implementação do PMLLL e quais as contribuições do Plano para as bibliotecas escolares do município.

Após a seleção dos sujeitos de pesquisa, foram elaborados dois roteiros de entrevistas semiestruturadas, buscando atender de forma mais precisa aos objetivos da pesquisa. Dessa forma, a partir dos objetivos e com base nos roteiros (presentes nos Apêndice I e II) utilizados para a coleta de dados, foram elaboradas algumas categorias.

Conforme dispõe a metodologia proposta nesse estudo, a construção das categorias nos permite identificar e analisar as mensagens transmitidas pelos sujeitos de pesquisa em diferentes contextos, conforme serão apresentadas.

5.1.1 Categoria 1 - Processo de elaboração/implementação do PMLLL

Na construção dos planos dos diferentes municípios brasileiros sempre há um destaque ou uma característica no processo de elaboração que pode ser ressaltada pelo esforço de um segmento ou pelo trabalho em equipe. Em Anhumas não foi diferente, pois um ator se mostrou fundamental para que o PMLLL saísse do plano das ideias.

O trabalho de elaboração do PMLLL no município de Anhumas foi idealizado e coordenado pelo atual Assessor de Turismo e Cultura que também é o servidor responsável pela Biblioteca Municipal há mais de onze anos.

Por não possuir graduação em Biblioteconomia e não ter formação específica para atuar na área, o servidor responsável pela biblioteca municipal de Anhumas sempre procurou participar de formações e parcerias ofertadas pelo Governo do Estado.

Então assim, essa preocupação, eu primeiro precisei gostar e passar anos estudando, participando, convivendo com bibliotecários, reuniões, comecei a trocar ideias com amigos que participaram de formações e aí brotou esse desejo mesmo de lutar pela literatura e pela leitura (ENTREVISTADO 1⁷, 2017).

Após tomar conhecimento do PNLL e da recomendação nacional de que cada município deveria elaborar seus planos municipais no prazo de dez anos, o Assessor procurou a Secretária de Educação e solicitou parceria para criar um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o PMLLL para o município. “O Osvaldo ele sempre quis trazer o Plano Municipal de Leitura para o município e ele me convidou para participar, quando teve a reunião para criar o Plano e eu achei muito bacana, achei o Osvaldo muito dinâmico, ele se preocupa com essa questão da leitura” (ENTREVISTADO 2, 2017).

A constituição da Comissão de Elaboração do PMLLL ocorreu no dia 21 de Outubro de 2016 por meio da Portaria n. 169/2016 (Anexo 9) que dispõe sobre a nomeação dos participantes da comissão para preparação das discussões e para elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas.

A comissão de feitura do PMLLL contou com a participação de nove integrantes que representavam diferentes segmentos, a saber: 1- Assessor de Turismo e Cultura; 2- Secretaria Municipal de Educação; 3- Representante da Pré-escola; 4- Representante de Diretor da escola Estadual; 5- Representante dos Diretores das Escolas Municipais; 6- Representante da Creche Municipal; 7- Representante do CRAS; 8- Representante da Assistência Social; 9- Representante do Paço Municipal.

Todos os membros que constituíram o grupo de elaboração do PMLLL são pessoas que, de alguma forma, estão ligadas à área da educação, da cultura e da assistência social do município e são atuantes. A integração de diferentes segmentos para a construção do PMLLL é um aspecto muito positivo e valorizado, uma vez que, de acordo com as recomendações do “Guia PELL e PMLL”, o município deve procurar

integrar o Plano aos demais setores da administração (Cultura, Educação, Social, Meio Ambiente etc.) e buscar sempre incluir em documentos oficiais a questão da leitura entre as diretrizes para outras políticas públicas, que versam sobre questões como direitos humanos, saúde, crianças e adolescentes, políticas afirmativas, trabalho infantil etc. (GUIA, 2015, p. 18).

⁷ Mesmo tendo a clareza de que a identidade dos sujeitos de pesquisa não pode ser totalmente preservada por conta dos cargos que eles exercem, optou-se por substituir o nome de cada participante pelo termo ENTREVISTADO 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, a fim de não expor demasiadamente os atores, conforme identificado nos anexos.

No entanto, é fundamental que, além da participação de membros representativos dos diferentes segmentos da gestão municipal, a construção e a implementação do Plano também contem com ampla participação da sociedade civil (ONGs, professores, escritores, artistas, grêmios, enfim, pessoas interessadas no tema da leitura) e do setor produtivo no direcionamento de suas diretrizes e metas. “Essa ampla participação social é o que vai garantir a continuidade do Plano e sua efetiva legitimação perante o conjunto da sociedade” (GUIA, 2015, p.32).

No início do processo, os membros da comissão foram convidados de maneira informal a participar da construção do PMLLL pelo Assessor de Turismo e Cultura. Não houve convocatória ou chamada pública, porque os integrantes foram indicados pelo próprio grupo conforme a apresentação do projeto. De acordo com os sujeitos da pesquisa, eles foram contatados pessoalmente pelo coordenador, que lhes explicou inicialmente a proposta e passou a conduzir as reuniões.

Após identificar e convidar as pessoas e as instituições envolvidas com educação e cultura no município, formou-se uma estrutura inicial que possibilitou o agrupamento de indivíduos dispostos a refletir, debater e instituir o PMLLL de Anhumas de acordo com as especificidades locais.

Todas as reuniões e ações da comissão eram definidas e agendadas de acordo com a disponibilidade dos membros da equipe. No entanto, não havia nenhum tipo de controle formal. As reuniões não eram agendadas por meio de convocações, assim como também não possuíam pautas e atas estabelecidas.

O “Guia PELL e PMLL” recomenda a realização de um diagnóstico “da situação existente na área do livro e leitura na cidade de forma a orientar a elaboração do Plano e a definição de políticas, metas e ações” (GUIA, 2015, p. 11). Por isso, uma vez criada a comissão, a primeira ação do grupo foi realizar uma pesquisa de opinião pública, na qual foram entrevistadas 156 pessoas de diversos segmentos. Essa pesquisa teve como finalidade traçar o perfil dos leitores do município e identificar suas necessidades. O resultado constatou que: 71% dos entrevistados afirmam gostar de ler, 36% declaram que frequentam a biblioteca e apenas 24% dizem retirar livros para empréstimo domiciliar, conforme destaca o PMLLL de Anhumas

Apesar das pessoas gostarem de ler o acesso ao livro por meio da biblioteca ainda é pouco e com isso o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, justifica-se da necessidade de democratização de acesso ao livro e fomento à leitura como meio de melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômicos do município a fim de que as pessoas possam frequentar mais as bibliotecas públicas e com isso elevar o índice de leitores (ANHUMAS, 2016, p. 6).

De posse do diagnóstico da pesquisa, a comissão passou a se reunir regularmente para estudar as disposições do PNLL e o Guia de elaboração, bem como passou a buscar por planos já elaborados pelos municípios para tomar como base e propor ações próprias.

Feito isso nós chamamos várias pessoas da área da Educação e das escolas estaduais municipais creche, porque aqui tem uma creche e tem uma pré-escola. Tem uma escola estadual e uma municipal. Chamamos o pessoal do CRAS, do Fundo Social, projetos sociais e aí a gente mostrou a pesquisa e foi colocando. Eu mostrei o que estava lá e começamos a pensar o que poderia ser feito, implantado em Anhumas a curto médio e longo prazo que daria certo. Foi aí que começou a nascer o plano municipal. Com algumas ações, ações que nós já tínhamos (ENTREVISTADO 1, 2017).

A maior dificuldade apontada pelos atores no início da elaboração do Plano foi a falta de conhecimento dos membros e a dificuldade em localizar planos que servissem de base (modelo) para a efetivação no município. “A gente não tinha muita informação, teve que ir buscando mesmo durante os estudos ali para construção. Foi interessante. Mesmo a gente não tendo referências de outros planos, nós fomos buscando as informações e montando de acordo com o que a gente tinha” (ENTREVISTADO 2, 2017).

Na verdade nós nem tínhamos conhecimento mesmo. O Osvaldo enquanto Assessor de Cultura que nos apresentou, ele enviou um documento que realmente existe um Plano Nacional e Estadual⁸, que foi uma das leituras indicadas que nós fomos lendo para conseguir elaborar o Plano Municipal (ENTREVISTADO 3, 2017).

Com relação à composição do grupo de trabalho e ao desenvolvimento das atividades para criação do PMLLL, os atores revelam que não houve resistência porque todo o processo foi declarado como equilibrado, com a participação integral de seus membros nas reuniões e nos debates. “Aqui o município é pequeno então a gente consegue marcar reuniões, a gente consegue estabelecer essas parcerias. A gente consegue desenvolver essas ações em conjunto que é, né, o objetivo maior do Plano” (ENTREVISTADO 4, 2017).

O grupo destaca ainda que, o maior obstáculo durante o processo de elaboração do PMLLL foi propor ações e metas que não envolvessem recursos financeiros para a execução, uma vez que não existe a previsão de orçamento destinado à operacionalização do Plano no município. “A gente tentou sempre desenvolver alguma ação que a gente não busca

⁸ Aqui não se trata do Plano Estadual mas sim do Plano Municipal da cidade de São Paulo, uma vez que, até o presente momento o Estado de São Paulo ainda não tem seu PELL elaborado.

muito apoio de recurso financeiro, porque a gente tem mais dificuldade em relação a isso. Porque tudo que envolve financeiramente, vai desembolsar grana fica mais complicado, né?” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Foi uma experiência nova, porque não tinha muitos documentos para a gente se amparar. Surgiu de muita boa vontade, principalmente do Osvaldo que queria deixar, não só um documento, mas algo determinado como um norte dentro do município para a gente seguir como um compromisso em termos de... com a leitura mesmo. Ai nós começamos a discutir os eixos, dentro da possibilidade as vezes a gente se esbarrava nas questões de recursos, porque ideias surgiam, inúmeras (ENTREVISTADO 7, 2017).

A questão financeira é apontada por todos os sujeitos como um forte obstáculo para a realização das ações. No entanto, o grupo demonstra compromisso e procura buscar alternativas para realizar atividades que não demandam recursos. “O que eu posso fazer com pouca coisa. Porque para eu fazer com dinheiro é diferente agora eu fazer com aquilo que brota dentro de mim já é outra coisa. Então eu estou criando esses mecanismos” (ENTREVISTADO 1, 2017).

O impasse maior que nós visualizamos hoje foi a questão financeira. Porque tem muitas ações que envolvem a parte financeira. Hoje, não só Anhumas, mas o Brasil passa por um momento de crise, então assim, as ações que envolviam um investimento maior, igual teve uma que a gente visualizava um investimento maior na parte de informática na biblioteca, de ampliação de prédio, então foram ações que a gente acabou deixando para longo e até médio prazo por conta da parte financeira que hoje está difícil. Então a gente vai depender desses recursos para conseguir atingir essas ações. A maior dificuldade nossa foi essa. As ações que não dependiam tanto da parte financeira cada um conseguiu desenvolver a sua, na sua área (ENTREVISTADO 4, 2017).

Como órgão executor do PMLLL, a Assessoria de Turismo e Cultura é responsável por realizar periodicamente a Conferência Municipal do PMLLL para debater estratégias e estabelecer cooperação entre os agentes públicos e a sociedade civil para o cumprimento das metas propostas.

O processo de implementação está sendo fazer com que as pessoas coloquem em prática o que foi proposto [...] Porque a hora que começar a juntar várias ações nós vamos ver que nós somos diferentes [...] A dificuldade mesmo é de quem estava junto saber que agora a lei tem que ser implantada, porque algumas coisas já está sendo implantada na cidade (ENTREVISTADO 1, 2017).

Figura 4 - Conferência do PMLLL



Fonte: ANHUMAS, 2017.

Entre os principais avanços sobre a implantação do Plano, os atores destacam a parceria que se fortaleceu entre os diversos setores do município. “Então foi um avanço muito grande essa parceria entre os setores. A saúde, agora a gente tem lá uma geladeira cheia de livros. Então cada um na sua área conseguiu desenvolver uma ação para que esse Plano consiga ter andamento” (ENTREVISTADO 5, 2017).

Como avanço, eu acredito que seja já o envolvimento de outros setores que não sejam nem a cultura e nem a educação, que já está tendo uma visão de que a leitura é importante e que abrange a toda a população, não só os alunos, não só a parte da biblioteca, mas que é importante para todos os cidadãos. Setores como a saúde e o esporte que tem a Gelatoteca.

Figura 5 - Gelatotecas



Fonte: Arquivo próprio.

As Gelatotecas são um exemplo das ações propostas no Plano que estão sendo desenvolvidas em parceria com os Departamentos de Esporte e Saúde do município, com o objetivo de incentivar a leitura e de espalhar livros, ideias e informações para o fortalecimento da população, transformando os locais de espera em “Cantinhos da leitura”.

Assim como o projeto da Gelatoteca, diversas ações previstas no Plano já estão sendo realizadas no município. “Então como Plano foi implantado agora, dezembro para o começo do ano, a gente ainda está alinhando” (ENTREVISTADO 4, 2017).

Bom, nós estamos fazendo reuniões, né? Geralmente o Osvaldo marca algumas reuniões e as ações que já estão no período de acontecer a gente já vai organizando. Igual essa mesmo do Dia Municipal da Leitura que vai ser no dia 15 de agosto. A gente definiu essa data por conta dos compromissos das escolas e dos outros setores e deixamos para agosto. Então ele marca as reuniões, a gente apresenta as ações que vão ser desenvolvidas e no dia 15 todos os setores vão estar desenvolvendo uma ação sobre a leitura no município (ENTREVISTADO 4, 2017).

O “Dia Municipal da Leitura de Anhumas” é uma ação proposta pelo PMLLL que envolve toda a cidade e conta com a participação de diversos setores da prefeitura, com escolas e com comércio local.

A cultura tem que ser daqui para fora e não de fora para dentro [...] Eu preciso que a transformação saia de dentro de mim, que sai de dentro de nós porque senão não será uma ação nossa [...] Dentro da necessidade local porque eu conheço minha cidade, nós conhecemos a nossa cidade o nosso potencial (ENTREVISTADO 1, 2017).

Organizado e idealizado pela Biblioteca Municipal, o Dia Municipal da Leitura de Anhumas é realizado anualmente no dia 15 de agosto com a finalidade de difundir a leitura e a cultura no município.

Figura 6 - Divulgação do Dia Municipal da Leitura de Anhumas



Fonte: ANHUMAS, 2017.

Este cartaz foi produzido como uma das diversas formas de divulgação do “Dia Municipal da Leitura de Anhumas” que foi veiculado no site da prefeitura e em redes sociais da Biblioteca Pública da cidade, com a finalidade de chamar a atenção e de motivar as comunidade para participarem da ação.

Figura 7 - Caminhada Literária



Fonte: ANHUMAS, 2017.

A “Caminhada Literária” foi uma das ações desenvolvidas pelo PMLLL para o “Dia Municipal da Leitura de Anhumas” e contou com a participação das escolas e com apoio da prefeitura municipal. Durante a caminhada, alunos e professores vestiram-se de personagens que fazem parte do repertório cultural da literatura infantil e distribuíram poesias pelo comércio local.

O dia D eu acho muito bacana, a gente sai pelas ruas do município, a gente aborda as pessoas, a gente lê. A gente pergunta se a gente pode ler um poema, se a gente pode ler um artigo de jornal, se pode ler uma frase, entendeu? Então assim, despertando. É bem interessante porque até as pessoas de idade, eles param para ler, para ouvir o aluno que vai ler aquele artigo, né? (ENTREVISTADO 3, 2017).

Figura 8 - Varal Literário



Fonte: Arquivo próprio.

Durante o “Dia Municipal da Leitura de Anhumas” foram instalados “Varais Literários” em diferentes pontos do comércio local. Por onde as pessoas passavam, podiam se deparar com diversos gêneros literários espalhados em cartazes com o formato de peças de roupas pendurados em um varal. Essa foi uma estratégia utilizada pelo conselho gestor para chamar a atenção da população para a importância da leitura.

Conforme apresentado, diversas ações previstas no PMLLL de Anhumas já estão sendo implementadas no município. Contudo, apesar de os sujeitos declararem que o processo de elaboração foi harmônico e contou com a participação integral de todos os membros da comissão, é necessário refletir a respeito do nível de participação efetiva dos membros durante o desenvolvimento do Plano.

O Guia de Elaboração e Implementação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura em seu item 2 “Passo a passo para criar o plano do livro e leitura (Pell/Pmll)”, destaca:

IMPORTANTE: uma política pública do livro e leitura deve ter, essencialmente, como fundamento a democratização do acesso ao conhecimento e à informação. Sendo assim, a gestão participativa do Plano é o melhor caminho para atingir as metas e os objetivos que forem estabelecidos, garantindo a continuidade das ações por meio do acompanhamento da sociedade civil (GUIA, 2015, p. 11, grifo do original).

A fala dos atores, bem como a descrição do processo de escrita e consolidação do PMLLL, revela a influência e a articulação do sujeito 1 da pesquisa em todo o processo. No entanto, cabe refletir sobre a participação dos demais membros da comissão nos momentos de discussões coletivas, bem como sobre a questão da elaboração do Plano em Anhumas ter sido possivelmente “centralizada” na figura desse sujeito, quando na verdade deveria haver uma

participação coletiva no processo de elaboração de tal Plano, conforme dispõe o “Guia PELL e PMLL”.

Para compreender melhor os níveis de participação dos sujeitos, utilizamos as definições de Bordenave (1985). De acordo com o autor, existem duas modalidades de participação, a simbólica e a real. “Na participação simbólica os membros de um mesmo grupo têm influência mínima nas decisões e nas operações, mas são mantidos na ilusão de que exercem o poder” (BORDENAVE, 1985, p. 63). Já na chamada participação real

os membros influenciam em todos os processos da vida institucional. É verdade que os membros não participam todos da mesma maneira, alguns membros adotando funções de agentes expressivos (artistas, filósofos comunicadores) enquanto outros adotam funções de agentes instrumentais (técnicos e profissionais), sendo, porém, as contribuições de ambos indispensáveis” (BORDENAVE, 1985, p. 63-64).

Entendemos que esta definição ajuda a pensar nos diferentes níveis de envolvimento entre os membros que participaram da comissão de elaboração do PMLLL. No início dos trabalhos, a maior parte dos sujeitos sequer sabia da existência do Plano e das temáticas que deveriam ser debatidas. Todo o processo de esclarecimento e de justificativas foi conduzido pelo coordenar (sujeito de pesquisa 1).

O simples fato de conduzir o processo não classifica a participação do grupo em simbólica. De acordo com Bordenave (1985), a participação é um exercício que se aprende e se aperfeiçoa com a prática. “Com a prática e a autocrítica, a participação vai se aperfeiçoando, passando de uma etapa inicial mais diretiva a uma etapa superior de maior flexibilidade e autocontrole até culminar na autogestão” (BORDENAVE, 1985, p. 78).

Além disso, o autor destaca que a participação pode ser provocada e organizada, sem que seja necessariamente uma manipulação.

Em grupos sociais não acostumados à participação, pode ser necessário induzi-los à mesma. É claro que, ao fazê-lo, pode haver ocasionalmente intenções manipulatórias, mas também pode haver um honesto desejo de ajudar a iniciar um processo que vai continuar de maneira cada vez mais autônoma (BORDENAVE, 1985, p. 78).

Dessa forma, se pensarmos nos diversos segmentos que participaram da comissão, desde a gestação até sua própria participação na preparação do documento final, pode-se situar o envolvimento dos integrantes no campo do ‘real’, uma vez que todos os representantes tiveram uma efetiva atuação sendo, portanto, indispensáveis para a elaboração do documento e para o desenvolvimento das ações.

5.1.2 Categoria 2 - Expectativas sobre o PMLLL

Ao iniciar o processo de elaboração do Plano, o coordenador relata que suas expectativas foram motivadas pela possibilidade de as ações do PMLLL contribuírem para a promoção do crescimento social e cultural da população e para formação crítica e cidadã da comunidade. “Então eu acreditei, acredito e vou sempre acreditar nesta mudança de mente e isso vem através da leitura” (ENTREVISTADO 1, 2017).

Então é isso que eu acredito a importância do plano mudar mente de pessoas. Abrir mente. E uma coisa que eu falo e vou continuar falando é que eu me apaixonei por aquilo que eu faço e o plano tem que fazer com que mais pessoas formadores de opinião, secretários, professores também se apaixonem por isso. Ele se apaixonando ele também vai querer implantar para o outro porque ele sabe que é bom (ENTREVISTADO 1, 2017).

O Assessor de Turismo e Cultura demonstra a importância de promover ações com determinação e entusiasmo, de acreditar no poder transformador dessas ações para alcançar o maior número de pessoas.

Então isso a gente tem que gostar do que faz mesmo porque não vai dar Ibope. Você levar público para biblioteca não é fácil, você levar gente para o viagem literária não é fácil, fazer com que as pessoas compartilhem literatura elas não compartilham, professores não compartilham. Aí eu fico pensando os alunos, os professores não compartilham aquilo que não é plantado, que não é semeado. Então eu preciso transformar mais pessoas e eu acredito que o plano vá transformar algumas pessoas a mais. Eu transformo pelo menos mais duas já são três e essas três já pode alcançar mais no futuro, que a gente consiga cada dia mais falar de literatura, cada dia mais a gente possa dar importância a leitura e ao livro (ENTREVISTADO 1, 2017).

Além da importância do desenvolvimento das metas e das ações do PMLLL para a comunidade, o coordenador acrescenta ainda que a elaboração do Plano pode contribuir para motivar as pessoas e conquistar mais parceiros para o projeto de fomento à leitura no município.

A expectativa era esta de criar uma ferramenta a mais que possa me ajudar nesta luta de fomentar e buscar mais parcerias, porque é difícil nessa área buscar parcerias. Mas eu tento motivar. Eu penso assim tudo é questão de marketing, a literatura também passa por esse processo, um bom banner, uma coisa chamativa um vídeo, sabe? Tudo é de formação, de buscar, e atrair (ENTREVISTADO 1, 2017).

Por sua vez, os demais atores demonstram confiança no trabalho que está sendo desenvolvido pelo coordenador e se mostram muito motivados a executar ações que estão sendo planejadas pelo grupo. “Então eu achei assim que foi muito válida essa ideia do Osvaldo

de ter trazido esse plano para cá, porque a gente sente a preocupação do Osvaldo em realmente fazer leitores, o gosto pela leitura, que está se perdendo” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Nossa para nós foi um marco, né? Porque ele também fez essa fala de que o único município que tem é Anhumas, a gente até fez uma pesquisa para ter uma noção de como seria esse documento base e nenhum município tinha. Então, para nós foi uma grande conquista, conseguir elaborar esse Plano, conseguir implantar (ENTREVISTADO 4, 2017).

As expectativas dos atores em relação à aplicação do PMLLL são muito positivas.

Foi muito bom o que ficou. Foi algo que veio para o município, um Plano que a gente nem imaginava que existia, assim, um plano de leitura, e que veio para somar. Quando você vê assim, para o ser humano, não só para alunos, vai ser para a população em geral, para todos que fazem parte desse município, que vai ser algo como eu te disse: uma sementinha está sendo plantada (ENTREVISTADO 3, 2017).

Mesmo o PMLLL tendo sido elaborado recentemente, existe cobrança por parte da comissão para que as ações aconteçam e o Plano possa ser de fato praticado no município. “Colocar em prática, né? Não adianta a gente fazer um plano, ele ser votado e tal, e ele fica lá na gaveta. Mas isso eu acredito que não vai acontecer porque o Osvaldo é muito dinâmico” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Um dos princípios norteadores apontados pelo “Guia PELL e PMLL” para alcançar o sucesso do Plano é justamente a avaliação contínua. Nesse sentido, o Guia instrui que “são necessários mecanismos contínuos de avaliação do cumprimento de metas e boa execução dos programas e ações em curso, de forma a monitorar e verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes e atualizações no processo” (GUIA, 2015 p. 19).

De acordo com o “Guia PELL e PMLL”, a avaliação é uma das etapas mais importantes das políticas públicas, pois é por meio dela que são possíveis a realização dos ajustes necessários. Portanto, é preciso que essa fase seja prevista desde a elaboração do Plano. “Ela pode ter uma periodicidade definida previamente: ser, por exemplo, semestral, anual ou bianual. O importante é avaliar como está sendo implantado o PLL e se as metas estabelecidas inicialmente estão sendo plenamente alcançadas” (GUIA, 2015, p. 30).

O PMLLL de Anhumas prevê a formação e a manutenção de um conselho gestor com a participação de membros do funcionalismo público e da sociedade civil e com a

realização de conferências bienais, a fim de avaliar a aplicação do Plano. Porém, como ele foi instituído em dezembro de 2016, a primeira conferência ainda não foi realizada.

Recomendamos que seja criado um grupo de trabalho ou comissão de avaliação permanente do PLL. Dele podem fazer parte os principais organismos envolvidos na concepção do Plano. O próprio grupo pode desenvolver os instrumentos que sejam mais adequados para fazer essa avaliação, definindo, ainda, os critérios que irá seguir e com base em que informações fará a avaliação (GUIA, 2015, p. 30).

O conselho gestor está instituído no PMLLL e possui a seguinte composição: um membro da Assessoria de Cultura e Turismo, um membro do Departamento de Educação, um membro do Paço Municipal, um membro da sociedade civil e um membro do grêmio estudantil.

A articulação de parcerias é orientada no “Guia PELL e PMLL” como um requisito fundamental para cumprir as ações previstas no Plano. De acordo com o Guia, é essencial estabelecer compromissos com diferentes pessoas e entidades, a fim de realizar ações conjuntas e de gerir o Plano de modo participativo. “A articulação é fundamental para assegurar uma boa execução do Plano, evitando dispersão de esforços e, ainda, otimizando os recursos, ao permitir maior abrangência do Plano e um número maior de beneficiados” (GUIA, 2015, p. 22).

O envolvimento de diferentes setores na construção e na aplicação das ações do PMLLL é considerada por todos como uma grande conquista e um resultado positivo do empenho dos sujeitos em disseminar a leitura e envolver a comunidade. “Os outros setores que não a educação, eles também estão se interessando em estar participando das ações do Plano” (ENTREVISTADO 2, 2017).

As expectativas são de que ele funcione. Não só dentro do âmbito da escola mas, como eu coloquei, para a comunidade também. A gente também vai ter o acampamento literário que faz parte das ações do plano. Vai ser provavelmente agora em novembro. Ai esse processo a gente ainda está estudando como que vai ser, como que a gente vai envolver os outros segmentos da comunidade (ENTREVISTADO 2, 2017).

Todos estão de acordo quanto à importância do Plano para o desenvolvimento da cidade e comentam com satisfação as ações que já estão sendo desenvolvidas, assim como ressaltam os avanços que estão sendo conquistados. “Olha, ele tem muita importância porque a partir do momento da construção dele já foi desenvolvido várias atividades, né? A gente tem o salão do livro com o envolvimento dos alunos” (ENTREVISTADO 2, 2017).

O Salão do Livro de Anhumas já vinha sendo realizado pelo Departamento de Turismo e Cultura desde 2015. No entanto, em 2017 foi promovido como uma das ações do PMLLL e, por isso, contou com o apoio de diversos setores da comunidade que antes não conseguia atingir.

Essa proposta de iniciar as ações do PMLLL a partir do fortalecimento de atividades já existentes na esfera municipal demonstra a valorização e o respeito do grupo ao que já existe, além de comprovar a efetivação do Plano ao motivar novos parceiros para a realização conjunta de uma ação que anteriormente não era prestigiada pelos demais setores, mas que atualmente se encontram envolvidos.

Durante o 3º Salão do Livro os alunos das escolas municipais realizaram diversas apresentações e musicais baseados em obras literárias. A abertura do evento contou com a apresentação da Banda Marcial Municipal e do Balé composto pelas crianças do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Figura 9 - Divulgação do Salão do Livro



Fonte: ANHUMAS, 2017.

Além das apresentações realizadas pelos alunos e pelas escolas municipais, o 3º Salão do Livro também teve a participação de convidados que realizaram diversas sessões de contação de histórias para o público envolvido.

Figura 10 - Contação de Histórias com Rubia Konstantyni



Fonte: ANHUMAS, 2017.

A expectativa em relação ao PMLLL neste momento é trabalhar em conjunto para o cumprimento das metas e para o alcance dos resultados. “Então é de realmente pôr ele em prática, eu acho que vai ser algo de longo prazo, mas pelo menos a gente deu o início, a gente lançou né? Mas que para a gente colher é daqui longo prazo” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Igual eu falei em uma questão anterior, é ampliar esse universo da leitura, dos diferentes gêneros, a frequência do público na biblioteca. Porque conforme as crianças vão crescendo, parece que perde um pouco o interesse de diversas leituras. Até na EMEF a gente percebe que eles vão acompanhando, eles vão lendo, eles gostam, mas depois quando eles ficam adolescentes parecem que eles vão perdendo um pouco o interesse. Então de retomar esse gosto pela leitura, essa frequência na biblioteca que quase não tem. Porque hoje com essa questão de Internet, celular o livro acaba ficando de lado. Então a gente está tentando resgatar esse gosto pela leitura mesmo (ENTREVISTADO 4, 2017).

O PMLLL é percebido pelo grupo como uma importante política de incentivo à leitura para a população de Anhumas. “A importância dele, como eu estava dizendo antes da gente gravar, é realmente a gente buscar algo que vai estimular e desenvolver o gosto pela leitura” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Assim de divulgar né? Esse Plano, essas ações de incentivar a leitura. Porque antes da implantação foi feito uma pesquisa, o Osvaldo apresentou os dados para nós e realmente a procura na biblioteca é pouca. Poucas pessoas leem vários gêneros. Então, as vezes as pessoas leem algo mais específico, então não tem uma diversidade de leitura, não tem uma procura muito grande à biblioteca. A nossa expectativa é ampliar esse repertório das pessoas e a frequência delas em contato com os diferentes gêneros (ENTREVISTADO 4, 2017).

Os atores mostram-se dispostos a trabalhar para desenvolver ações que envolvam o público de modo geral, ações direcionadas para alcançar as diferentes faixas etárias, desde os bebês até a terceira idade, a fim de criar uma cultura e mudar o hábito da população local. “O pessoal fala: ah leitura na creche? Mas eles leem, eles pegam o livro, eles leem as imagens, eles contam as histórias. Foi muito interessante. Então nós temos ações para cada faixa etária” (ENTREVISTADO 4, 2017).

Para confirmar a importância das atividades de leitura desenvolvidas pela creche, recorre-se a Mukhina (1996), que destaca que bebês e crianças pequenas necessitam de materiais, tempos e ambientes que contribuam para a sua educação literária. Para tanto, é necessário oferecer-lhes livros para que sintam esses materiais das mais diversas formas, seja com as mãos (apertando e/ou batendo sobre eles), com os olhos, com o nariz, com a boca (mordendo) ou mesmo quando fazem de conta que leem as palavras escritas, porque as imagens já conseguem ler.

Desde os nossos primeiros contatos com o mundo, percebemos o calor e o aconchego de um berço diferentemente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam. A luz excessiva nos irrita, enquanto a penumbra tranquiliza. O som estridente ou um grito nos assusta, mas a canção de ninar embala nosso sono. Uma superfície áspera desagrada, o toque macio das mãos ou de um pano como que se integram à nossa pele. E o cheiro do peito e a pulsação de quem nos amamenta ou abraça podem ser convites à satisfação ao rechaço. Começamos assim a compreender, a dar sentido ao que e a quem nos cerca. Esses também são os primeiros passos para aprender a ler (MARTINS, 1988, p. 11).

Ainda sobre a importância da leitura e do contato dos livros para bebês, Mello (2016) ressalta que a criança aprende socialmente e o prazer da leitura vem com a vivência do ato de ler do outro. Assim, o bebê só sentirá necessidade de escutar uma história ou de folhear um livro caso lhe seja criada essa necessidade, seja por meio da contação de histórias ou da leitura para ele e com ele.

A respeito do texto final do PMLLL, os atores relatam que as impressões correspondem às expectativas iniciais da comissão de elaboração. “Atendeu às expectativas iniciais. Porque tudo foi uma escolha assim muito pessoal de cada um. Teve muita participação” (ENTREVISTADO 1, 2017). Além disso, afirmam que mesmo a comissão não tendo muito conhecimento prévio sobre como elaborar e pôr em prática o Plano na cidade, não houve resistência por parte dos membros da equipe. “Não tinha um parâmetro do livro, de como seria o plano, mas assim, não teve insegurança” (ENTREVISTADO 2, 2017).

O grupo acredita, no entanto, que tem muito a ser melhorado e implantado, conforme as atividades forem se desenvolvendo e a comunidade estiver mais envolvida com a política. “Ele é o primeiro e na região ainda não tem. Quando for reelaborar a gente vai estar, com certeza melhorando isso aí. E também nós vamos ter mais experiências, com o que deu certo e os caminhos, né?” (ENTREVISTADO 2, 2017).

5.1.3 Categoria 3 - Condições atuais das bibliotecas escolares do município

O município de Anhumas conta atualmente com três escolas que fazem parte da sua rede municipal de ensino (uma Creche, uma EMEI e uma EMEF) e uma escola que faz parte da rede estadual. Dessas três escolas municipais (foco do nosso estudo), apenas a EMEF possui uma biblioteca escolar, ao passo que as outras duas possuem espaços específicos para atividades relacionadas à leitura, os quais são denominados pelos atores como “Cantinhos e/ou Salas de Leitura”.

Nas escolas municipais são apenas salas de leitura, porque nós não temos bibliotecários na escola. Só na escola estadual⁹, então nas municipais é só o cantinho da leitura. Sendo que a EMEF tem uma professora específica de leitura. Aqui na educação infantil não, as professoras que vão no cantinho e desenvolvem as atividades com as crianças (ENTREVISTADO 4, 2017).

A EMEF, além de ter um espaço próprio, construído especificamente para ser a Biblioteca escolar, também conta com um profissional designado exclusivamente para atuar no ambiente da biblioteca da instituição, gerenciar o espaço e elaborar/desenvolver atividades com alunos e professores.

Em 2015 eu resolvi, na atribuição ainda de 2014, afastar uma professora da sala para tomar conta da biblioteca, porque não tem uma bibliotecária, não tinha nenhum concurso, e até o momento também não teve nenhum concurso. Ai eu afastei uma professora para trabalhar na biblioteca. Ai fomos comprando mais livros e montamos a biblioteca e está lá, funcionando. A escolha da professora foi por ser uma pessoa que se interessava por essa parte de desenvolver com os alunos. É uma professora do 5º ano e na sala de aula ela trabalhava muito com a parte de leitura. Então eu vi que tinha um perfil para estar desenvolvendo com aluno (ENTREVISTADO 2, 2017).

A partir da designação da professora para atuar na biblioteca, a EMEF começou a contar com projetos direcionados para o incentivo à leitura e à pesquisa. As

⁹ Não se trata de um bibliotecário, mas sim, de um profissional contratado especificamente para atuar no ambiente da biblioteca escolar do Estado.

atividades que estão sendo desenvolvidas pela professora têm alcançado bons resultados, já que os professores têm procurado apoio para desenvolver as atividades em sala de aula, os alunos passaram a utilizar mais o ambiente e têm solicitado cada vez mais a aquisição de novos títulos e materiais.

No final de 2014 a Givanilda me convidou para assumir a sala de leitura da EMEF Adhemar Palmiro que estava fechada e tinha muita cobrança porque a sala estava fechada e elas queriam usar mas não tinha uma pessoa lá para direcionar, orientar sobre escolha de livros e ter esses momentos com as crianças. Ai eu aceitei, elaborei um projeto junto com a assessora de coordenação, ela me ajudou a montar um projeto para a sala e nesse projeto a gente colocou os vários tipos de leitura: imagem, fotografia, leitura de gibi, revista, livro, os filmes. Então, foi coisas assim que a gente colocou com o intuito de trabalhar dentro da sala, de mostrar para o aluno que tem outras formas de ler a não ser o texto escrito. Ai em parceria com esses projetos da sala de leitura, ela me propôs trabalhar os projetos do programa ler e escrever¹⁰, que é um programa do Estado de São Paulo voltado para o ensino fundamental, que é toda a parte de alfabetização e letramento. Então ai esses projetos eles são desenvolvidos sobre a minha responsabilidade, das séries do 1º ao 5º ano, junto com os professores da sala, que elas acompanham todo o desenvolvimento dos projetos, e é uma forma da criança estar realizando leituras também. Ele começa a partir de leituras simples de sílabas simples do próprio nome, depois você já vai trabalhando construção de listas, construção de regras de alguns jogos. Então, tudo isso está vinculado com a sala de leitura na escola. Eu estou nela desde 2015 (ENTREVISTADO 8, 2017).

A Creche, apesar de estar localizada em um prédio novo, construído especificamente para a instalação da escola, não tem um espaço reservado para a biblioteca escolar. A Coordenadora implantou alguns projetos de leitura e direcionou uma sala de aula para o desenvolvimento das atividades, cujo espaço é denominado por ela de “Cantinho da Leitura”.

Nossa escola não possui e nem tem um lugar preparado para tal. Nós temos apenas um cantinho de leitura. Como é o nosso cantinho? Nosso cantinho é uma sala de atividades, na planta ela é realmente uma sala de atividades, e eu aproveitei um cantinho para fazer o nosso cantinho da leitura (ENTREVISTADO 5, 2017).

O Cantinho da Leitura da Creche não conta com bibliotecário ou qualquer outro tipo de profissional que seja responsável para atuar e desenvolver os projetos. As atividades são realizadas pelos professores e organizadas sob a orientação da coordenadora pedagógica. “Não tem ninguém responsável, como eu te falei é um cantinho provisório e realmente sou eu mesmo que organizo, eu como coordenadora realizo esses momentos, quando

¹⁰ O Programa Ler e Escrever é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo que visa a formação de professores. De acordo com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), “mais do que um programa de formação, o Ler e Escrever é um conjunto de linhas de ação articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios” (FDE, 2017).

tem algo a mais no cantinho eu que organizo. Então a gente vai se organizando” (ENTREVISTADO 5, 2017).

Assim como a Creche, a EMEI também não tem um espaço reservado para a biblioteca escolar. A escola, nessa medida, tem apenas uma sala que foi designada para as atividades de leitura. A EMEI não conta com um profissional para trabalhar nesse espaço, as atividades são organizadas pelos docentes e a sala é reservada por eles conforme a necessidade de uso. “Nós temos um espaço que nós adequamos, devido ao nosso espaço físico ainda estar muito restrito, porque a gente está com a construção de uma nova escola. Ai lá nós vamos ter um espaço ideal para a biblioteca” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Apesar de, apenas a EMEF contar com uma biblioteca escolar, os atores afirmam que todas as escolas realizam trabalhos pedagógicos no âmbito da leitura. Os projetos fazem parte da rotina das escolas e estão previstos no PP.

Na Creche, a coordenadora relata, que

durante a semana nós temos a nossa rotina, e na nossa rotina já está incluído o nosso cantinho da leitura. Então todos os dias nós temos um visitante lá. É rotativo. Porque nós trabalhamos com a rotina detalhada mesmo, horário, né? Então, todos os dias nós temos um visitante lá. Cada dia, cada um tem um momentinho de levar sua turminha lá no cantinho. E precisa de ver, por incrível que pareça, porque a nossa faixa etária é de 0 a 3 anos e 11 meses, está sendo muito gratificante porque eles estão realmente cuidando. Eu achei que ia ser uma situação muito difícil por serem bebês, que iam comer os livrinhos e tal. Mas não, eles adoram ir lá, se deslocarem e ir nesse cantinho (ENTREVISTADO 5, 2017).

De acordo com Muñoz (2010), o afeto pelo livro e pela leitura necessita da vivência de fases (descoberta, exploração, conhecimento e confirmação), ou seja, é um processo que não pode ser realizado de uma única vez. Assim, para contribuir com a formação de leitores desde o berço, é fundamental disponibilizar aos bebês o acesso aos livros para que possam descobri-los em sua materialidade, sua forma e seu conteúdo, para que possam explorá-los das mais diversas formas (boca, olhos, mãos). Além do mais, é importante conhecer mais sobre suas obras favoritas, sobre si mesmos e sobre as coisas da vida e ainda confirmar suas experiências, voltando ao livro preferido.

Na EMEI, além da utilização da sala pelos professores para realização de atividades relacionadas ao incentivo à leitura, há um projeto denominado “Sacola da Leitura”. “Realizamos o trabalho da sacola da leitura. É um projeto que nós implantamos. Semanalmente as nossas crianças vem a nossa biblioteca, juntamente com a professora e escolhe um livrinho e leva para a casa para realizar a leitura” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Na Biblioteca da EMEF, por contar com um profissional que tem habilidades para trabalhar e para desenvolver projetos no âmbito da leitura (apesar de não ter formação de bibliotecário, o que seria necessário e ideal), pode-se perceber um grande diferencial e um avanço em relação às outras escolas no que diz respeito ao papel da biblioteca escolar.

Sim, a gente também dentro desse espaço, a gente também tem o programa ler e escrever que é também desenvolvido por ela. Ela também leva a leitura nas salas de aula, ajuda e auxilia os professores em alguns projetos. Ela semeia a leitura, no pátio, às vezes nas entradas ela pega livros e coloca as crianças para estarem lendo, ela lê, às vezes utiliza alguns recursos, né? Fantoches, multimídia, microfone, coloca eles para estarem lendo. Então, ela realiza bastante coisa aqui dentro e a gente percebe que assim, aumentou a procura das crianças, o gosto pela leitura melhorou bastante (ENTREVISTADO 7, 2017).

A professora responsável pela biblioteca escolar desenvolve diversos projetos em parceria com alunos e professores e já está conseguindo envolver a comunidade. A biblioteca oferece grande variedade de matérias para trabalhar diferentes estratégias de leitura e aprendizagem e os alunos já se apropriaram do espaço.

Ali tem livros desde os alunos até para o estudo dos professores mesmo. Material disponível para estudo deles, tem livros didáticos, ela é bem diversificada. A gente tem um projeto vinculado também que é a sacola da leitura que as professoras vão até a sala e elas me pedem sugestões de que títulos colocarem nas sacolas, de acordo com a faixa etária deles. A gente, por exemplo, o primeiro ano você tem que mandar algo mais simples para eles. Dentro dessa sacola vai um livro, o caderno e uma caneta, para registro. Porque a criança vai chegar em casa, ela vai ler, vai ter um momento lá reservado com a família, para que ela realize essa leitura, deste livrinho, e o pai registra, a mãe, o responsável registram como foi esse momento, entendeu? E no caso assim, como nós temos o primeiro aninho que ainda não tem domínio de leitura, a gente inverte os papéis. Os pais vão fazer a leitura para eles e vão registrar como foi esse momento, qual a importância desse momento para eles? É uma maneira de estreitar esse vínculo entre pais e filhos. A gente tem também o empréstimo, eles pegam livros toda semana. Eles ficam com o livrinho durante uma semana, na outra semana eles trocam, aí as professoras da sala desenvolvem alguma atividade voltada para o empréstimo desse livro, uma ficha, uma roda de conversa a respeito desse livro. Nós temos a leitura que eu faço no pátio para eles toda segunda-feira. Agora para o segundo semestre, eu fiz um teste agora no finalzinho do primeiro semestre e vi que eles gostaram, então eu vou trocar. Ao invés de eu fazer a leitura para eles eu vou escolher alunos de outras séries. Em uma semana eu pego do quinto, na outra eu pego do quarto e assim eu vou indo. No primeiro aninho como eles ainda não dominam a gente vai criar uma outra estratégia. Ou uma historinha de fantoche, ou uma historinha contada oralmente, mas assim, tudo para envolver eles na leitura. E eles gostam. Eu vi que eles gostaram dessa nova estratégia que a gente colocou de escolher eles para estarem fazendo a leitura. Então você vê que eles gostam. Eles falam, pro você me escolhe? Deixa eu ler semana que vem? Então eu escolho o livro, a professora da sala escolhe os alunos e eles tem essa uma semana para se preparar para fazer a leitura lá fora. E assim, é o que a gente vai tentando fazer, né? Nós temos a Gelatoteca, que a gente colocou lá no pátio também com alguns livros para eles lerem durante o intervalo. Assim, são poucos ainda, porque para as crianças agitadas que estão na sala, quando saem para o intervalo eles querem correr, eles querem brincar. E para parar ali, sentar e ler são pouquinhos ainda, mas eu acho que a gente consegue (ENTREVISTADO 8, 2017).

Quanto aos investimentos e aos recursos que são destinados a Bibliotecas e Cantinhos e/ou Salas de Leitura para a aquisição de acervos, mobiliários, reformas e demais materiais, os sujeitos declaram que não existe uma verba específica destinada a esse fim e que a aquisição de acervo geralmente é realizada via Secretaria de Educação e por doações provenientes de programas governamentais.

Olha, específico não. Nós temos um investimento que vem para a creche e nós nos adequamos. Então exclusivo para a leitura, para o cantinho, para a biblioteca não, nós não recebemos nada. Ai nós temos a parceria com o prefeito, ele é muito maleável para essa situação, o que a gente pede a gente é acolhido. Então a gente vai trabalhando assim com aquilo que a gente tem (ENTREVISTADO 5, 2017).

A situação se repete em todas as escolas e a questão de investimentos parece estar restrita apenas à aquisição de material bibliográfico. “A educação está sempre comprando livros, esse ano foi feita uma compra grande de livros que os alunos estavam pedindo. Então, tem sim” (ENTREVISTADO 7, 2017).

Na questão de acervo existe bastante. Sempre que possível a nossa secretária compra, adquire material. Nós temos também, é que esse ano já não veio mais, mas nós temos também o programa do governo que manda livro. O PNBE, esse ano não veio mais do governo mas a dirigente já comprou (ENTREVISTADO 6, 2017).

Dessa forma, a falta de recursos financeiros é apontada como um dos principais obstáculos para a organização do ambiente e para atendimento de melhor qualidade.

Obstáculo é a questão de recurso mesmo, porque a creche, ela tem uma estrutura toda voltada para a infância, porém nós não temos a sala de leitura. Então nós teríamos que construir uma nova sala para isso, porque nós não temos. Espaço tem! Mas aí requer a estrutura que nós não temos (ENTREVISTADO 5, 2017).

A Diretora de EMEI aponta ainda a necessidade de existir um ambiente adequado e a presença de um profissional especializado para atuar nesse espaço educacional.

O primeiro obstáculo é o espaço, porque nós não temos um espaço nosso, amplo, arejado e com mobiliário também. Eu acho que falta mais móveis, um espaço mais amplo e para organizar melhor os livros de acordo com as faixas etárias, um profissional que seja específico da biblioteca para estar ali na orientação com os professores, com os alunos (ENTREVISTADO 6, 2017).

Com relação à biblioteca da EMEF, os atores mostram-se bastante satisfeitos com os resultados conquistados recentemente. A única preocupação referente a recursos também está relacionada à aquisição de novos títulos.

Faltava um ar condicionado, nós colocamos esse ano. A gente precisa por piso na escola toda mas, isso não impede de estar praticando a leitura de jeito nenhum. Então ela está redondinha. A única coisa que a gente sabe que é necessário é sempre estar renovando os acervos, né? Porque eles gostam de novidades e as vezes fica meio sucateado mas, assim, nessa questão. Nossa, nós estamos no céu com essa sala de leitura (ENTREVISTADO 7, 2017).

Dessa forma, apesar do reconhecimento sobre a falta de recursos, de ambiente adequado, de bibliotecários e de outros profissionais que possam atuar de forma específica no espaço da biblioteca escolar, os atores não identificam o PMLLL como um instrumento capaz de promover ações que busquem estruturar as bibliotecas escolares do município.

De forma geral, os profissionais consideram que as principais contribuições do PMLLL para a melhoria das condições atuais das bibliotecas escolares (ou ausência delas), estão relacionadas unicamente ao desenvolvimento de parcerias que visem à realização das ações propostas. Ao serem questionados sobre como a biblioteca escolar está contemplada no Plano, a relação de parceria é muito frequente, conforme segue: “na parceria junto com a prefeitura, junto com o Osvaldo, com a secretaria municipal de cultura. Porque a gente participa lá, agente realiza junto com ele as ações” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Então foi pensado em um sistema integrado, que a gente consiga ter acesso ao acervo. De repente se a criança tem interesse em algum livro a gente consegue ter acesso ao livro da biblioteca, a criança já vai lá, já sabe o que ela quer. Ampliar né, a sala da biblioteca para o acesso de todos, deixar cantinhos de estudo (ENTREVISTADO 4, 2017).

Para melhor alcançar as metas propostas no PMLLL, os atores optaram por integrar e abrir os acervos a fim de atender a todos os alunos, independentemente de possuir o vínculo da matrícula. No entanto, os sujeitos não conseguem visualizar que essa política possa ser utilizada como uma importante ferramenta de luta para alcançar os ensejos da comunidade escolar no âmbito da construção de novas bibliotecas, para contratação de bibliotecários e profissionais especializados para o atendimento e para o fortalecimento da rede escolar municipal, de acordo com o que dispõe a Lei 12.244/2010.

5.1.4 Categoria 4 - Importância/contribuição da biblioteca escolar no processo de aprendizagem

Quanto à contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino, os sujeitos concordam que este ambiente é de grande importância para a formação dos alunos.

É muito importante para o desenvolvimento dos alunos. Assim, investimento a gente faz em livros para a faixa etária deles, que seja adequados. Igual, no 5º ano os alunos exigiram que gostariam de ter livros infanto-juvenil e nós compramos esses livros para atender a eles, que é um anseio, um desenvolvimento a mais para eles, um nível que eles já pediram mais desenvolvido. É como eu tinha te colocado, eles já avançaram. É bom isso. Durante esses dois anos de implantação e de funcionamento da biblioteca na escola, já teve um avanço (ENTREVISTADO 2, 2017).

Na Creche, a coordenadora ressalta a importância do Cantinho da Leitura e dos projetos desenvolvidos pela escola, como sendo a única forma de contato com o livro e com a leitura para muitos alunos, pois fora dela esse contato é escasso.

Eu penso que é tudo. O contato com o livro. Principalmente aqui que nós temos crianças que nem tem acesso ao livro. Nós temos uma parceria muito boa com o prefeito, todos os anos nós promovemos o dia do salão do livro que é agregado ao Osvaldo, que é o Osvaldo que promove, né, a casa da cultura. Então devido a isso a gente está proporcionando, eles dão um ticket que a criança tem o direito de levar um livrinho para casa. Eu acredito que é a única coisa que eles tem, a maioria os pais não tem condições de comprar. Você sabe que livrinho é super caro, principalmente de bebês, nessa faixa etária. Então uma biblioteca, eu falo assim, tem que ter. Desde quando eu vim para cá em 2013 que não tinha livro nenhum eu ficava muito triste, né? Porque eles adoram, e eu percebia isso na hora do banho. Nós temos livrinhos de banho e eles já gostavam, então precisa ver como eles adoraram esse cantinho (ENTREVISTADO 5, 2017).

A diretora da EMEI destaca também a importância de realizar projetos de leitura para a formação de leitores.

Nossa, eu vejo assim que é de grande contribuição. Devido que os nossos alunos são de 4 a 5 anos, e a gente está começando aí desde o comecinho a despertar neles o gosto, o hábito pela leitura. Ler por prazer, não aquela leitura por obrigação. “Você pega esse livro e você vai ler esse livro”. Então a professora vai lá, ele escolhe o livrinho que ele quer ler. Eu acho assim, ler mais por prazer e pelo hábito da leitura (ENTREVISTADO 6, 2017).

A preocupação em proporcionar experiências com a leitura desde a primeira infância demonstra a compreensão por parte dos sujeitos da pesquisa de que tanto os bebês quanto as crianças pequenas são capazes de estabelecer relações e, conseqüentemente, de aprender, além de contribuir para o seu desenvolvimento físico, social, psíquico e afetivo

(MUKHINA, 1996). Dessa forma, é fundamental proporcionar acesso aos livros e práticas de leitura de maneira individual e coletiva.

Na EMEF, com a criação de espaço próprio para a biblioteca escolar e com a designação de um profissional responsável para atuar no ambiente, as ações e os projetos desenvolvidos têm gerado grandes contribuições e avanços para a formação dos alunos, conforme destaca a diretora da escola.

Ao meu ver tem contribuído muito. Antes a gente não tinha um espaço para as crianças estarem lendo. Então a gente levava, mesmo assim a gente não deixava de estar incentivando. A gente acabava colocando em caixas, em mala e levava. Agora não, a criança tem esse espaço para estar frequentando, tem uma diversidade, tem vários livros atrativos. Esse ano a gente comprou algumas coleções, recebemos alguns do governo federal. Então chega lá tem um ambiente todo preparado, todo aconchegante, a criança se sente bem à vontade, motivada a estar frequentando. Na hora dos intervalos fica aberta também, a criança pode estar indo lá, e eles vão. Quando a gente decidiu que ia ficar aberta a gente pensou, achou que eles não vão, vão ficar só brincando, mas não, eles procuram. Eles procuram e gostam. Assim, é um belo espaço (ENTREVISTADO 7, 2017).

A professora responsável pela biblioteca da EMEF também ressalta os progressos que a biblioteca escolar e o desenvolvimento das atividades gerenciadas por ela no ambiente têm atingido na aprendizagem dos alunos.

A contribuição ela é bem positiva porque você vê resultados. Você vê alunos que não liam nada e hoje já pedem para você, para você deixar eles lerem. Você vê resultado em uma produção, né? Que a partir da leitura ele vai desenvolver uma boa escrita e até nessa questão da interação. Aquelas crianças tímidas que tem medo, elas acabam se sentindo mais seguras. E o esforço, quando você pega, por exemplo, uma sala que tem alguns que avançam, aqueles que não avançam, eles se esforçam para acompanhar. E tudo isso é devido a leitura, porque se ele não consegue dominar o escrito, mas ele consegue produzir oralmente. Então, a gente vê uma contribuição muito boa com relação a isso. Porque, voltando naquele projeto do ler e escrever que eu te falei, tem bastante atividade que você trabalha a oralidade da criança. Ela vai observar uma imagem e vai ter que descrever o que está acontecendo ali. Então, acho que a partir dali você já começa a desenvolver a leitura nele. No caso é uma leitura do que ele está vendo, mesmo que ele não consiga dominar o escrito ainda mas ele já está lendo de alguma maneira (ENTREVISTADO 8, 2017).

As atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar são de grande importância para a construção do desenvolvimento crítico e das habilidades do aluno, por isso devem estar necessariamente contempladas no PP da escola, uma vez que, “um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores” (GADOTTI, 2000, p. 37).

Isso posto, os sujeitos de pesquisa foram questionados sobre a forma como a biblioteca escolar está contemplada no projeto pedagógico das escolas.

Na Creche, a coordenadora pedagógica afirma que a presença da biblioteca escolar está representada pelo Cantinho da Leitura e que os projetos que são empreendidos pela escola em parceria com a família.

Sim, o nosso projeto sim. Nós temos o projeto que acabou entrando em vigor agora, em junho, nós fizemos a nossa abertura da leitura e o nosso tema é “Família na escola, uma parceria que dá sucesso”. Então, como nós fizemos isso? Eu ligo para os pais, eu selecionei só os maiores, de maternal 1 a maternal 2. Selecionamos eles, então eu convido os pais, faço um sorteio porque a gente tem que ter esse cuidado de não excluir ninguém. Então eu faço um sorteio dessas mães, ligo pessoalmente, eu coordenadora ligo para elas. Faço um convite assim, bem convincente, quase não tem como falar não, e as mães estão vindo. Elas estão vindo contar historinhas para o seu filho. Às vezes a mãe não tem livro, então a gente oferece, ai aquela mãe que já tem o hábito de ler para o seu filho traz aquele livrinho que eles gostam e assim, até agora está sendo uma parceria de sucesso. Eu não tive nenhum não, eu tive mãe que trabalha, que às vezes não bate o horário, o dia, mas a gente troca o horário, troca o dia e elas vem. Vem e participam. Agora dia 15 nós temos o dia Municipal da Leitura, então nós já vamos fazer. Com as outras turmas, o berçário, eles não ficam de fora, a gente faz o dia da troca do livrinho. Então está sendo bem gostoso. Eu percebi, que é igual eu te falei, são aqueles livrinhos que eles ganham da gente que eles estão fazendo as trocas. Então a gente dá um vale para eles, um valinho para a mãe, a mãe traz um livrinho velho, assim que ela já enjoou da historinha e não que não dê para ler. Mas que ela já enjoou da historinha, que aquele livrinho já não faz mais aquela satisfação. Ela traz pra mim esse livrinho e leva um vale. Ai eu exponho então, a gente marca um dia que fica legal para todos, um horário, e a gente expõe todos os livrinhos e a mãe vem com aquele valinho e pega outro livrinho que ela não conhece e leva para a casa. Então está sendo bem gratificante também, a gente trabalha essas duas formas. Com os bebês, os menores a gente trabalha dessa forma, que é incentivando a mãe a contar, a ter esse vínculo, que as vezes você percebe que não tem, sabe? Muito vínculo com o filho. Então de manter esse vínculo, esse aconchego. E com os maiores as mães estão vindo contar historinhas para nós. Nós selecionamos duas turminhas, porque tem que ser uma coisinha rápida, pois a idade não é de muita concentração ainda. Porém as mães estão adorando e a gente mais ainda (ENTREVISTADO 5, 2017).

Figura 11 - Abertura do Projeto "Família na escola, uma parceria que dá sucesso"



Fonte: Arquivo próprio.

Quando o Projeto "Família na escola, uma parceria que dá sucesso" teve seu início, era restrito apenas aos alunos e às mães que participavam dos projetos da Creche. No entanto, com a implantação do PMLLL, a escola passou a incentivar mais a participação da comunidade local e começou a promover eventos abertos, convidando as famílias a prestigiar a festa que marca a abertura do projeto na escola.

Figura 12 - Feira de troca de livros



Fonte: Arquivo próprio.

Além da leitura que as mães realizam para os bebês no Cantinho da Leitura, o projeto também promove a leitura em ambientes abertos, em áreas específicas da creche que são preparadas para receber as mães e os bebês.

Figura 13 - Leitura das mães para os bebês



Fonte: Arquivo próprio.

Com relação à presença de a biblioteca escolar estar ou não contemplada no projeto pedagógico da EMEI, a diretora destaca: “eu diria que ela está contemplada dentro do nosso projeto da sacola da leitura” (ENTREVISTADO 6, 2017). No entanto, sendo a biblioteca escolar considerada um importante instrumento na construção do conhecimento social, político e cultural da comunidade e sendo o projeto pedagógico o documento que norteia as ações da instituição para alcançar seus objetivos, a biblioteca não pode ser representada unicamente por meio de um projeto de leitura específico, mas deve ser configurada de forma mais abrangente, explicitando sua função e suas ações que podem ser desenvolvidas por esse ambiente visando à formação integral da comunidade escolar.

Afinal, conforme constatado ao longo desse estudo, a biblioteca escolar possui funções que vão muito além do acesso ao livro e à leitura. Desta maneira, sua presença e/ou ausência no PP da escola reflete a importância e a compreensão por parte dos sujeitos sobre o seu papel e retrata a contribuição no processo de aprendizagem.

Na EMEF, o PP utilizado pela escola está desatualizado desde o ano de 2009, quando ainda não se contava com uma biblioteca escolar, o que leva a acreditar que a escola se utiliza de diferentes concepções de projetos em seu cotidiano: um que está impresso e obsoleto e outro que é de fato vivenciado. No entanto, a diretora destaca que está sendo elaborado um novo PP com previsão de ser concluído ainda no ano de 2017¹¹, no qual o grupo tem a intenção de destacar os projetos que são desenvolvidos no âmbito da biblioteca escolar.

¹¹ Apesar de afirmar que a equipe escolar está elaborando um novo projeto pedagógico com conclusão prevista em 2017, até o final dessa pesquisa a escola ainda não tinha finalizado o novo documento.

Então, a gente tinha um projeto político e nós estamos reconstruindo. Então, nós estamos em fase de reconstrução. E sim, nós vamos estar colocando ela como espaço de leitura e de construção de conhecimento. Porque a gente trabalha com processo de alfabetização e construção de conhecimento e, não existe construção de conhecimento sem a leitura. Ela é o carro chefe (ENTREVISTADO 7, 2017).

Os sujeitos também enfatizam que, a partir da implantação dos projetos que são desenvolvidos pela biblioteca escolar e dos Cantinhos e/ou Salas de Leitura, a relação entre professor, aluno e biblioteca tem melhorado muito. “Eu vejo que estreitou mais, eu vejo que criou um vínculo maior com o professor. Eles sentam, eles se acomodam, tem almofadas para eles, é aconchegante mesmo e é o que eles precisam, né? Que a faixa etária requer mesmo, esse contato, esse aconchego, esse acolho, esse carinho” (ENTREVISTADO 5, 2017).

A autonomia dos alunos em relação à escolha dos livros também é frisada pela diretora da EMEI. “Eu vejo que eles tem bastante autonomia. São deixados os livros separados para eles escolherem de acordo com a faixa etária de cada turma. Ai eles vem, eles escolhem, então eu diria que é uma relação prazerosa” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Na EMEF, a diretora reforça que a relação tem melhorado gradativamente mas que os resultados tem sido muito gratificantes.

Melhorou muito. A Sônia, representando esse espaço, ela interage muito com essas crianças e com os professores também. O primeiro ano foi assim, a gente não conseguiu essa interação tanto quanto a gente imaginava. Mas as vezes foi pelo início. Já no segundo ano a gente já melhorou. Os professores dão bastante abertura para que a Sônia auxilie eles também e eles também auxiliam ela. Os alunos também gostam, aceitam muito as propostas que ela traz para eles. Então assim, tem sido muito produtivo (ENTREVISTADO 7, 2017).

A diretora salienta, ainda, que a professora responsável pela biblioteca escolar participa de treinamentos específicos para desenvolver atividades referentes ao Programa “Ler e Escrever”. “O que ela recebe é referente ao ler e escrever. Ele é um programa sobre alfabetização e a leitura acaba sendo o carro chefe desse processo” (ENTREVISTADO 7, 2017).

Ainda sobre a relação ao corpo docente e discente, a professora responsável pela biblioteca ressalta que o trabalho realizado por ela para criação do hábito da leitura tem sido desempenhado de forma constante e permanente, mas que os resultados estão sendo conquistados de forma lenta. Apesar disso, a troca de informações com os professores tem sido constante e muito satisfatória.

É um trabalho de formiguinha. Até você mostrar para eles o quanto a leitura é importante para a nossa vida é um pouquinho demorado ainda. Porque, uma que eles

não tinham esse hábito de ter uma sala só para isso na escola, né? Então, quando eu abria sala, que eu falei para eles que a sala vai ficar aberta durante o intervalo para vocês irem lá na sala. Invés de ficar correndo, se machucando, vão lá. Ai tem alguns que vão lá para ler, outro vão para assistir desenho que eles trazem o filminho e pedem. Pro você coloca para nós o desenho? Outros vão lá para brincar com os fantoches, fazer historinhas com o fantoche. Com os professores o contato também é bom. Os professores procuram, pegam uma quantidade de livros para lerem durante a semana para eles. Ai o interessante dessas atividades e que dá certo, o livro que o professor leu hoje lá na frente todo mundo quer pegar depois, todo mundo. Até um livro que eles levaram para a casa eles pedem, pro você lê esse livro na sala para a gente? Então tem esse, sabe? Parece que está estreitando. Tem aquela resistência ainda de alguns alunos que não querem, que não gostam, ou porque não conseguem e também não vai. Então ai o que a gente incentiva, ah você não consegue juntar as letrinhas? Então vamos ler as imagens. O que essa imagem quer dizer para você? Que historinha você acha que dá para a gente inventar? Então eles já falam assim, pro, eu peguei um livro de inventar história. Que é o conto de imagens. Ai eu vou orientando, pelo título do livro, pelas imagens a gente não consegue contar uma história? Ai eles respondem que consegue. É bem gostoso de ver o desenvolvimento disso em alguns alunos. Mas aqueles que tem resistência a gente não desiste não. As vezes não quer levar porque não tem quem lê, porque não sabe ler, porque não tem ninguém para ler em casa, ninguém para me ouvir. Então a gente fala, não, leva e lê. A mamãe não quer ler, lê você mesmo lá no seu quarto e depois você conta para a pro o que aconteceu. Mas é assim que funciona, a gente tenta criar uma boa relação entre eles e a leitura, tenta mostrar para eles que a leitura pode ser prazerosa além dela ser importante. Em todas as atividades realizadas os professores estão juntos. Eu planejo os projetos e eles acompanham, a didática tem que ser toda minha. Quando elas tem alguma atividade que elas querem realizar na sala elas vem e conversam comigo, perguntam se é possível e eu digo não, dá pra fazer. Ai a gente troca bastante informações. Até mesmo esse projeto que eu conduzo, eu troco bastante informações com elas. Elas falam é interessante o jeito que você fez, eu ainda não tinha feito. Dá para trocar bastante coisas com elas (ENTREVISTADO 8, 2017).

A professora acrescenta que, para realizar as atividades e os projetos da biblioteca escolar, além do treinamento que recebe do Programa Ler e Escrever, participa de cursos ofertados pela Diretoria de Ensino.

Eu terminei, recentemente um curso pela diretoria de ensino, que é o curso de leitura compartilhada e colaborativa. Até realizei uma atividade com as professoras da escola e com uma sala, escolhi uma sala e fiz essa participação. E tem as formações do próprio programa do ler e escrever também que eu faço em prudente na diretoria de ensino (ENTREVISTADO 8, 2017).

Contudo, apesar de as escolas compreenderem o papel da biblioteca escolar e a importância do desenvolvimento de ações para a formação integral do aluno, os atores relatam a insatisfação com o espaço que foi reservado para efetivação das atividades.

Por não ter um ambiente adequado, a qualidade das atividades que são realizadas acaba sendo prejudicada. “Nós utilizamos uma sala do departamento, nós não temos um espaço específico para a nossa biblioteca. Nós adequamos esse espaço dentro do espaço que nós temos aqui na escola” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Poderia ser bem melhor, poderia ser uma coisa mais ampla. Um lugar melhor, porque é muito apertado. Por isso eu tento selecionar só duas turmas para estar indo porque senão vira muito tumulto. Não tem espaço nenhum. É o que eu te falei, a gente trabalha porque a gente gosta, a gente ama mas, é muito inadequado, legal não é não. Na verdade teria que ter um local específico, uma sala mesmo para a biblioteca, porque a gente poderia colocar alguns joguinho, poderia colocar quebra-cabeça que eles adoram, poderia colocar um cantinho disso, um cantinho daquilo. Seria muito mais atrativo, né? Mas, já que a gente não tem, trabalhamos com o que temos (ENTREVISTADO 5, 2017).

Até mesmo na EMEF, que conta com um espaço construído especificamente para abrigar a biblioteca escolar, existe discordância entre os atores com relação à qualidade do espaço físico. Enquanto a diretora afirma contar com um excelente espaço — “Nós estamos com um belo de um espaço agora” (ENTREVISTADO 7, 2017) —, a professora responsável pela aplicabilidade das ações da biblioteca escolar não se mostra muito satisfeita com o tamanho do ambiente.

Eu acho ela pequena para ser uma biblioteca. Eu já estudei mil e uma maneira de deixar ela espaçosa. Porque ela vem com 10 mesas redondas, cada mesa desta tem de 4 a 5 cadeiras. Então ela acaba ficando apertada. Mas assim, a iluminação é boa. Recentemente a gente colocou o ar condicionado. Eu só acho ela pequena para o nosso uso lá, assim. Às vezes você organiza uma atividade que você quer passar para duas salas ao mesmo tempo que, dependendo da quantidade dessas salas não cabem. O espaço acaba prejudicando um pouquinho o desenvolvimento de algumas atividades. Mas assim, até a gente conseguiu tirar uma mesa de lá e até deu uma melhorada (ENTREVISTADO 8, 2017).

O fato de a funcionária responsável pela biblioteca escolar da EMEF não se mostrar exultante com o tamanho do espaço físico em que está localizada a biblioteca escolar, porém, é um aspecto muito positivo porque, apesar de a biblioteca possuir um ambiente amplo e com boa estrutura, a professora sente a necessidade de ampliação. Isso se deve às atividades que ela realiza nesse ambiente, uma vez que ela demonstra entusiasmo e interesse em desenvolver novas ações, além de preocupar-se com a melhoria das condições de trabalho.

A análise das entrevistas demonstra que a comunidade escolar reconhece a contribuição da biblioteca escolar para o processo de ensino e aprendizagem, valoriza o espaço físico adquirido (no caso da EMEF) e reconhecem a necessidade de maior investimento para a criação e /ou ampliação de novos espaços, além da contratação de profissional bibliotecário e formação de demais profissionais para nela atuarem.

5.1.5 Categoria 5 - Contribuições do PMLLL para as bibliotecas escolares do município

O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas tem como um de seus princípios o “fortalecimento das bibliotecas e demais espaços destinados a difusão do livro, da leitura e da literatura” (ANHUMAS, 2016, p. 7).

No entanto, quando questionados sobre a contribuição do PMLLL para as bibliotecas escolares do município, os sujeitos ficam restritos à questão do estabelecimento de interações e parcerias. “Na interação das ações que não fica só restrito a escola. Ai a gente sai da escola também com os alunos e vem até a biblioteca municipal fazer parte do plano” (ENTREVISTADO 2, 2017).

Ainda falta clareza por parte dos membros da comissão de elaboração e de implementação do Plano sobre como utilizar essa política de forma a criar ações de promoção e de valorização das bibliotecas escolares.

Eu acho assim que falta, falta mais eles criarem mais mecanismos lá dentro. Olhar para o Plano e ver o que eu posso fazer? Por exemplo na creche, lá não tem biblioteca, mas eles fizeram. Porque não adianta você por livros aqui dentro, só livros não atende, tem que ter outros objetivos, sabe? Eles podem acrescentar muitas coisas, fazer mais projetos [...] Mas a questão ainda é professores gostarem, porque se o professor não lê dificilmente os alunos vão ler (ENTREVISTADO 1, 2017).

Dessa forma, as ações têm sido pensadas e planejadas com o compromisso de promover/incentivar a leitura em âmbito local.

Eu acho que reforçou mais ainda o compromisso da gente estar reforçando a importância da leitura. Eu acho que firmou, amarrou mais, de uma maneira sistematizada. A gente trabalha em rede. O Osvaldo faz o trabalho lá e nós formamos parcerias mesmo... a gente desenvolve um projeto da sacola da leitura. Ai a gente envolve a comunidade... Ai quando a gente fazia a abertura a gente fazia interno. Ai começou a tomar uma proporção, que agora a gente faz o evento para a comunidade, ai a gente faz algumas apresentações com contos clássicos, a gente faz com as crianças envolvidas e a família participa. É assim, presença máxima da comunidade escolar (ENTREVISTADO 7, 2017).

“Então eu acho que esse Plano, ele vem agregar isso. Ele vem fazer as pessoas ter vontade de ler o mundo, a ter vontade de procurar ser melhor” (ENTREVISTADO 5, 2017).

As atividades voltadas para a biblioteca escolar estão sendo aplicadas no sentido de as escolas expandirem os projetos desenvolvidos com relação à leitura para a comunidade. “E essa interação. A intenção é chegar até a comunidade mesmo, né?”

(ENTREVISTADO 8, 2017). Incentivar a leitura dentro e fora do ambiente escolar. “Então assim, despertar mesmo o prazer pela leitura” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Dessa forma, as escolas procuram ampliar os ambientes de leitura como forma de contribuir para que o Plano se efetive. “Assim, tudo o que está previsto lá a gente procura ajudar a cumprir [...] Criar alguns espaços atrativos com leituras” (ENTREVISTADO 7, 2017).

A escola, é o que eu te falei, é essa união. Se não tiver essa união, se cada um, igual o Osvaldo. O Osvaldo está lá lutando pelo plano. Está sendo difícil, porque é uma coisa que não está nos nossos olhos e que a gente não consegue palpar ainda. Então as vezes as pessoas estão incrédulas né, das coisas. Acredito que de pouquinho a gente vai conseguir, a gente já está conseguindo mobilizar, de pouquinho você vai mobilizando. Então é assim, aqui a gente fala que é de boca em boca, né? Porque a cidade é pequena e a gente consegue. Mas é essa divulgação mesmo, é estar divulgando, é estar promovendo. O Osvaldo promove a gente aqui, fala do nosso trabalho, a gente fala do trabalho dele, e isso vai fazendo as pessoas ficarem curiosas, assim a gente vai tentando (ENTREVISTADO 5, 2017).

Assim, as instituições procuram viabilizar mecanismos de valorização da Biblioteca, dos Cantinhos e/ou das Salas de Leitura das escolas, promovendo-os como ambientes de saber e de convivência propício para a participação dos pais e familiares. “Ah realizando ações, né? Realizando mais ações. E também não ficar tipo só na biblioteca. Diante do espaço que cada um tem, criar mais espaços propícios para a leitura” (ENTREVISTADO 6, 2017).

São essas ações, tentando chegar ao máximo nas famílias. Porque o nosso caminho de chegada são os filhos, são as crianças [...] Então é bem gratificante assim, eu acredito que agora com esses espaços de leitura nos outros lugares vai melhorar mais ainda essa ligação e eu acredito que a gente vai conseguir chegar no objetivo proposto do plano que é atingir os leitores, né? Fazer com que voltem a ter essa cultura [...] Eu vi algumas fotos outro dia do pessoal que eles tiraram no setores (nos espaços de leitura montados com as Gelatotecas), das pessoas lendo enquanto esperam. Então é bom saber disso. De alguma forma a gente vai conseguir chegar nesse povo que ainda não vê a leitura como importante. Mostrar a importância da leitura para que eles vejam que além de importante ela pode ser gostosa, ela pode ser prazerosa (ENTREVISTADO 8, 2017).

Contudo, as expectativas dos atores com relação às contribuições do PMLLL para a biblioteca escolar é a formação de leitores mais críticos e conscientes, que possam buscar na leitura diferentes fontes de informação e de lazer. “Eu acredito que o plano para a escola ele vai contribuir muito para chegar nessas famílias” (ENTREVISTADO 8, 2017).

Chegar ao maior número de leitores e satisfeitos. Que eles leiam por prazer mesmo, não encarem a leitura só como uma obrigação, que eles vejam que ela é gostosa

também [...] A minha expectativa hoje é de que a gente consiga atingir o maior número de pessoas satisfeitas com a leitura, que gostem de ler, que não encarem ela só como algo chato ou como obrigatório... Que ela traga contribuições. O plano pode contribuir com a parceria, tentar trazer ao máximo pelas famílias desses alunos. É plantar uma sementinha ali (ENTREVISTADO 8, 2017).

Além do hábito da leitura, que possa ser despertado também por meio do empréstimo dos livros, o compromisso, o respeito e a valorização do bem público são previstos a serem alcançados a longo prazo, para, desse modo, despertar o sentimento de apropriação do que é público, no sentido de fazer uso e cuidar como seu.

E a gente tem um combinado com eles assim: o livro é da escola, ele não é seu, não é meu, não é da diretora, ele é da escola. Então, eu tenho que cuidar dele para que outra pessoa possa usá-lo. Saiu daqui a responsabilidade é sua, não é da sua mãe, não é do seu irmão, não é do seu pai, a responsabilidade é sua. Você tem que cuidar dele enquanto ele estiver com você. Assim eles ficam de olho, eles fiscalizam. Então essa questão da responsabilidade deixa os pais um pouquinho mais seguros. A gente aprende é de pequeno a ter responsabilidade com as coisas... Eu acho que a gente consegue transmitir bem mais do que a função da leitura para eles, que é o cuidado, a responsabilidade. Tudo isso (ENTREVISTADO 8, 2017).

Os sujeitos se mostram bastante empenhados em envolver diferentes espaços públicos nas ações de difusão da leitura e de trocas de experiências para o desenvolvimento da população local. “É fazer a pessoa voar mais alto, é fazer as pessoas olharem o mundo com mais esperanças, com mais vontade de viver. Ter certeza de que todos podem... Assim a gente vai plantando a sementinha” (ENTREVISTADO 5, 2017).

Eu espero que esse Plano realmente de certo, que ele crie ai futuros cidadãos que tenham o hábito, o gosto, o prazer de ler. Criar mais leitores, né? Desde as nossas escolas, as nossas crianças, os nossos jovens, e que se expanda. Se expandir mais para a comunidade. O plano passa por vários setores para atingir a comunidade que é o objetivo maior (ENTREVISTADO 6, 2017).

A satisfação dos sujeitos por terem elaborado e por estarem conseguindo implantar as ações propostas no PMLLL alcançando e evoluindo cada vez mais parceiros é evidente. Todos relatam o desenvolvimento das atividades com muito orgulho e com esperança de alcançar excelentes resultados.

Que ele dê certo, que ele de fato aconteça. Porque não adianta fazer um documento bonito e ele não acontecer de fato. A gente quer que realmente o que está previsto lá aconteça... Quando a gente imaginava que em Anhumas fosse ter o salão do livro? Então assim, a gente já vê algumas coisas que antes a gente não via. Até porque nossa cidade é pequena e a gente imaginava assim, ai um plano de leitura é só uma cidade grande que tem condições de fazer. Mas não, a gente pensou em ações que podem ser

feitas e que podem ser desenvolvidas em um município pequeno (ENTREVISTADO 7, 2017).

No entanto, de acordo com o parecer dos sujeitos de pesquisa, as contribuições do PMLLL no âmbito das bibliotecas escolares do município de Anhumas estão relacionadas basicamente a questões que se referem à realização de parcerias (para o desenvolvimento das ações) e à motivação dos envolvidos (com vistas a atingir a comunidade local).

De acordo com o “Guia PELL e PMLL”, essa articulação de parcerias é fundamental para “garantir a continuidade do Plano e sua efetiva legitimação perante o conjunto da sociedade” (GUIA, 2015, p. 13). Dessa forma, é necessário fortalecer essa cooperação para o desenvolvimento de ações que vão além das atividades de leitura, para que alcancem força e consistência para conquistar novas metas, tais como a construção de espaços adequados para abrigar as bibliotecas nas escolas que ainda não os possuem e a contratação de profissionais para atuar nesses ambientes, não ficando restritas apenas a atividades de incentivo à leitura.

A implementação dessa política pode abranger desde a criação de sistemas locais de bibliotecas ou instalação e manutenção de Pontos de Leitura até as ações de formação de educadores, bibliotecários e outros agentes mediadores da leitura, assim como um maior apoio à criação e à difusão dos diversos suportes existentes. É a articulação e a otimização de todas essas ações, e outras, que configuram os Planos do Livro e Leitura (GUIA, 2015, p. 8).

O Eixo 1 do PNLL — Democratização do acesso — recomenda que sejam empenhados esforços para a promoção e para a valorização das bibliotecas enquanto polo difusor de informação e cultura. Para isso, os Planos Municipais devem esforçar-se para propor ações de revitalização e de implantação de novas bibliotecas, articular e fortalecer a criação de redes com vistas a conquistar novos espaços de leitura, a fim de que essas bibliotecas possam ser reconhecidas e utilizadas como verdadeiros centros “de educação continuada e núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição de diversos bens artístico-culturais” (GUIA, 2015, p. 18), e não mais como meros depósitos de livros.

5.1.6 Categoria 6 - Articulação da gestão municipal para o alcance das metas

O Coordenador do PMLLL (Assessor de Turismo e Cultura) é também o responsável por acompanhar e avaliar as ações do Plano. Ele relata que faz o possível para implementar as ações do Plano mas que, muitas vezes, acaba tendo dificuldades por não ter

formação específica e maior tempo disponível. “Então, eu estou me virando nos 30 porque eu sou o responsável pelo plano, entendeu? [...] É difícil porque eu tenho que programar o meu tempo, aquilo que eu posso fazer e que eu tenho condições de fazer” (ENTREVISTADO 1, 2017).

No entanto, destaca que mesmo diante das dificuldades, está sempre buscando informações e se articulando com diferentes setores em busca de apoio e de parceria para o desenvolvimentos das atividades.

Por exemplo, agora eu estou me articulando para o dia municipal da leitura. Já faz um mês que eu estou pensando, buscando ideias, negociando. Agora eu vi um varal literário na Internet pesquisando para a gente fazer aqui... é tudo escrito em roupas, e por isso as pessoas vão ficar curiosas. Ai eu fui lá na assistência social, pedi ajuda para a primeira dama e ela vai ajudar a fazer. Então é esse tipo de articulação. Outra coisa. Eu estou indo no comércio, pedindo que o pessoal do comércio, todo mundo nesse dia coloque um varal, mesmo que se não tiver como fazer a gente faz e vai levar lá, para que as pessoas que passar na rua vão ficar olhando. Fui em todos, não sei no dia como vai ser... Outra coisa além disso eu estou vendo se tem algum estagiário que queira trabalhar, a gente pode dar a comprovação das horas, que muitos estagiários precisam, ver quem pode, quem precisa, que queira. Três pessoas que venha, duas, já ajuda. Essas são articulações possíveis para que muita gente possa fazer (ENTREVISTADO 1, 2017).

De acordo com o que foi relatado pelos sujeitos, no momento, a articulação de parcerias vem sendo o ponto no qual o grupo tem dedicado maior esforço para o alcance das metas propostas no PMLLL. Esse esforço em conquistar e manter parceiros é visto como fundamental para o sucesso e para a continuidade das ações, conforme dispõe o “Guia PELL e PMLL”.

É importante estabelecer compromissos com o maior número possível de pessoas e entidades relacionadas ao livro e à leitura no município para realização de ações conjuntas e também para uma gestão participativa do Plano. A articulação é fundamental para assegurar uma boa execução do Plano, evitando dispersão de esforços e, ainda, otimizando os recursos, ao permitir maior abrangência do Plano e um número maior de beneficiados (GUIA, 2015, p. 23).

Além do vínculo e das parcerias, os demais atores também apontam que as atividades são elaboradas de forma conjunta pelo grupo mas, sob a orientação do Coordenador. “Então, por meio de reuniões, né? Ele fez um cronograma, as ações foram divididas em curto, médio e longo prazo. Então conforme vai chegando próximo ele faz reuniões, convida o grupo de trabalho, os assessores e a gente vai se articulando para atingir as ações” (ENTREVISTADO 4, 2017).

O Assessor salienta que, para conseguir mobilizar as pessoas e conquistar o apoio delas, busca-se desenvolver a estratégia de envolvimento, pois acredita que ao envolver as pessoas, elas possam ser cativadas e se tornarem parceiras.

Eu não peço nada exorbitante, nada que envolva muito dinheiro, porque quando a gente tem muito dinheiro a gente faz coisas descartáveis. Ai eu estava pensando em pedir um banner, mas pensei: não é melhor a gente fazer, e ao fazer as pessoas começam a gostar, envolve as pessoas, passar por mãos, olhar, escrever, isso é política, entendeu? Mobilizar. Pensei em mobilizar nesse sentido, porque se eu fizer com dinheiro eu não vou mobilizar (ENTREVISTADO 1, 2017).

Para ele, conquistar essa cooperação é mais importante do que lutar por recursos financeiros, uma vez que, quando se tem auxílio humano, é possível desenvolver diversas atividades sem necessariamente dispor de capital. “Eu quero o apoio. Até porque no Viagem Literária¹² nós recebemos a Stella Maris, que são 40 livros publicados, não é qualquer pessoa, não é qualquer cidade que vem aqui. Ela chegou lá e colocou no face dela para as pessoas verem que ela estava em Anhumas. E isso não tem valor” (ENTREVISTADO 1, 2017).

Figura 14 - Bate papo com Escritores



Fonte: ANHUMAS, 2017.

A Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (**SisEB**), promove diversas ações gratuitas aos municípios

¹² Programa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo que tem o compromisso de aproximar autores, livros e bibliotecas do cidadão paulista. “Anualmente dezenas de cidades recebem escritores e artistas consagrados para falar de personagens inesquecíveis e histórias surpreendentes que estão registradas nas páginas da nossa literatura” (SECRETARIA, 2017).

paulistas a fim de “estimular e apoiar as bibliotecas de acesso público do Estado na democratização da informação, do livro e da leitura” (SISEB, 2018).

O SisEB é composto por mais de 900 bibliotecas públicas e comunitárias localizadas nos 645 municípios paulistas e direciona suas ações para que as bibliotecas públicas se tornem “espaços de leitura, pontos de encontro de pessoas e de cultura, para formar cidadãos e estimular a relação com a comunidade do entorno por meio da leitura e do acesso à informação” (SISEB, 2018). Para tanto o SisEB investe em ações, como:

- Promover a plena integração das bibliotecas;
- Prestar assistência técnica aos municípios para implantação e modernização das bibliotecas;
- Realizar ações de capacitação para as equipes das bibliotecas;
- Sistematizar informações e produzir publicações que estimulem o desenvolvimento pessoal e profissional das equipes;
- Apoiar a atualização dos acervos;
- Publicar materiais dirigidos aos usuários das bibliotecas;
- Organizar anualmente o Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias (Seminário Biblioteca Viva);
- Promover anualmente o programa Viagem Literária;
- Estimular a criação de projetos de ação cultural e incentivo à leitura nas bibliotecas;
- Difundir ações de promoção da biblioteca e da leitura para secretários, diretores de cultura e educação e prefeitos dos municípios do Estado (SISEB, 2018).

O Departamento de Turismo e Cultura de Anhumas acompanha diretamente os programas e as ações de incentivo e de treinamento desenvolvidos por meio da Secretaria de Cultura do Estado e do SisEB. Dessa forma, procura inserir-se na maior parte das atividades disponíveis para o município.

Ao participar das práticas que são fornecidas de maneira totalmente gratuita pelo estado, o município tem garantido aos servidores da Biblioteca Pública Municipal treinamento e conscientização para realizar ações que envolvem a comunidade no âmbito da biblioteca. Além disso, o município proporciona à população o desenvolvimento de programas como o “Viagem Literária”, que leva autores e contadores de histórias até os municípios paulistas para a realização de oficinas, bate-papos e palestras que são realizados nas bibliotecas locais com acesso livre.

Cabe ressaltar que, apesar de os programas e os treinamentos disponibilizados pela Secretaria de Cultura do Estado serem gratuitos e trazerem grandes benefícios para as bibliotecas e para as comunidades municipais, são muitos os municípios paulistas que não têm interesse em participar. Essa falta de relevância atribuída às formações ocorre devido ao fato

da Secretaria exigir dos municípios participantes um relatório detalhado de como foram desenvolvidas as ações e qual foi o nível de envolvimento dos participantes. O fato de exigir a elaboração de relatórios, entretanto, além de dar respaldo à Secretaria de Cultura do estado acerca das ações que vêm sendo desenvolvidas, também garante ao município maior nível de experiência ao planejar e elaborar ações próprias e futuras.

O idealizador do PMLLL (que também é o servidor responsável pela Biblioteca Pública Municipal de Anhumas) reconhece o mérito de participar dessas iniciativas e relata a importância de buscar parcerias para desenvolver no PMLLL ações que contribuem para a formação social e cultural da comunidade local, sem que, para isso, seja necessário dispor de recursos financeiros. “Os programas que tem aqui são gratuitos. “Meus avós fizeram história” não gasta nada” (ENTREVISTADO 1, 2017).

O Programa “Meus avós fizeram história” está previsto no PMLLL como uma meta de curto prazo do Eixo 2 — Fomento à leitura e à formação de mediadores —, e tem por finalidade promover encontros entre crianças e idosos. Nesse programa, os avós (pioneiros da cidade) são convidados a contar sua história às crianças e aos adolescentes nas escolas onde eles têm netos matriculados. Essa é uma forma de promover o respeito e a valorização da cultura local.

Figura 15 - Meus avós fizeram história



Fonte: ANHUMAS, 2017.

A execução do PMLLL pelo município é um marco, uma política que pode contribuir para a transformação de cidadãos leitores e para o alcance de melhores índices de desenvolvimento humano e social.

Se eu não mudo, se eu não faço o plano eu não teria essa ação, você está entendendo? Se eu não tenho na mente o plano que eu vou fazer, eu jamais ia mobilizar o fundo social para ajudar a fazer isso. Eu jamais ia sair no comércio para fazer isso. Então é

isso que eu quero falar para você, é isso que a gente precisa para mostrar para as pessoas, e os pais terem formação (ENTREVISTADO 1, 2017).

O Coordenador destaca que não teve a intenção de elaborar um Plano com ações que extrapolassem as condições e as necessidades locais, mas que pudesse contribuir para a formação inicial da população local e para motivação de parceiros no desenvolvimento das ações.

Então eu não quis colocar no plano coisas grandiosas para depois não cumprir. E o que a gente colocou depois nós vamos avaliar. O que deu certo e o que foi que não deu certo. E quanto mais eu envolver, por exemplo envolvi a mulher do prefeito, lá tem projetos sociais, tem o espaço amigo, lá tem que ter leitura. Então é isso que eu quis falar, é isso que eu quis, essa ideia de sempre ter um desafio a mais para mostrar, abrir mente, abrir espaço, e dentro desse espaço dá pra gente colocar um monte de ideias e vai surgir outras ideias. Isso é o que eu quis chegar com o plano, é isso (ENTREVISTADO 1, 2017).

Assim, conforme as ações vão se aproximando da data estipulada, de acordo com o cronograma elaborado pela comissão de implantação, o grupo se reúne para fazer planejamento. “A gente se articula conforme o desenvolvimento das ações. Se vai desenvolver uma ação a gente se reúne, conversa como que vai ser desenvolvida, como vai ser a participação dos alunos na ação. É sempre assim, né? Tem que planejar antes” (ENTREVISTADO 2, 2017). Esse planejamento é, portanto, realizado antecipadamente e segue o cronograma de metas proposto no PMLLL.

5.1.7 Categoria 7 - Organização do município para o cumprimento da Lei n. 12.244/2010

Quando questionados sobre como o município está se organizando para o cumprimento da Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país com bibliotecários em um prazo de dez anos, os atores demonstram desconhecimento.

Alguns assumem que nunca ouviram falar: “não tenho conhecimento dessa lei” (ENTREVISTADO 1, 2017), “não conheço a lei, mas você falou agora eu lembrei” (ENTREVISTADO 3, 2017). Enquanto outros, após alguns questionamentos e esclarecimentos acerca da lei, acabam justificando: “a lei foi citada durante a construção do plano, de estar universalizando” (ENTREVISTADO 2, 2017), “já ouvi falar” (ENTREVISTADO 4, 2017).

No entanto, pode-se constatar o desconhecimento dos sujeitos a respeito da lei, uma vez que o próprio coordenador assume não ter ciência dela.

Apesar desse envolvimento do grupo e dos esforços direcionados para elaborar e implementar o PMLLL via PNLL, a Lei n. 12.244/2010, considerada como central para dar suporte a esse processo, era desconhecida pelo grupo.

Até o momento, o município tem apenas uma, do total de três escolas, que conta com espaço adequado para a instalação da biblioteca escolar. No entanto, nem mesmo essa escola conta com o profissional bibliotecário, conforme dispõe a legislação. Ainda em relação ao atendimento da Lei, até por não ter conhecimento sobre a regulamentação, os sujeitos declaram que o município não está se organizando para o cumprimento dela.

Nesse sentido, a partir da apresentação e do conhecimento da Lei, os atores conquistaram um forte recurso na luta pela valorização da biblioteca escolar junto à administração do município, que pode contribuir para a construção de ambientes adequados para a instalação de bibliotecas nas escolas que ainda não os possuem, bem como a abertura de concurso público para a contratação de bibliotecários, conforme determina a Legislação.

A Secretária de Educação afirma que há alguns anos vem lutando para que se disponibilize uma vaga de bibliotecário em concurso público da prefeitura. No entanto, não existe previsão para abertura de edital com essa finalidade. Acredita-se que, a partir do conhecimento da Lei n. 12.244/2010, a Secretaria de Educação possa ganhar força em sua reivindicação para a proposta de concurso público municipal com essa finalidade.

5.1.8 Categoria 8 - Observação na Biblioteca da EMEF

A EMEF Adhemar Palmiro é a única unidade das três escolas municipais de Anhumas-SP que tem uma biblioteca escolar. Deste modo, conforme a proposta metodológica do estudo, foi realizada uma observação nesse ambiente educacional, a fim de examinar quais são as condições desse espaço da escola e quais são os usos que são feitos dele.

A observação foi realizada de acordo com o que propõe os parâmetros para bibliotecas escolares do GEBE, que é considerado uma referência na área e que tem por finalidade servir de base para avaliar a qualidade das bibliotecas escolares do país.

Os parâmetros do GEBE têm como base teórica a noção de biblioteca escolar como um ambiente de aprendizagem e, a partir disso, propõe uma série de indicadores que

apontam os níveis a serem alcançados pelas escolas, a saber: 1- nível básico e 2- nível exemplar (GEBE, 2010).

O documento é composto por: 1- um conjunto de indicadores (espaço físico, acervo, computadores com acesso à Internet, organização do acervo, serviços e atividades oferecidas e pessoal, “que representam o nível básico em que uma biblioteca deve funcionar, e aponta o nível exemplar, isto é, um horizonte a ser alcançado” (GEBE, 2010, p. 10); também é composto por 2 – um instrumento de avaliação e planejamento “que amplia os indicadores acima mencionados, permitindo que a escola analise e avalie detalhadamente sua biblioteca, e trace metas e prazos para seu aperfeiçoamento” (GEBE, 2010, p. 10).

Deste modo, o roteiro de observação utilizado na pesquisa foi elaborado tendo como base os parâmetros para avaliação de qualidade das bibliotecas escolares do GEBE e pretende examinar os indicadores sugeridos no documento, a fim de identificar em que nível a biblioteca da EMEF Adhemar Palmiro se encaixa, bem como suas possibilidades de avanço.

A observação foi realizada nos dias 26 e 31 de Julho e nos dias 15 e 16 de Agosto de 2017, com a presença e a contribuição da professora responsável pela biblioteca da unidade escolar.

De acordo com o que propõem os parâmetros do GEBE, foram analisados os indicadores (referentes a Espaço Físico; Acervo; Computadores ligados à Internet; Organização do Acervo; Serviços e atividades e; Pessoal), conforme segue:

Quadro 20 – Indicadores

INDICADORES	CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
Espaço físico	A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários		X
	Possui assentos para acomodar usuários		X
	Conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos		X
Acervo	A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos		X
Computadores ligados à internet	Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo	X	
Organização do acervo	O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez		X

Serviços e atividades	A biblioteca oferece serviços regularmente		X
Pessoal	A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta	X	

Fonte: Elaborado de acordo com os parâmetros para bibliotecas escolares do GEPE, 2010.

Com a finalidade de realizar um retrato da biblioteca escolar, foi elaborado também um instrumento de avaliação e planejamento.

Quadro 21 - Instrumento de avaliação e planejamento

FUNCIONAMENTO	Todos os turnos	X
Horário de Funcionamento	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, inclusive durante o horário de recreio	X
ESPAÇO FÍSICO	Adequada	X
Localização dentro do espaço da escola	Tamanho	74,55 m ²
ILUMINAÇÃO	Boa	X
VENTILAÇÃO	Boa	X
LIMPEZA	Boa	X
ESTÉTICA	Boa	X
ACESSIBILIDADE	Boa	X
SEGURANÇA	Boa	X
ESPAÇO		
Atendimento ao público	Sim	X
Leitura e pesquisa	Sim	X
Leitura infantil	Sim	X
Cabines/salas individuais para estudo	Não	X
Atividades audiovisuais	Sim	X
Computadores	Sim	X
Acervos	Sim	X
Espaços existentes para funcionários	Atende bem às necessidades	X
MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Assentos para acomodar usuários	50
	Mesas para acomodar usuários	10
Balcão de atendimento	Funcional	X
Estantes	Acomodam bem	X
Guarda volume	Não	X
Estantes expositoras	Sim	X
Televisão	Sim	X
Mapoteca	Sim	X
Quadro mural	Sim	X
Impressora	Sim	X
Tocador de CD/DVD	Sim	X
Scanner	Sim	X
Máquina fotográfica	Sim	X

Filmadora	Sim	X
Telefone	Sim	X
Quadro negro	Sim	X
Layout	Funcional	X
ACERVO	Número total de itens do acervo	3 mil
	Número de itens do acervo destinados a professores	1 mil
	Número de itens do acervo destinados a estudantes	2 mil
	Número de revistas informativas (títulos)	50
	Número de jornais (assinaturas correntes)	0
Outros materiais (gibis, atlas, mapas, DVDs, CDs, fotografias, materiais para contação de histórias, etc.)	Em quantidade suficiente	X
	Número de livros por aluno	8,3
	Número total de computadores com acesso à internet	1
COMPUTADORES	Relação computador x alunos	0,03
Condições de uso dos computadores	Boas	X
CONDIÇÕES DO ACERVO		
Equilíbrio entre assuntos	Boas	X
Equilíbrio entre séries ou faixa etária dos alunos	Boas	X
Estado de conservação	Boas	X
FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO		
Pelos alunos	Muito usada	X
Pelos professores	Pouco usada	X
Descarte de materiais	Não realizado	X
Presença de livros didáticos no acervo da biblioteca	A biblioteca mantém alguns exemplares apenas para consulta	X
Comissão de seleção do acervo	Existe	X
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO		
Tombamento/registro	Sim	X
Classificação	Sim	X
Catálogo	Sim	X
Informatização do catálogo	Não	X
Acesso remoto ao catálogo	Não	X
SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS		
Consulta no local	Sim	X
Empréstimo domiciliar	Sim	X
Orientação individual à pesquisa	Sim	X
Orientação coletiva à pesquisa	Sim	X

Orientação à pesquisa na internet	Sim	X
Visitas orientadas	Sim	X
Folheto/guia da biblioteca	Não	X
Contação de histórias	Sim	X
Divulgação de novas aquisições	Sim	X
Boletim informativo	Não	X
Mural	Sim	X
Exposições	Sim	X
Clube de leitura	Sim	X
Feira de livros	Sim	X
Encontro com escritores	Sim	X
Palestras	Sim	X
Apresentações artísticas	Sim	X
Concursos/premiações	Sim	X
Oficinas	Sim	X
Blog/site da biblioteca	Não	X
PESSOAL		
Responsável pela biblioteca	Formação pouco adequada	X
Funcionários/auxiliares	Não	X

Fonte: Elaborado de acordo com os parâmetros para bibliotecas escolares do GEBE, 2010.

De forma geral, a biblioteca conta com um bom horário de funcionamento porque atende de segunda a sexta-feira, das 07h até 16h, de acordo com o horário de atendimento da escola, permanecendo aberta nos intervalos, sem interrupção.

O espaço físico é amplo, bem iluminado e arejado. Está localizado em lugar de fácil acesso aos alunos e professores e atende às normas de acessibilidade. Conta com mobiliário de boa qualidade e em números suficientes para organização dos materiais. Além disso, possibilita a realização de diversas atividades.

O acervo da biblioteca conta com um número de exemplares acima do nível recomendável por aluno matriculado. A comissão de seleção de novos títulos e materiais é composta pela funcionária responsável pela biblioteca, juntamente com a secretária de educação, no entanto, a biblioteca recebe indicações de aquisição por parte dos alunos e professores durante todo o ano letivo.

Com relação ao acervo, cabe ressaltar que a biblioteca escolar não dispõe de nenhuma assinatura de jornal (conforme identificado no quadro 21), uma importante fonte de informação. A biblioteca não é constituída somente por viabilizar o acesso à cultura e ao conhecimento por meio de livros, mas deve possibilitar também a busca por informações úteis

de aspectos cotidianos da população, conforme se propõem os jornais. “A leitura de jornal, contemporânea do leitor, permite renovar a sua percepção dos fatos. Desse modo, o papel do jornal é informar e situar o leitor na vida cotidiana, social e política, ampliando seu conhecimento” (GUARALDO; ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p. 195).

A assinatura de jornais não representa um alto custo para as prefeituras e deve necessariamente estar presente em toda biblioteca escolar que tem a intenção de formar bons leitores. Os jornais desempenham, assim, um papel informativo e oferecem ao leitor uma variedade de notícias e artigos selecionados e redigidos com base nos principais fatos de uma cidade, de um estado, de um país e do mundo.

Quando o sujeito conhece e reconhece o ambiente ao seu redor, torna-se ativo em relação a esse, e passa a atuar como ser transformador. A leitura de jornal pode ser um meio para a percepção do meio em que vivemos, informação que nos torna críticos e construtores de nosso próprio conhecimento (GUARALDO; ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p. 202).

Considerando o leitor um sujeito seletivo, os jornais permitem que ele pontue sua leitura na busca por notícias de interesse específico ou que chame sua atenção ao passar de páginas. Assim, além de proporcionar a aquisição de conhecimento, que é o papel do jornal na sociedade, o leitor regular adquire características que o diferencia dos outros, porque “é criador, produtor e não apenas um receptor vulnerável ante o texto, o leitor é um sujeito histórico capaz de verbalizar e explicar suas ações” (GUARALDO; ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p. 208).

Outra questão que chama a atenção é o fato de a Biblioteca contar com apenas um computador disponível para o acesso à Internet e para a realização de pesquisa dos alunos. “Partindo do conceito de ferramenta educacional, o computador é um poderoso recurso do aluno para que ele possa utilizar no seu processo de aprendizagem, valorizando, por conseguinte, seu prazer em construir seu auto-processo de aprendizagem” (MORO; SOUTO; ESTABEL, 2005, p. 7).

Weiss e Cruz (2001) destacam que as crianças de hoje já nascem “mergulhadas” no universo tecnológico. Com isso, a Internet está inserida no cotidiano dos alunos e pode ser utilizada como uma importante fonte de informação, servindo aos usuários como ferramenta de trabalho. A escola, nesse sentido, deve preparar o futuro cidadão a tornar-se crítico e apto a exercer as funções necessárias ao desenvolvimento da sociedade.

O bibliotecário deve ter zelo na indicação de sites ao estudante, pois nem tudo disponível on-line é de total confiança. O bibliotecário deve orientar o aluno nessa busca, na mesma forma como realiza o serviço de referência de sua biblioteca. Deve indicar aos professores os sites confiáveis e de qualidade que contenham as obras

literárias em texto integral. Com isto, cumpre com a sua missão que é senão garantir a informação ao seu usuário (MORO; SOUTO; ESTABEL, 2005, p. 6).

A Internet, nesse sentido, é um valioso instrumento para os bibliotecários ampliarem o alcance de seu trabalho e aproximarem os alunos do universo informacional (MARCONDES, 1997). É uma ferramenta oportuna, capaz de revelar novos caminhos e abrir a escola para infinitas formas de interação e contato com o mundo externo. Porém, essas possibilidades só serão possíveis se, na prática do cotidiano, os alunos estiverem preparados e atentos para avançarem em suas pesquisas.

Nesse sentido, o ambiente da biblioteca escolar e o trabalho do bibliotecário, ao implantar projetos especializados que incentivem a formação integral dos alunos leitores no ambiente virtual, são a ponte necessária para que os alunos conquistem preparo e motivação e para que possam utilizar a Internet de forma consciente, seja para o lazer ou para o estudo.

Por isso mesmo, é necessário compreender que uma biblioteca dinâmica e atualizada que contribui para a formação integral do leitor não deve ser composta apenas de livros e materiais bibliográficos. As fontes de informação disponíveis que contribuem para esse processo são diversas e devem ser necessariamente incorporadas pela biblioteca escolar que pretende trabalhar com a leitura visando à formação crítica, social e cultural de sua comunidade.

Biblioteca escolar é o centro dinâmico de informação da escola, que permeia o seu contexto e o processo ensino-aprendizagem, interagindo com a sala de aula, a partir do perfil de interesses dos usuários, dispõe de recursos informacionais adequados (bibliográficos ou multimeios) provindos de rigorosos critérios de seleção, dando acesso ao pluralismo de ideias e saberes. Favorece o desenvolvimento curricular, conta com mecanismos de alerta e divulgação de livros para a leitura recreativa, formativa e a pesquisa escolar, sempre sob orientação de mediadores capacitados para funções referenciais e informativas. Estimula a criatividade, a construção de conhecimento; dá suporte à capacitação de professores, à educação permanente, à qualificação do ensino. Contribui para a formação integral do indivíduo, capacitando-o a viver em um mundo em constante evolução (ANTUNES, 1998, p.171).

Quanto à organização do acervo, os livros encontram-se devidamente tombados, classificados e registrados em registro específico. Porém, não é possível quantificar o número total de títulos, uma vez que o acervo não está informatizado. Contudo, durante a observação, a servidora responsável manifestou grande interesse em adquirir um software de acesso livre para realizar a gestão do acervo da biblioteca e automatizar o sistema de empréstimo.

Diante do interesse da servidora, foi apresentado a ela um software de gerenciamento de sistemas de bibliotecas com acesso livre e ela foi orientada quanto aos

procedimentos básicos de registros dos alunos e títulos dos livros no sistema, a fim de que a biblioteca possua melhor controle do seu acervo bibliográfico e do seu processo de empréstimo.

Em Janeiro de 2018, durante uma visita à biblioteca escolar, recebeu-se a informação que a professora responsável pela biblioteca realizou a instalação do Software indicado e iniciou o processo de automatização do acervo.

Este fato demonstra o grande interesse por parte dessa servidora em se atualizar e em buscar novas ferramentas que proporcionem melhor qualidade ao trabalho desempenhado. É necessário ressaltar, também, a importância de colocar à frente da biblioteca escolar profissionais com perfil adequado para o exercício da função.

A postura dessa servidora torna-se um caso raro ou isolado diante dos dados apresentados, uma vez que a realidade brasileira, na qual a maioria das escolas não tem bibliotecas ou, quando as possuem, colocam à frente desse ambiente um profissional readaptado, que não tem mais condições de exercer suas atividades na função original e que, por essa razão, não podem contar com o entusiasmo e a motivação necessária para trabalhar como mediador em um espaço de formação.

A biblioteca da EMEF desenvolve diversos tipos de serviços e atividades, tais como: consulta local, orientação à pesquisa, empréstimo domiciliar, contação de história, sacola da leitura, etc. Além dos serviços oferecidos na escola, a biblioteca realiza ainda atividades múltiplas em parceria com a Biblioteca Pública Municipal e a Secretaria de Cultura, tais como: Clube de leitura, Feira de livros, Encontro com escritores, Palestras, Apresentações artísticas, Concursos, Premiações, Oficinas e Sessões de cinema.

A biblioteca tem um funcionário com perfil adequado para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta. No entanto, não conta com bibliotecário responsável, conforme determina a Lei 12.244/2010 e estabelece o Art. 2º da Lei 4.084/1962 que “Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício”:

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido: a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas (BRASIL, 1962).

De acordo com o que determinam os parâmetros para bibliotecas escolares do GEBE, a biblioteca escolar da EMEF Adhemar Palmiro apresenta o nível básico em termos de condições e de funcionamento. Dispõe, porém, de plenas possibilidades de alcançar o nível recomendado como exemplar, dependendo apenas da vontade política da administração

municipal em proporcionar as condições objetivas (como dotar a biblioteca escolar de mais computadores com acesso à Internet e providenciar a abertura de concurso público para o cargo de bibliotecário) e das possibilidades da escola para investir em sua unidade informacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instituir políticas de leitura e biblioteca é fundamental para democratizar o acesso às fontes de informação, fomentar a leitura e garantir a formação de leitores competentes por meio de um processo dinâmico, permanente e contínuo.

Ao se observar a trajetória histórica nacional, pode-se constatar que a leitura e a biblioteca escolar nem sempre tiveram um papel de destaque em ações e políticas educacionais do Estado. Ao contrário, a biblioteca escolar apesar de ser considerada e reconhecida por diversos autores, ao longo da história, como um ambiente educacional capaz de promover e incentivar a formação crítica, social e cultural da comunidade, nem sempre esteve ou mesmo está presente nas principais legislações educacionais do Brasil.

De modo geral, o que se constata é a ausência de uma política nacional que contemple a biblioteca escolar de forma mais específica. Apesar de as inúmeras instituições e iniciativas do Governo Federal na área do livro, leitura e biblioteca no Brasil, o que se apresenta são apenas ações locais isoladas que, ao longo do tempo, acabam por perder forças, devido à falta de incentivo, de monitoramento ou mesmo de continuidade de ações governamentais.

A biblioteca escolar constitui-se em um espaço, por excelência, para a formação do leitor. No entanto, a maior concentração de esforços nas ações governamentais que visam à formação do leitor não estão focadas na promoção e na valorização desse ambiente. Tampouco são dedicados investimentos para contratação e formação de bibliotecários e demais servidores para atuar nesse espaço. O que se tem priorizado, na maioria das iniciativas, não é a formação do leitor, mas sim a distribuição de livros.

Como é possível constatar com o resultado das pesquisas sobre as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca apresentadas no estado do conhecimento, a distribuição de livros não resulta necessariamente em formação do leitor. A maioria dos estudos demonstra que esse investimento isolado não tem promovido grandes impactos e não há realmente uma melhora efetiva.

Nesse cenário, o Plano Nacional do Livro e Leitura surge com a intencionalidade de tornar-se não apenas mais uma política de governo, porque o que se pretende conferir a ele é a dimensão de uma proposta de Estado, de natureza ampla e abrangente, a fim de que possa nortear ações continuadas, articulando esforços de ministérios, governos, municípios, organizações gerais e sociedade civil para constituir uma efetiva política

nacional no âmbito do livro e da leitura, buscando, assim, evitar o caráter assimétrico e fragmentário com que constantemente são implementadas essas iniciativas no País.

Para tanto, o PNLL dispõe-se a apresentar diretrizes que contribuem para a construção de uma política pública voltada ao livro e à leitura que geram especial consideração à biblioteca e à formação de mediadores, levando em conta o importante papel que essas instituições representam na formação social e cidadã da população brasileira. Além disso, tem-se como base a necessidade de se constituir uma sociedade leitora, visando à inclusão social e cultural que, historicamente sempre foi privilégio de poucos no país.

Ao orientar a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais por todo o território nacional, o PNLL pretende fornecer mecanismos para que a sociedade exerça seus direitos, melhore seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça outras culturas, valores e modos de pensar de outras pessoas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento para formação crítica e cidadã.

Porém, para que um plano seja capaz de ultrapassar os governos e se constituir em uma reivindicação constante da sociedade brasileira, é necessário compreender que a implementação dos planos só terá êxito se Estado e Sociedade estiverem juntos no processo de construção.

Outro desafio fundamental a ser superado para o sucesso dos planos é a conscientização dos governos de que educação e cultura não podem ser separadas quando o objetivo é a formação de leitores. É essencial que essas instâncias estejam unidas e que trabalhem com estratégias que se complementem, seja em escolas, comunidades, famílias, empresas ou qualquer outro ambiente no qual exista a possibilidade de motivar as pessoas a exercerem o seu direito de ler e escrever, de forma crítica e consciente, conforme dispõe a Constituição Federal Nacional.

O atual Plano Nacional de Educação também recomenda a implementação das ações do PNLL, reconhecendo a importância da biblioteca escolar no processo de ensino e de formação cultural da comunidade escolar e reforçando as diretrizes fixadas pela Lei 12.244/2010 que determina a universalização das bibliotecas escolares com bibliotecários por todo o país até o ano de 2020.

No entanto, a elaboração e a implementação dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e da Leitura em âmbito nacional necessitam de mobilização social e institucional que pressione estados e municípios a se organizarem para pensar um plano que contribua para a promoção da biblioteca e para a formação integral de leitores. É necessário propor ações que atendam às especificidades de cada estado/município, de acordo com as

necessidades e/ou possibilidades locais, uma vez que estados e municípios brasileiros possuem autonomia política e administrativa para elaborar e implementar políticas públicas próprias.

Ao conjecturar políticas direcionadas, é preciso levar em consideração a existência da diversidade de municípios que compõem os estados brasileiros, bem como suas características e particularidades que podem garantir e/ou determinar a aplicação e direcionamento das políticas e das ações nacionais em âmbito municipal.

O município de Anhumas, localizado no interior do estado de São Paulo, é um dos raros municípios do estado (03 de 645) que, até o momento da pesquisa, teve a iniciativa de elaborar e implementar o seu Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, enquanto a maior parte dos municípios brasileiros sequer iniciou as discussões a respeito da aplicação da Lei.

No município de Anhumas, o processo de elaboração e implementação do PMLLL foi idealizado e coordenado por um ator que se mostrou fundamental para que o Plano saísse do campo das ideias. Após a conscientização da equipe de trabalho, porém, os membros do grupo vêm se mostrando bastante motivados e dispostos a conquistar parcerias e desenvolver as ações propostas. De forma geral, as expectativas do grupo sobre o Plano é a possibilidade de as ações do PMLLL contribuírem para o alcance do maior número de leitores no município para promover, assim, o crescimento social e cultural, bem como propiciar a formação crítica e cidadã da comunidade.

Em pouco mais de um ano de criação e efetivação, o PMLLL de Anhumas tem conseguido alcançar diversos objetivos e tem realizado ações que visam a atender as metas de curto prazo estabelecidas, tais como: distribuição de Geladeiras como um suporte para diversos tipos de obras literárias para consulta pública em setores como a saúde e o esporte, a realização do Dia Municipal da Leitura de Anhumas, atividades de contação de histórias e sessões de cinema para alunos das escolas municipais, encontros com autores, sarais e acampamentos literários e a promoção de encontros intergeracionais entre crianças e idosos, que consiste em aproximar a troca de experiências e em valorização história do local, uma vez que, por meio desses encontros os idosos relatam suas experiências e histórias de vidas para as crianças das escolas municipais.

Atualmente, Anhumas conta com três escolas que fazem parte da sua rede municipal de ensino. No entanto, dessas três escolas, apenas a EMEF tem biblioteca escolar, porque as demais escolas contam com “Salas e/ou Cantinhos de Leitura” que foram espaços adaptados para receber os alunos e realizar as atividades de leitura. A biblioteca da EMEF possui espaço amplo e arejado, com a quantidade de exemplares acima da média recomendada

por aluno matriculado e com um funcionário com perfil adequado (que demonstra grande motivação para realizar as atividades, organizar o ambiente e prestar atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta). Ainda faz-se necessário, porém, que a biblioteca disponibilize acesso a demais fontes de informação que são consideradas essenciais para a formação do aluno e que vão além dos livros, tais como jornais e Internet. A biblioteca também não conta com bibliotecário ou qualquer orientação de profissional especializado.

Os atores reconhecem a contribuição da biblioteca escolar no processo de formação e de aprendizagem da comunidade, valorizam espaço físico adquirido (no caso da EMEF) e compreendem a necessidade de maior investimento para a criação e /ou ampliação de novos espaços. Os entrevistados concordam ainda com a necessidade de contratação de profissional bibliotecário para atuar à frente desse ambiente e ressaltam que há vários anos vêm reivindicando a admissão desse profissional junto à prefeitura, mas sem sucesso.

No entanto, ao organizarem as ações do PMLLL que objetivam promover da biblioteca escolar, os atores têm concentrado esforços no âmbito da realização de parcerias, buscando proporcionar o acesso aos livros, implementar atividades de leitura e motivar os envolvidos (com vistas a atingir a comunidade local).

Apesar de os dirigentes municipais e de os demais atores envolvidos no processo de escrita e concretização do PMLLL de Anhumas ainda não demonstrarem clareza sobre as contribuições que o Plano pode gerar para a promoção de uma política pública local de valorização das bibliotecas escolares do município, eles reconhecem o valor educacional desse ambiente, bem como a necessidade de possuir um espaço que forneça condições adequadas de funcionamento (espaço, recursos informacionais, acervo atualizado e diversificado) e de ter profissionais habilitados (bibliotecários) para atuarem neste espaço, a fim de que a biblioteca possa cumprir seu papel social e fortalecer a rede escolar municipal.

A ação educativa da biblioteca escolar deve ser pensada e gerenciada visando à sua interação com o ensino e a aprendizagem. Para que ocorra o desenvolvimento pleno do aluno no ambiente escolar, é imprescindível a inserção de uma biblioteca que seja atualizada, dinâmica e que atenda às necessidades do plano de ensino estabelecido pela escola na qual está inserida.

Dada a insatisfação dos sujeitos da pesquisa com relação à qualidade e às condições que são reservadas para o funcionamento da Biblioteca escolar e de Cantinhos e/ou Salas de Leitura no município de Anhumas, cabe à comunidade escolar utilizar o PMLLL como um instrumento de apoio na luta para criação de uma efetiva política de promoção e de valorização da biblioteca escolar, a fim de proporcionar condições adequadas (tamanho,

mobiliário, acervo, climatização, organização, etc.) e profissionais especializados (bibliotecário), com intenção de garantir maior qualidade às atividades realizadas nesse ambiente.

Nesse sentido, a Lei 12.244/2010 é uma disposição política essencial para os municípios brasileiros que pretendem criar legislações próprias no âmbito da leitura e da biblioteca. Ao determinar um prazo para a universalização das bibliotecas escolares com bibliotecários no território nacional, a Lei fornece mecanismos de reivindicação social para que os municípios exerçam a sua autonomia política a favor da biblioteca e busquem recursos destinados tanto para a criação de bibliotecas nas escolas que ainda não as possuem quanto para a promoção de concurso público e para contratação de profissionais bibliotecários.

No entanto, mesmo sendo considerada como o principal instrumento legal para os municípios que pretendem criar políticas próprias e investir na valorização da biblioteca escolar para a formação integral do leitor, os profissionais entrevistados responsáveis pela elaboração e implementação do PMLLL desconheciam tal legislação.

Por se tratar de uma cidade de pequeno porte, que conta apenas com três escolas municipais, Anhumas poderia seguir o exemplo de outros municípios brasileiros que optaram por criar redes de bibliotecas escolares e por promoverem concurso público visando à contratação de um número menor de profissionais bibliotecários que ficam responsáveis por: gerenciar todas as bibliotecas da rede municipal de ensino, realizar visitas técnicas, planejar reuniões para a mobilização das equipes, oferecer suporte/treinamento aos demais servidores responsáveis por cada biblioteca, entre outras atividades.

Como constatado na literatura, a criação de Redes de bibliotecas escolares, além de potencializar os recursos financeiros dos municípios, possibilita a cooperação e o fortalecimento individual das bibliotecas que passam a apresentar resultados educacionais mais satisfatórios. Assim, a atuação conjunta das bibliotecas que compõem as redes de ensino de Juazeiro do Norte (CE), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), Belo Horizonte (SP), Vitória (ES), Curitiba (PR), Londrina (PR), Porto Alegre (RS) e Rio Grande (RS), supervisionadas por profissionais bibliotecários, são exemplos dessa forma de trabalho integrado.

Apesar de não atender à determinação da Lei 12.244/2010, pesquisas revelam que essa alternativa de criação de redes de bibliotecas municipais coordenadas por bibliotecários tem gerado impactos bastante positivos para a formação do leitor no âmbito dos municípios brasileiros.

Contudo, a experiência do município de Anhumas em elaborar e implementar o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura demonstra que criar e promover políticas públicas de leitura e biblioteca é o caminho apontado para que a população possa ter, de fato, espaços de informação e leitura capazes de promover a construção do conhecimento.

Dessa forma, seria interessante que os municípios que se despertaram e se dispuseram a criar um grupo com pessoas interessadas em pensar e debater ações contínuas de promoção da leitura com vistas à formação integral do leitor e instituíram seu PMLL, a exemplo do município de Anhumas, devem ter sua iniciativa reconhecida pela esfera Federal e devem receber recursos públicos para financiar as ações previstas, seja por meio de apoio técnico e financeiro dos ministérios da Educação e da Cultura ou por disposição do PNLL.

Não se pode fazer política pública sem que estejam previstos no orçamento os recursos para custear as ações necessárias para atender às demandas essenciais de coordenação e gestão. Toda política, assim, exige investimentos e recursos que não devem ser provenientes apenas das prefeituras. De acordo com os números do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), esta esfera de poder, na grande maioria (74,8% dos municípios brasileiros), praticamente não dispõe de recursos próprios para custear muitas iniciativas locais e depende de transferências do Estado e da União.

É necessário somar ao orçamento municipal outros recursos governamentais, além de incentivar a participação de instituições privadas e da sociedade civil, a fim de valorizar o esforço desses municípios que atenderam à recomendação nacional e, principalmente, a fim de incentivar novos municípios a iniciarem o processo de elaboração de seus planos.

Afinal, a biblioteca escolar é um ambiente transdisciplinar, que compõe e fundamenta o currículo escolar, capaz de promover a construção de conhecimentos que serão utilizados de forma racional nas decisões que os alunos virão a tomar ao longo da vida, para além dos muros da escola.

Como observado no Capítulo I desta pesquisa, para formar leitores não basta apenas investir na distribuição de livros, porque a formação integral do leitor crítico e consciente exige a aplicação de políticas de valorização da biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem. Isso exige que sejam dedicados, além de vontade política, investimentos em recursos financeiros (construção de ambientes adequados) e humanos (contratação de bibliotecários e capacitação dos demais profissionais) para que seja possível articular os esforços e os resultados pretendidos.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. et. al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulista. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.
- ALIAGA, R. **A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre leitura: movimentos, diálogos, aproximações.** 2013. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2013.
- ALONSO, C. M. R. **Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola.** 2007. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2007.
- AMARAL, R. G. do. **A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando: estudo de caso.** 2008. . Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2008.
- AMORIM, G. **Políticas públicas do livro e leitura.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- ANDRADE, L. V. de; MACHADO, M. de O. Uma intervenção pedagógica no contexto de uma biblioteca escolar: delineando caminhos para transformar um ambiente estático em espaço dinâmico. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2014.
- ANDRADE, M. E. A. A biblioteca faz a diferença. In: CAMPELLO, B. S. et. al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
- ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cad. Pesq.** n. 49, maio 1984.
- ANHUMAS. **LEI Nº 530 DE 18 DE JUNHO DE 2015.** Institui o Plano Municipal de Educação do Município de Anhumas – SP, em conformidade com a Lei Federal 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Anhumas, 2015.
- ANHUMAS. **LEI Nº 562 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.** Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura – PMLLL, do Município de Anhumas – SP e dá outras providências. Anhumas, 2016.
- ANHUMAS. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS DE 30 DE MARÇO DE 1990.** Anhumas, 1990.
- ANHUMAS. Prefeitura Municipal de Anhumas. Disponível em: <<http://www.anhumas.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 de Ago. 2017.
- ANTUNES, W. de A. **Biblioteca escolar no Brasil: reconceituação e busca de sua identidade a partir de autores do processo ensino-aprendizagem.** 1998. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.
- AQUINO, K. A. de. **O nascimento do leitor: ler, contar e ouvir histórias na educação infantil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- ARANHA, M. L.A. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

- ARAÚJO-OLIVERA, S. S. Entrevistando. In: REYES, Claudia Raimundo; MONTEIRO, Hilda Ma (Org.). **Um olhar crítico-reflexivo diante da realidade educacional**. São Carlos: EDUFSCar, 2010. p. 33-61.
- ASSIS, W. S. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968)**. 2010. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.
- AZANHA, J. M. P. **Educação: temas polêmicos**, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BEIRITH, Â. As escolas isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário (1946-1956). *Revista Linhas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis*, v. 10, n. 02, p. 156 –168, jul. / dez. 2009.
- BELEI, R. A. et. al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, n. 30. Pelotas, jan./jun. 2008.
- BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para a análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul: Educus, 2011.
- BOAVENTURA, E. O Município e a Educação. In: BOAVENTURA, E. (Org.). **Políticas Municipais de Educação**. Edufba: Salvador, 1996, p.9-30.
- BOBBIO, L. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12. Ed. Brasília: UnB, 2002.
- BODGAN, R. O.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BORDIGNON, G. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 147-176.
- BRAGANÇA, A. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, n. 2, p. 221-246. 2009.
- BRASIL. **Caderno do PNLL**. ed. at. e rev. Brasília, 2014.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **DECRETO Nº 7.247, DE 19 DE ABRIL DE 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Brasília, 1879.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.559, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011.** Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. Brasília, 2011.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 de Ago. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. **LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.** Instituí a Política Nacional do Livro. Brasília, 2003.

BRASIL. **LEI Nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 2010.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **LEI Nº 4.084, DE 30 DE JUNHO DE 1962.** Dispões sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, 1962.

BRASIL. **LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.** Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986.** Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Mais Cultura.** Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1997. 10 v.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca na Escola.** Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Brasília: MEC, MinC, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Arca das Letras.** Brasília: MDA, 2003.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 212, DE 2016.** Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 519, DE 13 DE MAIO DE 1992.** Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). Brasília, 1992.

- BUSSMANN, A. C. O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola. In: VEIGA, I. P. A.(org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas: Papyrus, 2013.
- CALDAS, E. F. **A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período 1937-2004**. 2005. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, Campinas, 2005.
- CALLEGARI, C. **O FUNDEB e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo**. 5. ed. atual. e ampl. São Paulo: Aquariana, 2010.
- CAMILLO, E. de S.; CASTRO FILHO, C. M. de. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. **Relatos de Pesquisa Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 94-101, abr/jun., 2017.
- CAMPELLO, B. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.
- CAMPELLO, B. S. et. al. A universalização das bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 39-58, ago. 2016.
- CAMPELLO, B. S. et. al. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2012.
- CAMPELLO, B. S. O bibliotecário e a pesquisa escolar. **Presença Pedagógica**, v.16, n.93, mai./jun. 2010.
- CAMPELLO, B. S.; SILVA, M. do A. A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Presença Pedagógica**, v.6, n. 33, maio/jun. 2000.
- CAMPELLO, B.S. et. al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CARVALHO SILVA, J. L. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo**. Olinda: Edições Baluarte, 2010.
- CARVALHO, V. R. de. **A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2011.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Portugal, v. 16, n. 002, p. 221-236, 2003.
- CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

- COSTA, V. S. da. **A aplicação da Lei n. 12.244/2010 na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Niterói**: situação e perspectivas das bibliotecas escolares. 2016. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Rio de Janeiro, 2016.
- CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso et. al. **Políticas Públicas**, Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DANNA, M. F.; MATOS, M. A. **Aprendendo a observar**. São Paulo: Edicon, 2006.
- DAVIES, R. A. **La biblioteca escolar**: propulsora de la educacion. Buenos Aires: Bowker Editores, 1974.
- DUARTE, C. S. **Direito público subjetivo e políticas educacionais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.
- DUARTE, Y. M. **As representações sociais no ensino médio do Distrito Federal**: a biblioteca escolar pública sob o olhar do estudante. 2015. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2015.
- EGGERT-STEINDEL, G.; FONSECA, C. F. **A biblioteca escolar**: participante da promoção da justiça e êxito escolar. In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da e DAROS, Maria das Dores Daros (Org.). Florinópolis: Ed. UFSC, 2010.
- FAVERO, E. **Desmembramento Territorial**: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2004.
- FDE. Ler e escrever. Disponível e: <<http://lereescrever.fde.sp.gov.br>>. Acesso em: 24 set. 2017.
- FERRAZ, M. M. P. **Leitura mediada na biblioteca escolar**: uma experiência em escola pública. 2008. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.
- FRAGOSO, G. M. Biblioteca na Escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.7, nº1, p.124-125, 2002.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.
- GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GARCEZ, E. F. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.1, p.27-41, jan./jun., 2007.
- GARCIA, L. V. **Biblioteca escolar**: espaço cultural que pode contribuir para o processo de letramento. 2007. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, 2007.

GEBE. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

GEHRKE, M. **Contribuições da práxis para a constituição da biblioteca escolar do trabalho a partir da educação do campo**. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANI, M. Livello del gioco In: CAPANO, G.; GIULIANI, M. **Dizionario di politiche pubbliche**. Roma: Carocci, 2005.

GOLDIN, D. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. In: **Pasajes de la edición: hablan los profesionales**. CERLALC: Guadalajara, 2003

GOMES, D. P. **O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura**. 2008. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 2008.

GRACINDO, R. V. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUARALDO, T. de S. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, informação e conhecimento: notas sobre a leitura de jornal. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GUIA para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura. Brasília: Ministério da Educação/Ministério da Cultura, 2015.

GUIMARÃES J. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livro a espaço de saber e leitura**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2010.

GUIMARÃES, J. **Biblioteca Escolar e Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: de Museu de Livro a Espaço de Saber e Leitura**. 2010. 105 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

GUIMARÃES, J. L. **A municipalização no ensino fundamental: e o impacto da Emenda Constitucional nº 14 sobre os municípios paulistas**. 1998, 166p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 1998.

Haidar, M. de L. M.; TANURI, L. M. A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de Diretrizes e Bases. In: MEMESES, J. G. et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HENGEMUHLE, A. **Gestão do ensino práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, 21, 55, 2011, p. 30-41.

IFLA (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. Edição em língua portuguesa. 2000. Disponível em:<<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguesebrasil.pdf>>. Acesso: 22 jul. 2015.

IGUMA, A. de O. A.; FERNANDES, C. R. D. Uma reflexão sobre as práticas de leitura no acervo do PNBE. In: Colóquio internacional de estudos linguísticos e literários. **Anais...** Maringá-PR, 9, 10 e 11 de junho de 2010.

KLEBIS, C. E. de O. **Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros**. 2006. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2006.

LAJOLO, M. **O que é literatura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LANZI, L. A. C. **Apropriação das tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas escolares em busca de um espaço dinâmico**. 2012. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília, 2012.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950, 10v.

LEMOS, D. da S. **A biblioteca escolar nos processos de ensino-aprendizagem: o cenário da produção acadêmica**. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2015.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, M. A. F. **O Poder da biblioteca nos processos de (in)visibilidade do saber: um estudo de caso sobre a EJA**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, USF, Bragança Paulista, 2012.

LIMA, M. C. R. **Da biblioteca escolar à sala de leitura nas escolas estaduais de Ensino Fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 2016.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. esp. 2007. p. 37-45.

LOPES, L. M. **Bibliotecas Escolares de Rio Verde-GO: uma possível política municipal de leitura**. 2014. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2014.

- LOURENÇO FILHO, M. B. O ensino e a biblioteca. **Conferência da Série: a educação e a biblioteca**. n. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, N. D. **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Senac São Paulo, Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª. Região, 2005.
- MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2008.
- MACHADO, F. B. **Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura**. 2015. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2015.
- MACIEL, F. I. P. O PNBE e o CEALE: de como semear leituras. In: PAIVA, A.; SOARES, M. (Orgs.). **Literatura Infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MARCONDES, C. H.; GOMES, S. L. K. O Impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. **Transinformação**. v.9, n.2, p. 57-68, mai./ago.1997.
- MARSULO, T. G. **O profissional da informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília, 2016.
- MARTINS, Â. M. Uma análise da municipalização do ensino no estado de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 221-238, nov. 2003.
- MARTINS, M. H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MELLO, S. A. Leitura e literatura na infância. In: GIROTTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. de (orgs.). **Literatura e educação infantil: livros, imagens e prática de leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2016. (Série Literatura, Leitura e Educação Infantil).
- MENDES, M. F. V. **Sala de leitura nas escolas da rede municipal de ensino de São Paulo: uma inovação que resiste às discontinuidades políticas**. 2006. Tese. (Doutorado em Educação) - Pontifícia universidade Católica, PUC, São Paulo, 2006.
- MENEGHET, M. L. F. **Políticas públicas voltadas para a formação do leitor: o projeto hora da leitura**. 2008. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, São Paulo, 2008.
- MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MILITÃO, S. C. N.; MILITÃO, A. N.; PERBONI, F. **Pedagogia em Foco**, Iturama, v. 8, setembro de 2013.
- MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORAIS, L. G. O. de. **Política de leitura**: a gestão do programa federal Literatura em minha casa. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2010.

MORIGI, V. J. S.; VANZ, A. S.; GALDINO, K. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB**: biblioteconomia em Santa Catarina, v.7, n.2, 2002.

MORO, E. L. S.; SOUTO, G.P.; ESTABEL, L. B. **A influência da internet nos hábitos de leitura do adolescente**. 2005. Disponível em:
<<http://www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/313.pdf>>. Acesso em: 15 Jan. 2018.

MOZER, J. A. **Gestão pública em livro e leitura**: revisitando o projeto “Uma biblioteca em cada município”. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUÑOZ, R. V. El rock no tiene la culpa de su reputación. IN: ANTILLANO, L. **Memorias 5to Encuentro Internacional com la Literatura Infantil y Juvenil en Venezuela**. 10 a 13 nov. 2010. Disponível em:
<<https://issuu.com/shannon.ellingwood/stacks/3be35469c82942aab395301a807de4a4>> Acesso em: 11 Fev. 2018.

NASCIMENTO, T. O. S.; MILITÃO, S. C. N. Municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo e melhorias da qualidade educacional: uma associação possível. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 13, n. 4, p.36-41 out/dez 2016.

OGLIARI, M. **Política de leitura**: a coleção "literatura para todos" e o letramento literário de jovens e adultos. 2013. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, A. D.; PRADOS, R. M. N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca no Brasil. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, v. 32, p. 99-112, jun. 2015.

OLIVEIRA, C. de. Algumas observações sobre o financiamento do ensino. In: MARTINS, A. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. (orgs.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 129-142.

OLIVEIRA, C. et al. **Conselhos Municipais de Educação**: um estudo na região metropolitana de Campinas. Campinas, SP: Alínea, 2006.

OLIVEIRA, D. P. W. de. **Políticas públicas de fomento à leitura**: agenda governamental, política nacional e práticas locais. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Z. C. P. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

- PAIVA, J. BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan/abr de 2009.
- PAZ, F. M. da. **Estatutos, planos de carreira e valorização do magistério público**: um estudo dos municípios sedes das regiões administrativas do Estado de São Paulo. 2014. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.
- PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social**: o processo de construção do PMLLB de São Paulo. 2016. 209 p. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- QUARESMA NETO, J. R. **Desenvolvimento e políticas públicas**: análise da 'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-2017). 2016. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2016.
- RASTELI, A. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. 169 f.. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- RAZOUK JUNIOR, J. **Biblioteca escolar**: a vinda do livro ao Brasil Colonial. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/joseph_bd.asp?codtexto=530>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- REYNA, C. P. Vídeo e pesquisa antropológica: encontros e desencontros. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. 1997.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publi-Folha, 2011.
- ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ROSA, F. G. M.; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, set./dez. 2006.
- ROSSI, L. **Oferta educacional e parceria com o setor privado**: um perfil dos municípios com até 10.000 habitantes. Rio Claro, 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, UNESP.
- RUSSO, M.; SOUZA, D. de J. de. **Biblioteca escolar brasileira na sociedade da informação**: uma parceria proativa entre bibliotecário e pedagogo em prol da aprendizagem, da competência em informação e da quebra de paradigmas. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1241/1242>>. Acesso em: 16 de mar. de 2016.
- SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 145-170.

SEADE. **Perfil Municipal**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECRETARIA da Cultura. Viagem literária. Disponível em: <<https://viagemliteraria.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SILVA, E. A. **Sistemas apostilados de ensino**: as percepções dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Álvares Machado-SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2013.

SILVA, E. T. da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papyrus, 1986.

SILVA, J. D. O. da; CUNHA, J. de A. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 46, p. 45-58, mai./ago., 2016.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

SILVA, R. J. da. **O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina**: formação e atuação. 2006. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília, 2006.

SILVA, S. A. **Práticas e possibilidades de leitura na escola**. 1997. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 1997.

SILVA, S. C. da. **Informação pública e consciência crítica para cidadania**: políticas públicas de informação em Blumenau. 2005. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005.

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVESTRE ESTELA, F. de M. **A biblioteca escolar nos projetos de leitura nas escolas que obtiveram os melhores resultados do Enem**. 2015. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2015.

SIMÃO, M. A. R.; SCHERCHER, E. K.; NEVES, I. C. B. **Ativando a Biblioteca Escolar**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

SISEB. Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<http://siseb.sp.gov.br/>>. Acesso em: 26 Fev. 2018.

SOUZA, I. V. de. **Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil**: acervos para os anos iniciais do ensino fundamental. 2015. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2015.

STUMPF, I. R. C. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 67-80, jul./dez. 1987.

TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E. J. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **R. Bibliotecon**. Brasília, v. 19, n. 2, p. 137-165, jul./dez. 1995.

TARGINO, M. da G. **Conceito de biblioteca**. Brasília: ABDF, 1984.

UNESCO. **Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO 1999**. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

VÁLIO, E. B. M. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 15 – 24, jan./ abr. 1990.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

VEIGA, I. P. A. **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papyrus, 2001.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2004.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.

VIANA, L. **Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIDAL, D. G. Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920 e 1930. In: MENESES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

VIDAL, D. G. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.195-210, out./dez. 2014.

WEISS, A. M. L. CRUZ, M. L. R. M. da. **Informática e os problemas escolares de aprendizagem**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, F. O. C. Institucionalização de políticas educacionais em âmbito municipal. **Acta Scientiarum, Education**, Maringá, v. 38, n. 2, p. 155-164, Apr.-June, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Christian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YUNES, E. A provocação que a literatura faz ao leitor. In: **Bibliotecas públicas e seus desafios para a construção de uma sociedade leitora: diálogos do 6º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias**. São Paulo: Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, 2014. (Notas de Bibliotecas, v. 7).

ZUIN, P. B.; ZUIN, L. F. S. Analizando documentos e outros materiais. In: REYES, C. R.; MONTEIRO, H. M. (Org.). **Um olhar crítico-reflexivo diante da realidade educacional**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevista I

Dirigentes municipais e outros atores que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro Leitura e Leitura (PMLLL) de Anhumas – SP

1. Qual o seu envolvimento com a área do livro, leitura e biblioteca escolar?
2. Quais as informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) que você tinha no início dos trabalhos do PMLLL?
3. Como foi o processo de elaboração do PMLLL?
4. Discorra sobre o PMLLL (importância e alcance).
5. Quais as expectativas e ideias que você tinha sobre o PMLLL antes do processo de construção e aprovação?
6. Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLL? Em algum momento vocês sentiram a necessidade de procurar ajuda de um profissional especializado?
7. Em que nível você participou das plenárias e debates?
8. Quais as questões surgidas no processo de participação?
9. Qual a sua impressão sobre texto final?
10. Quais as suas expectativas sobre o PMLLL após a sanção do Prefeito?
11. Como está sendo o processo de implementação do PMLLL no município? Quais as principais dificuldades enfrentadas e quais os avanços já obtidos?
12. Como a questão da biblioteca escolar está contemplada no PMLLL?
13. Você tem conhecimento sobre o estado, as condições das bibliotecas escolares do município?
14. Como você vê a questão das bibliotecas escolares do município?
15. Como o PMLLL pode contribuir para a melhoria da biblioteca escolar na rede de Anhumas?
16. Como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL?
17. O que o município está fazendo para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Qual a situação do município em relação ao atendimento dessa Lei?

Roteiro de Entrevista II

Gestores, professores e funcionários responsáveis pelas bibliotecas das escolas municipais de Anhumas – SP

1. A escola possui biblioteca?
2. Tem alguém trabalhando nesse espaço? Qual o cargo?
3. A biblioteca realiza algum trabalho pedagógico?
4. A seu ver, qual é a contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino da escola?
5. No projeto político pedagógico da sua escola, a biblioteca escolar está contemplada? De que maneira?
6. Como é a relação aluno – biblioteca - professor na sua escola?
7. Existe investimento, recursos destinados à biblioteca para aquisição de acervo, mobiliários, reformas, etc.?
8. Os funcionários responsáveis pela biblioteca escolar participam de cursos de capacitação e/ou treinamento específico?
9. A biblioteca da sua unidade escolar possui condições adequadas (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse ambiente?
10. O que você acha que falta, quais são os obstáculos e o que poderia ser melhorado?
11. Você conhece o PMLLL?
12. Como foi o processo de elaboração do PMLLL em Anhumas? Você participou desta elaboração? De que forma?
13. Quais os impactos e benefícios que a elaboração e implantação do PMLLL gerou para as bibliotecas escolares da rede municipal?
14. Como a escola contribuiu para que o PMLLL se efetive?
15. Quais são as suas expectativas em relação às contribuições do PMLLL?

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Título da Pesquisa: “O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLLL) e a biblioteca escolar: o caso do município de Anhumas”

Nome da Pesquisadora: **Fabiana Sala**

Nome do Orientador: **Prof. Dr. Silvio César Nunes Militão**

1. Natureza da pesquisa: O sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade:

- Analisar o processo de formulação e implementação do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLLL) no município de Anhumas-SP e desvelar os seus impactos e contribuições em relação a construção de uma política pública local de biblioteca escolar;
- Verificar se existe alguma política pública, projeto ou legislação local de biblioteca escolar;
- Descrever o processo de elaboração e as motivações para a criação do Plano Municipal do Livro e Leitura no município de Anhumas-SP;
- Compreender como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL;
- Investigar quais são as ações direcionadas à sua rede municipal de bibliotecas escolares;
- Examinar as condições e os usos que é feito deste ambiente educacional nas escolas municipais de ensino fundamental;
- Verificar como o município está se organizando para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país e, qual a situação atual do município em relação ao atendimento dessa Lei.

Participantes da pesquisa: A pesquisa terá a participação e entrevistará os dirigentes municipais responsáveis pela educação e cultura do município, bem como os gestores escolares, professores e funcionários responsáveis pelas bibliotecas das escolas municipais de Anhumas – SP. Todos maiores de 18 anos, e diretamente envolvidos nas escolas e bibliotecas que serão pesquisadas.

2. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo a sra (sr), permitirá que o (a) pesquisadora Fabiana Sala lhe faça entrevistas semiestruturadas sobre o objeto de estudo acima mencionado. A sra (sr) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (18) 99653-7755 da pesquisadora do projeto Fabiana Sala e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa (18) 3229-5315.

3. Sobre as entrevistas: As entrevistas semiestruturadas, serão feitas com os dirigentes municipais de educação e cultura e outros atores que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLLL) de Anhumas – SP e com os gestores, professores e funcionários responsáveis pelas bibliotecas das escolas municipais de Anhumas – SP. Será realizada análise qualitativa das respostas dos entrevistados.

4. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e não gera nenhum risco ou desconforto aos participantes. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

5. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la (o) em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

6. Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre biblioteca escolar, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para ações de incentivo à leitura, e políticas públicas de investimentos na biblioteca escolar, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

7. Pagamento: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu

consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

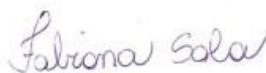
Observação: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura da Pesquisadora



Assinatura do Orientador

Pesquisadora: Fabiana Sala. Tel. (18) 99653-7755

E-mail: fabibuel@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Silvio César Nunes Militão

E-mail: scn militao@gmail.com

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo

Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Andréia Cristiane Silva Wiezzel

Telefone do Comitê: (18) 3229-5315 / 3229-5526

E-mail cep@fct.unesp.br

Roteiro de Observação¹³

PARTE I: Indicadores

INDICADORES	QUESTÃO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
Espaço físico	A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários		
	Possui assentos para acomodar usuários		
	Conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos		
Acervo	A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos		
Computadores ligados à internet	Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo		
Organização do acervo	O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez		
Serviços e atividades	A biblioteca oferece serviços regularmente		
Pessoal	A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta		

PARTE II: Instrumento de avaliação e planejamento

FUNCIONAMENTO	Todos os turnos	
	Alguns turnos	
	Apenas um turno	
Horário de Funcionamento	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, inclusive durante o horário de recreio	
	Regular/ durante todo o tempo em que a escola está aberta, menos durante o horário de recreio	
	Irregular/ dependendo da disponibilidade de pessoal	
ESPAÇO FÍSICO		
Localização dentro do espaço da escola	Adequada	
	Inadequada	
	Tamanho	m ²
ILUMINAÇÃO	Boa	
	Média	
	Ruim	
VENTILAÇÃO	Boa	
	Média	
	Ruim	
LIMPEZA	Boa	

¹³ Roteiro elaborado com base nos parâmetros para bibliotecas escolares organizado pelo Grupo de Estudos em biblioteca Escolar (GEBE), da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em 2010.

	Média	
	Ruim	
ESTÉTICA	Boa	
	Média	
	Ruim	
ACESSIBILIDADE	Boa	
	Média	
	Ruim	
SEGURANÇA	Boa	
	Média	
	Ruim	
ESPAÇO		
Atendimento ao público	Sim	
	Não	
Leitura e pesquisa	Sim	
	Não	
Leitura infantil	Sim	
	Não	
Cabines/salas individuais para estudo	Sim	
	Não	
Atividades audiovisuais	Sim	
	Não	
Computadores	Sim	
	Não	
Acervos	Sim	
	Não	
Espaços existentes para funcionários	Atende bem às necessidades	
	Atende razoavelmente às necessidades	
	Não atende às necessidades	
MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Assentos para acomodar usuários	Qde
	Mesas para acomodar usuários	Qde
Balcão de atendimento	Funcional	
	Nada funcional	
Estantes	Acomodam bem	Qde
	Acomodam mal	Qde
Guarda volume	Sim	
	Não	
Estantes expositoras	Sim	
	Não	
Estantes expositoras	Sim	
	Não	
Televisão	Sim	
	Não	
Mapoteca	Sim	
	Não	
Quadro mural	Sim	
	Não	
Impressora	Sim	
	Não	
Tocador de CD/DVD	Sim	
	Não	

Scanner	Sim	
	Não	
Máquina fotográfica	Sim	
	Não	
Filmadora	Sim	
	Não	
Telefone	Sim	
	Não	
Quadro negro	Sim	
	Não	
Layout	Funcional	
	Nada funcional	
ACERVO	Número total de itens do acervo	
	Número de títulos	
	Número de itens do acervo destinados a professores	
	Número de itens do acervo destinados a estudantes	
	Número de revistas informativas (títulos)	
	Número de jornais (assinaturas correntes)	
	Número de enciclopédias (títulos)	
	Número de dicionários	
	Número de almanaques	
Outros materiais (gibis, atlas, mapas, DVDs, CDs, fotografias, materiais para contação de histórias, etc.)	Em quantidade suficiente	
	Em quantidade insuficiente	
	Número de livros por aluno	
	Número total de computadores com acesso à internet	
COMPUTADORES		
Relação computador x alunos	Um computador por _____ alunos	
Condições de uso dos computadores	Boas	
	Ruins	
CONDIÇÕES DO ACERVO		
Equilíbrio entre assuntos	Boas	
	Ruins	
Equilíbrio entre séries ou faixa etária dos alunos	Boas	
	Ruins	
Estado de conservação	Boas	
	Ruins	
FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO		
Pelos alunos	Muito usada	
	Pouco usada	
Pelos professores	Muito usada	
	Pouco usada	
	Número de empréstimos por mês	
Descarte de materiais	Realizado sistematicamente	
	Não realizado	

Presença de livros didáticos no acervo da biblioteca	A biblioteca mantém alguns exemplares apenas para consulta	
	A biblioteca mantém todos os exemplares que não foram entregues aos alunos	
Comissão de seleção do acervo	Existe	
	Não existe	
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO		
Tombamento/registro	Sim	
	Não	
Classificação	Sim	
	Não	
Catálogo	Sim	
	Não	
Informatização do catálogo	Sim	
	Não	
Acesso remoto ao catálogo	Sim	
	Não	
SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS		
Consulta no local	Sim	
	Não	
Empréstimo domiciliar	Sim	
	Não	
Orientação individual à pesquisa	Sim	
	Não	
Orientação coletiva à pesquisa	Sim	
	Não	
Orientação à pesquisa na internet	Sim	
	Não	
Visitas orientadas	Sim	
	Não	
Folheto/guia da biblioteca	Sim	
	Não	
Contação de histórias	Sim	
	Não	
Divulgação de novas aquisições	Sim	
	Não	
Boletim informativo	Sim	
	Não	
Mural	Sim	
	Não	
Exposições	Sim	
	Não	
Clube de leitura	Sim	
	Não	
Feira de livros	Sim	

	Não	
Encontro com escritores	Sim	
	Não	
Palestras	Sim	
	Não	
Apresentações artísticas	Sim	
	Não	
Concursos/premiações	Sim	
	Não	
Oficinas	Sim	
	Não	
Blog/site da biblioteca	Sim	
	Não	
PESSOAL		
Responsável pela biblioteca	Formação adequada	
	Formação pouco adequada	
Funcionários/auxiliares	Sim	
	Não	

SÍNTESE DA OBSERVAÇÃO

FUNCIONAMENTO	
ESPAÇO FÍSICO	
ACERVO	
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	
SERVIÇOS E ATIVIDADES	
PESSOAL	

ANEXOS

Entrevista com Assessor Municipal de Turismo e Cultura

Entrevistado 1 (24/07/2017)

1. Qual o seu envolvimento com a área do livro, leitura e biblioteca escolar?

O meu envolvimento, eu praticamente passo o dia dentro de uma biblioteca. Há onze anos eu comecei a ver a real necessidade da leitura, a importância da leitura e aquelas pessoas que buscam a leitura. Exemplo: quando tem um concurso público é um desespero atrás de livros. Então é essa a minha preocupação. Quanto a literatura é o mesmo processo, né? Eu comecei a gostar do livro, porque primeiro eu precisei me apaixonar por aquilo que eu faço, pelo livro e pela literatura que eu não tinha nada a ver com isso, no meu coração, na minha vida, entendeu? E aí eu comecei a me apaixonar por isso, e por isso a necessidade. A biblioteca escolar, tem uma biblioteca escolar na escola estadual, grande, eu não sei se ela é maior que aqui ou menor porque não sei se tiraram alguns livros porque geralmente tiram fora. Mas nós conversamos sim, a biblioteca escolar é diferente daqui porque ela atende só lá e aqui as pessoas vem atrás de outros livros aqui, por exemplo romance etc. Lá tem, mais é muito pouco. Então assim, essa preocupação, eu primeiro precisei gostar e passar anos estudando, participando, convivendo com bibliotecários, reuniões, comecei a trocar ideias com amigos que participaram de formações e aí brotou esse desejo mesmo de lutar pela literatura e pela leitura.

2. Quais as informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) que você tinha no início dos trabalhos do PMLLL?

No começo eu li as informações do Plano Nacional de leitura e as informações para implantação, mas isso não bastava. E aí eu queria ter um parâmetro de como outras cidades implantaram. Eu comecei a pesquisar mas ninguém tinha. Aí eu peguei o de São Paulo mas de São Paulo é enorme, mas eu imprime deixei aí e comecei a pesquisar na internet. Procurei, procurei aí eu achei um plano no Paraná na cidade de Peabiru. O plano de Peabiru depois eu fui descobrindo que ele é um plano feito mas não com as metas e os eixos, que são quatro eixos né? E as metas curto médio e longo prazo deles era tudo junto, tinha umas coisas legais mas não atendia. Procurei em Minas também procurei em todos os lugares mas não encontrei. No norte tinha também mas nada no sentido que pudesse contribuir.

3. Como foi o processo de elaboração do PMLLL?

Aí eu procurei a minha amiga da educação que é a Givanilda e falei, Givanilda a gente precisa fazer isso, vamos fazer? e ela respondeu vamos eu ajudo. Aí eu peguei o plano de São Paulo e comecei a estudar e riscar tudo aquilo que não interessaria para Anhumas, porque lá tem 10, 15 milhões e aqui são 3 mil. E nesse período Eu também fiz uma pesquisa de opinião pública com algumas perguntas bem básicas, a idade e a formação, o tipo de leitura que gosta, se gosta de ler, se frequenta a biblioteca, se empresta livro da biblioteca, quais os livros que você gosta de ler, você conhece os projetos da biblioteca, você conhece as redes sociais da biblioteca? Perguntas assim bem básicas. Eu mandei para as escolas, para alunos, escolhemos uma classe mais adulta do ensino fundamental, aos funcionários municipais das escolas e aos pais. Nem todos devolveram o questionário somente 30% devolveram a pesquisa, principalmente na escola. Pedi sugestões. Aí nós juntamos todas as respostas e avaliamos o que realmente estava especificando o plano e aí começaram a surgir algumas perguntas né? Como eu vou dar opinião sobre um livro se eu não leio um livro? Como eu vou falar sobre literatura se eu não me interessar por literatura? Como eu vou fazer um plano a longo prazo se eu não gosto? Essas perguntas né? Como eu vou fazer isso se eu não vou na biblioteca? Então começaram a vir essas pequenas perguntas para serem pensadas e respondidas. Feito isso nós chamamos várias pessoas da área da Educação e das escolas estaduais municipais creche, porque aqui tem uma creche e tem uma pré-escola. Tem uma escola estadual e uma

municipal. Chamamos o pessoal do CRAS, do Fundo Social, projetos sociais e aí a gente mostrou a pesquisa e foi colocando. Eu mostrei o que estava lá e começamos a pensar o que poderia ser feito, implantado em Anhumas a curto médio e longo prazo que daria certo. Foi aí que começou a nascer o plano municipal. Com algumas ações, ações que nós já tínhamos. Por exemplo no ano passado nós tivemos, nós nos juntamos a Barueri no dia de ler todo dia. A menina Saiu com um microfone lendo nos locais. Aí para este ano nós explicamos, pensamos sobre o que que vai ser feito e aí brotou esse plano municipal do livro leitura e literatura.

4. Discorra sobre o PMLLL (importância e alcance).

Qual a importância é que eu não conseguiria mudar a minha cidade sem as pessoas lerem, sem ter conhecimento, não lerem para a formação e para abrir a mente, isso é uma coisa básica. Por exemplo quando você chama uma pessoa para uma conferência aí você sai divulgando na rua as pessoas não sabem o que é uma conferência, e o que vão fazer em uma conferência, aí eles chegam na conferência eles entendem o que é falado na conferência? Se a leitura é fundamental porque o pai não incentiva a leitura para o filho, o que é essencial desde a gravidez, porque na gravidez é importantíssimo, quem lê faz a diferença, a gente sabe dos vários projetos que tem nesse sentido, até mesmo melhorar o conhecimento da nossa população, melhorar a escrita, abrir a mente para que outras coisas nós possamos implantar. Então esta é uma questão básica. Fundamental porque? Porque eu acredito que com tudo que já foi feito, realizado e durante anos foi semeado, isso é fruto de quem semeou né? Eu acredito que plantando agora aqui alguns se eu falar mais de literatura [...] Na verdade falta nos municípios marketing, e municípios pequenos só fala em rodeio, uma lavagem cerebral, festa junina as pessoas estão vestidas de country, falta de cultura, falta de leitura, falta de literatura. Agora está tendo lá em Caruaru uma briga cultural né (sobre os artistas locais que reclamaram que a festa tradicional de Caruaru estava perdendo espaço para os artistas que trabalham no segmento pop sertanejo e não condizem com o objetivo cultural da festa). Então isso é falta de informação é falta de não ir atrás do que a mídia toca, é ser levado é ser manipulado, é aquilo que eu vejo na televisão eu quero fazer, aquilo que é moda e é porque é moda e o que é certo não faz, isso me intriga muito. Eu ser aquilo que o outro quer e não que eu preciso ser. Então é isso que eu acredito a importância do plano mudar mente de pessoas. Abrir mente. E uma coisa que eu falo e vou continuar falando é que eu me apaixonei por aquilo que eu faço e o plano tem que fazer com que mais pessoas formadores de opinião, secretários, professores também se apaixonem por isso. Ele se apaixonando ele também vai querer implantar para o outro porque ele sabe que é bom. Então a mudança ela é minha, de dentro de mim para com outro, do outro para com o outro. Isso é fundamental. Não tem como eu mudar o outro se primeiro eu não mudar. Então eu acreditei acredito e vou sempre acreditar nesta mudança de mente e isso vem através da leitura. E leitura por exemplo se eu falar para você que eu leio um livro, eu não leio livro porque eu não tenho tempo de ler livro mas eu leio o dia inteiro. Por exemplo eu estou fazendo algumas coisas aqui eu vou mostrar para você, eu estou lendo e pesquisando poesias para colocar nos enfeites. Então isso a gente tem que gostar do que faz mesmo porque não vai dar Ibope. Você levar público para biblioteca não é fácil, você levar gente para o viagem literária não é fácil, fazer com que as pessoas compartilhem literatura elas não compartilham, professores não compartilham. Aí eu fico pensando os alunos, os professores não compartilham aquilo que não é plantado, que não é semeado. Então eu preciso transformar mais pessoas e eu acredito que o plano vá transformar algumas pessoas a mais. Eu transformo pelo menos mais duas já são três e essas três já pode alcançar mais no futuro, que a gente consiga cada dia mais falar de literatura, cada dia mais a gente possa dar importância a leitura e ao livro. Eu só esqueci de falar desse processo que achamos importante também criar o salão do livro, e aí a gente estava em uma reunião de 10 a 15 pessoas aí falaram olha o Osvaldo vai falar. Aí o Prefeito estava, em uma reunião de trabalho, aí cada um tinha um assunto e eu falei que ia fazer o salão do livro. O

prefeito perguntou onde? Em Prudente? e eu respondi não aqui em Anhumas. Ele falou você está sonhando e eu falei claro que eu estou sonhando, eu vou voar alto. Aí eu fui para São Paulo buscar informações e nós criamos e implantamos o salão do livro e foi um sucesso. Ele viu pela internet ficou doido em São Paulo para conhecer porque encheu. Então essas coisas eu acredito que no futuro eu posso fazer mais coisas e possa também através de algumas pessoas mudar, eu tenho decepção com algumas pessoas que trabalharam e não pensa do jeito que deveria pensar mas eu acredito.

5. Quais as expectativas e ideias que você tinha sobre o PMLLL antes do processo de construção e aprovação?

Eu sabia que aprovado seria. A expectativa era está de criar uma ferramenta a mais que possa me ajudar nesta luta de fomentar e buscar mais parcerias, porque é difícil nessa área buscar parcerias. Mas eu tento motivar. Eu penso assim tudo é questão de marketing, a literatura também passa por esse processo, um bom banner, uma coisa chamativa um vídeo, sabe? Tudo é de formação, de buscar, e atrair.

6. Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLL? Em algum momento vocês sentiram a necessidade de procurar ajuda de um profissional especializado?

Muitos vieram por parceria mesmo e ajudam e ajudaram. Tenho uma amiga que trabalha na biblioteca lá em cima e já pensa diferente, né? A menina da educação ela se preocupa e deu total apoio, ficou junto o tempo inteiro. Assim como há pessoas que tem que ser transformada ainda, tem que virar borboleta porque se continuar como casulo não vai resolver nada. Eu fiz a pesquisa, depois que eu separei os itens que achava importante e que elas colocaram ideias eu nunca quis assim buscar alguém de fora. Porque o que eu penso não adianta a gente trazer alguém de fora para fazer algo que é para mim fazer. Mesmo que eu vá quebrar a cara e não consiga realizar as metas. Eu pensei vamos colocar o maior número de metas e depois vamos ver o porquê que não deu certo. Então até porque a cultura tem que ser daqui para fora e não de fora para dentro. Se eu busco uma pessoa de lá, ela pode ter uma ideia e mudar aquilo que a gente precisa, entendeu? Eu preciso que a transformação saia de dentro de mim, que sai de dentro de nós porque senão não será uma ação nossa. Não tinha o que acrescentar, tudo que foi realizado, tudo que nós achávamos que não era possível nós tiramos fora. Dentro da necessidade local porque eu conheço minha cidade, nós conhecemos a nossa cidade o nosso potencial.

7. Em que nível você participou das plenárias e debates?

Foi o coordenador e idealizador e é o responsável pelo PMLLL.

8. Quais as questões surgidas no processo de participação?

Foi tudo muito em conjunto e em harmonia, Não teve assim nenhuma coisa que fosse mais radical contra o anseio daquele grupo. Tudo que tinha dúvida foi colocado, foi questionado, ah esse ano não deu certo acho que não vai dar certo. Conversado, explicado, e decidido. Acho que não teve uma coisa assim mais como problema não.

9. Qual a sua impressão sobre texto final?

Eu gostei muito do que foi colocado. Atendeu às expectativas iniciais. Porque tudo foi uma escolha assim muito pessoal de cada um. Teve muita participação. Ah e se não der certo aqui, ou esse vai dar certo, isso também vai dar certo. Assim entendeu?

10. Quais as suas expectativas sobre o PMLLL após a sanção do Prefeito?

Então o plano foi aprovado em dezembro, aí o prefeito saiu e entrou um outro prefeito. Não mudou para uma pessoa de oposição, continuou da situação mas mudou a pessoa. Lá dentro por exemplo teve duas pessoas que participaram, que... Assim duas pessoas lá de dentro que tinham influência e que sempre me apoiaram e que gostavam do que faziam. E aí, a hora que mudou, por que aprovar é uma coisa né? Aprovar um papel é uma coisa, agora pôr em prática é outra. Aí no começo eu busquei porque eu precisava de mais uma pessoa que gostasse de literatura, um estagiário que pudesse me ajudar no que eu gostaria que fizesse e eu não tive isso. Eu ainda não consegui. Aí ficou uma dúvida, porque ficou eu, o plano e o que eu vou fazer agora?

11. Como está sendo o processo de implementação do PMLLL no município? Quais as principais dificuldades enfrentadas e quais os avanços já obtidos?

Aí eu comecei a fazer algumas coisas pequenas, que dava para mim fazer. Por exemplo algumas ações como o piquenique literário que nós nunca tínhamos feito. Deu pouca gente mas nós vamos fazer agora de novo não importa. Nós fizemos a feira de troca de livros. Deu troca de livro mas ainda não era aquilo que a gente queria. Não é só porque era aquilo que eu queria mas é o que eu falo, as pessoas ainda não entendem o que é uma coisa, o que é uma feira de troca de livros, entendeu? Uma das ações que mais pediram aqui todos os setores é a de roda de leitura, e eu não consegui ainda fazer. Mas uma única coisa que eu consegui nesse sentido foi a formação de uma pessoa que veio de Londrina que está formando roda de leitura e contação de histórias que já é um passo maior. Mas eu queria que já houvesse também a contação de histórias. Ai eu fiquei pensando como fazer e como eu vou fazer, porque o plano tem que ir para a frente, e como eu vou fazer essas ações, como? Sem dinheiro e sem material, como essas pequenas coisas. Ai busquei uma moça de Presidente Prudente para contar histórias, ai veio a ideia de pagar com o fundo municipal do conselho da criança e do adolescente porque envolve criança, né? Mas isso está enroscado até hoje e ainda não saiu. Ai eu vejo essas alternativas, entendeu? O que eu posso fazer com pouca coisa. Porque para eu fazer com dinheiro é diferente agora eu fazer com aquilo que brota dentro de mim já é outra coisa. Então eu estou criando esses mecanismos. Existe uma barreira, existe uma situação, a pessoa que entrou lá não se comoveu com isso, e ai está nesse impasse. Não adianta fazer igual tem nas cidades por ai, aqui não serve, não interessa, a minha formação já não permite mais isso, eu tenho que fazer o que for melhor para a realidade daqui. Então estou brigando nas pequenas coisas para fazer. O processo de implementação está sendo fazer com que as pessoas coloquem em prática o foi proposto. Algumas coisas eu percebo, por exemplo, a creche a minha amiga coordenadora da creche que é formada com mestrado em Londrina, ela redigiu o plano, foi ela quem formatou o plano e depois ela foi para a creche. Então ela implantou um projeto legal que é a leitura para bebês, teve até um lançamento. Então o que está acontecendo que a gente sempre fica sabendo. Ela sempre convida uma mãe para ir lá na creche e contar histórias para os bebês. Outra coisa também é trocar os livrinhos infantis, ela manda o bilhetinho para as mães mandarem os livrinhos infantis para trocarem. Isso já é uma ação que está sendo feita que brotou, já é um avanço do Plano que não se perde mais, já criou raiz. Outro dia eu fui na creche e até tirei foto do trabalho, porque ela faz e coloca na parede. Ai as pessoas questionam mas porque isso na creche a criança não sabe ler. Mas isso já brotou nela, a necessidade de ser diferente, porque a literatura ela não é de uma forma só, cada um lê de um jeito. Ai porque colar na parede se a criança não sabe ler? Mas lá estão funcionários que vão ler, o convite da mãe ir lá contar, já envolve a comunidade. É formidável porque nós precisamos buscar gente de fora. O pai já está tendo uma formaçãozinha. É isso que precisa. Então ela já é uma aliada. Isso foi uma ação. Isso não precisa do apoio do prefeito, do secretário, cada um tem que fazer no seu lugar, cada um é obrigado a fazer no seu lugar, e é a escola. A escola tem que ensinar leitura, literatura. E eu

tenho que cobrar, pegar no pé delas. A menina da pré-escola ela traz as crianças aqui toda quinta-feira ou segunda e a proposta é, um dia assistir filme e outro dia ler livro, mas ela não está trazendo. Então por isso eu tenho que cobrar ela. Ai eu pensei até em algum dia fazer a história, contar a história e fazer um livrinho, mas eu preciso de material e isso eu não tenho, mas ela pode fazer porque ela tem material. E ela vai fazer porque eu vou cobrar. Porque a hora que começar a juntar várias ações nós vamos ver que nós somos diferentes, a creche por exemplo já é diferente. Não é projeto para tirar foto e colocar no facebook simplesmente, é preciso saber depois o que isso está gerando de benefício. A dificuldade mesmo é de quem estava junto saber que agora a lei tem que ser implantada, porque algumas coisas já está sendo implantada na cidade. Por exemplo o Plano municipal de educação o promotor já até ameaçou de cadeia se não fizer as coisas. Não é só a questão de provar. O que significa ter um plano de leitura? O que significa para a minha cidade? Nada! Igual teve um vereador que chegou em mim quando acabou o salão do livro e disse ah eu falei de você. E eu disse, não é para você falar bem de mim, é para você falar do livro, da importância da literatura, porque o dia que você falar eu vou saber que você apoiou o meu projeto. Tem que falar do livro. Então essa é a maior dificuldade, fazer que o povo fale a mesma língua. E que o plano tem que ter dinheiro, tem que ter pessoas que façam e o plano, tem que ser transformador, porque senão não é plano, é só um papel como muitas leis no Brasil. Todas essas pequenas ações que me despertou a fazer já é um avanço e o compromisso com o plano. Outra ação que surgiu foi a Gelatoteca. Com o objetivo de espalhar livros, ideias e informações, para que todos cresçam cada vez mais, foi colocado uma Gelatoteca na UBS e no Departamento Municipal de Esportes transformando os locais em um cantinho da leitura. Essas são as que mais mexerem comigo, mas ainda são poucas, não são muitas não. Nós temos talento aqui dentro, mas é preciso que o maestro faça alguma coisa.

12. Como a questão da biblioteca escolar está contemplada no PMLLL?

A biblioteca escolar, agora tem outra ali embaixo (do EMEI) que foram comprados livros, e sei que eles tem alguns projetos lá dentro, a lá de cima (do estado) eu sei que tem também. Mas por exemplo quando eles precisam de alguma coisa vem falar comigo, pedir para mim, ai eu digo vai falar com o prefeito, var solicitar para ele. Porque não é só uma voz que tem que ser ouvida, é um conjunto de vozes, ou senão pode dar um papel solicitando que eu encaminho. A biblioteca escolar nesse contexto é bom, por exemplo, a biblioteca do estado me ajuda muito porque ela é maior do que aqui, é uma biblioteca grande. A outra está sendo construída tem um prédio novo mas lá (EMEI) é só livro infantil porque lá é só até o quarto quinto ano. Na de cima tem quatro pessoas dentro de uma biblioteca em um espaço pequeno, mas eles ajudam muito aqui. Esse ano estão eu tentei preparar melhor o viagem literária e eles estão vindo mais aqui, entendeu? A menina que trabalha na biblioteca lá a gente troca muitas informações, mas eu quero que elas façam mais. E teve mudanças de pessoas também, a que estava na creche foi para a escola, ai tem aquele período de adaptação, de gostar. Na verdade eu preciso de ter mais ações aqui para que eles veem mais para cá do que fica isolado, tem que ter mais coisas aqui. Por isso que eu falo que a contação de histórias ajudaria muito nesse sentido, eu trazer mais gente para cá. E também tem gente de lá que está participando dos projetos aqui. Por exemplo essa oficina de roda de leitura e contação de histórias que está pagando é a educação. Pegou dinheiro de lá. Apesar de que é só professor que está fazendo, mas já é bom.

13. Você tem conhecimento sobre o estado, as condições da bibliotecas escolares do município?

Só tem duas bibliotecas. A estadual que tem muitos livros bons, além dos escolares tem vários livros que eles compram, entendeu? Romance, etc. E aqui tem uma biblioteca nova mas que tem bastante livros infantis, compram um monte de livros infantis. Há uma preocupação lá com

a leitura sim, na escola Adhemar Palmiro que a Givanilda coordena. Coordena assim, como secretária de educação.

14. Como você vê a questão das bibliotecas escolares do município?

Eu vejo, eu acho a biblioteca estadual é bem cuidada, a pessoal responsável é uma professora que faz projetos, então eu vejo ela muito boa. Eles criaram o programa sacola da leitura, tem coisinhas pequenas lá que eles fazem que as crianças participam. Eu já falei também lá que eles devem abrir um dia para a comunidade, mas isso é questão de lá de cima, da diretora. Porque não pode ser só uma biblioteca para as crianças de lá. E lá em cima, lá atende bastante gente. Inclusive como eu tenho uma boa relação com a Zilda quando vem alguém aqui e quando não tem o livro eu procuro lá, eu mando lá e agora estão ajudando muito nessa experiência de arrumar livro, você entendeu? Então está tendo uma boa função, sim. Mas são bibliotecas fechadas e precisam ser movimentadas mais. Acho que tinha que ser mais aberta. E outra coisa, lá eles são pessoas adaptadas ai é muito complicado né? Uma não pode fazer isso, outra não pode fazer aquilo e ai é difícil, tudo tem um limite, né? E na literatura não pode ter limite.

15. Como o PMLLL pode contribuir para a melhoria da biblioteca escolar na rede de Anhumas?

Eu acho assim que falta, falta mais eles criarem mais mecanismos lá dentro. Olhar para o Plano e ver o que eu posso fazer? Por exemplo na creche, lá não tem biblioteca, mas eles fizeram. Porque não adianta você por livros aqui dentro, só livros não atende, tem que ter outros objetivos, sabe? Eles podem acrescentar muitas coisas, fazer mais projetos. Elas poderiam sair para as ruas, para os bairros, ler nos bairros para as pessoas. Acredito que elas poderiam fazer isso muito bem. Não ia ter problemas, ia acrescentar. Então eles podem fazer muito mais projetos, porque lá tem material, tem livros e livros novos, dá pra fazer muita coisa, mas não pode também só sobrecarregar uma pessoa e fazer com que aquela pessoa vá. Mas a questão ainda é professores gostarem, porque se o professor não lê dificilmente os alunos vão ler.

16. Como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL?

Então, eu estou me virando nos 30 porque eu sou o responsável pelo plano, entendeu? Então eu acredito, tudo o que eu penso que eu vou ver no futuro é com a literatura. Por exemplo, a gente pediu agora e está para chegar a oficina cultural, ai eu pensei muito mais em uma oficina de literatura. Não só literatura livros, mas no conceito de biblioteca viva, que eu tenho que viver. Então eu pensei em uma oficina de quadrinhos, pensei na linguagem do hip hop, pensei em trazer a terceira idade para a biblioteca. Então nessas pequenas coisas que eu me articulo para ser diferente. Eu quero fazer outras coisas diferentes também esse ano. É difícil porque eu tenho que programar o meu tempo, aquilo que eu posso fazer e que eu tenho condições de fazer, porque tem coisas que eu não tenho condições de fazer e não tenho formação, e não tenho tempo também para fazer. Mas eu estou sempre articulando. Por exemplo, agora eu estou me articulando para o dia municipal da leitura. Já faz um mês que eu estou pensando, buscando ideias, negociando. Agora eu vi um varal literário na Internet pesquisando para a gente fazer aqui e eu pensei assim, mas se os outros não fizerem? Então eu tenho que fazer o maior trabalho possível porque se alguém falhar mesmo assim vai ser bem feito. Eu não posso ainda depender do outro. Então essa ideia que eu via aqui do varal literário é tudo escrito em roupas, e por isso as pessoas vão ficar curiosas. Ai eu fui lá na assistência social, pedi ajuda para a primeira dama e ela vai ajudar a fazer. Então é esse tipo de articulação, ai outra coisa. Eu estou indo no comércio, pedindo que o pessoal do comércio, todo mundo nesse dia coloque um varal, mesmo que se não tiver como fazer a gente faz e vai levar lá, para que as pessoas que passar na rua vão ficar olhando. Fui em todos, não sei no dia como vai ser. Mas eu vou ver. Tem algumas pessoas

que são fornecedores da prefeitura que tem até obrigação, mas eu estou indo em todos os comércios, estou dando sugestões, vou fazer os varais para levar. Para que a hora que as pessoas saírem na rua, em qualquer lugar que olharem tenha algo relacionado a leitura. Mas no que isso vai mudar? Vai começar a enxergar que tem um povo diferente, começa a mexer com a cabeça das pessoas. Se eu mudar uma pessoa, ano que vem eu tenho mais parceiros. Outra coisa além disso eu estou vendo se tem algum estagiário que queira trabalhar a gente pode dar a comprovação das horas, que muitos estagiários precisam, ver quem pode, quem precisa, que queira. Três pessoas que venha, duas, já ajuda. Essas são articulações possíveis para que para que muita gente possa fazer. Eu não posso ficar parado pensando em dinheiro, eu não posso ficar parado achando que o prefeito vai me dar porque ele não vai me dar. Não adianta. Nem nesse e nenhum outro lugar. Literatura não vai arrecadar dinheiro. Ai as meninas falam, ai você faz um trabalhão, só você. Mas e se eu não fizer, ninguém vai fazer isso. Tem alguns casos que alguns prefeitos vão se interessar, outro não. E eu não vou ter dinheiro, isso aí é uma coisa que eu sei que não vou ter dinheiro, mas eu vou ter ideias, eu vivo pesquisando. Eu não peço nada exorbitante, nada que envolva muito dinheiro, porque quando a gente tem muito dinheiro a gente faz coisas descartáveis. Ai eu estava pensando em pedir um banner, mas pensei não é melhor a gente fazer e ao fazer as pessoas começam a gostar, envolve as pessoas, passar por mãos, olhar, escrever, isso é política, entendeu? Mobilizar. Pensei em mobilizar nesse sentido, porque se eu fizer com dinheiro eu não vou mobilizar. Pensei agora em fazer um concurso de cartazes com os meninos da escola, o melhor cartaz infantil dar algumas coisinhas. Então é essa a mobilização que é possível fazer, não tem outro jeito. Eu entendo que a primeira coisa é a saúde, apoiar a educação que é fundamental, mas certas coisas se faz com apoio. Eu quero o apoio. Até porque na viagem literária nós recebemos a Stella Maris, que são 40 livros publicados, não é qualquer pessoa, não é qualquer cidade que vem aqui. Ela chegou lá e colocou no face dela para as pessoas verem que ela estava em Anhumas. E isso não tem valor, o valor para aqui é mínimo, não gastamos nada. Os programas que tem aqui são gratuitos. “Meus avós fizeram história” não gasta nada. Por exemplo o projeto guri é uma parceria nossa e eu pedi e o projeto guri vai ter que sair e fazer algo relacionado a leitura naquele dia. Pedi para o maestro da banda marcial para que talvez no dia a gente faça um cortejo pessoas fantasiadas, distribuindo poesias e talvez a gente faça isso, não sei. Mas a mobilização é isso. Se eu não mudo, se eu não faço o plano eu não teria essa ação, você está entendendo? Se eu não tenho na mente o plano que eu vou fazer, eu jamais ia mobilizar o fundo social para ajudar a fazer isso. Eu jamais ia sair no comércio para fazer isso. Então é isso que eu quero falar para você, é isso que a gente precisa para mostrar para as pessoas, e os pais terem formação. O pai tem que saber que tem que ter formação. Não sei se você viu essa semana saiu na pastoral da criança a importância da leitura, e a pastoral da criança é internacional. Isso é importante. Esse país só vai mudar se as pessoas começarem a ler o que falam, o que assinam. Sai uma notícia falsa as pessoas não checam e já ficam jogando no facebook, no watsap. Então checa primeiro essa informação, leia, sabe do que se trata primeiro para depois jogar. Eu vejo que infelizmente pessoas que tem informação também caem nessa pegadinha. Então eu não quis colocar no plano coisas grandiosas para depois não cumprir. E o que a gente colocou depois nós vamos avaliar. O que deu certo e o que foi que não deu certo. E quanto mais eu envolver, por exemplo envolvi a mulher do prefeito, lá tem projetos sociais, tem o espaço amigo, lá tem que ter leitura. Então é isso que eu quis falar, é isso que eu quis, essa ideia de sempre ter um desafio a mais para mostrar, abrir mente, abrir espaço, e dentro desse espaço dá pra gente colocar um monte de ideias e vai surgir outras ideias. Isso é o que eu quis chegar com o plano, é isso.

- 17. O que o município está fazendo para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Qual a situação do município em relação ao atendimento dessa Lei? Não tenho conhecimento dessa lei.**

Entrevista com Dirigente Municipal de Educação

Entrevistado 2 (26/07/2017)

1. Qual o seu envolvimento com a área do livro, leitura e biblioteca escolar?

A relação, é que na verdade, na educação municipal a gente não tinha a biblioteca escolar, só a biblioteca municipal. Então no decorrer dos anos foi identificado que tinha a necessidade dessa biblioteca dentro da escola porque não tinha. Ai em 2014 a gente separou o prédio, porque a gente compartilhava com o estado (a educação fundamental de 1º ao 5º ano), ai naquele ano a gente ficou amadurecendo porque como a escola era nova e ela tinha o espaço da biblioteca, era uma necessidade da escola, a gente tinha essa ansiedade de ter essa biblioteca lá dentro funcionando, então a gente começou a comprar livros. Aos poucos fomos comprando. Em 2014 compramos poucos e fomos amadurecendo a ideia de como funcionaria, de como ia ser, e os professores também, fomos cobrando para levar os alunos. Em 2015 eu resolvi, na atribuição ainda de 2014, afastar uma professora da sala para tomar conta da biblioteca, porque não tem uma bibliotecária, não tinha nenhum concurso, e até o momento também não teve nenhum concurso. Ai eu afastei uma professora para trabalhar na biblioteca. Ai fomos comprando mais livros e montamos a biblioteca e está lá, funcionando. A escolha da professora foi por ser uma pessoa que se interessava por essa parte de desenvolver com os alunos. É uma professora do 5º ano e na sala de aula ela trabalhava muito com a parte de leitura. Então eu vi que tinha um perfil para estar desenvolvendo com aluno.

2. Quais as informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) que você tinha no início dos trabalhos do PMLLL?

Não. No momento que começou a construção, não. Ai o Osvaldo foi buscando informações durante as reuniões. Foram reuniões que ele marcava para a gente estar fazendo por etapas, construindo o plano. A gente não tinha muita informação, teve que ir buscando mesmo durante os estudos ali para construção.

3. Como foi o processo de elaboração do PMLLL?

Foi interessante. Mesmo a gente não tendo referências de outros planos, nós fomos buscando as informações e montando de acordo com o que a gente tinha de informação. Que também não eram muitas, né?

4. Discorra sobre o PMLLL (importância e alcance).

Olha, ele tem muita importância porque a partir do momento da construção dele já foi desenvolvido várias atividades, né? A gente tem o salão do livro com o envolvimento dos alunos. Tem as atividades na biblioteca também que os alunos veem até a biblioteca e, na rotina também da pré-escola eles tem o dia de ir na biblioteca. Então, desde pequenininho que a gente já está envolvendo eles com essa leitura. E com o plano pode alcançar muito mais. O ano passado também foi colocado a Gelatoteca na escola com os livros lá no pátio. E essa Gelatoteca ela está se estendendo pelo município, agora foi colocada também na saúde e está tendo adesão. Então, isso que é importante, né? Os outros setores que não a educação, eles também estão se interessando em estar participando das ações do plano.

5. Quais as expectativas e ideias que você tinha sobre o PMLLL antes do processo de construção e aprovação?

De início a gente, né? Não tinha um parâmetro do livro, de como seria o plano, mas assim, não teve insegurança. Pelo menos, por conta de já ter construído o plano municipal de educação a gente falou, se nós conseguimos, mesmo ele não tendo muita referência do plano de leitura a gente vai conseguir montar alguma coisa para desenvolver no município. E deu certo.

6. Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLL? Em algum momento vocês sentiram a necessidade de procurar ajuda de um profissional especializado?

Se tivesse algum profissional especializado para ajudar na elaboração e esclarecimentos seria interessante. Alguém com conhecimentos além, seria bom. Mas, assim, o envolvimento foi bom, no geral. Todos participaram, colocaram as ideias de como ia ser, o que se pretendia desenvolver nesse processo.

7. Em que nível você participou das plenárias e debates?

Não me recordo se faltei em alguma reunião mas, a maior parte dos estudos eu participei. Sempre que tinha as reuniões eu estava presente. Tive diversas contribuições que foram aderidas ao plano também.

8. Quais as questões surgidas no processo de participação?

Em relação as ações a gente ainda está pensando como vamos fazer para a comunidade, essa leitura? Nós estamos ainda em processo de andamento das ações, então nós temos uma ação lá que é levar até a comunidade essa leitura. Então, a gente ainda está pensando como que nós vamos fazer chegar? Vamos montar uma barraquinha, em um determinado bairro? Como que vai ser esse desenvolvimento? Ainda nós estamos amadurecendo a ideia dessa ação ai de levar até a comunidade. A gente sair, né? De dentro da biblioteca, de dentro da escola e estar indo lá em um determinado bairro e passar. Mas a gente está ainda colocando em prática essa parte.

9. Qual a sua impressão sobre texto final?

Eu acho que está razoável mas, assim, depois que a gente termina, que a gente constrói, ai a gente pensa, né? Poderia ter colocado mais algo. Só que como nós falamos já, ele é o primeiro e na região ainda não tem. Quando for reelaborar a gente vai estar, com certeza melhorando isso ai. E também nós vamos ter mais experiências, com o que deu certo e os caminhos, né?

10. Quais as suas expectativas sobre o PMLLL após a sanção do Prefeito?

As expectativas são de que ele funcione. Não só dentro do âmbito da escola mas, como eu coloquei, para a comunidade também. A gente também vai ter o acampamento literário que faz parte das ações do plano. Vai ser provavelmente agora em novembro. Ai esse processo a gente ainda está estudando como que vai ser, como que a gente vai envolver os outros segmentos da comunidade. Porque, tudo bem que é para as crianças, né? No dia vai ser desenvolvidas várias atividades com as crianças. E o acampamento é no final de semana, então as crianças vão dormir lá, vão ter várias atividades durante o acampamento. Tudo relacionado a leitura, né? E desenvolvendo o gosto pela leitura nos alunos, nas crianças que vão fazer parte desse acampamento. Basicamente quem elabora e desenvolve as atividades que serão trabalhadas no acampamento literário é o Osvaldo, o coordenador da cultura. Ele programa, ele vai marcar com certeza uma reunião, e eu só auxilio ele enquanto educação.

11. Como está sendo o processo de implementação do PMLLL no município? Quais as principais dificuldades enfrentadas e quais os avanços já obtidos?

De imediato está sendo tranquilo. Está tendo adesão, participação, a prefeitura também está colaborando com as atividades. Estamos conseguindo cumprir as ações propostas. As vezes a dificuldade é em relação ao dia, para dar certo de reunir com os outros setores, para todos participarem, para poder planejar e desenvolver. Como avanço, eu acredito que seja já o envolvimento de outros setores que não sejam nem a cultura e nem a educação, que já está tendo uma visão de que a leitura é importante e que abrange a toda a população, não só os alunos, não

só a parte da biblioteca, mas que é importante para todos os cidadãos. Setores como a saúde e o esporte que tem a Gelatoteca.

12. Como a questão da biblioteca escolar está contemplada no PMLLL?

Como parceria no desenvolvimento das atividades.

13. Você tem conhecimento sobre o estado, as condições da bibliotecas escolares do município?

Tem a escola de 1º ao 5º ano, que nós temos a biblioteca municipal, e tem a escola estadual que lá também tem uma biblioteca na escola. Na educação infantil a gente tem, na pré-escola tem um espaço que elas usam como biblioteca também com as crianças e na creche é uma mine biblioteca também. Tem um espaço que os professores saem da sala de aula e leva a criança até esse espaço.

14. Como você vê a questão das bibliotecas escolares do município?

É muito importante para o desenvolvimento dos alunos. Assim, investimento a gente faz em livros para a faixa etária deles, que seja adequados. Igual, no 5º ano os alunos exigiram que gostariam de ter livros infanto-juvenil e nós compramos esses livros para atender a eles, que é um anseio, um desenvolvimento a mais para eles, um nível que eles já pediram mais desenvolvido. É como eu tinha te colocado, eles já avançaram. É bom isso. Durante esses dois anos de implantação e de funcionamento da biblioteca na escola, já teve um avanço.

15. Como o PMLLL pode contribuir para a melhoria da biblioteca escolar na rede de Anhumas?

Na interação das ações que não fica só restrito a escola. Ai a gente sai da escola também com os alunos e vem até a biblioteca municipal fazer parte do plano.

16. Como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL?

A gente se articula conforme o desenvolvimento das ações. Se vai desenvolver uma ação a gente se reúne, conversa como que vai ser desenvolvida, como vai ser a participação dos alunos na ação. É sempre assim, né? Tem que planejar antes.

17. O que o município está fazendo para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Qual a situação do município em relação ao atendimento dessa Lei?

A lei foi citada durante a construção do plano, de estar universalizando. Mas é como a gente conversou, para nós veio desde 2014 que nós conseguimos uma escola com espaço adequado mas, nós não conseguimos uma pessoa direcionada para a leitura, apesar de os professores desenvolverem projeto de leitura na sala de aula, tem o projeto da sacola de leitura que a gente já vinha caminhando com esse projeto na programação da escola, que eles levam essa sacola para a casa. Os pequenininhos que não sabem ler os pais leem, dão a devolutiva no caderno de como foi, ai eles contam também para os amiguinhos na sala, como foi a leitura com os pais e os pais deixam também um relatório lá. Então, já tinha essa interação da sacola de leitura, mas a biblioteca em si ela não funcionava adequadamente, ela começou a funcionar mesmo em 2015 e com mais efetividade agora com essas interações com a cultura e depois da elaboração do plano.

Entrevista com Profissional Responsável pela Biblioteca da Escola Estadual

Entrevistado 3 (31/07/2017)

1. Qual o seu envolvimento com a área do livro, leitura e biblioteca escolar?

Eu estou aqui já a 16 anos. Eu trabalho na sala de leitura do estado. E assim, a gente desenvolve projetos na área da leitura, com os alunos. Temos aqui vários projetos, a sacola da leitura. Nós participamos junto com o município do dia D da leitura. Na biblioteca municipal vem os escritores e nós desenvolvemos nossos projetos e levamos os alunos para bate papo com o escritor. Enfim, nós temos uma parceria muito legal. O Estado e o município está sempre junto, desenvolvendo esses projetos com leitura.

2. Quais as informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) que você tinha no início dos trabalhos do PMLLL?

O Osvaldo ele sempre quis trazer o Plano Municipal de Leitura para o município e ele me convidou para participar, quando teve a reunião para criar o Plano e eu achei muito bacana, achei o Osvaldo muito dinâmico, ele se preocupa com essa questão da leitura. Então eu não tinha nenhum conhecimento, só depois que ele chegou com esse plano de um outro município e trouxe a ideia para nós, para ser desenvolvido aqui diante da realidade de Anhumas para desenvolver aqui. Mas eu não tinha conhecimento que existia plano municipal para desenvolver a leitura, eu não sabia.

3. Como foi o processo de elaboração do PMLLL?

Foram feitas várias reuniões, para a gente discutir. Diante de um modelo que a gente tinha, elaborar ele, diante da nossa realidade. Então foram feitas várias reuniões. Reuniões na Câmara, também nós tivemos. Tivemos apoio também dos vereadores que votaram depois para o plano existir. Então foram feitas várias reuniões.

4. Discorra sobre o PMLLL (importância e alcance).

A importância dele, como eu estava dizendo antes da gente gravar, é realmente a gente buscar algo que vai estimular e desenvolver o gosto pela leitura. Porque hoje a gente vê com tanta informação que os alunos tem, né? Internet, celular, tal. Então está se perdendo o gosto desse contato com o livro e que não pode deixar de existir esse contato com o livro né? É muito importante. Mesmo que você tenha como você ler o livro no celular, mas não é a mesma coisa de você pegar o livro para você ler, ter o contato com esse livro. Então eu acho de extrema importância. A gente desenvolve vários projetos aqui junto com o Osvaldo também né? de leitura. O dia D eu acho muito bacana, a gente sai pelas ruas do município, a gente aborda as pessoas, a gente lê. A gente pergunta se a gente pode ler um poema, se a gente pode ler um artigo de jornal, se pode ler uma frase, entendeu? Então assim, despertando. É bem interessante porque até as pessoas de idade, eles param para ler, para ouvir o aluno que vai ler aquele artigo, né? Então eu achei assim que foi muito válida essa ideia do Osvaldo de ter trazido esse plano para cá, porque a gente sente a preocupação do Osvaldo em realmente fazer leitores, o gosto pela leitura, que está se perdendo.

5. Quais as expectativas e ideias que você tinha sobre o PMLLL antes do processo de construção e aprovação?

Eu acho que eu senti essa expectativa mesmo, de elaborar esse Plano para a gente pôr em prática algo que também era nosso anseio aqui na sala de leitura com relação a perda de interesse dos alunos pela leitura. Então é de realmente ele pôr em prática, eu acho que vai ser algo de longo prazo, mas pelo menos a gente deu o início, a gente lançou né? Mas que para a gente colher é daqui longo prazo.

6. Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLL? Em algum momento vocês sentiram a necessidade de procurar ajuda de um profissional especializado?

Que todos os componentes estavam com o mesmo objetivo, de abraçar a causa para um único objetivo né? de despertar e de desenvolver esse Plano para despertar o interesse para a leitura. Foi bacana, foi todo mundo envolvido mesmo. Não teve nenhum profissional especializado. Forma nós mesmo buscando os vários setores da educação, foi um conjunto de discussões mas que não teve outras pessoas que vieram nos ajudar. Foram entre a gente mesmo junto com o Osvaldo, os professores, diante daquele modelo que a gente tinha e colocar de acordo com a nossa realidade. As questões que surgiam a gente buscava a solução entre a gente mesmo, buscava a informação, depois trazer para a próxima reunião e assim foi, até montar e achar que ficou bom.

7. Em que nível você participou das plenárias e debates?

Eu fui em todas as reuniões, participei sim, dei algumas ideias. Até eu dei uma ideia, porque nós temos um novo conjunto habitacional, para a gente levar para lá. Como é mais distante aqui da cidade, da gente um dia até fazer lá uma tenda da leitura. Eu lembro até que eu dei essa ideia e acho que foi até colocado.

8. Quais as questões surgidas no processo de participação?

A gente tentou sempre desenvolver alguma ação que a gente não busca muito apoio de recurso financeiro, porque a gente tem mais dificuldade em relação a isso. Porque tudo que envolve financeiramente, vai desembolsar grana fica mais complicado, né? Mas assim, fora isso, não teve. Que eu me recorde, não.

9. Qual a sua impressão sobre texto final?

Foi muito bom o que ficou. Foi algo que veio para o município, um Plano que a gente nem imaginava que existia, assim, um plano de leitura, e que veio para somar. Quando você vê assim, para o ser humano, não só para alunos, vai ser para a população em geral, para todos que fazem parte desse município, que vai ser algo como eu te disse: uma sementinha está sendo plantada.

10. Quais as suas expectativas sobre o PMLLL após a sanção do Prefeito?

Colocar em prática, né? Não adianta a gente fazer um plano, ele ser votado e tal, e ele fica lá na gaveta. Mas isso eu acredito que não vai acontecer porque o Osvaldo é muito dinâmico. Nós temos já um escritos que está vindo agora, se eu não me engano vai ser dia 7 de agosto, que nós estamos até estudando sobre ele para levar nossos alunos, e temos o dia D que vai ser dia 15b de agosto, que a gente participa dele também. Então, está acontecendo. Ele não está engavetado, ele está acontecendo diante do que a gente apresentou está sendo cumprido.

11. Como está sendo o processo de implementação do PMLLL no município? Quais as principais dificuldades enfrentadas e quais os avanços já obtidos?

Então, é através dessas ações que a gente está desenvolvendo. As vezes para nós do Estado, depende do que está acontecendo porque o calendário do estado é diferente. Então a gente não pode tirar eles da escola para desenvolver algum projeto. Tudo tem que ser com antecedência, não pode ser nada de última hora. Tipo, se o Osvaldo ligar aqui e avisar que vai fazer um projeto amanhã para nós participarmos a gente não pode. Tudo tem que ser planejado com antecedência, a gente tem que mandar pedido de autorização para os pais assinarem. Porque

nós não podemos retirá-los daqui sem a autorização deles. Fica um pouco mais dificultoso, mas se vir com antecedência tem como se organizar.

Eu acredito que já teve avanços sim, porque são vários acontecimentos. Nós participamos de um bate papo com a escritora Stela Maris Rezende, e nós levamos nossos alunos. Antes dela vir nós falamos com nossos alunos sobre ela, explicamos quais são os livros que ela escreveu. Inclusive ela disse que vai ser lançado um filme com esse título “A mocinha do mercado central” ai nós compramos mais um título, porque nós tínhamos um aqui na biblioteca, ai eu comprei e doeí outro. E também quero ler, porque eu acho bacana quando vai ter um filme baseado no livro, você ler o livro antes de assistir ao filme. Então já teve ação desenvolvida.

12. Como a questão da biblioteca escolar está contemplada no PMLLL?

Na parceria junto com a prefeitura, junto com o Osvaldo, com a secretaria municipal de cultura. Porque a gente participa lá, agente realiza junto com ele as ações.

13. Você tem conhecimento sobre o estado, as condições da bibliotecas escolares do município?

Olha assim, eu só posso falar da minha. Acho bastante precária, na questão assim, nós não temos Internet dentro da nossa biblioteca. Nós temos o computador, mas nós não temos a Internet. Inclusive eu disse para o supervisor que eu acho um absurdo porque as vezes eles vem a te a gente para fazer uma pesquisa mas a gente não tem. Eu estou aqui a 16 anos e antigamente vinha muito acervo, o governo mandava muito livro. Parou, não vem mais. Eu tinha caixas em que eu estava terminando de fazer o tombamento e já chegava outras. Era assim, uma delícia, mas parou. O estado não está mais mandando livros, esse ano veio só uma caixinha. Antigamente vinha muitos.

14. Como você vê a questão das bibliotecas escolares do município?

A nossa aqui. Nós temos a nossa do estado e a do Osvaldo né? Eu só acho assim que a do município deveria ter um prédio próprio para ela né? Nós temos o espaço para os bate papos que a gente utiliza quando vai lá com os alunos mas, eu acho que o município deveria ter o seu prédio próprio. Assim, já pensar em ter o seu próprio espaço, porque ali é alugado.

15. Como o PMLLL pode contribuir para a melhoria da biblioteca escolar na rede de Anhumas?

Eu acho que ele vem só somar, né? Porque os alunos que não encontram, mesmo os universitários, que não encontram o livro, porque eles procuram aqui ainda a biblioteca do estado e a gente empresta livros para eles também, porque eles são ex-alunos nossos, então a gente empresta livros para eles também. E o plano veio somar, né? Porque lá o Osvaldo também tem um acervo excelente, lá ele consegue adquirir os livros até mais fácil do que aqui. Porque para a gente adquirir a gente tem que fazer campanha aqui. Quando o estado mandava tudo bem, mas agora é mais difícil para a gente adquirir um livro aqui com recurso próprio.

16. Como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL?

Eu acho que eles contribuem bem, eu acho que eles apoiam sim o Osvaldo. Nós temos aqui a feira do livro, os nossos alunos participam de aberturas, de atividades que acontecem. Então eu vejo que tem esse apoio do município, né, dos gestores.

17. O que o município está fazendo para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Qual a situação do município em relação ao atendimento dessa Lei?

Não conheço a lei, mas você falou agora eu lembrei. Inclusive quando eu entrei aqui o pessoal vinha me perguntar se aqui era uma biblioteca. Mas aqui não é uma biblioteca, é uma sala de leitura. Porque a biblioteca ela tem que ter o bibliotecário. Eu sou orientadora de leitura, eu não sou bibliotecária. E já teve uma pessoa aqui fazendo uma entrevista comigo e me perguntando. Porque essa aqui ela não é uma biblioteca é apenas uma sala de leitura. Não tenho conhecimento sobre o município estar se preparando para isso, mas eu acho interessante, eu acho que deveria existir um bibliotecário sim. Porque ele estudou para isso, ele é preparado para isso, até ia somar né? Eu concordo que tenha.

Entrevista com a Diretora da Creche Municipal

Entrevistado 4 (31/07/2017)

1. Qual o seu envolvimento com a área do livro, leitura e biblioteca escolar?

Bom nós aqui no Município de Anhumas nós trabalhamos em parceria. Então, nós enquanto escola, enquanto creche, né? Somos parceiros, a gente já tem alguns projetos da educação mesmo que utiliza a biblioteca. Então, sempre teve essa parceria. Ai com a implantação desse Plano, a gente também trabalhou junto e teve a participação de vários segmentos da sociedade para o envolvimento desse objetivo único do Plano Municipal do Livro e da Leitura.

2. Quais as informações prévias sobre os planos (plano nacional e de outras cidades e estados) que você tinha no início dos trabalhos do PMLLL?

Na verdade nós nem tínhamos conhecimento mesmo. O Osvaldo enquanto Assessor de Cultura que nos apresentou, ele enviou um documento que realmente existe um Plano Nacional e Estadual (não se trata do plano Estadual mas sim do plano Municipal da cidade de São Paulo), que foi uma das leituras indicadas que nós fomos lendo para conseguir elaborar o Plano Municipal. Então nós não tínhamos conhecimento dessa parte.

3. Como foi o processo de elaboração do PMLLL?

Ele fez a primeira reunião. Na verdade ele indicou alguns membros para participar, e ai foi feita a escolha de algumas pessoas, indicadas pela Givanilda, e ai nós começamos as reuniões, ele apresentou esse documento prévio que foi o plano Estadual (não se trata do plano Estadual mas sim do plano Municipal da cidade de São Paulo) e o Federal, ai nós começamos a ler, ele passou a proposta e depois ele já tinha uma estrutura de um outro município, ai nós fomos lendo e nos adequando ao município de anhumas até chegar no documento final que é a lei sancionada.

4. Discorra sobre o PMLLL (importância e alcance).

Nossa para nós foi um marco, né? Porque ele também fez essa fala de que o único município que tem é Anhumas, a gente até fez uma pesquisa para ter uma noção de como seria esse documento base e nenhum município tinha. Então, para nós foi uma grande conquista, conseguir elaborar esse Plano, conseguir implantar, agora mesmo no dia 15 de agosto, uma das ações do Plano vai ser o Dia Municipal da Leitura. Nós já fizemos uma reunião e todos os setores vão desenvolver uma ação relacionada a isso. A creche mesmo vai desenvolver uma ação que já está dentro do nosso plano de leitura mas justamente para esse Dia Municipal da Leitura. Então, para nós foi um marco muito importante mesmo. Porque aqui né? O pessoal fala, ah leitura na creche! Mas eles leem, eles pegam o livro, eles leem as imagens, eles contam as histórias. Foi muito interessante. Então nós temos ações para cada faixa etária.

5. Quais as expectativas e ideias que você tinha sobre o PMLLL antes do processo de construção e aprovação?

Assim de divulgar né? Esse Plano, essas ações de incentivar a leitura. Porque antes da implantação foi feito uma pesquisa, o Osvaldo apresentou os dados para nós e realmente a procura na biblioteca é pouca. Poucas pessoas leem vários gêneros. Então, as vezes as pessoas leem algo mais específico, então não tem uma diversidade de leitura, não tem uma procura muito grande a biblioteca. A nossa expectativa é ampliar esse repertório das pessoas e a frequência delas em contato com os diferentes gêneros.

6. Quais as suas impressões sobre a composição do Grupo de Trabalho do PMLLL? Em algum momento vocês sentiram a necessidade de procurar ajuda de um profissional especializado?

Todos estão bem confiantes, nós assessores, todos os setores estão bem empenhados para desenvolver essas ações em parceria com ele. Aqui o município é pequeno então a gente consegue marcar reuniões, a gente consegue estabelecer essas parcerias. A gente consegue desenvolver essas ações em conjunto que é, né, o objetivo maior do Plano. Tem esse grupo de trabalho, foram nomeadas as pessoas, que estão assim... quando ele marca essas reuniões, vão essas pessoas mais além ainda. Vão os asseres para a gente tentar alinhar esse trabalho, essas ações. A dificuldade era em redigir esse documento, mas aí ele pesquisou né? O Osvaldo, ele conseguiu um modelo de um plano de um município bem distante, eu não me lembro qual é o nome. Ele pegou esse modelo, apresentou esse texto e nós fomos alinhando o nosso. Até eu que fiz a parte de digitação, de formatação e a gente foi alinhando. A dificuldade foi essa, porque não tinha um município que tinha esse plano. Então a gente não tinha um modelo para seguir. Então ele conseguiu esses modelo e a gente foi adequando com a nossa realidade.

7. Em que nível você participou das plenárias e debates?

Eu participei eu todas. Nós tivemos assim uma participação bem grande. Todas as reuniões, eu acredito que teve uma só que a Flávia que foi, que é a coordenadora. Porque para nós também é difícil sair diretor e coordenador do prédio. Mas sempre uma de nós estava presente. Na maioria eu que estive presente, porque eu era já membro desse grupo. Então, praticamente em todas.

8. Quais as questões surgidas no processo de participação?

O impasse maior que nós visualizamos hoje foi a questão financeira. Porque tem muitas ações que envolvem a parte financeira. Hoje, não só Anhumas, mas o Brasil passa por um momento de crise, então assim, as ações que envolviam um investimento maior, igual teve uma que a gente visualizava um investimento maior na parte de informática na biblioteca, de ampliação de prédio, então foram ações que a gente acabou deixando para longo e até médio prazo por conta da parte financeira que hoje está difícil. Então a gente vai depender desses recursos para conseguir atingir essas ações. A maior dificuldade nossa foi essa. As ações que não dependiam tanto da parte financeira cada um conseguiu desenvolver a sua, na sua área.

9. Qual a sua impressão sobre texto final?

Minha impressão é de que o texto ficou muito bom e corresponde com as expectativas iniciais do grupo.

10. Quais as suas expectativas sobre o PMLLL após a sanção do Prefeito?

Igual eu falei em uma questão anterior, é ampliar esse universo da leitura, dos diferentes gêneros, a frequência do público na biblioteca. Porque conforme as crianças vão crescendo, parece que perde um pouco o interesse de diversas leituras. Até na EMEF a gente percebe que eles vão acompanhando, eles vão lendo, eles gostam, mas depois quando eles ficam adolescentes parecem que eles vão perdendo um pouco o interesse. Então de retomar esse gosto pela leitura, essa frequência na biblioteca que quase não tem. Porque hoje com essa questão de Internet, celular o livro acaba ficando de lado. Então a gente está tentando resgatar esse gosto pela leitura mesmo.

11. Como está sendo o processo de implementação do PMLLL no município? Quais as principais dificuldades enfrentadas e quais os avanços já obtidos?

Bom, nós estamos fazendo reuniões, né? Geralmente o Osvaldo marca algumas reuniões e as ações que já estão no período de acontecer a gente já vai organizando. Igual essa mesmo do Dia Municipal da leitura que vai ser no dia 15 de agosto. A gente definiu essa data por conta dos

compromissos das escolas e dos outros setores e deixamos para agosto. Então ele marca as reuniões, a gente apresenta as ações que vão ser desenvolvidas e no dia 15 todos os setores vão estar desenvolvendo uma ação sobre a leitura no município. Então todo mundo vai estar fazendo essa ação no dia 15. As dificuldades é igual eu falei essa questão financeira. Mas ainda não teve uma meta, uma ação que envolvesse tanto essa parte, que dependesse tanto dessa parte financeira. Porque como eu disse a gente colocou a médio e longo prazo. Então como Plano foi implantado agora, dezembro para o começo do ano, a gente ainda está alinhando. Então até agora eu não visualizei nenhuma dificuldade, porque a gente vai alinhando com a faixa etária. Aqui na creche a gente não consegue tirar a criança para levar para a biblioteca, mas ai a gente trás os pais. Igual o projeto que a gente tem, os pais vem, eles contam histórias para os filhos, os bebês fazem troca do livro. Então a gente consegue essa parceria da família aqui. Agora as crianças que conseguem ir até lá já conseguem outras ações de acordo com a idade deles. Teve um empenho grande assim, uma adesão grande de todos os setores, que mesmo cada um tendo as suas especificidades, a sua dificuldade, estão participando das reuniões. O esporte mesmo que as vezes a gente pensa que não tem nada a ver com a leitura, mas participa, dentro da modalidade deles eles desenvolvem ação. Então foi um avanço muito grande essa parceria entre os setores. A saúde, agora a gente tem lá uma geladeira cheia de livros. Então cada um na sua área conseguiu desenvolver uma ação para que esse Plano consiga ter andamento.

12. Como a questão da biblioteca escolar está contemplada no PMLLL?

Então aqui nós não temos biblioteca na creche, na pré-escola. Nós temos o cantinho da leitura. A EMEF ela já tem uma sala de leitura que não é uma biblioteca, é apenas uma sala de leitura, temos uma na escola estadual e a biblioteca municipal. Então foi pensado em um sistema integrado, que a gente consiga ter acesso ao acervo. De repente se a criança tem interesse em algum livro a gente consegue ter acesso ao livro da biblioteca, a criança já vai lá, já sabe o que ela quer. Ampliar né, a sala da biblioteca para o acesso de todos, deixar cantinhos de estudo. Porque lá nós não temos, é um prédio alugado, foi pensado até na construção de um novo prédio para a Biblioteca Municipal, com esses cantinhos separados, sistema informatizado, que a gente consiga ter acesso, para eles poder frequentar.

13. Você tem conhecimento sobre o estado, as condições das bibliotecas escolares do município?

Então, na biblioteca municipal a gente fica em um prédio alugado. Na verdade a gente precisa de um prédio próprio com infraestrutura próprio, porque ali é um prédio adaptado. O prefeito já está atrás de recursos para conseguir um novo prédio, um prédio mais adaptado, com ar condicionado, os cantinhos de leitura, tudo separadinho, cantinhos de estudos, para as pessoas poderem frequentar. Nas escolas municipais são apenas salas de leitura, porque nós não temos bibliotecários na escola. Só na escola estadual, então nas municipais é só o cantinho da leitura. Sendo que a EMEF tem uma professora específica de leitura. Aqui na educação infantil não, as professoras que vão no cantinho e desenvolvem as atividades com as crianças.

14. Como você vê a questão das bibliotecas escolares do município?

Na verdade a gente precisaria de uma biblioteca escolar, principalmente na escola municipal porque faz falta né? O professor de leitura ele não é o bibliotecário, então tem que ter um bibliotecário para as crianças terem acesso. Porque muitas vezes eles ficam a maior parte, ou na escola ou no projeto, e não tem tempo mesmo de ir a biblioteca para pegar um livro. A gente até, uma das ações do Plano é estender esse horário de funcionamento da biblioteca para ver se tem um incentivo. De repente até o fim de semana, para ver se as pessoas conseguem adentrar. Porque a dificuldade maior é essa mesmo. A hora que a biblioteca está aberta todo mundo trabalha, ai hora que todo mundo está disponível a biblioteca está fechada. Se na escola tivesse

uma biblioteca, ali a gente já consegue o contato da criança no dia a dia, né? Porque eles vão na hora do intervalo, horários até específico, ter contato com esse gênero, mesmo que depois em casa eles não tem acesso, mais ai na escola né? Seria muito importante.

15. Como o PMLLL pode contribuir para a melhoria da biblioteca escolar na rede de Anhumas?

Igual a gente já comentou, né? A gente já conseguir um prédio próprio, adequado, esses horários diferenciados, a gente já vai conseguir atingir a população em geral. Então a gente espera que, até no final do decorrer ai desse Plano a gente consiga atingir todas as ações.

16. Como a gestão do sistema municipal vem se articulando com vistas ao alcance das metas estipuladas no PMLLL?

Então, por meio de reuniões, né? Ele fez um cronograma, as ações foram divididas em curto, médio e longo prazo. Então conforme vai chegando próximo ele faz reuniões, convida o grupo de trabalho, os assessores e a gente vai se articulando para atingir as ações.

17. O que o município está fazendo para cumprir a Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares? Qual a situação do município em relação ao atendimento dessa Lei?

Já ouvi falar. Foi comentado da escola estadual que ela tem, né? E foi comentado de pelo menos a escola municipal, a EMEF que atende crianças do 1º ao 5º ano, pelo menos lá agente conseguir sim. Um concurso, já foi cogitado aqui a questão do bibliotecário para atender essa escola. Pelo menos a EMEF a gente tem essa precisão sim. Até no Plano Municipal de Educação foi falado muito dessa questão de leitura, da biblioteca. Então a gente tem essa previsão. Vai depender do financeiro, né?

Entrevista com a Coordenadora da Creche Municipal

Entrevistado 5 (31/07/2017)

1. A escola possui biblioteca?

Não. Nossa escola não possui e nem tem um lugar preparado para tal. Nós temos apenas um cantinho de leitura. Como é o nosso cantinho? Nosso cantinho é uma sala de atividades, na planta ela é realmente uma sala de atividades, e eu aproveitei um cantinho para fazer o nosso cantinho da leitura.

2. Tem alguém trabalhando nesse espaço? Qual o cargo?

Não. Não tem ninguém responsável, como eu te falei é um cantinho provisório e realmente sou eu mesmo que organizo, eu como coordenadora realizo esses momentos, quando tem algo a mais no cantinho eu que organizo. Então a gente vai se organizando.

3. A biblioteca realiza algum trabalho pedagógico?

Durante a semana nós temos a nossa rotina, e na nossa rotina já está incluído o nosso cantinho da leitura. Então todos os dias nós temos um visitante lá. É rotativo. Porque nós trabalhamos com a rotina detalhada mesmo, horário, né? Então, todos os dias n'ós temos um visitante lá. Cada dia, cada um tem um momentinho de levar sua turminha lá no cantinho. E precisa de ver, por incrível que pareça, porque a nossa faixa etária é de 0 a 3 anos e 11 meses, está sendo muito gratificante porque eles estão realmente cuidando. Eu achei que ia ser uma situação muito difícil por serem bebês, que iam comer os livrinhos e tal. Mas não, eles adoram ir lá, se deslocarem e ir nesse cantinho.

4. A seu ver, qual é a contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino da escola?

Eu penso que é tudo. O contato com o livro. Principalmente aqui que nós temos crianças que nem tem acesso ao livro. Nós temos uma parceria muito boa com o prefeito, todos os anos nós promovemos o dia do salão do livro que é agregado ao Osvaldo, que é o Osvaldo que promove, né, a casa da cultura. Então devido a isso a gente está proporcionando, eles dão um ticket que a criança tem o direito de levar um livrinho para casa. Eu acredito que é a única coisa que eles tem, a maioria os pais não tem condições de comprar. Você sabe que livrinho é super caro, principalmente de bebês, nessa faixa etária. Então uma biblioteca, eu falo assim, tem que ter. Desde quando eu vim para cá em 2º13 que não tinha livro nenhum eu ficava muito triste, né? Porque eles adoram, e eu percebia isso na hora do banho. Nós temos livrinhos de banho e eles já gostavam, então precisa ver como eles adoraram esse cantinho.

5. No projeto político pedagógico da sua escola, a biblioteca escolar está contemplada? De que maneira?

Sim, o nosso projeto sim. Nós temos o projeto que acabou entrando em vigor agora, em junho, nós fizemos a nossa abertura da leitura e o nosso tema é “Família na escola, uma parceria que dá sucesso”. Então, como nós fizemos isso? Eu ligo para os pais, eu selecionei só os maiores, de maternal 1 a maternal 2. Selecionamos eles, então eu convido os pais, faço um sorteio porque a gente tem que ter esse cuidado de não excluir ninguém. Então eu faço um sorteio dessas mães, ligo pessoalmente, eu coordenadora ligo para elas. Faço um convite assim, bem convincente, quase não tem como falar não, e as mães estão vindo. Elas estão vindo contar historinhas para o seu filho. Às vezes a mãe não tem livro, então a gente oferece, ai aquela mãe que já tem o hábito de ler para o seu filho traz aquele livrinho que eles gostam e assim, até agora está sendo uma parceria de sucesso. Eu não tive nenhum não, eu tive mãe que trabalha, que às vezes não bate o horário, o dia, mas a gente troca o horário, troca o dia e elas vem. Vem e participam.

Agora dia 15 nós temos o dia Municipal da Leitura, então nós já vamos fazer. Com as outras turmas, o berçário, eles não ficam de fora, a gente faz o dia da troca do livrinho. Então está sendo bem gostoso. Eu percebi, que é igual eu te falei, são aqueles livrinhos que eles ganham da gente que eles estão fazendo as trocas. Então a gente dá um vale para eles, um valinho para a mãe, a mãe traz um livrinho velho, assim que ela já enjoou da historinha e não que não dê para ler. Mas que ela já enjoou da historinha, que aquele livrinho já não faz mais aquela satisfação. Ela traz pra mim esse livrinho e leva um vale. Ai eu exponho então, a gente marca um dia que fica legal para todos, um horário, e a gente expõe todos os livrinhos e a mãe vem com aquele valinho e pega outro livrinho que ela não conhece e leva para a casa. Então está sendo bem gratificante também, a gente trabalha essas duas formas. Com os bebês, os menores a gente trabalha dessa forma, que é incentivando a mãe a contar, a ter esse vínculo, que as vezes você percebe que não tem, sabe? Muito vínculo com o filho. Então de manter esse vínculo, esse aconchego. E com os maiores as mães estão vindo contar historinhas para nós. Nós selecionamos duas turminhas, porque tem que ser uma coisinha rápida, pois a idade não é de muita concentração ainda. Porém as mães estão adorando e a gente mais ainda.

6. Como é a relação aluno – biblioteca - professor na sua escola?

Eu vejo que estreitou mais, eu vejo que criou um vínculo maior com o professor. Eles sentam, eles se acomodam, tem almofadas para eles, é aconchegante mesmo e é o que eles precisam, né? Que a faixa etária requer mesmo, esse contato, esse aconchego, esse acolho, esse carinho. Então está dando bastante certo.

7. Existe investimento, recursos destinados à biblioteca para aquisição de acervo, mobiliários, reformas, etc.?

Olha, específico não. Nós temos um investimento que vem para a creche e nós nos adequamos. Então exclusivo para a leitura, para o cantinho, para a biblioteca não, nós não recebemos nada. Ai nós temos a parceria com o prefeito, ele é muito maleável para essa situação, o que a gente pede a gente é acolhido. Então a gente vai trabalhando assim com aquilo que a gente tem.

8. Os funcionários responsáveis pela biblioteca escolar participam de cursos de capacitação e/ou treinamento específico?

Não possuí funcionário específico para a função.

9. A biblioteca da sua unidade escolar possui condições adequadas (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse ambiente?

Não. Poderia ser bem melhor, poderia ser uma coisa mais ampla. Um lugar melhor, porque é muito apertado. Por isso eu tento selecionar só duas turmas para estar indo porque senão vira muito tumulto. Não tem espaço nenhum. É o que eu te falei, a gente trabalha porque a gente gosta, a gente ama mas, é muito inadequado, legal não é não. Na verdade teria que ter um local específico, uma sala mesmo para abiblioteca, porque a gente poderia colocar alguns joguinho, poderia colocar quebra-cabeça que eles adoram, poderia colocar um cantinho disso, um cantinho daquilo. Seria muito mais atrativo, né? Mas, já que a gente não tem, trabalhamos com o que temos.

10. O que você acha que falta, quais são os obstáculos e o que poderia ser melhorado?

Obstáculo é a questão de recurso mesmo, porque a creche, ela tem uma estrutura toda voltada para a infância, porém nós não temos a sala de leitura. Então nós teríamos que construir uma nova sala para isso, porque nós não temos. Espaço tem! Mas ai requer a estrutura que nós não temos.

11. Você conhece o PMLLL?

Olha eu já participei algumas vezes, teve algumas vezes que não deu para mim ir devido ao trabalho aqui. A Fer que está mais a par, ela já deve ter te falado, né? E como nós trabalhamos juntas, ela é a diretora e eu sou a coordenadora, a creche não pode ficar sozinha. Mas eu venho acompanhando sim. O trabalho do Osvaldo é maravilhoso, ele não mede esforços para implantar, para ir atrás, para pedir, porque nós temos que pedir muito para desenvolver. Então eu vejo que é assim, com dificuldade, mas está tendo bons frutos e n'ós estamos colhendo aos pouquinhos.

12. Como foi o processo de elaboração do PMLLL em Anhumas? Você participou desta elaboração? De que forma?

Aqui a gente consegue movimentar a prefeitura em sim, os grupos. Tem os cargos comissionados, tem o esporte, ai cada um tem de um setor. E a gente se movimenta sim. Ele sempre manda convite para os setores e a gente está sempre aptos, sempre participando. A gente procura participar e estar sempre envolvido porque é bom para a infância, é bom para a criança e a gente procura estar sempre a par. Então existe assim, uma ajuda mesmo de cada um. Cada um doa um pouquinho e vai dando certo.

13. Quais os impactos e benefícios que a elaboração e implantação do PMLLL gerou para as bibliotecas escolares da rede municipal?

Eu penso que é muito importante, porque a partir do momento que a gente consegue mostrar o nosso trabalho, que a gente consegue mostrar a importância da leitura, a importância da educação, porque o Brasil não consegue ver né, mais o mundo gira através da educação. A educação ela move, ela faz girar um anseio maior nas pessoas, sem a educação... veja aqui, tem muitos pais que vem aqui que não tem um pingão de assim, de querer um futuro melhor por não ter educação. Educação que eu digo é saber ler e escrever mesmo, é ter noções, ter um conhecimento maior do mundo. Então a educação ela promove isso, e a leitura também, é através da leitura que você viaja, que você aprende o que está no mundo, o que está acontecendo. Eu vejo aqui as mães, é muito triste você se deparar com uma mãe que não sabe pegar um ônibus, que não sabe ler uma placa. É muito triste essas coisas. Então, nós não podemos cruzar os braços e deixar. Eu sou uma professora e amo a alfabetização, eu trabalhei muito com a alfabetização, penso que vou voltar porque está no sangue, está nas veias, né? E eu vejo assim que eu sempre quis e nunca deixei meus alunos sem ler e escrever, porque eles podem até não querer estudar. Tive muitos alunos assim em que eu tive que ensinar na marra praticamente, assim que eu digo, instigando, né? Então eles podem até não querer mais continuar e mais pra frente abandonar, mas o ler e o escrever eles vão ter, porque é primordial para o ser humano, né? Então eu acho que esse Plano, ele vem agregar isso. Ele vem fazer as pessoas a ter vontade de ler o mundo, a ter vontade de procurar ser melhor. A gente vem de uma família que não tem nada anos oferecer, mas através da educação olha o tanto que eu consegui, que eu conquistei. E tudo o que eu conquistei foi através da educação. Então é isso que eu quero para as crianças que estão aqui e para nossa cidade, que está tão triste com tanta droga, tanta violência. Então é a educação que tem o poder de mudar essa nação. Eu penso assim.

14. Como a escola contribuiu para que o PMLLL se efetive?

A escola, é o que eu te falei, é essa união. Se não tiver essa união, se cada um, igual o Osvaldo. O Osvaldo está lá lutando pelo plano. Está sendo difícil, porque é uma coisa que não está nos nossos olhos e que a gente não consegue palpar ainda. Então as vezes as pessoas estão incrédulas né, das coisas. Acredito que de pouquinho a gente vai conseguir, a gente já está

conseguindo mobilizar, de pouquinho você vai mobilizando. Então é assim, aqui a gente fala que é de boca em boca, né? Porque a cidade é pequena e a gente consegue. Mas é essa divulgação mesmo, é estar divulgando, é estar promovendo. O Osvaldo promove a gente aqui, fala do nosso trabalho, a gente fala do trabalho dele, e isso vai fazendo as pessoas ficarem curiosas, assim a gente vai tentando.

15. Quais são as suas expectativas em relação as contribuições do PMLLL para a biblioteca escolar?

Então é isso mesmo, né? É fazer a pessoa voar mais alto, é fazer as pessoas olharem o mundo com mais esperanças, com mais vontade de viver. Ter certeza de que todos podem. A partir do momento que você tem sonhos, que você acredita neles, né? Então não é impossível para ninguém. Assim a gente vai plantando a sementinha.

Entrevista com a Diretora da EMEI**Entrevistado 6 (31/07/2017)****1. A escola possui biblioteca?**

Sim. Nós temos um espaço que nós adequamos, devido ao nosso espaço físico ainda estar muito restrito, porque a gente está com a construção de uma nova escola. Ai lá nós vamos ter um espaço ideal para a biblioteca. Então, a escola possui a biblioteca que nós implantamos aqui.

2. Tem alguém trabalhando nesse espaço? Qual o cargo?

Não. Nós não temos.

3. A biblioteca realiza algum trabalho pedagógico?

Sim. Realizamos o trabalho da sacola da leitura. É um projeto que nós implantamos. Semanalmente as nossas crianças vem a nossa biblioteca, juntamente com a professora e escolhe um livrinho e leva para a casa para realizar a leitura.

4. A seu ver, qual é a contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino da escola?

Nossa, eu vejo assim que é de grande contribuição. Devido que os nossos alunos são de 4 a 5 anos, e a gente está começando ai desde o comecinho a despertar neles o gosto, o hábito pela leitura. Ler por prazer, não aquela leitura por obrigação. “Você pega esse livro e você vai ler esse livro”. Então a professora vai lá, ele escolhe o livrinho que ele quer ler. Eu acho assim, ler mais por prazer e pelo hábito da leitura.

5. No projeto político pedagógico da sua escola, a biblioteca escolar está contemplada? De que maneira?

Eu diria que ela está contemplada dentro do nosso projeto da sacola da leitura.

6. Como é a relação aluno – biblioteca - professor na sua escola?

Como eu já disse antes, eu vejo que eles tem bastante autonomia. São deixados os livros separados para eles escolherem de acordo com a faixa etária de cada turma. Ai eles vem, eles escolhem, então eu diria que é uma relação prazerosa.

7. Existe investimento, recursos destinados à biblioteca para aquisição de acervo, mobiliários, reformas, etc.?

Na questão de acervo existe bastante. Sempre que possível a nossa secretária compra, adquire material. Nós temos também, é que esse ano já não veio mais, mas nós temos também o programa do governo que manda livro. O PNBE, esse ano não veio mais do governo mas a dirigente já comprou.

8. Os funcionários responsáveis pela biblioteca escolar participam de cursos de capacitação e/ou treinamento específico?

Então, como nós não temos esse funcionário, né? Nem um espaço adequado.

9. A biblioteca da sua unidade escolar possui condições adequadas (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse ambiente?

Não. É o que eu acabei de falar, né? Nós utilizamos uma sala do departamento, nós não temos um espaço específico para a nossa biblioteca. Nós adequamos esse espaço dentro do espaço que nós temos aqui na escola.

10. O que você acha que falta, quais são os obstáculos e o que poderia ser melhorado?

O primeiro obstáculo é o espaço, porque nós não temos um espaço nosso, amplo, arejado e com mobiliário também. Eu acho que falta mais móveis, um espaço mais amplo e para organizar melhor os livros de acordo com as faixas etárias um profissional que seja específico da biblioteca para estar ali na orientação com os professores, com os alunos.

11. Você conhece o PMLLL?

Sim. Eu participei da construção do Plano Municipal.

12. Como foi o processo de elaboração do PMLLL em Anhumas? Você participou desta elaboração? De que forma?

Então, como eu disse o processo de elaboração a gente participou e a gente foi construindo juntos. Vendo quais eram as necessidades, o Osvaldo foi passando as orientações também.

13. Quais os impactos e benefícios que a elaboração e implantação do PMLLL gerou para as bibliotecas escolares da rede municipal?

Eu vejo assim como benefícios, porque vem também para a gente estar implantando também nas escolas. Então assim, despertar mesmo o prazer pela leitura. Não só nas escolas mas também como é do município, e os vários setores que participaram da elaboração, então cada setor também tinha que criar suas propostas e seus planos de ação para estar fazendo ações voltadas para essa leitura municipal, né? Então eu acho assim que é de grande contribuição para o município na questão de criar o leitor, o futuro leitor aí.

14. Como a escola contribuiu para que o PMLLL se efetive?

Ah realizando ações, né? Realizando mais ações. E também não ficar tipo só na biblioteca. Diante do espaço que cada um tem, criar mais espaços propícios para a leitura.

15. Quais são as suas expectativas em relação as contribuições do PMLLL para a biblioteca escolar?

Eu espero que esse Plano realmente de certo, que ele crie aí futuros cidadãos que tenham o hábito, o gosto, o prazer de ler. Criar mais leitores, né? Desde as nossas escolas, as nossas crianças, os nossos jovens, e que se expanda. Se expandir mais para a comunidade. O plano passa por vários setores para atingir a comunidade que é o objetivo maior.

Entrevista com a Diretora da EMEF**Entrevistado 7 (31/07/2017)****1. A escola possui biblioteca?**

Sim, nós possuímos um espaço de leitura. A gente veio para cá em 2014, até então a gente não tinha. Em 2014 passou a funcionar a sala de leitura.

2. Tem alguém trabalhando nesse espaço? Qual o cargo?

Sim, nós temos a professora Sônia, ela foi designada para estar trabalhando nesse espaço e desenvolvendo projetos com as crianças.

3. A biblioteca realiza algum trabalho pedagógico?

Sim, a gente também dentro desse espaço, a gente também tem o programa ler e escrever que é também desenvolvido por ela. Ela também leva a leitura nas salas de aula, ajuda e auxilia os professores em alguns projetos. Ela semeia a leitura, no pátio, às vezes nas entradas ela pega livros e coloca as crianças para estarem lendo, ela lê, às vezes utiliza alguns recursos, né? Fantoches, multimídia, microfone, coloca eles para estarem lendo. Então, ela realiza bastante coisa aqui dentro e a gente percebe que assim, aumentou a procura das crianças, o gosto pela leitura melhorou bastante.

4. A seu ver, qual é a contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino da escola?

Ao meu ver tem contribuído muito. Antes a gente não tinha um espaço para as crianças estarem lendo. Então a gente levava, mesmo assim a gente não deixada de estar incentivando. A gente acabava colocando em caixas, em mala e levava. Agora não, a criança tem esse espaço para estar frequentando, tem uma diversidade, tem vários livros atrativos. Esse ano a gente comprou algumas coleções, recebemos alguns do governo federal. Então chega lá tem um ambiente todo preparado, todo aconchegante, a criança se sente bem à vontade, motivada a estar frequentando. Na hora dos intervalos fica aberta também, a criança pode estar indo lá, e eles vão. Quando a gente decidiu que ia ficar aberta a gente pensou, achou que eles não vão, vão ficar só brincando, mas não, eles procuram. Eles procuram e gostam. Assim, é um belo espaço.

5. No projeto político pedagógico da sua escola, a biblioteca escolar está contemplada? De que maneira?

Então, a gente tinha um projeto político e nós estamos reconstruindo. Então, nós estamos em fase de reconstrução. E sim, nós vamos estar colocando ela como espaço de leitura e de construção de conhecimento. Porque a gente trabalha com processo de alfabetização e construção de conhecimento e, não existe construção de conhecimento sem a leitura. Ela é o carro chefe.

6. Como é a relação aluno – biblioteca - professor na sua escola?

Melhorou muito. A Sônia, representando esse espaço, ela interage muito com essas crianças e com os professores também. O primeiro ano foi assim, a gente não conseguiu essa interação tanto quanto a gente imaginava. Mas as vezes foi pelo início. Já no segundo ano a gente já melhorou. Os professores dão bastante abertura para que a Sônia auxilie eles também e eles também auxiliam ela. Os alunos também gostam, aceitam muito as propostas que ela traz para eles. Então assim, tem sido muito produtivo.

7. Existe investimento, recursos destinados à biblioteca para aquisição de acervo, mobiliários, reformas, etc.?

A educação está sempre comprando livros, esse ano foi feito uma compra grande de livros que os alunos estava pedindo. Então, tem sim.

8. Os funcionários responsáveis pela biblioteca escolar participam de cursos de capacitação e/ou treinamento específico?

O que ela recebe é referente ao ler e escrever. Ele é um programa sobre alfabetização e a leitura acaba sendo o carro chefe desse processo. Então ela tem nesse sentido. Agora em outro eu não me lembro de ter tido não.

9. A biblioteca da sua unidade escolar possui condições adequadas (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse ambiente?

Sim. Excelente o espaço. Nós estamos com um belo de um espaço agora.

10. O que você acha que falta, quais são os obstáculos e o que poderia ser melhorado?

Não. Faltava um ar condicionado, nós colocamos esse ano. A gente precisa por piso na escola toda mas, isso não impede de estar praticando a leitura de jeito nenhum. Então ela está redondinha. A única coisa que a gente sabe que é necessário é sempre estar renovando os acervos, né? Porque eles gostam de novidades e as vezes fica meio sucateado mas, assim, nessa questão. Nossa, nós estamos no céu com essa sala de leitura.

11. Você conhece o PMLLL?

Sim. Eu ajudei na elaboração. Eu participei também.

12. Como foi o processo de elaboração do PMLLL em Anhumas? Você participou desta elaboração? De que forma?

Foi uma experiência nova, porque não tinha muitos documentos para a gente se amparar. Surgiu de muita boa vontade, principalmente do Osvaldo que queria deixar, não só um documento, mas algo determinado como um norte dentro do município para a gente seguir como um compromisso em termo de... com a leitura mesmo. Ai nós começamos a discutir os eixos, dentro da possibilidade as vezes a gente se esbarrava nas questões de recursos, porque ideias surgiam, inúmeras. Mas foi gostoso, porque mesmo diante desse impasse de alguns recursos a gente acabou levantando algumas ideias simples, que não precisavam de tanto investimento e que tiveram bons resultados em termos da questão de propagar a questão dos benefícios da leitura. Então assim, foi gostoso. Nós formamos também uma parceria com outras pessoas da comunidade, da prefeitura. Foi um trabalho em conjunto muito bom.

13. Quais os impactos e benefícios que a elaboração e implantação do PMLLL gerou para as bibliotecas escolares da rede municipal?

Eu acho que reforçou mais ainda o compromisso da gente estar reforçando a importância da leitura. Eu acho que firmou, amarrou mais, de uma maneira sistematizada. A gente trabalha em rede. O Osvaldo faz o trabalho lá e nós formamos parcerias mesmo. Então o que ele desenvolve lá a gente apoia, o que a gente desenvolve aqui ele apoia. A gente precisa de alguma coisa, um auxílio ou outro e acabou assim, indo além da escola. Nós também a gente desenvolve um projeto da sacola da leitura. Ai a gente envolve a comunidade. Antes a gente fazia esse projeto, essa sacola vai até a família, né? Ai os pais da criança que lê, ela lê com os pais, ai vai um caderninho e os pais relatam a suas experiências. E ai as crianças que não lê os pais fazem essa leitura e relata essa experiência. Ai quando a gente fazia a abertura a gente fazia interno. Ai começou a tomar uma proporção, que agora a gente faz o evento para a comunidade, ai a gente faz algumas apresentações com contos clássicos, a gente faz com as crianças envolvidas e a

família participa. É assim, presença máxima da comunidade escolar. E aí a gente tem o apoio do Osvaldo, tudo né? E a gente percebe que melhorou. Porque a intenção é fazer com que a criança leia. Então achei assim que foi muito bom.

14. Como a escola contribuiu para que o PMLLL se efetive?

Assim, tudo o que está previsto lá a gente procura ajudar a cumprir. Agora dia 15, está determinado no Plano que tem o Dia Municipal da Leitura. Então hoje mesmo nós vamos ter HTPC e já está na nossa pauta. Nós vamos planejar o que nós vamos fazer para que esse dia aconteça de fato. Está lá previsto e nós já estamos com algumas ideias de como fazer. Não só deixar, agora tem a sala de leitura, então tem que ser um dia diferente, né? Então não é só levar a criança, porque a gente no nosso cronograma aqui dentro a gente já tem os horários que as crianças vão, cada sala, tudo. Mas aí a gente quer fazer um dia diferente, para todos lerem, a gente está pensando em fazer ambientes fora da sala de aula, né? Criar alguns espaços atrativos com leituras. A gente tem também a geladeira com os livrinhos. Então a gente está querendo fazer algo diferente. De repente ir até para a praça. Não sei, hoje nós vamos planejar.

15. Quais são as suas expectativas em relação as contribuições do PMLLL para a biblioteca escolar?

Que ele dê certo, que ele de fato aconteça. Porque não adianta fazer um documento bonito e ele não acontecer de fato. A gente quer que realmente o que está previsto lá aconteça. A gente sabe que 100% as vezes é difícil mas, pelo menos boa parte do que está previsto lá a gente quer que aconteça. E muitas coisas a gente está vendo. Igual o salão do livro. Quando a gente imaginava que em Anhumas fosse ter o salão do livro? Então assim, a gente já vê algumas coisas que antes a gente não via. Até porque nossa cidade é pequena e a gente imaginava assim, aí um plano de leitura é só uma cidade grande que tem condições de fazer. Mas não, a gente pensou em ações que podem ser feitas e que podem ser desenvolvidas em um município pequeno. E ele pode melhorar também, né? Porque assim, quando nós fizemos tinha poucas coisas para a gente se amparar, não tinha muita orientação. Nós fizemos assim, o Osvaldo foi com a cara e com a coragem, ele buscou uma coisinha aqui, adequou algumas coisas com a nossa realidade e nós fomos fazendo. Nós não tivemos nenhum treinamento, nenhuma orientação mas foi mais por visão mesmo né? Empenho e fruto da parte pedagógica e tudo mais e fomos construindo. Então eu torço para que ele dê certo.

Entrevista com a Profissional Responsável pela Biblioteca da EMEFF**Entrevistado 8 (26/07/2017)****1. A escola possui biblioteca?**

Sim

2. Tem alguém trabalhando nesse espaço? Qual o cargo?

Sim. Professora. No final de 2014 a Givanilda convidou para assumir a sala de leitura da EMEF Adhemar Palmiro que estava fechada e tinha muita cobrança porque a sala estava fechada e elas queriam usar mas não tinha uma pessoa lá para direcionar, orientar sobre escolha de livros e ter esses momentos com as crianças. Ai eu aceitei, elaborei um projeto junto com a assessora de coordenação, ela me ajudou a montar um projeto para a sala e nesse projeto a gente colocou os vários tipos de leitura: imagem, fotografia, leitura de gibi, revista, livro, os filmes. Então, foi coisas assim que a gente colocou com o intuito de trabalhar dentro da sala, de mostrar para o aluno que tem outras formas de ler a não ser o texto escrito. Ai em parceria com esses projetos da sala de leitura, ela me propôs trabalhar os projetos do programa ler e escrever, que é um programa do estado de São Paulo voltado para o ensino fundamental, que é toda a parte de alfabetização e letramento. Então ai esses projetos eles são desenvolvidos sobre a minha responsabilidade, das séries do 1º ao 5º ano, junto com os professores da sala, que elas acompanham todo o desenvolvimento dos projetos, e é uma forma da criança estar realizando leituras também. Ele começa a partir de leituras simples de sílabas simples do próprio nome, depois você já vai trabalhando construção de listas, construção de regras de alguns jogos. Então, tudo isso está vinculado com a sala de leitura na escola. Eu estou nela desde 2015.

3. A biblioteca realiza algum trabalho pedagógico?

Ali tem livros desde os alunos até para o estudo dos professores mesmo. Material disponível para estudo deles, tem livros didáticos, ela é bem diversificada. A gente tem um projeto vinculado também que é a sacola da leitura que as professoras vão até a sala e elas me pedem sugestões de que títulos colocarem nas sacolas, de acordo com a faixa etária deles. A gente, por exemplo, o primeiro ano você tem que mandar algo mais simples para eles. Dentro dessa sacola vai um livro, o caderno e uma caneta, para registro. Porque a criança vai chegar em casa, ela vai ler, vai ter um momento lá reservado com a família, para que ela realize essa leitura, deste livrinho, e o pai registra, a mãe, o responsável registram como foi esse momento, entendeu? E no caso assim, como nós temos o primeiro aninho que ainda não tem domínio de leitura, a gente inverte os papéis. Os pais vão fazer a leitura para eles e vão registrar como foi esse momento, qual a importância desse momento para eles? É uma maneira de estreitar esse vínculo entre pais e filhos. A gente tem também o empréstimo, eles pegam livros toda semana. Eles ficam com o livrinho durante uma semana, na outra semana eles trocam, ai as professoras da sala desenvolvem alguma atividade voltada para o empréstimo desse livro, uma ficha, uma roda de conversa a respeito desse livro. Nós temos a leitura que eu faço no pátio para eles toda segunda-feira. Agora para o segundo semestre, eu fiz um teste agora no finalzinho do primeiro semestre e vi que eles gostaram, então eu vou trocar. Ao invés de eu fazer a leitura para eles eu vou escolher alunos de outras séries. Em uma semana eu pego do quinto, na outra eu pego do quarto e assim eu vou indo. No primeiro aninho como eles ainda não dominam a gente vai criar uma outra estratégia. Ou uma historinha de fantoche, ou uma historinha contada oralmente, mas assim, tudo para envolver eles na leitura. E eles gostam. Eu vi que eles gostaram dessa nova estratégia que a gente colocou de escolher eles para estarem fazendo a leitura. Então você vê que eles gostam. Eles falam pro você me escolhe, deixa eu ler semana que vem. Então eu escolho o livro, a professora da sala escolhe os alunos e eles tem essa uma semana para se

preparar para fazer a leitura lá fora. E assim, é o que a gente vai tentando fazer, né? Nós temos a Gelatoteca, que a gente colocou lá no pátio também com alguns livros para eles lerem durante o intervalo. Assim, são poucos ainda, porque para as crianças agitadas que estão na sala, quando saem para o intervalo eles querem correr, eles querem brincar. E para parar ali, sentar e ler são pouquinhos ainda, mas eu acho que a gente consegue.

4. A seu ver, qual é à contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino da escola?

A contribuição ela é bem positiva porque você vê resultados. Você vê alunos que não liam nada e hoje já pedem para você, para você deixar eles lerem. Você vê resultado em uma produção, né? Que a partir da leitura ele vai desenvolver uma boa escrita e até nessa questão da interação. Aquelas crianças tímidas que tem medo, elas acabam se sentindo mais seguras. E o esforço, quando você pega, por exemplo, uma sala que tem alguns que avançam, aqueles que não avançam, eles se esforçam para acompanhar. E tudo isso é devido a leitura, porque se ele não consegue dominar o escrito, mas ele consegue produzir oralmente. Então, a gente vê uma contribuição muito boa com relação a isso. Porque, voltando naquele projeto do ler e escrever que eu te falei, tem bastante atividade que você trabalha a oralidade da criança. Ela vai observar uma imagem e vai ter que descrever o que está acontecendo ali. Então, acho que a partir dali você já começa a desenvolver a leitura nele. No caso é uma leitura do que ele está vendo, mesmo que ele não consiga dominar o escrito ainda mas ele já está lendo de alguma maneira.

5. No projeto político pedagógico da sua escola, a biblioteca escolar está contemplada? De que maneira?

Sim, está. Ela está inserida ali com esses projetos que eu citei para você, ela não está só como uma biblioteca, ela tem uma função dentro da escola, não só de emprestar livros. Ela tem essa função do projeto da sala que a gente realiza e do projeto do programa que está inserido nela também. Ela não está ali só para emprestar livros, ela tem essa outra função. No caso quando a Givanilda me fez a proposta ela me disse, monta um projeto para não ficar uma coisa tão à vontade. Então ela tem essa função de você mostrar para a criança que existem outras formas de leitura através da música, da fotografia. Eu fiz uma atividade com eles de leitura de fotografia e foi muito gostoso porque até aqueles que ficaram meio assim, depois que eles viram todo mundo falando, contando a história daquela fotografia que ele trouxe, ele quis participar. Das obras de arte mesmo. Eu tinha um painel, eu montei um painel com obras de arte e você pergunta para eles o que essa obra de arte está querendo nos mostrar? O que você consegue ler. Então, as atividades dela são bem produtivas, não é algo estacionado só para o aluno ir lá pegar livro, levar para a casa depois vem e troca. Ela fica aberta durante o intervalo para aquelas crianças que gostam de ir lá. Então a gente tem a geladeira no pátio e tem a biblioteca que fica aberta.

6. Como é a relação aluno – biblioteca - professor na sua escola?

É um trabalho de formiguinha. Até você mostrar para eles o quanto a leitura é importante para a nossa vida é um pouquinho demorado ainda. Porque, uma que eles não tinham esse hábito de ter uma sala só para isso na escola, né? Então, quando eu abria sala, que eu falei para eles que a sala vai ficar aberta durante o intervalo para vocês irem lá na sala. Invés de ficar correndo, se machucando, vão lá. Ai tem alguns que vão lá para ler, outro vão para assistir desenho que eles trazem o filminho e pedem. Pro você coloca para nós o desenho? Outros vão lá para brincar com os fantoches, fazer historinhas com o fantoche. Com os professores o contato também é bom. Os professores procuram, pegam uma quantidade de livros para lerem durante a semana para eles. Ai o interessante dessas atividades e que dá certo, o livro que o professor leu hoje lá na frente todo mundo quer pegar depois, todo mundo. Até um livro que eles levaram para a casa eles pedem, pro você lê esse livro na sala para a gente? Então tem esse, sabe? Parece que está

estreitando. Tem aquela resistência ainda de alguns alunos que não querem, que não gostam, ou porque não conseguem e também não vai. Então aí o que a gente incentiva, ah você não consegue juntar as letrinhas? Então vamos ler as imagens. O que essa imagem quer dizer para você? Que historinha você acha que dá para a gente inventar? Então eles já falam assim, pro, eu peguei um livro de inventar história. Que é o conto de imagens. Aí eu vou orientando, pelo título do livro, pelas imagens a gente não consegue contar uma história? Aí eles respondem que consegue. É bem gostoso de ver o desenvolvimento disso em alguns alunos. Mas aqueles que tem resistência a gente não desiste não. As vezes não quer levar porque não tem quem lê, porque não sabe ler, porque não tem ninguém para ler em casa, ninguém para me ouvir. Então a gente fala, não, leva e lê. A mamãe não quer ler, lê você mesmo lá no seu quarto e depois você conta para a pro o que aconteceu. Mas é assim que funciona, a gente tenta criar uma boa relação entre eles e a leitura, tenta mostrar para eles que a leitura pode ser prazerosa além dela ser importante. Em todas as atividades realizadas os professores estão juntos. Eu planejo os projetos e eles acompanham, a didática tem que ser toda minha. Quando elas tem alguma atividade que elas querem realizar na sala elas vem e conversam comigo, perguntam se é possível e eu digo não, dá pra fazer. Aí a gente troca bastante informações. Até mesmo esse projeto que eu conduzo, eu troco bastante informações com elas. Elas falam é interessante o jeito que você fez, eu ainda não tinha feito. Dá para trocar bastante coisas com elas.

7. Existe investimento, recursos destinados à biblioteca para aquisição de acervo, mobiliários, reformas, etc.?

Tem os acervos que são enviados pelo PACTO, que é o material próprio do PACTO, do PINAIC. Tem as aquisições que o município faz. Acredito que são esses os investimentos. O município investe e tem essas obras que a gente recebe também que são voltadas para a alfabetização. Agora nós estamos com 5 caixas que chegaram. Foram 3 caixas no primeiro semestre e mais duas agora do PACTO também. No início do ano também a prefeitura fez a aquisição de uma boa quantidade de livros, que ela me chamou para escolher.

8. Os funcionários responsáveis pela biblioteca escolar participam de cursos de capacitação e/ou treinamento específico?

Eu terminei, recentemente um curso pela diretoria de ensino, que é o curso de leitura compartilhada e colaborativa. Até realizei uma atividade com as professoras da escola e com uma sala, escolhi uma sala e fiz essa participação. E tem as formações do próprio programa do ler e escrever também que eu faço em prudente na diretoria de ensino.

9. A biblioteca da sua unidade escolar possui condições adequadas (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse ambiente?

Eu acho ela pequena para ser uma biblioteca. Eu já estudei mil e uma maneira de deixar ela espaçosa. Porque ela vem com 10 mesas redondas, cada mesa desta tem de 4 a 5 cadeiras. Então ela acaba ficando apertada. Mas assim, a iluminação é boa. Recentemente a gente colocou o ar condicionado. Eu só acho ela pequena para o nosso uso lá, assim. Às vezes você organiza uma atividade que você quer passar para duas salas ao mesmo tempo q, dependendo da quantidade dessas salas não cabem. O espaço acaba prejudicando um pouquinho o desenvolvimento de algumas atividades. Mas assim, até a gente conseguiu tirar uma mesa de lá e até deu uma melhorada.

10. O que você acha que falta, quais são os obstáculos e o que poderia ser melhorado?

A única coisa que precisa ser melhorada para mim é o espaço mesmo.

11. Você conhece o PMLLL?

Ele todo na íntegra eu ainda não li. A gente participou de algumas pesquisas que ele direcionou para a escola. Algumas ações também ele já partilhou com a gente, mas ele na íntegra de sentar para ver ele todo eu não vi.

12. Como foi o processo de elaboração do PMLLL em Anhumas? Você participou desta elaboração? De que forma?

Não sei como foi o processo. Eu só sei da parte que ele direcionou para a gente na escola, que eu acredito que ele deve ter direcionado também para outros setores que foi a parte da pesquisa.

13. Quais os impactos e benefícios que a elaboração e implantação do PMLLL gerou para as bibliotecas escolares da rede municipal?

Às vezes eles procuram títulos que eles já viram na biblioteca municipal e eles querem saber se tem o mesmo título na escola. Às vezes até eu mesma procuro por títulos na biblioteca municipal, para realização de atividades na sala de aula. Eu vejo assim, em outros... esse próprio plano ele já conseguiu implantar espaços de leitura em outros setores, como na saúde, no esporte. E essa interação. A intenção é chegar até a comunidade mesmo, né? No ano passado a gente teve o dia internacional da leitura, que você tinha que proporcionar um momento de leitura em algum lugar. Ai ele me pediu ajuda e perguntou se eu podia, ai eu disse não, dá pra ir. Ai a gente foi na saúde, a gente foi no lar dos idosos e fui na clínica de fisioterapia. Então são lugares que você sabe que você vai chegar e que... você chega em um postinho, por exemplo, enquanto a pessoa está ali esperando você chega e conta uma história eles apreciam. Porque quando a Givanilda me chamou eu falei para ela, olha você não me pede para contar histórias assim, que nem tem gente que conta que você nem pisca. Eu não sei contar história, eu não tenho todo esse gingado. Mas eu gosto de ler. Ai ela me disse que me escolheu justamente por isso, porque ela quer um trabalho voltado para a leitura.

14. Como a escola contribuí para que o PMLLL se efetive?

São essas ações, tentando chegar ao máximo nas famílias. Porque o nosso caminho de chegada são os filhos, são as crianças. E é gratificante quando você ouve um pai falar que um filho aprendeu a ler, que o filho gosta de ler. O projeto da sacola, eu acredito que foi o elo de ligação. Ele surgiu em 2012. Nem tínhamos a sala de leitura na escola ainda quando começamos com ele. E é gostoso porque antes de você começar a mandar a sacola você vê todo um preparo. As professoras preparam apresentações, tudo voltado para os livros e você vê os depoimentos. É gratificante você saber que você está conseguindo chegar em algum lugar. Você lê o depoimento de um pai e saber que ele gosta daquele momento, ou que o filho aprendeu, está aprendendo, está melhorando. Então é bem gratificante assim, eu acredito que agora com esses espaços de leitura nos outros lugares vai melhorar mais ainda essa ligação e eu acredito que a gente vai conseguir chegar no objetivo proposto do plano que é atingir os leitores, né? Fazer com que voltem a ter essa cultura. Porque parece que está se perdendo com tanta tecnologia. A gente não tem mais o hábito nem de escrever, é tudo digitando e gravando. Eu onde eu vou eu carrego os meus livros comigo para ler. Outro dia eu fui no médico e enquanto eu esperava eu dei conta de ler um livro inteiro. Então eu acho que a gente tem que trazer isso de volta. Eu vi algumas fotos outro dia do pessoal que eles tiraram no setores (nos espaços de leitura montados com as Gelatotecas), das pessoas lendo enquanto esperam. Então é bom saber disso. De alguma forma a gente vai conseguir chegar nesse povo que ainda não vê a leitura como importante. Mostrar a importância da leitura para que eles vejam que além de importante ela pode ser gostosa, ela pode ser prazerosa.

15. Quais são as suas expectativas em relação as contribuições do PMLLL para a biblioteca escolar?

Chegar ao maior número de leitores e satisfeitos. Que eles leiam por prazer mesmo, não encarem a leitura só como uma obrigação, que eles vejam que ela é gostosa também. Quem que não gosta de sentar e ler um livro, você se imaginar naquela história. Em 2015, em uma dessas formações, a gente fez uma leitura colaborativa. A nossa formadora indicou um livro da Jane Austen, orgulho e preconceito. Eu gosto de assistir ao filme e de ler o livro. Então eu assisti ao filme, mas ai a hora que você começa a ler o livro muda. Porque o livro ele é mais detalhado, você se imagina naquele tempo e naquela época. Então, ai porque eu faria isso, é gostoso. A minha expectativa hoje é de que a gente consiga atingir o maior número de pessoas satisfeitas com a leitura, que gostem de ler, que não encarem ela só como algo chato ou como obrigatório. Não, que ela seja algo prazeroso na vida da pessoa. Que ela traga contribuições. O plano pode contribuir com a parceria, tentar trazer ao máximo pelas famílias desses alunos. É plantar uma sementinha ali. Às vezes você ouve a criança dizendo que a mãe não quer que pegue livro. Ai mais por que? Porque ela não tem tempo de ler para mim. Ai você insiste. Porque eu acho que tem que começar pelos pequenininhos. Você plantando a sementinha neles, eu acredito que a sala lá na escola ela vai plantar a sementinha dela e futuramente quem sabe a gente não chega a um maior público interessado em leitura. Eu acredito que o plano para a escola ele vai contribuir muito para chegar nessas famílias. Porque para nós ai na escola, o nosso objetivo mesmo é chegar na família do aluno de um jeito ou de outro. Claro que você não vai atingir os 100%, lógico! Mas a gente tenta. E é assim, eu gosto de estar ali, gosto de... hoje mesmo forma poucos alunos mas eles chegaram lá e... do acervo novo que a prefeitura adquiriu veio a coleção completa do diário de um banana. Pro o diário de um banana está ai? Eu quero, eu quero, eu quero. Sentaram lá, pediram para levar porque não acabou de ler. E a gente tem um combinado com eles assim: o livro é da escola, ele não é seu, não é meu, não é da diretora, ele é da escola. Então, eu tenho que cuidar dele para que outra pessoa possa usá-lo. Saiu daqui a responsabilidade é sua, não é da sua mãe, não é do seu irmão, não é do seu pai, a responsabilidade é sua. Você tem que cuidar dele enquanto ele estiver com você. Assim eles ficam de olho, eles fiscalizam. Então essa questão da responsabilidade deixa os pais um pouquinho mais seguros. A gente aprende é de pequeno a ter responsabilidade com as coisas. O livro é da escola, ele vai ficar aqui. Amanhã eu saio, vem outra professora cuidar, ano que vem vocês mudam de escola mas nós vamos ter outro aluno aqui. É um material da escola. Eu acho que a gente consegue transmitir bem mais do que a função da leitura para eles, que é o cuidado, a responsabilidade. Tudo isso.

Portaria n. 169/2016 – Nomeação dos Participantes da Comissão de Elaboração do PMLL



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

PORTARIA N.º 169/2016

“Dispõe sobre a nomeação dos participantes da Comissão para preparação das discussões para elaboração do Plano Municipal do livro, leitura e literatura, e das outras providências.”

ADAILTON CÉSAR MENOSSI, Prefeito Municipal de Anhumas, Estado de São Paulo, usando das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes integrantes que constituirão a Comissão de Preparação das discussões para a elaboração do Plano Municipal do livro, leitura e literatura Anhumas:

SEGMENTO	TITULAR	RG
Assessoria de Turismo e Cultura	Osvaldo Cavaliere	12.908.175
Secretária Municipal de Educação	Givanilda Alves Barbosa Obicci	28.379.533-5
Representante da Pré-Escola	Maria Aparecida Barbosa Franco	18.397.433-5
Representante de Diretor da Escola Estadual	Zilda de Cápua Lopes	17.832.449-8
Representante dos Diretores de Escola Municipal	Silvana do Carmo Fernandes Cavaliere	21.799.738-7
Representante da Creche-Municipal	Fernanda Aparecida Caetano	41.126.332-8
Representante do CRAS	Roseli Aparecida Evangelista da Silva	26.384.695-7
Representante da Assistência Social	Isabelle Cristina Araujo	48.407.786-7
Representante do Paço Municipal	Marta Palmeira da Silva Kaus	20.416.204-X

Art. 2º Os integrantes acima nomeados deverão:

- Realizar, atividades que manifestem a vontade política e administrativa de contribuir na elaboração ou revisão do Plano Municipal do livro, leitura e literatura de Anhumas.
- Elaborar, negociar, implantar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal do livro leitura e literatura de Anhumas.
- Os servidores nomeados no artigo antecedente desenvolverão as atividades aqui descritas, sem prejuízo das atribuições normais de seus respectivos cargos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anhumas, 21 de Outubro de 2016.

ADAILTON CÉSAR MENOSSI
Prefeito Municipal

Registrado no livro 28 às fls. 173.
E Publicada nesta data, na Secretaria.

LUCIMAR MARIA FERRETTI
Secretária

Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

= LEI Nº 562/2.016 =

“Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura – PMLLL, do município de Anhumas – SP e dá outras providencias”.

ADAILTON CÉSAR MENOSSI – Prefeito Municipal da cidade de Anhumas, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais: faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e ele Promulga e Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, no Município de Anhumas – SP, na forma contida no Anexo I desta Lei.

Art. 2º – O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura foi elaborado por uma comissão composta de servidores dos diversos órgãos da prefeitura municipal, com a coordenação da assessoria de turismo e cultura.

Art. 3º – O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura contém propostas, diretrizes, objetivos, metas e ações, conforme documento, Anexo I.

Art. 4º – O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura será gerido por um Conselho Gestor, composto por membros representantes da Assessoria de Cultura e Turismo e Cultura, do Departamento de Educação, do Paço Municipal, da Sociedade Civil e do Grêmio Estudantil, sendo um representante de cada órgão descrito.

Art. 5º – O Município de Anhumas incluirá, nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais, dotações destinadas a viabilizar a execução desta lei.

Art. 6º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do plano, junto aos órgãos dos governos federal e estadual.

Art. 7º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anhumas - SP, 15 de Dezembro de 2.016

ADAILTON CÉSAR MENOSSI
Prefeito Municipal

Publ.e Reg.em livro próprio nesta data


LUCIMAR MARIA FERRETTI
Secretária

LEI MUNICIPAL Nº 562, DE 15 DE 12 DE 2016
ARQUIVADA NESTE CARTÓRIO SOB Nº 562/2016
NESTA DATA.

ANHUMAS, 15 DE Dezembro DE 2016
EDNEY ALESSANDRO FORTALUPPI
Oficial de Registro Civil do Registro de Anhumas

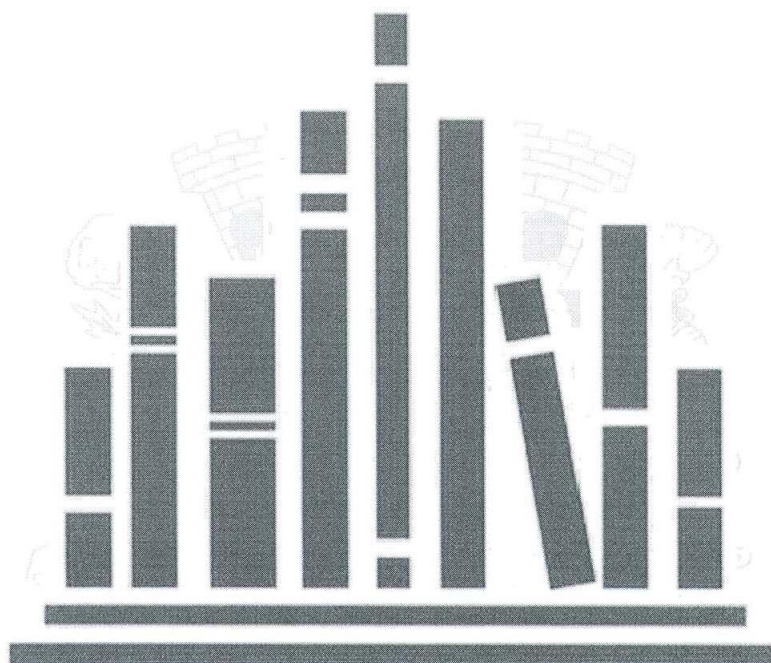


MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

ANEXO I



PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA

= ANHUMAS 2016 =



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Adailton César Menossi

Prefeito de Anhumas

José Luiz Udenal

Vice- prefeito

Oswaldo Cavaliere

Assessor de Turismo e Cultura

Comissão de elaboração do PMLLL

Givanilda Alves Barbosa Obicci

Fernanda Aparecida Caetano

Maria Aparecida Barbosa Franco

Zilda de Cápua Lopes

Silvana do Carmo Fernandes Cavaliere

Roseli Aparecida Evangelista da Silva

Isabelle Cristina Araujo

Marta Palmeira da Silva Kaus



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Mensagem

“ Os livros são parte importantíssima para a transformação das pessoas e do mundo em um lugar melhor. A pessoa que lê, compreende melhor o que acontece à sua volta e sente mais intensamente o que lhe acontece. ”



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	05
2. DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA.....	06
3. PRINCÍPIOS DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA.....	06
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA ELITERATURA.....	07
5. DOS EIXOS.....	08
5.1 Democratização do acesso, diretrizes e princípios.....	08
5.1.1 Metas.....	08
5.2 Fomento à leitura e à formação de mediadores.....	11
5.2.1 Metas.....	11
5.3 Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico	12
5.3.1 Metas.....	13
5.4 Desenvolvimento da economia do livro.....	14
5.4.1 Metas.....	14
6. COMPETÊNCIAS DA DIVISÃO DE CULTURA E ARTE POPULAR.....	16
REFERÊNCIAS.....	16



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA DE ANHUMAS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura do município de Anhumas – SP surgiu da necessidade de melhorar os índices de leitura no município, bem como a divulgação dos acervos e projetos desenvolvidos na biblioteca municipal.

Esse plano levará em conta os princípios e eixos presentes no Plano Estadual do Livro e Leitura - PELL. Segundo esse documento, a leitura é um instrumento de transformação social e construção da cidadania e a mobilização na execução de um plano municipal do livro, leitura e literatura é considerado um marco na transformação de cidadãos leitores para a conquista de melhores índices de desenvolvimento humano e social (GUIA PELL e PMLL, 2015).

O documento ainda acrescenta que,

O País, no entanto, convive, ao lado desse cenário, com índices de alfabetização, de leitura e de consumo de livros ainda insuficientes quando comparados com países que já estão em outros patamares de desenvolvimento social e econômico. Esse é um problema que aparece em estudos nacionais: uma realidade observada em praticamente todas as cidades brasileiras. Dessa forma, a melhoria dos índices de alfabetização plena e das práticas leitoras é uma tarefa para gestores públicos e sociedade civil, assim como é tarefa a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional (GUIA PELL e PMLL 2015, p.10).

Considerando a informação acima, percebemos que a realidade do município de Anhumas não é diferente, em uma pesquisa realizada pelo Departamento de Cultura e Turismo entrevistamos aproximadamente 156 pessoas de diversos segmentos, dentre as questões, consideramos pertinente expor 3 nesse plano pelo fato de traçar um perfil de leitores no município. Uma dizia se “as pessoas gostavam de ler”, outra “se frequentavam a biblioteca” e por fim “se retiravam livros”, na primeira questão 71% dos entrevistados afirmaram gostar de ler e 29% não gostam



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

de ler, na segunda questão 36% dos entrevistados afirmaram frequentar a biblioteca e 64% não frequentam a biblioteca, destes que frequentam a biblioteca apenas 24% afirmaram retirar livros e 76% não retiram livros.

Diante disso constatamos que apesar das pessoas gostarem de ler o acesso ao livro por meio da biblioteca ainda é pouco e com isso o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, justifica-se da necessidade de democratização de acesso ao livro e fomento à leitura como meio de melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômicos do município a fim de que as pessoas possam frequentar mais as bibliotecas públicas e com isso elevar o índice de leitores.

CAPÍTULO II

DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA

Art. 1º Institui no Município de Anhumas estado de São Paulo, o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura que poderá ser referido pela sigla **PMLLL**.

§ 1º A Assessoria de Turismo e Cultura é o órgão executor da presente Lei.

§ 2º Fica sob responsabilidade da Assessoria de Turismo e Cultura a realização periódica da Conferência Municipal do **PMLLL** para debater estratégias e estabelecer a cooperação entre os agentes públicos e da sociedade civil para sua operacionalização e de demais projetos culturais.

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA

Art. 2º São princípios do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura:

I - reconhecimento da leitura e da produção literária como meios principais de difusão da cultura e do conhecimento;

II - democratização do acesso ao livro, leitura e literatura, por meio de bibliotecas e demais espaços destinados à leitura, para formação de uma sociedade leitora no município;



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

III - fortalecimento das bibliotecas e demais espaços destinados a difusão do livro, da leitura e da literatura;

IV - preservação do patrimônio literário, bibliográfico e documental do município;

V - estímulo a toda atividade de iniciativa pública ou privada que tenha como finalidade principal a circulação de livros ou artigos do gênero;

VI - valorização da importância da leitura, compreendendo seu valor formativo e humanístico, nas necessidades de ficção e fantasia do imaginário individual e coletivo.

CAPÍTULO IV

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA

Art. 3º O **PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA** visa o atendimento das necessidades dos leitores e literários, respeitando à sua dignidade, melhorando a qualidade e gestão dos serviços públicos, tem por objetivos específicos:

I - assegurar e ampliar o acesso ao livro e a leitura toda população Anhumense;

II - garantir dotação orçamentária adequada e compatível para a implementação no que se refere à aquisição, renovação e manutenção de acervos, bem como para o desenvolvimento das ações, programas e projetos de estímulo a leitura;

III - aumentar o índice municipal de leitura em todas as faixas-etárias por meio de estímulo, capacitação e qualificação de professores leitores, de mediadores de leitura e de famílias leitoras;



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

IV - fomentar núcleos voltados às pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro, por meio de parcerias com universidades próximas, associações e entidades ligadas à área da leitura;

V - dar ampla divulgação, às atividades literárias programadas pela PMLLL e Assessoria de Turismo e Cultura;

VI - promover e estimular a participação dos vários segmentos da sociedade pública ou privada, em programas nacionais, estaduais e municipais de incentivo ao livro, à leitura e à literatura.

CAPÍTULO V DOS EIXOS

5. 1 Democratização do acesso, diretrizes e princípios

De acordo com (GUIA PELL e PMLL 2015, p. 19) esse eixo envolve tudo o que diz respeito às bibliotecas públicas.

- I - Revitalização da(s) biblioteca(s) pública(s) instalada(s);
- II - Implantação de novas bibliotecas (ramais, comunitárias, escolares, universitárias, temáticas etc.);
- III - Articulação e fortalecimento de redes de bibliotecas;
- IV - Conquista de novos espaços de leitura;
- V - Distribuição de livros gratuitos;
- VI - Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura;
- VII - Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação.

5.1.1 Metas

Metas de Curto Prazo



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Divulgar as bibliotecas de acesso público e os espaços de leitura nos mais variados meios de comunicação, incluindo as redes sociais;

Valorizar as bibliotecas das escolas como um ponto de saber e convivência, criando mecanismos de participação de pais e familiares;

Promover, por meio de parcerias, encontros formativos aos funcionários das bibliotecas de acesso público face às tecnologias atuais e à captação do público;

Garantir que o espaço físico das bibliotecas de acesso público seja acolhedor, convidativo, e conte com mobiliário confortável, acessível e comunicação visual atraente de modo a adequar-se à concepção contemporânea de biblioteca.

Criar ações para promover a biblioteca de acesso público em sua comunidade, como redes de leitura, encontros com escritores e oficinas literárias;

Assegurar que as bibliotecas de acesso público possuam computadores, com infraestrutura e suporte técnico adequados e acesso à internet para garantir a conectividade como direito do usuário;

Realizar ações de aproximação do livro com outras linguagens (cinema, música, teatro, artes plásticas etc.) de modo que possa envolver todos os leitores;

Criar ações para aproximar as bibliotecas de acesso público para divulgar seu acervo e promover o incentivo à leitura, de maneira a promover a integração entre esses espaços;

Envolver todos os espaços públicos em ações de difusão do livro, da leitura e criar e/ou fortalecer espaços alternativos e iniciativas que permitam a oferta de



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

livros e ações de estímulo à leitura, tais como saraus, contação de histórias, clubes, rodas de leitura, trocas de experiências entre as escolas do município, etc.;

Garantir mais espaços que disponibilizem obras literárias,

Criar pequenos espaços de leitura em todos os setores públicos do município;

Recomendar que as bibliotecas escolares atendam à comunidade educativa durante o horário de funcionamento, e procurar prover condições para que isso ocorra;

Incluir na formação dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) visitas às bibliotecas de acesso público.

Utilizar a biblioteca pública como espaço de debate para os adolescentes e jovens, com temáticas de interesse para esse grupo e indicação de livros que se reportem ao tema discutido e com divulgação feita nas escolas;

Metas de Médio Prazo

Criar programa de compra de livros para distribuição gratuita nas bibliotecas públicas com vistas à ampliação dos acervos;

Extensão do horário de atendimento até às 22 horas no mínimo duas vezes na semana;

Metas de longo prazo

Assegurar a acessibilidade plena em todas as suas acepções.



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Atingir o número recomendado pela Unesco (2 livros por habitante) para bibliotecas e acervos por habitantes e descentralizar o local das bibliotecas.

Aquisição de espaço físico próprio e criação da sala de leitura individual proporcionando maior conforto ao leitor.

5.2 Fomento à leitura e à formação de mediadores

De acordo com (GUIA PELL e PMLL 2015, p. 20) esse eixo envolve o reconhecimento e a necessidade de fomentadores que ajudam a criar novos leitores.

I - Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura.

II- Projetos sociais para fomentar a prática social da leitura.

III - Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura.

IV - Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

V - Sistemas de informações nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial.

VI - Apoio e estímulo para participação em prêmios regionais, nacionais.

5.2.1 Metas

Metas de Curto Prazo

Prover espaço formativo que ofereça condição de trabalho adequada em relação à comunidade e nas ações com o livro, a leitura;

Incentivar a participação dos mediadores em encontros, seminários, palestras e apresentações de trabalho e relatos de experiência;

Criar e fortalecer programas que estimulem a visita e a participação em bibliotecas e outros espaços de leitura;



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Promover o contato com a mediação de leitura considerando estratégias de aproximação dos espaços para o incentivo à leitura,

Promover eventos em ambientes educacionais relacionados ao livro e leitura;

Desenvolver e fortalecer espaços de leitura alternativos aos espaços formais (salas de leitura presentes nas escolas, bibliotecas municipais, etc.) dentro de uma perspectiva de prática social em parceria com o CRAS.

Estimular e apoiar ações de contação de histórias e mediadores de leitura;

Promover encontros intergeracionais por meio da leitura de modo que idosos possam ler para crianças e jovens, e vice-versa;

Realizar eventos para realização de trocas de livros;

Promover encontros de alunos com pessoas que marcaram a história do município por meio da leitura para troca de experiências.

5.3 Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico

De acordo com (GUIA PELL e PMLL 2015, p. 20) esse eixo envolve o trabalho com o livro como valor social, cultural e como bem público a se preservar como direito de cidadania.

I - Campanhas na imprensa local e em lugares de acesso público para desenvolver maior consciência sobre o valor social do livro e da leitura.

II - Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em políticas de estado no âmbito local.

III - Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

5.3.1 Metas

Metas de Curto Prazo

Garantir a continuidade de programas existentes;

Garantir formação continuada e prover meios à participação de pessoas que atuam no setor do livro, da leitura em congressos, seminários, palestras etc.;

Abrir e incentivar o uso dos espaços Públicos Municipais para o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura;

Criar campanhas publicitárias de incentivo à leitura com cartilhas instrutivas sobre os benefícios da leitura.

Instituir a terceira terça-feira do mês de agosto o Dia Municipal da Leitura de Anhumas , desenvolvendo ações em parceria com os demais setores e comunidade em geral;

Incentivar e facilitar a criação de grupos que promovam e discutam o livro e a leitura;

Criar ações e campanhas para introduzir o livro no cotidiano das pessoas, sacolas de leitura, mediação de leitura em feiras etc., e propor a divulgação ,

Promover pesquisas para o diagnóstico das ações de leitura e literatura que ocorram na cidade;

Metas de Médio Prazo



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Investir na formação do professor-leitor para que este seja capaz de motivar os educandos a se tornarem leitores.

Metas de longo prazo

Criar mecanismos de formação docente para a promoção do livro e da leitura, sem restringir as ações aos professores.

Aquisição de novos computadores para atrair o público jovem.

5.4 Desenvolvimento da economia do livro

De acordo com (GUIA PELL e PMLL 2015, p. 20) esse eixo mostra a importância de não separar a leitura de sua base material, o livro, em seus vários suportes, considerando que essa base material deve ser apoiada e defendida.

I - Apoio aos autores locais (edições independentes, contatos com editoras, oficinas de formação).

II - Apoio para o desenvolvimento de cadeias locais de produção do livro (editoras, livrarias, distribuidoras, bancas, gráficas-editoras e outros pontos de venda).

III - Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura.

5.4.1 Metas

Metas de Curto Prazo

Valorizar experiências como a da biblioteca itinerante;

Realizar oficinas para descobrir novos talentos;

Utilizar de recursos para o incentivo a leitura



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

Assegurar que os livros, no formato de papel, continuem a ter um lugar, nas escolas, bibliotecas etc.

Metas de Médio Prazo

Estimular a produção de materiais de comunicação específicos sobre atividades literárias e divulgá-las nas mais distintas formas, como obras impressas, formatos eletrônicos, redes sociais, sites, blogs, livros, jornais e revistas literárias, entre outras;

Assegurar dotação orçamentária específica para a implementação de ações voltadas à leitura;

Realizar ações que resgatem, registrem e promovam a oralidade, como a declamação de poesia, a contação de histórias e a formação de acervos audiovisuais e assegurar projetos e outras iniciativas no campo da oralidade;

Promover a literatura em todas as faixas etárias;

Desenvolver e fortalecer conteúdos e propostas pedagógicas para ensinar literatura na escola a fim de ampliar o interesse pela leitura;

Garantir o estudo da literatura considerando as várias linguagens de expressão como cinema, música, teatro, declamações, leituras etc.;

Organizar o salão do livro e outros eventos de literatura, em parceria como os demais setores municipais e estaduais, como um estímulo à qualidade literária.

Metas de Médio e Longo Prazo

Informatizar o catálogo do acervo da Biblioteca Municipal.



MUNICÍPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496 - Telefone 0xx18 – 3286.1140
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP

CAPÍTULO VI

COMPETÊNCIAS DA ASSESSORIA DE TURISMO E CULTURA

Art. 14 Cabe à Assessoria de Cultura e Turismo:

I - promover a permanente atualização do cadastro e do mapeamento das bibliotecas e espaços de leitura de uso público e das livrarias e instituições ligadas ao livro e leitura;

II - garantir condições necessárias à melhoria e ampliação dos acervos bibliográficos e multimeios da biblioteca central e sucursais sob sua responsabilidade;

III - formar e manter um conselho gestor com membros do funcionalismo público e da sociedade civil, prevendo conferências a cada dois anos para avaliação da aplicação deste plano, nomeados mediante portaria e com a seguinte composição:

- a) um membro da Assessoria de Cultura e Turismo;
- b) um membro do Departamento de Educação;
- c) um membro do Paço Municipal
- c) um membros sociedade civil.
- e) um membro do grêmio Estudantil

Parágrafo Único - O Conselho Gestor não será remunerado, considerando-se esta ação de relevante serviço público.

REFERÊNCIA

Brasil. Ministério da Cultura e Educação. **Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura.** Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em 04/11/2016.